FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.075 SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2025 R$ 7,90


O escritor com o fardão francês Sarah Meyssonnier - 9.fev.2023/Reuters

Mario Vargas Llosa, Nobel de Literatura, morre aos 89 anos

O peruano Mario Vargas Llosa, Nobel de Literatura em 2010, teve a morte anunciada pela família ontem, aos 89 anos. Ícone do "boom latino-americano", ele teve longa carreira também no ativismo político. **Ilustrada B8 e B9**

Alta de preços faz 58% comprarem menos comida, diz Datafolha

Redução dos alimentos à mesa chega a 67% entre os mais pobres; 8 em cada 10 ouvidos afirmam ter mudado algum hábito alimentar

A inflação dos alimentos tirou comida da mesa dos brasileiros. Segundo 58% dos entrevistados pelo Datafolha, houve redução na quantidade comprada recentemente, um índice que sobe a 67% entre aqueles mais pobres.

No geral, 80% dos ouvidos adotaram alguma mudança de hábito devido aos altos preços.

Passaram a comer menos fora de casa 61%, trocaram a marca do café por uma mais barata 50%, enquanto 49% simplesmente reduziram o consumo da popularíssima bebida. Em um ano até março, o produto teve uma majoração de 77,8% nas gôndolas de supermercados, ante uma inflação global de 5,48%.

A persistência da inflação do setor é vista como um dos motivos da queda de popularidade de Lula (PT), mas a taxa dos que acham ter menos comida do que deveriam em casa, um quarto dos ouvidos, é semelhante na margem de erro de dois pontos ao registrado em levantamento feito há um ano. **Mercado A17**


Eduardo Anizelli/Folhapress

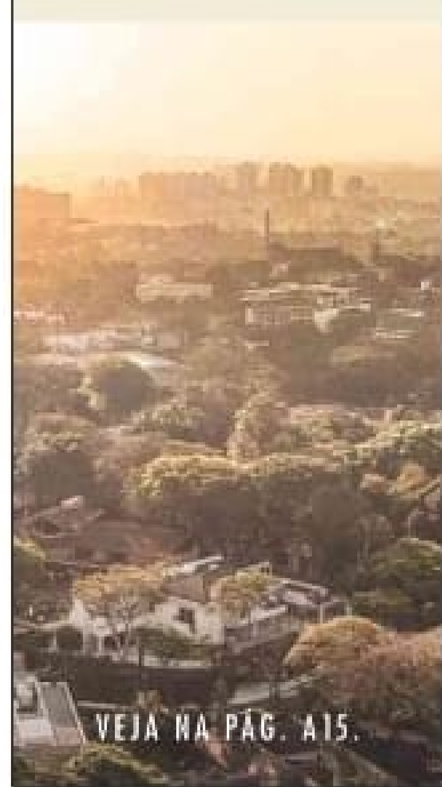
Projeto monitora jacarés ameaçados no Rio

Animal é capturado na lagoa de Jacarepaguá por profissional de ONG que tenta evitar o desequilíbrio da espécie, que é nativa da região, devido à expansão imobiliária ali e na vizinha Barra da Tijuca; poluição afeta ecossistema, e répteis vão ao ambiente urbano. **Ambiente A43**

Noboa é reeleito no Equador, e oposição diz que houve fraude

Daniel Noboa foi reeleito presidente do Equador no segundo turno deste domingo (13), após uma acirrada campanha eleitoral, relata a enviada especial **Mayara Paixão**.

Com 93% dos votos apurados, o líder de centro-direita tinha 55,85% dos votos, ante 44,15% da opositora Luisa González, que não reconhece os resultados, dizendo que houve fraude. **Mundo A35**



YouTube lucra no Brasil com propagandas de bets ilegais

Plataforma veicula anúncios de sites de aposta vetados pela Anatel, e diz estar apurando os episódios. **Cotidiano A39**

entrevista da 2ª

NADYA GUIMARÃES
Professora de sociologia da USP

País tem de cuidar dos seus cuidadores **A46 e A47**

ISSN 1414-5723
9 771414 572025

ciência

PIRANHA NÃO MERECE A FAMA DE ASSASSINA

Pesquisa da Unesp mostrou que só 0,7% dos acidentes com o peixe no Brasil em dez anos, em geral por defesa da prole, gerou lesões graves **B14**

saúde

Tratamento de câncer de colo de útero começa tarde no SUS **A44**

Tarcísio enquadra seus aliados sobre candidatura em SP

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) decidiu enquadrar aliados que se movimentam para a disputa de sua sucessão, como Ricardo Nunes e Gilberto Kassab, que o veem como candidato à Presidência em 2026. Reiterou que a sua prioridade é continuar no Bandeirantes. **Política A6**

Bolsonaro passa por 12 horas de cirurgia

O ex-presidente foi submetido à mais complexa intervenção para desobstrução intestinal desde a facada de 2018. Segundo os médicos, a operação foi bem-sucedida. **Política A8**

Ronaldo Lemos

Reconhecimento facial não é algo banal, e avança de forma descontrolada **A29**

EDITORIAIS A2

Riscos na inflação vão além dos alimentos Sobre pesquisa Datafolha e IPCA em alta.

Na mira dos EUA, Irã aceita discutir programa nuclear Acerca de negociação difícil.

Eufrázio

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Riscos na inflação vão além dos alimentos

Datafolha aponta que 58% dos brasileiros aptos a votar reduziram a compra de comida, que encabeça preocupações com os preços; IPCA em alta, porém, sofre com o peso de outros setores, como os serviços

Dado seu papel no orçamento das famílias, sobretudo as mais pobres, a inflação dos alimentos, que acumula 7,67% em 12 meses, concentra atenções da opinião pública e preocupações políticas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A mais recente pesquisa do Datafolha ajuda a dimensionar o impacto dessa carestia no eleitorado. Neste abril, 58% dos brasileiros aptos a votar relataram ter reduzido a compra de comida, taxa que chega a 67% na faixa até de dois salários mínimos. Para 54% dos entrevistados, ademais, o governo tem muita responsabilidade pelo encarecimento.

Os riscos relacionados à inflação, porém, vão além dos voláteis preços dos alimentos. O IPCA teve variação de 5,48% nos 12 meses contados até março, maior taxa desde fevereiro de 2023. De outubro de 2024 até agora, a variação desse índice supera os 4,5% ao ano —acima, portanto, do limite estabelecido pela política monetária (meta de 3% mais margem de 1,5 ponto percentual).

Os núcleos do IPCA, que descontam oscilações capazes de distorcer a medição, indicaram aceleração em março. A inflação dos serviços, tradicionalmente mais estável, é de 5,88% anuais.

Enquanto isso, a elevação dos juros, que já chegam a 14,25% e rumam aos 15% ao ano, ainda não faz efeito. O recuo do dólar no primeiro trimestre tampouco alivia a alta de preços, por ora.

O desempenho de indústria, comércio e serviços, segundo o IBGE, apresentou alguma desaceleração, "incipiente", na expressão empregada pela autoridade monetária. Mas os números de atividade estimados pelo Banco Central mal mostram tal perda de ritmo. Desde outubro do ano passado, o crescimento anual da economia, segundo tais dados, anda entre 3,7% e 3,9%.

O quadro geral é de uma economia aquecida, com inflação resistente, riscos aumentados e incertezas disseminadas.

De um lado, pelas informações disponíveis, não é um cenário propício para o arrefecimento dos preços. De outro, os números deste primeiro trimestre já parecem um tanto envelhecidos pela balbúrdia causada por Donald Trump e seus efeitos na nova configuração do comércio mundial, que devem aparecer já nos próximos meses.

Desde outubro de 2024, a variação do IPCA supera os 4,5% ao ano —acima, portanto, do limite estabelecido pela política monetária (meta de 3% mais margem de 1,5 ponto percentual)

Discute-se inclusive a tendência da cotação do dólar, se de recuo, estabilidade ou volta a níveis críticos, além de R$ 6.

Pode ser que uma desaceleração econômica mundial provoque baixa nos preços de commodities, como já ocorre com o petróleo. Mas há dúvidas sobre o que será dos alimentos, indefinição multiplicada pela incerteza a respeito da taxa de câmbio.

A perda de receitas petrolíferas e o PIB menor previsto para este ano tendem a derrubar a arrecadação do governo, agravando a situação fiscal, o que influencia expectativas de inflação. O único remédio disponível a fim de evitar impactos maiores continua a ser contenção dos gastos públicos e serenidade nas relações externas.

Na mira dos EUA, Irã aceita discutir programa nuclear

Desde que Donald Trump deixou acordo em 2018, Teerã passou a violar regras; agora, com ultimato americano, países abrem negociações travadas, mas são grandes os obstáculos para uma nova acomodação

O Sultanato de Omã é uma das mais discretas petromonarquias do golfo Pérsico, sendo famoso por sua longa história como entreposto comercial —tanto que o nome da capital, Mascate, deu origem ao termo usado na língua portuguesa.

Em 2013, o local sediou uma negociação em que as equipes rivais de Estados Unidos e Irã se reuniam em salas separadas com mediadores omanis, apresentando de lado a lado suas visões sobre como evitar que a teocracia persa chegasse à bomba atômica.

Após dois anos, com participação de uma gama de países que incluiu Rússia, China e nações europeias, veio à luz um acordo pelo qual Teerã trocava sua pretensão militar nuclear pelo fim de sanções que remontam ao rompimento com o Ocidente, quando do nascimento da República Islâmica, em 1979.

Em 2018, no segundo ano do seu primeiro mandato na Casa Branca, Donald Trump denunciou o diploma como desfavorável aos EUA, alegando, não totalmente sem razão, que os iranianos ganhavam tempo.

Isso colocaria o país em condição de competir com Israel, que, com 90 ogivas não admitidas, é a única potência nuclear do Oriente Médio, além de maior aliado dos EUA na conturbada região.

Iranianos passaram a violar as provisões, e hoje estima-se que Teerã tenha material para fazer até seis bombas em poucos meses. Trump passou a pressionar militarmente, mas o Irã não cedeu. Sob Joe Biden, tentativas de contatos deram em nada.

O resto é história recente: o ataque do Hamas, com terroristas palestinos protegidos pelo Irã, levou a um acerto de contas entre Israel e seus rivais regionais que faziam a primeira linha de defesa de Teerã. Houve troca de fogo entre Tel Aviv e os iranianos, mas ninguém quis uma guerra aberta.

Trump voltou ao poder e, dada a fraqueza do inimigo, lançou um ultimato: negociem ou destruiremos suas instalações nucleares.

A má notícia é que tudo indica que os termos dos EUA serão mais duros, exigindo o fim de todo o programa nuclear iraniano, e a teocracia persa dificilmente irá aceitá-los

Posicionou forças para dar credibilidade à ameaça. Os aiatolás voltaram-se a Omã, reabrindo no sábado (12) as conversas, com direito a um inédito encontro entre os chefes de delegação.

A boa notícia é que elas continuarão. A má é que tudo indica que os termos dos EUA serão mais duros, exigindo o fim do programa nuclear iraniano —assim como se impôs à Líbia de Muammar Gaddafi em 2003.

Cientes do destino do ditador árabe, morto por uma turba na rua em 2011, os iranianos dificilmente aceitarão. Isso pode levar a um impasse que testará a firmeza com que Trump diz querer evitar novos conflitos.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

João Montanaro



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

Goebbels teria censurado o X, ministro

Lygia Maria

No vídeo gravado em 2016, um homem vestido com uma farda preta usa um terçado para cortar pés de maconha numa plantação no Paraguai. O ceifador é Alexandre de Moraes, hoje ministro do STF, que na época era ministro da Justiça. A filmagem mostrava sua política de guerra às drogas, que, segundo o áudio da peça, envolvia parceria transnacional para "erradicação da maconha".

Esse modo espetaculoso e radical de atuação também é visto no modo como Moraes trata a questão das redes sociais. Sobra incitação açodada ao poder de polícia e falta compreensão sobre tecnologia e meios de comunicação.

Em entrevista para a revista americana The New Yorker, publicada no dia 7, o magistrado disse que "se Goebbels estivesse vivo e com acesso ao X, os nazistas teriam conquistado o mundo".

A pobreza da argumentação já começa com a falácia retórica de redução a Hitler. Para piorar, a afirmação não faz sentido.

As redes sociais quebraram o paradigma comunicacional do século 20, segundo o qual uma fonte emissora ativa transmite informações para uma massa de receptores passivos.

Goebbels fechou jornais, censurou os remanescentes e criou a Câmara da Cultura do Reich, que controlava rádio, cinema, imprensa, literatura e artes.

Já num ecossistema midiático em rede, consumidores também são produtores, usuários escolhem caminhos diversos para obter informações e a quantidade de dados é incomensurável. O escrutínio do poder público se fortalece e segredos são mais facilmente revelados.

Goebbels teria censurado o X. Não à toa, a rede social foi banida em países de governos autoritários, como Venezuela, Irã e Rússia. No ano passado, ela ficou bloqueada durante três meses no Brasil por ordem de Moraes.

Assim como a maconha, redes sociais não são inócuas e podem ser reguladas, mas sem sensacionalismo, com debate racional e respeito a princípios do Estado de Direito, como a liberdade de expressão e o devido processo legal — o STF, com concentração de poder nas decisões de Moraes, tem cometido falhas nessa seara.

BRASÍLIA

'Nunca vi um pobre'

Ana Cristina Rosa

Quando penso que já vi e ouvi de tudo um pouco, a vida insiste em surpreender.

Fiquei estarrecida com o relato sobre a euforia e empolgação de um jovem da elite paulistana diante da miséria. "Nunca vi um pobre", disse o estudante de uma renomada instituição privada de ensino superior ao participar de uma ação institucional voltada a prestar serviços públicos à população carente e em situação de rua em São Paulo.

Tamanha falta de discernimento e compreensão da realidade brasileira me deixou chocada. Como pode um universitário "bem-nascido, bem-criado, de boa família" e que vive na maior cidade de um dos países mais desiguais do mundo nunca ter visto um pobre?

Não pode. Afinal, a miséria é explícita no Brasil. E, francamente, não deveria empolgar ninguém, mas causar constrangimento e desconforto generalizado (no mínimo). Em Sampa, para "ver um pobre" basta dar uma volta em qualquer quarteirão da avenida Paulista, cartão postal da cidade.

Nem a vida confortável e luxuosa numa mansão (nos Jardins, no Morumbi, na Vila Olímpia ou em qualquer outro bairro nobre) é capaz de "blindar" a elite do contato com a pobreza. Não dá para ignorar que são os pobres que trabalham como babás, empregadas domésticas, cozinheiras, motoristas, jardineiros, porteiros e toda sorte de "eiros" a serviço de quem tem dinheiro de sobra. Pobres e predominantemente negros — é bom que se diga.

Pelas ruas deste país, é impossível deixar de avistar um pobre miserável perambulando, dormindo ao relento, jogado no chão, pedindo esmola ou comida, vendendo alguma quinquilharia ou 'chapado' para tolerar a rudeza de um cotidiano privado de esperança.

É desalentador e vergonhoso constatar que a sociedade brasileira continua a formar futuros "líderes" incapazes de sequer enxergar a realidade nacional — que dirá promover a transformação social necessária para fazer deste um país mais justo e menos desigual.

RIO DE JANEIRO

Barrado em Dallas

Ruy Castro

Há duas semanas, um cientista francês a caminho de um congresso no Texas foi barrado no aeroporto de Dallas. Teve seu celular investigado e foi chutado de volta para Paris sem mais aquela. O cientista, não identificado, viajava pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica, instituição séria, financiada por seu governo.

O pretexto para impedi-lo de entrar nos EUA foram comentários que ele teria feito sobre a selvagem política de Trump contra a universidade americana, cortando verbas para a pesquisa e sangrando a vida acadêmica. Segundo os agentes do aeroporto, os comentários teriam caráter "terrorista".

Como o cientista não parecia ser uma celebridade, por que o teriam escolhido para levar uma geral ao desembarcar? No passado, as representações diplomáticas dos países sob ditadura informavam a seus chanceleres sobre possíveis inimigos nos países em que estavam baseados. Era difícil para um brasileiro entrar, digamos, em Portugal sob Salazar ou na Espanha sob Franco, se suas opiniões sobre eles desagradassem aos embaixadores dos dois países. Não lhe concederiam nem o visto de entrada.

Hoje, sob a ditadura da inteligência artificial, um suspiro contra Trump por um anônimo em qualquer biroska do planeta irá no ato para uma nuvem ao alcance do governo americano. Mas o caso do cientista francês é grave, por ser uma agressão à liberdade acadêmica e à circulação de informações na área científica. É uma das estratégias de Trump para asfixiar o pensamento.

Em 1988, também fui barrado em Dallas e tive a mala revistada, mas por motivo menos nobre. A pedido de meus amigos da Playboy brasileira, eu estava levando para a Playboy americana um pequeno estoque de microbiquínis de uma butique carioca para uma reportagem. A agente, fardada, severa e assustadora, desconfiou que eu estava traficando biquínis para fins imorais.

Custei, mas convenci-a da inocência dos biquínis e da minha própria. Só depois, ao abrir a mala no hotel, descobri que ela me surrupiara um microbiquíni.

O decisionismo trumpista

A singularidade do presidente dos Estados Unidos na centralização da tomada de decisões em uma democracia

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Trump é um caso singular de centralização da tomada de decisões em uma democracia. Ele personifica seu gabinete. Atua como titular das pastas da Fazenda, Relações Exteriores e Justiça — para dizer o mínimo. Suas decisões são divulgadas em sua própria rede social ao longo do dia. Ocorre que o sistema político norte-americano é, ao contrário dos sistemas parlamentaristas unipartidários, precisamente o tipo de arranjo institucional em que a centralização do poder decisório não deveria ser possível. O sistema foi desenhado para dificultar a concentração de autoridade e garantir freios e contrapesos robustos: combina um Judiciário independente com forte capacidade de revisão judicial, um Legislativo bicameral cujos mandatos são defasados no tempo, uma Presidência institucionalmente limitada, um federalismo robusto e eleições legislativas de meio de mandato que ampliam a responsividade do sistema à opinião pública e ao desempenho do Executivo.

Mccubbins identificou um trade-off inerente ao desenho institucional das democracias entre o que chama decisiveness (capacidade de um sistema institucional de aprovar e implementar mudanças em políticas) e resoluteness (capacidade do sistema de manter e sustentar essas políticas ao longo do tempo). Sistemas com alta capacidade decisória tendem a ser menos resilientes e mais vulneráveis à volatilidade institucional.

Em contraste, sistemas com baixa capacidade decisória frequentemente enfrentam bloqueios decisórios e paralisia governamental.

Sistemas com baixa capacidade decisória, ao se depararem com impasses institucionais recorrentes, geram paralisia e um déficit de responsividade frente às demandas sociais

O número e a localização institucional dos veto players moldam esse equilíbrio entre capacidade decisória e estabilidade normativa. Arranjos institucionais situados nos extremos desse espectro — seja com vetos excessivos ou com concentração de poder — tendem a gerar disfunções governativas, comprometendo a estabilidade democrática, seja pela incapacidade de adaptação institucional, seja pela facilidade de captura do sistema por lideranças de perfil autocrático. Sistemas altamente decisivos facilitam a aprovação rápida de mudanças — inclusive aquelas que podem fragilizar a democracia —, tornando-se mais suscetíveis à instabilidade de política. Por outro lado, sistemas com baixa capacidade decisória, ao se depararem com impasses institucionais recorrentes, geram paralisia e um déficit de responsividade frente às demandas sociais.

No presidencialismo, a forte separação de poderes tende a limitar a capacidade decisória, pois distribui o poder entre diferentes atores institucionais, exigindo algum consenso para aprovação de políticas. Já a separação de propósitos — a divergência de preferências políticas entre os atores que controlam as instituições — também reduz a capacidade de decisória, dificultando-o. O inverso — o alinhamento político entre os atores institucionais — pode resultar na hegemonia de uma única força; no limite, na eliminação dos pontos de veto que garantem freios e contrapesos ao Executivo.

A combinação do mandato das urnas (no colégio eleitoral e voto popular), o controle das duas casas congressuais, a maioria na Suprema Corte, as eleições de meio de mandato em 2026, e a proibição de mais uma reeleição gera uma estrutura de incentivos que produz o decisionismo trumpista.

Eufrázio

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O novo Código Civil e a demolição do direito

Sem clareza a respeito do caráter vinculante dos contratos, da extensão da indenização e dos limites de filiação e sucessão, não há sociedade organizada

Judith Martins-Costa e Cristiano de Sousa Zanetti
Livre-docente, é doutora em direito civil (USP) e ex-professora de direito civil na UFRGS ; presidente do Instituto de Estudos Culturalistas (IEC)
Professor, mestre e doutor em direito civil (Faculdade de Direito da USP)

No último dia 1º de abril, diante de membros dos três Poderes da República, no Salão Negro do Congresso Nacional, foi festejada a apresentação ao Senado do projeto de reforma do Código Civil. A proposta foi então qualificada como uma atualização do Código Civil de 2002, voltada a modernizá-lo, a bem da segurança jurídica.

Não é disso que se trata, entretanto. Entre a intenção declarada e o que está feito há um fosso a transpor. Na verdade, o projeto consiste em um novo Código Civil, pois pretende modificar nada menos que 1.122 artigos do texto hoje em vigor, mudando a sua linguagem, a sua estrutura e o seu sistema. Considerando só o tamanho da mudança proposta, isso equivale a aproximadamente três códigos penais ou nove códigos de defesa do consumidor.

A prevalecer o texto do novo Código Civil, o direito brasileiro não andará para a frente, mas recuará para tempos remotos, há mais de dois milênios, quando as regras que estruturam a nossa vida em sociedade ainda não se encontravam amadurecidas.

Isso porque o novo Código Civil colocará em xeque três pilares do nosso direito.

O primeiro deles diz respeito aos contratos. Se entrar em vigor, o conteúdo dos contratos passará ser controlado pelo Poder Judiciário com base nos conceitos de confiança, simetria e paridade —termos vagos, que não expressam conceitos densificados na ciência do direito e cujo significado o projeto não se dá ao trabalho de explicar. Estará aberto espaço para questionar os termos de um contrato, com base na afirmação de que já não há mais confiança na contraparte ou de que não se trata de uma relação paritária ou simétrica, seja lá o que isso queira dizer. Por essa razão, o novo Código Civil cria embaraço aos negócios, fomenta litígios sem fim e compromete o funcionamento da economia.

O segundo diz respeito à responsabilidade civil. Uma vez aprovado o novo Código Civil, a indenização deixará de ser medida pela extensão do dano, seja porque o ressarcimento patrimonial poderá ser substituído por um obscuro "montante razoável", "ponderado" com base em "máximas de experiência" (outro conceito vago), seja porque o dano moral poderá ser acrescido de uma pena "com caráter pedagógico", passível, inclusive, de ser revertida a fundos públicos, devendo ser estimada com base em uma multiplicidade de critérios confusos, distantes do que ensinam a tradição e o direito comparado. Isso sem contar a regra que passa a permitir a indenização de "danos indiretos" e que torna imprevisível o conjunto de fatores a se considerar na hora de calcular o montante do ressarcimento. Nesse cenário, o direito de danos se assemelha mais a um jogo de azar do que a uma forma de cálculo.

O terceiro diz respeito ao direito de família e de sucessões. O novo Código Civil admite a filiação socioafetiva, desde que declarada por decisão judicial. O texto, no entanto, não prevê os critérios para que uma pessoa possa ser considerada filha, sob a perspectiva da socioafetividade. Isso significa que a decisão sobre quem é filho dependerá da percepção de cada juiz, o que, necessariamente, conduzirá a decisões muito díspares na matéria. Pessoas em situações análogas ora serão consideradas filhas, e, portanto, credoras de alimentos e titulares de herança; ora não o serão. Uma injustiça, a toda prova. Do mesmo modo, será possível imputar a qualquer homem a condição de pai: semelhantemente ao que se faz num "teste de bafômetro", se o apontado como pai se recusar a fazer exame de DNA, se tornará "pai" por ato do oficial do cartório, sem qualquer outra prova, com todas as consequências patrimoniais e extrapatrimoniais que a paternidade acarreta.

O verdadeiro beneficiado será o arbítrio, pois as regras jurídicas poderão ser interpretadas de acordo com o gosto de quem as aplica. (...) Espera-se que o Senado não permita a demolição do nosso direito pretendida pelo novo Código Civil

Não há como superestimar os custos sociais e econômicos de tamanha insegurança jurídica. Sem ter clareza a respeito do caráter vinculante dos contratos, da extensão da indenização, dos limites da filiação e da sucessão, não há sociedade que possa se organizar de maneira adequada. No regime proposto pelo novo Código Civil, o verdadeiro beneficiado será o arbítrio, pois as regras jurídicas poderão ser interpretadas de acordo com o gosto de quem as aplica.

Por conta disso, espera-se que o Senado se desincumba da tarefa que lhe é confiada pelo povo brasileiro e não permita a demolição do nosso direito pretendida pelo novo Código Civil.

O perigo está no bolso das nossas crianças

Não quero falar da série de TV, mas de três temas urgentes: a formação de valores, a responsabilidade das big techs e a necessidade de regulamentação

Marina Helou
Deputada estadual (Rede-SP), é coordenadora da Frente Parlamentar pela Primeira Infância da Alesp e presidente do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

"Eles odeiam muito. Odeiam as meninas." Essa frase não veio de um estudo sobre misoginia ou da série "Adolescência", da Netflix. Ouvi de uma diretora de colégio em São Paulo, em 2024, durante uma conversa sobre a proibição de celulares nas escolas.

A fala resume o que a diretora vinha testemunhando: o crescimento alarmante de comportamentos misóginos entre meninos —a ponto de precisar suspender alunos— e o adoecimento silencioso das meninas.

Meninas que se recusam a praticar esportes. Que estão obcecadas com sua aparência. Que buscam cirurgias plásticas ainda na adolescência. Que desenvolvem distúrbios alimentares, se automutilam e recebem licenças médicas por crises de saúde mental.

Isso não é exceção. É o novo normal de uma geração sendo formada —e deformada— pelas redes sociais. Não quero falar da série de TV. Quero falar da realidade. E de três temas urgentes que precisamos enfrentar como pais, educadores e sociedade: a formação de valores, a responsabilidade das big techs e a necessidade de regulamentação.

Perguntei a alunos de escolas públicas e privadas quantas horas por dia eles passam no celular. A média variava entre seis e dez horas. É tempo suficiente para moldar crenças, valores e a visão de mundo de qualquer um — especialmente de adolescentes. Enquanto pais e escolas se esforçam para educar, uma geração está sendo formada pelos algoritmos. Influenciadores com vidas "perfeitas", homens frustrados e ressentidos, vídeos criados para chocar.

MrBeast, o maior youtuber do mundo, diz a seus funcionários: "Quanto mais estúpido o conteúdo, melhor". E é essa lógica que reina. Estamos delegando a formação dos nossos filhos a plataformas que não se responsabilizam por nada além do tempo que conseguem capturar nossa atenção. Precisamos entender que a formação dos valores está em disputa e estamos perdendo.

O segundo ponto é que precisamos alcançar a responsabilização das big techs. Elas são parte do problema e sabem disso. A Meta —dona do Instagram e WhatsApp— conhece bem os danos causados por suas plataformas, mas não muda o design de seus produtos. Afinal, o objetivo é nos manter grudados na tela, não nos proteger.

Já sabemos que mudanças simples podem reduzir enormemente os riscos para crianças e adolescentes. Acabar com a rolagem infinita, que vicia e gera ansiedade. Remover páginas de fofoca adolescente, que promovem bullying e humilhação pública. Criar um WhatsApp sem fotos ou vídeos para menores, já que 80% dos meninos que acessam pornografia o fazem por ali. E eliminar conteúdos sugeridos por algoritmo, que empurram meninos para o extremismo e meninas para distúrbios alimentares e baixa autoestima.

Acabar com a rolagem infinita, que vicia e gera ansiedade. Remover páginas de fofoca adolescente, que promovem bullying e humilhação pública

Essas são ações possíveis, mas que exigem decisão política e pressão da sociedade. E assim chegamos ao terceiro, e último ponto: a urgência de regulamentação. O lobby das plataformas é poderoso. Mas isso não pode impedir nossa ação. A regulamentação precisa avançar —o que só vai acontecer com o apoio dos pais, dos educadores e da opinião pública.

A Austrália está entre os países que estão discutindo banir redes sociais para menores de 16 anos. O mundo está em movimento nessa direção e o Brasil não pode ficar para trás. A adolescência é a segunda janela mais importante de desenvolvimento humano. E o perigo nunca esteve tão perto: no bolso das nossas crianças, com acesso irrestrito, 24 horas por dia.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Guerra no Oriente Médio

"Israel corta acesso, e palestinos ficam sem água potável na Cidade de Gaza" (Mundo, 12/4). Há variadas formas de matar: uma delas é privar as pessoas de suas necessidades básicas: água, alimentos e moradia, etc. Logicamente, não é coincidência a potência ocupante usar esses três recursos.
Joaquim Branco (Rio de Janeiro, RJ)

☆

Sou contra o antissemitismo pois as generalizações são sempre injustas. Prejudicar de forma consciente uma população inteira serve não só para desumanizar pessoas, mas para atrair ódio e violência.
Fabiana Menezes (Belo Horizonte, MG)


Crianças palestinas fazem fila e esperam a entrega de água na Faixa de Gaza Mahmoud Issa - 6.abr.25/Reuters

Disputa tarifária

"Governo Trump exclui computadores, smartphones e chips de tarifas da China e resto do mundo" (Mercado, 12/4). Óbvio que os oligarcas das big techs cobraram seu preço pelo apoio durante a campanha eleitoral. Trump diz que as tarifas vão ajudar a reindustrializar os EUA, mas pelo jeito ele não está preocupado que isto ocorra em indústria de ponta.
Roberto Cezar Bianchini (São Paulo, SP)

☆

Eis o momento do grande golpe de mestre dos chineses. Agora a China está em condições de asfixiar de vez a economia estadunidense. Basta sobretaxar em 145% as exportações de todos esses itens para que Trump e todos os seus asseclas desmoronem.
Pedro Silva (São Paulo, SP)

Finanças regionais

"Municípios gastam mais com salários, ultrapassam estados e lideram despesas com pessoal" (Mercado, 11/4). A exemplo do Executivo, onde Lula gasta muito e gasta mal por votos, os prefeitos também aprenderam a aumentar suas bases eleitorais, seus currais políticos, alargando a frente ampla dos municípios com conchavos de toda natureza para se eleger e, com isso, o dever de arrumar emprego para toda esta gente.
Jair Pereira (Medianeira, PR)

☆

O problema são os funcionários que ganham dois ou três salários mínimos, nunca os empreiteiros que desenham os orçamentos municipais em festinhas com os políticos.
Gustavo Moreira (Rio de Janeiro, RJ)

Problema social

"Datafolha: 58% dos brasileiros veem aumento da criminalidade nos últimos 12 meses" (Cotidiano, 12/4). Quem é responsável pela segurança pública são os governadores, portanto, não tem que culpar o Lula. Agora, o ministro da Justiça apresentou um projeto de segurança nacional, mas os governantes dos estados não querem porque tira a autonomia deles. Dá para entender?
Márcia Escobar (Porto Alegre, RS)

☆

A insegurança só piora. O exemplo já vem de cima. Um presidente que acha normal um rapaz roubar um celular para ter o que comer não pode permanecer no poder nem tomar decisões.
Dalmo de Souza Amorim Junior (Vitória, ES)

☆

Vai aumentar ainda mais caso os privilégios da anistia sejam alcançados. Porque uns podem e outros não. Tolerância zero para quem quer que seja.
Genésio Marcelino (São Paulo, SP)

Agressão em padaria

"Juíza condena a 2 anos e 4 meses de prisão mulher que fez ofensas homofóbicas a namorados" (Cotidiano, 12/4). A demonstração do berço da "família tradicional" é contraditória. O linguajar de baixo calão dessa moça é horripilante. Quanta educação!
Maria José de Carvalho (Recife, PE)

☆

Não concordar com o homossexualismo é uma coisa, desrespeitar, ofender e agredir é outra completamente diferente. Pena bem merecida.
Humberto Giovine (Erechim, RS)

Palco

"A grandeza de Gilberto Gil arrebata na turnê de despedida em São Paulo" (Ilustrada, 12/4). Gil atravessa gerações e se mantém suave, medial, flanando acima do pântano das ideologias que comprometem outros grandes artistas brasileiros. Gil é um pontífice, um mediador entre os deuses e a humanidade.
Eliana Atihe (São Paulo, SP)

☆

Experiência inenarrável porque é para se sentir com alma e coração. Que honra viver no mesmo tempo em que Gil vive. Que privilégio ter vivido essa experiência.
Camila Souto (São Paulo, SP)

☆

Como somos sortudos de ser contemporâneos deste imortal. Que show, os arranjos com cordas, metais e acordeon ficaram sensacionais.
Carolina Peleteiro (São Paulo, SP)

Publicidade

"Outdoors ambulantes" (Ruy Castro, 12/4). Isso é realmente um saco. Comigo funciona ao contrário, o assédio provoca a rejeição. Eu compro apenas o que realmente está faltando. Dispenso a acumulação de coisas sem uso.
Antonio Neto (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (13.ABR., PÁG. A13) O documentário "Pindorama" será exibido na Cinemateca do MAM do Rio de Janeiro no dia 6 de maio, não no dia 2, como afirmou a coluna "Pindorama, uma aula sobre o Brasil"

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 29,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 49,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA MENSAL* Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

ATMOSFERA

São Paulo

Hoje 18° 24°

0h 6h 12h 18h 24h

Amanhã 17° 26°

	Hoje		Amanhã	
Rio	21°	29°	21°	30°
Brasília	19°	28°	19°	26°
Ribeirão	19°	29°	18°	29°

Fonte: www.climatempo.com.br

ENSINO DE IDIOMAS

Professores da rede municipal de ensino de SP poderão participar de processo seletivo para lecionar aulas de idiomas nos CEUs

O QUÊ A Prefeitura de São Paulo abriu inscrições para que docentes da rede municipal participem de processo seletivo dos CELPs (Centros de Estudos de Línguas Paulistanos).

DOCÊNCIA DE IDIOMAS Os professores aprovados poderão exercer docência em cursos de alemão, coreano, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, libras e português para falantes de outras línguas.

REQUISITOS O profissional interessado deve ser efetivo com um dos seguintes cargos: professor de educação infantil e ensino fundamental 1 ou professor de ensino fundamental 2 e médio. É importante também que o profissional seja licenciado em letras ou possua uma especialização voltada para o ensino da língua interessada.

COMO PARTICIPAR O professor interessado deve preencher o formulário em mla.bs/ee4b36ea e utilizar o seu email (@edu.sme.prefeitura.sp.gov) no cadastro. O prazo para se inscrever vai até 17 de abril.

BOLETIM FOCUS

O BC (Banco Central) publica nesta segunda-feira (14) nova edição do boletim Focus, com projeções de economistas para o dólar, a Selic —taxa básica de juros— e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial do país.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 14.ABR.1925


Folha da Noite
Gymnasio do Estado
Contos arabes
Pela Sociedade

Declamadora argentina volta a São Paulo e recitará Olavo Bilac

Depois de se apresentar em São Paulo e de ir ao Rio de Janeiro, a declamadora argentina Berta Singerman, muito renomada na América espanhola, resolveu voltar à capital paulista e incluir no seu repertório poemas de brasileiros. Nesta terça-feira (14), no Theatro Sant'Anna, a argentina declamará "In Extremis", uma das mais famosas poesias de Olavo Bilac. A interpretação desse texto pela artista não será feita por encomenda nem como mimo aos brasileiros, que mostraram tanta admiração por ela. Berta tomou a decisão porque estudou com carinho as poesias de Bilac, que fez nos versos de "In Extremis" uma das suas mais felizes criações.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Mão na cabeça

A Câmara Municipal de São Paulo irá adquirir e implementar em suas portarias detectores de metais, a pedido dos vereadores que vêm se queixando da sensação de insegurança. Um decreto para instalação e operação dos aparelhos foi publicado no Diário Oficial, no último dia 25. Segundo o texto, o acesso dos visitantes "está condicionado à realização de inspeção de segurança, efetuada por meio de detectores de metais fixos e portáteis, bem como outros equipamentos eletrônicos". Quem se recusar às inspeções ficará proibido de entrar na Casa.

VIZINHANÇA Para acessar a Casa, não há necessidade de nenhuma autorização por parte dos vereadores ou funcionários. Também não há revista e detector de metal, um modelo utilizado, por exemplo, no prédio da Assembleia Legislativa. Alguns vereadores também disseram à coluna sob anonimato que moradores em situação de rua acabam utilizando a pia dos banheiros para tomar banho, o que, segundo eles, inviabiliza o uso para os funcionários.

RACISMO, NÃO Após as três deputadas estaduais Ediane Maria (PSOL-SP), Andreia Maria de Jesus (PT-MG) e Leninha (PT-MG), negras, afirmarem terem sido vítimas de racismo no Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Polícia Federal afirma que não foi a instituição responsável pela abordagem mencionada pelas três deputadas que relataram ter sido submetidas a revista.

TARCÍSIO E DERRITE NA MIRA
Após a morte do comerciante senegalês Ngange Mbaye nesta sexta-feira (11), entidades do movimento negro pedem urgência à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), em investigações contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o seu secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite (PP).

CRISE NA CASA Vereadores do PSOL e do PT foram à Justiça para que a Câmara Municipal de São Paulo instale as duas CPIs —a das HIS (habitação de interesse social) e a das Enchentes— já aprovadas pelo Plenário no último dia 2. A ação protocolado, um mandado de segurança com pedido de liminar, é direcionada ao presidente da Casa, Ricardo Teixeira (União).

CIDADE LIMPA? O PSOL foi à Justiça pedir para assegurar a fixação da faixa "pelo fim da escala 6x1", retirada do prédio do Sindicato dos Comerciários, no centro de São Paulo, a pedido da Prefeitura. A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) ameaçou multar o sindicato com base na Lei Cidade Limpa. Na faixa, com as logomarcas da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e do Sindicato dos Comerciários, havia a frase: "Fim da escala 6x1. Você merece tempo para viver!".

REFORÇO A gestão Tarcísio de Freitas prevê a contratação de 5.400 policiais até o final do ano, para compor os efetivos das polícias Militar, Civil e Técnico Científica. O contingente deverá reforçar os trabalhos de prevenção e combate ao crime, investigação e perícia.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

Cláudio




Ricardo Nunes e o governador Tarcísio de Freitas durante leilão do Lote Alto Tietê Rafaela Araújo - 28.mar.2025/Folhapress

Tarcísio enquadra aliados após movimentos de Nunes, Kassab e André do Prado para 2026

Governador quer equipe e parceiros defendendo sua candidatura à reeleição e fim de rumores sobre disputar a Presidência

Bruno Ribeiro, Juliana Arreguy e Victória Cócolo

SÃO PAULO A antecipação da corrida eleitoral do ano que vem, com ao menos três aliados de Tarcísio de Freitas (Republicanos) se articulando para a disputa por São Paulo, desagradou o governador, que decidiu enquadrar seu grupo e relembrar que o candidato ao governo é ele.

O reforço se deu em meio a movimentações do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), do secretário de Governo e presidente do PSD, Gilberto Kassab, e do presidente da Alesp (Assembleia Legislativa), André do Prado (PL), para se apresentarem como opções para suceder Tarcísio em 2026.

Entre aliados, há relatos de clima azedo entre o governador e esses nomes, com especulações sobre um distanciamento de Tarcísio —o Palácio dos Bandeirantes nega haver indisposição. No caso de Nunes, as especulações foram alimentadas pela ausência de Tarcísio em um evento da prefeitura na última quinta (10).

A cerimônia teve a apresentação de um pacote de obras que deve dar a tônica do segundo mandato de Nunes, incluindo corredores de ônibus, construção de novas vias e um VLT no centro histórico. Para dar peso ao evento, o anúncio foi feito no Theatro Municipal.

O entorno do governador alegou questões de agenda, e Tarcísio optou por participar da entrega de leitos na Santa Casa de Misericórdia, a 1,6 km de distância, no mesmo horário. O Palácio dos Bandeirantes diz que Nunes foi convidado.

Antes disso, segundo aliados, Tarcísio e Nunes já haviam conversado sobre sucessão. No último dia 1º, o governador convocou seu secretariado para uma reunião, na qual reforçou que sairá candidato à reeleição —e não à Presidência, como especulado diante da inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL), seu padrinho político.

No encontro, Tarcísio foi enfático ao dizer que trabalha pela sua reeleição e pediu que a mensagem fosse repassada pelo grupo a terceiros. A conversa individual com o prefeito ocorreu por telefone após esse recado coletivo.

Kassab também ouviu o aviso. A relação dele com o governador já vinha desgastada desde fevereiro, quando o secretário começou a se movimentar. Em um encontro com prefeitos, por exemplo, Tarcísio não o apresentou como interlocutor para firmar parcerias com o estado, função da pasta.

Nos bastidores, o governador passou a dizer que Kassab inflou o PSD ao prometer controle da máquina pública a prefeitos que se filiassem ao partido —promessa que, na avaliação dele, o secretário não poderia cumprir.

O governador também teve a mesma conversa com André do Prado, cujo trabalho em busca da candidatura é o mais distante do público. O presidente da Alesp fala sobre seus planos de tentar o governo para outros deputados estaduais desde o ano passado. Contudo, diante das reações de Tarcísio, vem mantendo o tema fora de seus discursos e o reserva apenas aos bastidores.

Um assessor disse à **Folha**, sob reserva, que o governador teme que sua aparição ao lado dos interessados no governo paulista em 2026 seja vista como um endosso às candidaturas.

Segundo esse aliado, Tarcísio não quer passar a Bolsonaro a imagem de alguém que faz jogo duplo, já que tem declarado apoio à candidatura do ex-presidente em 2026 e reforçado que, caso ele não saia candidato, acatará qualquer indicado por seu padrinho.

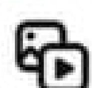
Como mostrou a **Folha**, o governador prefere a reeleição, mas já disse a aliados que aceitaria uma candidatura ao Planalto se Bolsonaro pedisse.

No cenário da reeleição, ao menos André do Prado e Kassab ainda têm espaço para articulações, na avaliação de aliados do grupo, mas em busca da indicação para o cargo de vice, hoje ocupado por Felício Ramuth (PSD).

Tarcísio trabalha para ter consigo PL, PSD e MDB, além das legendas de centro-direita que negociam fusões entre si até o pleito, como PP, União, Podemos e PSDB. A expectativa é que o cargo de vice esteja na costura da aliança.

Ao menos dentro do governo, a ordem de Tarcísio vem sendo cumprida. Na semana passada, durante um evento para promover rotas turísticas ligadas ao café, o secretário da Casa Civil, Arthur Lima, braço direito do governador, dizia a jornalistas: "Está vendo? Ele vai ser candidato à reeleição", enquanto Tarcísio era assediado por produtores rurais e funcionários de prefeituras que lotaram o auditório do Bandeirantes.







INSTAGRAM APRESENTA:

Contas de Adolescente

Proteções padrão sobre quem pode entrar em contato com eles e o conteúdo que podem ver.

Saiba mais em
instagram.com/ContasDeAdolescente

Cirurgia de desobstrução intestinal de Bolsonaro termina após 12 horas

Procedimento foi o sexto realizado desde a facada sofrida em 2018 e também o mais longo; segundo hospital, não houve intercorrências, e ex-presidente ficou estável

Caio Spechoto, Idiana Tomazelli e Mateus Vargas

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) passou neste domingo (13) pela sexta e mais longa cirurgia abdominal desde a facada que sofreu na campanha eleitoral de 2018. O procedimento durou 12 horas.

Segundo nota divulgada pelo hospital DF Star, o ex-presidente foi submetido a cirurgia de grande porte para para remoção de aderências no intestino e reconstrução da parede abdominal.

Ainda de acordo com o texto, não houve "intercorrências" nem necessidade de transfusão de sangue. O hospital informou que a obstrução intestinal era resultado de uma dobra do intestino delgado que dificultava o trânsito intestinal e foi desfeita.

Por volta de 22h, Bolsonaro estava na Unidade de Terapia Intensiva, estável clinicamente, sem dor e recebendo "medidas de suporte clínico, nutricional e prevenção de infecções".

A nota foi assinada por Cláudio Birolini, chefe da equipe cirúrgica, Leandro Echenique, Ricardo Camarinha e Brasil Caiado, cardiologistas, Guilherme Meyer, diretor-médico do hospital e Allisson Barcelos Borges, diretor-geral.

Também por volta das 22h, a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro fez postagem afirmando que estava indo para a sala de extubação para poder ver o marido.

Bolsonaro chegou ao DF Star no sábado (12), depois de ser transferido de Natal (RN).

Ele estava na capital do Rio Grande do Norte desde sexta, quando foi levado de helicóptero após passar mal no interior do estado, onde participaria de um evento do PL, em favor da anistia aos manifestantes dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

A cirurgia foi a sexta na região do abdome realizada por Bolsonaro desde a facada, e a mais difícil de todas devido ao acúmulo de procedimentos, segundo médicos ouvidos pela **Folha**.

Foi também a cirurgia mais longa. A que tinha durado mais, anteriormente, havia ocorrido em janeiro de 2019, para retirada de bolsa de colostomia.

Na ocasião, estavam previstas três horas de cirurgia, mas a grande quantidade de aderências no intestino levou a equipe médica a executar um procedimento mais complexo, que se estendeu por sete horas.

Já a cirurgia deste domingo já tinha previsão de ser demorada e complexa.

Por voltas das 10h20, o DF Star divulgou nota na qual afirmou que exames laboratoriais e de imagem realizados no ex-presidente evidenciaram "persistência do quadro de subobstrução intestinal, apesar das medidas iniciais adotadas".

"As equipes que o assistem optaram de comum acordo pelo tratamento cirúrgico. Ele está sendo submetido neste momento ao procedimento cirúrgico de laparotomia exploradora, para liberação de aderências intestinais e reconstrução da parede abdominal", disse o comunicado.

Aderências intestinais são uma espécie de "cola" biológica resultante do processo de cicatrização seja do trauma original, como a facada, seja de cirurgias posteriores. Ao endurecer, essa estrutura forma cordões que podem grudar ou juntar partes do corpo.

Dependendo da posição, podem juntar duas partes da alça do órgão, obstruindo a passagem dos alimentos.

A laparotomia consiste na abertura da parede abdominal. Identificado o ponto de obstrução, é feito o corte das aderências e a desobstrução do intestino para, por fim, reconstruir-se a parede abdominal.

Mais cedo neste domingo, em mensagem enviada a deputados e senadores aliados via WhatsApp, o ex-presidente afirmou que, a partir das 8h, seria realizada a nova cirurgia, "ainda decorrente da facada".

"Ao meu lado o Bispo JB Carvalho e bons médicos e enfermeiros", escreveu Bolsonaro.

No sábado, ele afirmou em postagem que talvez não tenha percebido na hora a gravidade do caso. "O doutor Claudio Birolini me explicou que esse foi o quadro mais grave desde o atentado que quase me tirou a vida", escreveu. "Após minha transferência, provavelmente passarei por uma nova cirurgia", declarou.

Birolini é especialista em reconstrução abdominal do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. No sábado, ele disse que o quadro de obstrução intestinal do ex-presidente estava mais "exuberante" do que das outras vezes.

Bolsonaro viajou de Natal a Brasília em um avião com UTI. Deixou o hospital andando e acenou a apoiadores. Tinha um tubo preso ao nariz, e dois homens seguravam sua camisa pelas costas.

A transferência para Brasília foi uma decisão de Michelle Bolsonaro, mulher do ex-presidente. Aliados defendiam que ele fosse para São Paulo, e o próprio Bolsonaro mencionou essa possibilidade em redes sociais.

Todo o acompanhamento da saúde do ex-presidente da facada até aqui estava a cargo do médico Antonio Luiz Macedo, de São Paulo.

Ele chegou a ser consultado pelo ex-ministro Gilson Machado, que estava com Bolsonaro quando ele passou mal no interior do Rio Grande do Norte, mas não foi chamado a Brasília.



Bolsonaro em avião, durante viagem de Natal a Brasília, após sentir dores intestinais Divulgação

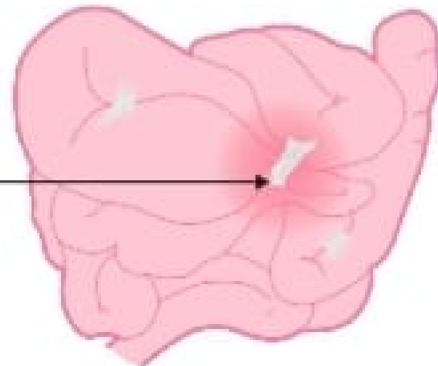
A cirurgia para desobstruir o intestino de Bolsonaro

Segundo os médicos, há obstruções no intestino causadas por aderências

O que é uma aderência

Espécie de "cola" biológica resultante de cicatrização. Ao endurecer, forma cordões que podem grudar ou juntar partes do corpo

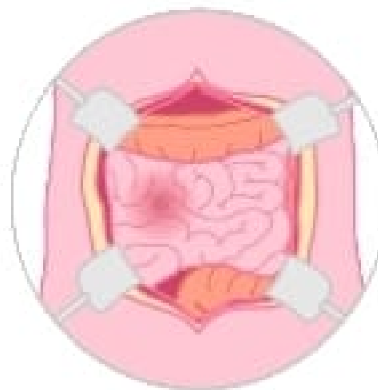
No intestino
Dependendo da posição da aderência, ela **pode juntar duas partes da alça do órgão**, obstruindo a passagem do alimento



Como é a cirurgia

Costuma ocorrer em três etapas e dura, em média, mais de 6 horas

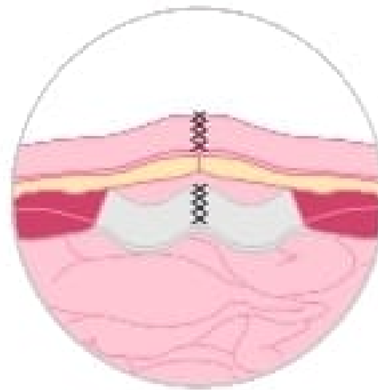
1. Abertura da **parede abdominal** para ter acesso à cavidade peritoneal (laparotomia exploradora)



2. Identificação do ponto de obstrução, **corte das aderências** e desobstrução do intestino



3. Reconstrução da parede abdominal para **fechar a cavidade** peritoneal



Fonte: Diego Adão, Professor de Emergência Cirúrgica da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo)

Especialistas dizem que acúmulo de procedimentos torna prognóstico incerto

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O quadro que levou Jair Bolsonaro (PL) a se submeter neste domingo (13) à sexta cirurgia abdominal desde 2018 era mais sério do que o das outras vezes e seu prognóstico é incerto, afirmam médicos especialistas no tema.

O trauma da facada no intestino durante a campanha eleitoral de 2018 e as sucessivas intervenções causaram aderências (partes do órgão que ficam coladas) que levaram à obstrução do trânsito intestinal do ex-presidente.

Segundo os especialistas ouvidos pela **Folha**, a cirurgia desta vez tinha maior risco devido ao local estar fragilizado pelo número de procedimentos já realizados anteriormente. Segundo eles, todas as vezes em que alguém sofre um trauma grave e é operado, ou seja, que a cavidade abdominal é violada de alguma forma, surgem aderências, algo intrínseco ao organismo e ao processo de cicatrização.

"Quanto mais vezes se entra na cavidade abdominal, no peritônio, e se mexe no intestino, mais e mais aderências vão surgindo", explica Diego Adão, professor de emergência cirúrgica da Unifesp (Universidade Federal de SP).

Ele diz que essas aderências têm uma fase, em geral nos seis meses após a cirurgia, em que são mais duras e numerosas. Com o passar do tempo, o próprio organismo desfaz algumas delas, mas, no caso de quem já fez muitas cirurgias, algumas não se desfazem mais. "É verdade que a cirurgia de hoje vai ser mais difícil que a anterior, que foi mais difícil que a anterior, e assim por diante."

De acordo com Carlos Walter Sobrado, professor do departamento de gastroenterologia da USP, essas aderências fazem com que várias estruturas dentro da parede abdominal grudem umas nas outras.

"É como uma cola Superbonder. Às vezes, gruda o intestino com estruturas vitais, tipo intestino com pâncreas, com fígado, com vesícula, com artéria aorta, com o ureter e com as próprias alças intestinais."

Ainda não se sabe qual aderência causou a obstrução intestinal atual. Sobrado diz que, mesmo em mãos de cirurgiões experientes, há riscos. "Por mais que se vá devagarinho, pode furar um órgão."

O ex-presidente também não está livre de novas obstruções e cirurgias no futuro. Adão, porém, diz que o procedimento não mexe em estruturas vasculares ou de alto risco. Segundo Sobrado, a literatura aponta que a taxa de mortalidade em casos de aderências intestinais é entre 2% e 6%.

Colaborou Flávio Ferreira

O seu banco digital completo e grátis com toda a solidez de banco tradicional

Nota máxima pela S&P, uma das principais agências globais

CDB que rende 130% do CDI

- Sem limite de valor
- Resgate quando quiser











Abra sua conta grátis e invista já



Sobre os Ratings S&P Global e Moody´s, acesse https://blog.pagbank.uol.com.br/cdbs-rating-braaa/. Abertura de conta sujeita à análise cadastral do PagBank. O CDB (Certificado de Depósito Bancário) é uma aplicação de renda fixa com baixo risco, emitido pelo BancoSeguro S.A., com Garantia FGC (Fundo Garantidor de Créditos) de até R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ. CDB PagBank 130% do CDI: exclusivamente para clientes PagBank, pessoa física ou jurídica, que nunca investiram ou que não investem há mais de 6 meses, limitado à primeira aplicação neste produto financeiro. O valor mínimo para aplicação é de R$ 500,00 e máximo de R$ 2.000.000,00. Para investimento acima de R$ 2.000.000,00, consulte condições. Para o cálculo, foram utilizados o rendimento bruto dos CDBs, a taxa Selic (14,25%), verificada em 01/04/2025; Taxa Referencial da Poupança de 0,109%; taxa anual considerada; liquidez diária; aplicação por 2 meses.O PagBank poderá antecipar o vencimento dos CDBs, disponibilizando automaticamente o valor correspondente em sua conta com a rentabilidade acumulada até a data. Consulte condições em https://pagbank.com.br/conta-digital/investimentos/cdb.

Trump continua com apoio de sua base

Pesquisa diz que 81% dos republicanos trumpistas apoiam tarifas do presidente

Camila Rocha

Doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Projeto Terceiro Mandato. Trump para 2028… e além". Era o que dizia um pôster erguido durante a última Conferência de Ação Política Conservadora (Cpac, na sigla em inglês) que ocorreu em Washington entre os dias 20 e 22 de fevereiro deste ano.

A frase, acompanhada de uma imagem de Trump vestido como Júlio César, sintetiza o espírito da campanha por sua continuidade no poder. Seu principal líder é o trumpista Shane Trejo, que já atuou como coapresentador de um podcast neonazista chamado "Sangue, Solo e Liberdade" (Blood Soil and Liberty).

A iniciativa está longe de ser algo promovido apenas por um punhado de extremistas tresloucados. Trump já deixou muito clara sua intenção de permanecer no poder. Em respostas à imprensa norte-americana sobre o tema já afirmou: "Não estou brincando". Confrontado com os impedimentos constitucionais atualmente existentes, disse que "existem métodos" para que isso se torne realidade e que "muitas pessoas" desejam um terceiro mandato.

É importante lembrar que "muitas pessoas" não é uma referência à maioria dos norte-americanos, mas sim à base de apoio de Trump. Assim como Shane Trejo, existem milhares de líderes, ativistas e eleitores extremamente comprometidos com as causas de Trump.

Mesmo entre republicanos que não se identificam com o 'MAGA', as tarifas de Trump são amplamente apoiadas. Mais de dois terços dos 'republicanos não-MAGA' (65%) aprovam as tarifas, e apenas 26% desaprovam

De acordo com uma pesquisa da Economist/YouGov, publicada no dia 9 de abril, 81% dos republicanos trumpistas apoiam as recentes tarifas aplicadas pelo presidente americano, incluindo uma tarifa mínima de 10% sobre todas as importações, bem como taxas mais altas para a maioria dos países.

Republicanos trumpistas são aqueles que formam a base mais fiel de apoiadores de Trump, ou seja, os eleitores do partido Republicano que se identificam com o movimento "Make America Great Again" (Faça a América Grande Novamente), abreviado pela sigla "MAGA". Entre eles, apenas 7% desaprovam as tarifas.

Mesmo entre republicanos que não se identificam com o "MAGA", as tarifas de Trump são amplamente apoiadas. Mais de dois terços dos "republicanos não-MAGA" (65%) aprovam as tarifas, e apenas 26% desaprovam. A desaprovação aumenta entre independentes (56%) e é majoritária entre os democratas (87%).

Uma divisão política similar também aparece nas opiniões sobre o impacto das tarifas no aumento de preços ao consumidor. Apenas 15% dos eleitores republicanos consideram que os preços irão aumentar muito, a maioria (58%) espera um aumento pequeno. Ao mesmo tempo, metade dos eleitores independentes (50%) e a maioria dos democratas (78%) acreditam que irá ocorrer um grande aumento de preços.

Além disso, é importante notar que, para os republicanos, os principais problemas do país estão relacionados à imigração ilegal (72%) e crime (50%), e não a um potencial aumento de preços. A inflação aparece como um problema importante apenas para os democratas (66%), empatada com corrupção (67%) e desigualdade social (66%).

Ou seja, o apoio a Trump não só tem a ver com outras prioridades, mas condiciona como seus eleitores interpretam potenciais prejuízos econômicos. Em outras palavras, enquanto Trump permanecer coerente com os princípios do "MAGA", ele poderá contar com o apoio entusiasmado de sua base para 2028… e além.

dom. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
seg. Camila Rocha / Lara Mesquita ter. Joel Pinheiro da Fonseca
qua. Elio Gaspari qui. Conrado H. Mendes
sex. Marcos Augusto Gonçalves sáb. Demétrio Magnoli





Da esquerda para a direita, o senador Efraim Filho (União Brasil), o governador do Acre, Gladson Cameli (PP), e o senador Sérgio Moro (União Brasil) Felipe Gonçalves, Felipe Freire e Marlene Bergamo/Divulgação e Folhapress

Embates nos estados travam negociação de federação entre partidos PP e União Brasil

Líderes das duas legendas enfrentam disputas locais pelo comando da federação e têm planos diferentes para as eleições de 2026

João Pedro Pitombo e José Matheus Santos

SALVADOR E RECIFE A negociação para formação de uma federação entre PP e União Brasil avança na cúpula dos dois partidos, mas enfrenta entraves em ao menos 13 estados, em um cenário que pode ter efeitos nas eleições de 2026.

Nas federações partidárias, as legendas são obrigadas a atuar de forma unitária ao menos nos quatro anos seguintes às eleições, nos níveis federal, estadual e municipal, sob pena de sofrerem punições. É um modelo diferente das coligações, que foram vetadas em eleições proporcionais.

Se concretizada, a federação poderá ter um fundo eleitoral de mais de R$ 1 bilhão em 2026. O nome mais cotado para presidir a junção é o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Pelo desenho inicial, o PP comandaria a federação em nove estados, o União Brasil em nove e em outros nove foi formatado uma espécie de duplo comando liderado pelos diretórios nacionais, a quem caberá mediar as disputas entre os partidos e buscar decisões por consenso.

Os embates alcançam ao menos 13 estados e incluem a disputa pela liderança pela federação, caminhos distintos projetados para 2026, além de estados em que partidos possuem pré-candidatos competitivos ao governo.

A federação recebeu sinalização positiva no PP e aguarda uma decisão do União Brasil.

"Sou um defensor dessa agregação de partidos e a federação pode ser uma boa solução. Esse movimento é inevitável. É bom para a democracia, é bom para a atuação no Congresso Nacional e é bom para quem governa", afirma ACM Neto, vice-presidente do União Brasil.

Caso seja concretizada, a aliança formará a maior bancada da Congresso, com 108 deputados e 13 senadores e terá um fundo eleitoral que deve superar R$ 1 bilhão nas próximas eleições.

Um dos principais imbróglios está na Paraíba, onde os dois partidos estão em campos opostos. Enquanto o PP quer lançar o vice-governador Lucas Ribeiro como candidato à sucessão do governador João Azevêdo (PSB), o senador Efraim Filho (União) é cotado para a disputa pela oposição.

Lucas é sobrinho do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), próximo ao presidente nacional do partido, Ciro Nogueira. Efraim, por sua vez, aposta na relação com a cúpula do União Brasil para prevalecer.

A situação é semelhante no Acre, onde a federação será liderada pelo governador Gladson Cameli (PP). Ele trabalha o nome da vice-governadora Mailza Assis (PP) para a sua sucessão, mas o União Brasil tem como pré-candidato o senador Alan Rick (União Brasil), que lidera as pesquisas.

Caso a federação avance, os dois partidos terão que chegar a um consenso sobre a candidatura ao governo. Caso não obtenha sucesso, o senador Alan Rick poderá deixar o partido para se viabilizar na disputa majoritária.

No Paraná, o senador Sergio Moro (União Brasil) se movimenta para a sucessão de Ratinho Júnior, mas o PP é aliado do governador e mira uma cadeira no Senado – são cotados os deputados federais Ricardo Barros e Pedro Lupion, este último líder da bancada ruralista.

A aliança enfrenta entraves em Pernambuco, Ceará e Bahia, onde as legendas apoiam grupos adversários.

Na Bahia, a federação será liderada pelo ex-prefeito de Salvador, ACM Neto. A bancada do PP, contudo, tem se reaproximado do governador Jerônimo Rodrigues (PT) – os dois partidos haviam rompido em 2022.

Mesmo com planos distintos, União Brasil e PP da Bahia negociam um pacto de convivência, repetindo o cenário da última eleição. Em 2022, o PP apoiou a candidatura derrotada de ACM Neto, mas parte de seus deputados fez alianças nos municípios com aliados do PT.

O cenário é semelhante no Ceará, onde o União Brasil, liderado pelo ex-deputado Capitão Wagner, é oposição ao governador Elmano de Freitas (PT), mas o PP faz parte da base do petista.

Em Pernambuco, o PP é o principal partido da base de Raquel Lyra (PSD) e deve lançar o deputado federal Eduardo da Fonte para o Senado na chapa da governadora. O União tem como pré-candidato a senador o ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho, aliado do prefeito do Recife, João Campos (PSB).

Também falta consenso nos maiores colégios eleitorais, caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. São estados onde não há um líder natural para federação e as decisões estratégicas ficarão inicialmente com a cúpula nacional.

No Rio, o presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil), deve ser candidato ao governo com o apoio do governador Cláudio Castro (PL). Mas o PP tem se aproximado do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), também potencial candidato à sucessão estadual.

O quadro em São Paulo também está indefinido. Os dois partidos são aliados do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), mas buscam se fortalecer no cenário local. O PP acertou a filiação de Guilherme Derrite, secretário estadual de Segurança Pública, e mira uma cadeira no Senado. Caso Tarcísio seja candidato à Presidência, Derrite pode disputar o governo estadual.

‘Risco Heloísa Helena’ preocupa aliados de Lula

Crítica do presidente, ex-senadora assumirá vaga de deputada caso Glauber Braga (PSOL-RJ) seja cassado

Juliana Arreguy

SÃO PAULO Dada como certa por integrantes do PSOL, a cassação do deputado federal Glauber Braga (RJ) é vista com preocupação pelo partido não só pelo contexto que o levaria a perder o mandato como também pelo fato de a primeira suplente da bancada ser a ex-ministra Heloísa Helena (Rede-RJ).

Membros da federação formada por PSOL e Rede, assim como aliados do presidente Lula (PT), manifestaram à **Folha** o receio de que, caso assuma como deputada, Heloísa crie embaraços para a bancada com adversários e também com o governo federal, do qual a ex-parlamentar é crítica contumaz.

Um dirigente do PSOL disse que, mesmo isolado dentro do partido, como mostrou a **Folha**, Braga é visto como um quadro com menor potencial de criar problemas para a bancada até por ser menos conhecido nacionalmente do que Heloísa, que concorreu à Presidência da República pelo PSOL, em 2006, e teve 7% dos votos, marca que a sigla nunca conseguiu superar.

O mesmo dirigente lembrou que Heloísa protagonizou conflitos em todos os partidos pelos quais passou, e que enfrenta uma disputa pelo comando da Rede contra a ala alinhada à ministra Marina Silva (Meio Ambiente).

Militante histórica do PT, Heloísa foi expulsa da sigla em 2003 quando, enquanto senadora por Alagoas, seu estado de origem, votou contra a proposta de reforma da previdência durante o primeiro mandato de Lula.

No ano seguinte, foi uma das fundadoras do PSOL, partido do qual saiu em 2015 por discordar do arrefecimento de críticas ao PT, em meio ao processo que levou ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff no ano seguinte.

Na Rede, além da disputa interna com a ala ligada a Marina, Heloísa já protagonizou embates, nos bastidores, com o deputado federal Túlio Gadêlha (Rede-PE). Ela é apontada internamente como uma das responsáveis por derrubar a pré-candidatura dele à Prefeitura de Recife, no ano passado.

Caso Heloísa assuma a vaga de deputada no lugar de Glauber Braga, ela e Túlio serão os únicos filiados à Rede na Câmara. Dirigentes do partido receiam que o convívio com a colega leve o deputado, que vem flertando com um retorno ao PDT, a se desfiliar da Rede.

Além disso, quadros do PT e do PSOL alinhados ao governo temem não poder contar com os votos de Heloísa num momento em que a equipe de Lula tem feito malabarismos para aprovar projetos de seu interesse.

O caráter combativo de Heloísa, no entanto, também é visto por alguns dirigentes do PSOL como um aspecto a ser usado em negociações internas para tentar barrar a cassação de Braga.

De acordo com eles, desavenças antigas entre ela e a família do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), podem servir para convencer a oposição.

O ex-presidente da Câmara é visto como principal fiador do processo de cassação do psolista, que critica o uso político de emendas durante o mandato de Lira à frente da Mesa Diretora e a quem já chamou de "bandido" mais de uma vez.

Lira teria ligado para presidentes de partidos para garantir que os deputados votem a favor da perda do mandato de Braga.

Mesmo entre parlamentares de oposição, a cassação é vista como uma medida extrema e alguns têm dito, nos bastidores, que só votarão a favor por causa da pressão exercida por Lira.

Um auxiliar do PSOL disse que deputados da sigla já se preparam para lembrar ao ex-presidente da Câmara que Heloísa Helena pode ser uma "pedra no sapato" ainda mais incômoda que Braga.

Em 2010, quando Lira foi eleito deputado federal pela primeira vez, o pai dele, Biu Lira, se elegeu ao Senado promovendo ataques a Heloísa, que liderava as pesquisas na ocasião.

A ex-senadora é mais uma a não poupar críticas a Lira e à família dele, recorrendo constantemente ao episódio em seus discursos.

Procurada pela **Folha**, Heloísa Helena manifestou solidariedade com a situação de Braga, mas não respondeu aos questionamentos sobre os receios de colegas do PSOL.

"Glauber tem minha total e irrestrita solidariedade, é um processo escandaloso de dosimetria completamente desproporcional. Glauber é um homem honrado, tem meu apoio incondicional", disse ela à reportagem.

Heloísa trocou o domicílio eleitoral de Alagoas para o Rio de Janeiro em 2022 após duas derrotas consecutivas em seu estado de origem: nas eleições de 2018, para deputada federal, e de 2020, para vereadora de Maceió.

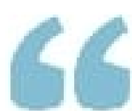
Em sua estreia entre o eleitorado carioca, recebeu 38.161 votos e ficou como a primeira na lista de suplência da federação PSOL/Rede.

No ano passado, foi candidata a vereadora no Rio de Janeiro e, com 11.971 votos, não conseguiu se eleger. Sua candidatura foi a mais cara da sigla no estado, com R$ 1,9 milhão proveniente do fundo eleitoral.

Na ocasião, a correligionária Ingrid Oliveira, candidata a vereadora de Niterói, a acusou de abuso de poder econômico e entrou com uma ação para que a Justiça Eleitoral bloqueasse as contas da Rede.



O deputado Glauber Braga dorme na sala onde comissão da Câmara recomendou sua cassação Ranier Bragon/Folhapress



Glauber tem minha total e irrestrita solidariedade, é um processo escandaloso de dosimetria completamente desproporcional. Glauber é um homem honrado, tem meu apoio incondicional

Heloísa Helena (Rede-RJ)
suplente de deputado federal que assumirá a vaga se Glauber Braga (PSOL-RJ) for cassado

NENHUM TRABALHO SEM DIREITOS DE VERDADE.

MPT
Ministério Público do Trabalho

Jéssika arrisca a vida trabalhando no trânsito e, em caso de acidente, não conta com afastamento remunerado digno.
A precarização desse tipo de trabalho é coisa séria.

JÉSSIKA
ENTREGADORA DE APLICATIVO

WWW.DIREITOSDEVERDADE.COM

CASAFOLHA
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

OS MELHORES NOMES ESTÃO AQUI

O streaming de conhecimento com curadoria exclusiva, conteúdos de excelência e os maiores especialistas

Jornada Transformação Pessoal e Bem-Estar

O poder da meditação



MONJA COEN
Missionária oficial da tradição zen-budista Soto Shu, é fundadora da comunidade Zendo Brasil.

O potencial do cérebro



SUZANA HERCULANO-HOUSEL
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (Estados Unidos). É a primeira mulher editora chefe no Journal of Comparative Neurology.

Criar filhos no século 21



VERA IACONELLI
Psicanalista, mestre e doutora em psicologia, é diretora do Instituto Gerar de Psicanálise e autora de diversos livros.

Fitness: o que funciona para uma mudança verdadeira



BRUNO GUALANO
Doutor em educação física e esporte pela USP, é um dos cientistas mais influentes na área.

A ciência do sono



MONICA ANDERSEN
Doutora em psicobiologia e diretora do Instituto do Sono, é listada como uma das cientistas mais influentes do mundo.

Envelhecimento ativo



ALEXANDRE KALACHE
Médico gerontólogo e um dos maiores especialistas em longevidade do mundo.

Jornada Dinheiro e Carreira

Inteligência artificial e o futuro da humanidade



ÁLVARO MACHADO DIAS
Neurocientista, professor e pesquisador. É especialista em inteligência artificial e futurismo.

Investindo para o futuro



GEORGE WACHSMANN
Com 30 anos de experiência, é um dos nomes mais respeitados do mercado financeiro.

Uma nova visão sobre a economia



PEDRO MALAN
Um dos maiores economistas do Brasil, foi ministro da Fazenda e presidente do Banco Central.

Criando marcas de valor



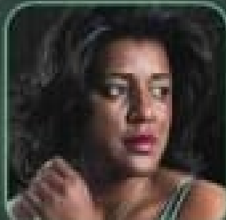
NATALIA BEAUTY
Multiempreendedora e fundadora do Natalia Beauty Group.

O novo papel do líder e a sustentabilidade



CANDIDO BRACHER
Ex-CEO do Itaú Unibanco e fundador do banco BBA, tem 40 anos de experiência no setor financeiro.

Como alavancar sua carreira



RACHEL MAIA
Empresária e conselheira, foi a primeira mulher negra CEO de grande empresa no Brasil.

Inovar para evoluir



ANA KARINA BORTONI
Especialista em liderança e inovação, foi a primeira mulher CEO de um banco de capital aberto no Brasil.

Os caminhos do empreendedor



EDU LYRA
Empreendedor social e fundador da Gerando Falcões, já foi selecionado como um dos 15 jovens que podem mudar o mundo.

Jornada Comunicação e Criatividade

Escrita criativa



ITAMAR VIEIRA JUNIOR
Fenômeno da literatura brasileira na atualidade, autor de "Torto Arado" e "Salvar o Fogo" e vencedor dos prêmios LeYa, Oceanos e Jabuti.

A arte de contar histórias



JOSÉ PADILHA
Cineasta premiado, diretor e roteirista de sucessos como "Tropa de Elite" e "Narcos".

Comunicação persuasiva



GIOVANNI BEGOSSI E MICARLA LINS
Campeões de oratória e debates, são os únicos brasileiros a ocuparem o cargo de juízes chefes no Campeonato Mundial de Debates em Espanhol.

Jornada Alta Performance

Ironman e a superação dos limites



FERNANDA KELLER
Triatleta, única pessoa da América Latina a entrar no Hall da Fama do Ironman, detém o recorde de pódios no campeonato mundial do esporte.

Mentalidade de atleta: do esporte para a vida



RAÍ
Foi capitão da seleção brasileira, do São Paulo e do Paris Saint-Germain. Detentor de títulos como a Copa do Mundo e a Libertadores da América.

Preparação mental e o equilíbrio das emoções

NOVO



ALINE WOLFF
Psicóloga clínica do esporte, é referência no atendimento de medalhistas olímpicos, como a ginasta Rebeca Andrade.

Assine agora

e aproveite a oferta exclusiva.

DE ~~R$ 59,90~~* POR APENAS 12x de R$ 19,90 /MÊS.

*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL.



FOLHA DE S.PAULO ★★★

Já é assinante Folha? Acesse: casafolhasp.com.br/upgrade e faça o upgrade de sua assinatura.

Fidcs proliferam com juro alto, superam fundos de ações e exigem análise criteriosa

Categoria de recebíveis chega a R$ 587 bilhões de patrimônio líquido; antes de investir, é preciso estar atento a setores expostos e liquidez

Júlia Moura

SÃO PAULO Recentemente, com o balanço do Banco Master sob o holofote, alguns investimentos do banco ganharam destaque. Entre eles, os Fidcs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios), nos quais estão R$ 10,2 bilhões da empresa, segundo o balanço referente a 2024.

Com os juros em alta, Fidcs ficaram populares não só entre as instituições financeiras e ganharam as pessoas físicas. Uma das grandes atratividades é o fato de estes fundos não terem "come-cotas", que é a antecipação semestral do Imposto de Renda sobre os lucros obtidos no período.

Fidcs ganham força com alta de juros

Patrimônio líquido, em R$ milhões deflacionados pelo IGP-DI nos meses de dezembro



Fonte: Anbima

Até março deste ano, a categoria acumula um patrimônio líquido de R$ 587 bilhões, segundo dados da Anbima (Associação dos Mercados Financeiro e de Capitais). Os Fidcs superam os fundos de ações, que somam R$ 567 bilhões em meio à baixa das Bolsas

Mas, afinal, o que são Fidcs? São fundos que negociam créditos que ainda não foram pagos, como recebíveis de cartão de crédito, boletos, precatórios ou processos judiciais em andamento, financiamentos, contratos de empréstimos pessoais, duplicatas, notas promissórias etc.

Quem irá receber esse crédito, chamado de cedente, vende este direito de receber a um fundo por um valor descontado. A vantagem é de antecipar o pagamento e não ter o risco de calote. Já para o fundo, ele compra o recebimento mais barato, e lucra em cima disso.

"Ninguém vive sem crédito e Fidc tem muita capilaridade, chega em pequenas e médias empresas que não têm acesso ao financiamento tradicional", diz Décio Baptista Santos, sócio-fundador da Liberum Ratings, agência de avaliação de riscos de crédito.

Com uma taxa básica de juros em alta, esse investimento fica ainda mais atrativo, já que o juro cobrado nesses contratos tende a acompanhar os movimentos da Selic, hoje a 14,25%.

Ele é classificado como renda fixa, mas não é similar a um CDB ou título do Tesouro. O Fidc tem risco ao investidor, uma vez que se os pagadores das dívidas atrasarem ou derem calote, o fundo fica sem receber.

No caso do Master, a questão levantada por analistas era a falta de informações detalhadas sobre esses ativos, de modo a averiguar o potencial de recebimento e de liquidez.

Para diminuir riscos, os Fidcs costumam ter recebíveis de centenas de cedentes que, por sua vez, têm milhares de direitos creditórios. Assim, mesmo que haja calote, o fundo consegue entregar uma certa rentabilidade. Há também os Fidcs monocedentes, considerados mais arriscados.

Outras maneiras de reduzir a exposição ao risco são na escolha do tipo de cora do fundo. Em Fidcs, podem ser até três: sênior (prioridade no pagamento), mezanino (tem prioridade no resgate em relação à subordinada) e subordinada (a última a receber em caso de calote). Quanto mais arriscada a cota, mais barata ela é.

O mesmo princípio se estende para outros aspectos do Fidc, como os setores ao qual ele é exposto, qual a avaliação de crédito dos devedores, o tamanho dos cedentes e a avaliação de rating das agências de classificação de risco.

Também é preciso ter atenção à liquidez. Há os Fidcs fechados, nos quais é preciso esperar o prazo de vencimento para liquidar o investimento, e os abertos, nas quais os investidores podem solicitar o dinheiro de volta a qualquer momento. Mesmo nos abertos a liquidez não é imediata e pode demorar mais que um mês.

Dessa forma, especialistas recomendam avaliação criteriosa antes de se investir em recebíveis.

Para Bruno Corano, CEO da Corano Capital, por Fidcs oferecerem um certo nível de risco eles não são indicados aos investidores superconservadores, mas pode ser um aliado na diversificação de demais carteiras para além do CDI (que acompanha a Selic).

"É uma categoria de ativo intermediário, para quem ainda não está pronto para mais volatilidade, como na Bolsa", diz o economista.

Ele também recomenda avaliação criteriosa dos Fidcs, da mesma forma que o investidor deve avaliar empresa listada na B3.

"Todo setor com perspectiva de manutenção de caixa é menos arriscado, como energia, mas, consequentemente oferecem ganhos menores. [Investir em Fidcs] é igual comprar um FII [fundo imobiliário]. As pessoas acham que é seguro porque é imóvel, mas, no fundo, depende dos ativos que estão lá dentro."

Fayga Czerniakowski Delbem, superintendente de crédito privado da Itaú Asset, também recomenda uma análise criteriosa. Ela costuma dizer que prefere investir em uma boa empresa em um setor ruim, que em um setor bom e uma empresa ruim.

"Há Fidcs menos suscetíveis aos indicadores macroeconômico, como antecipação de recebível do emissor do cartão ou do adquirente da maquininha. Já pequenas e médias empresas de varejo estão mais expostas à inadimplência, taxa de juros, PIB [Produto Interno Bruto]", diz Fayga, responsável pelos fundos de crédito da instituição.

Ela prevê que a indústria entregue uma rentabilidade de 1% a 5% acima do CDI este ano —quanto maior a rentabilidade, maior tende a ser o risco do fundo, já que clientes com mais chance de calote são os que pagam juros mais caros.

"2024 foi o ano do credito privado. Com a Selic atrativa, mas sem penalizar o balanço das companhias, o que gerou um spread atrativo, a indústria captou mais de R$ 300 bilhões. Em 2025, o cenário é diferente, a Selic média é mais alta, o que aumenta o custo financeiro [das empresas]" afirma Fayga.

Apesar da redução na rentabilidade ofertada por Fidcs, o apetite do investidor segue alto. Em seu novo fundo de Fidcs, o Itaú Asset captou mais de R$ 200 milhões em duas semanas.

"Vemos um interesse muito forte do investidor por esse produto. Compramos mais de R$ 7 bilhões em Fidc no ano passado e já atingir essa marca no primeiro semestre deste ano", diz a gestora.

Marcos de Vasconcellos

Excepcionalmente, a coluna não é publicada

DE GRÃO EM GRÃO

Você deixa a sua aposentadoria para depois?

Ignorar o longo prazo é o atalho mais rápido para não chegar a lugar algum

Michael Viriato

Assessor de investimentos e sócio fundador da Casa do investidor

Você já imaginou se empresas como Suzano ou Vale tomassem decisões baseadas apenas no humor do consumidor na semana passada? Se, diante de uma queda nas vendas de um mês, cancelassem um projeto bilionário de expansão que levaria dez anos para amadurecer? Ou se uma geradora de energia abandonasse um novo parque eólico porque os ventos daquele trimestre foram fracos?

Pois é exatamente isso que muitos fazem com seu plano financeiro pessoal.

Monitoram diariamente a cotação do dólar, a taxa do CDI, o desempenho da Bolsa. Sabem de cor quanto rendeu sua carteira em março. Mas, se perguntarem se estão a caminho de se aposentar com tranquilidade, ou se podem aumentar ou reduzir os aportes com as novas perspectivas, hesitam.

A verdade é que o futuro financeiro de muita gente está sendo guiado com os olhos grudados apenas no retrovisor.

Essa miopia não é só descuido —é uma armadilha cognitiva chamada miopia temporal. Ela nos leva a dar muito mais peso ao presente do que ao futuro, como se o que importa fosse sempre o agora. Mas o agora, isolado, não sustenta décadas de vida sem trabalho.

Você não decide o sucesso da sua aposentadoria com base na rentabilidade de um mês. Do mesmo jeito que ninguém compra um bilhete de avião para uma viagem internacional sem planejar hospedagem, roteiro e moeda local.

Procrastinar tem um preço. Adiar o início de aportes em cinco anos pode significar o dobro de esforço depois

A aposentadoria também é uma jornada —e requer um mapa claro do destino e dos recursos para chegar lá.

Essa miopia não afeta apenas o planejamento da aposentadoria. Ela aparece também em outro grande marco da vida financeira: a compra de um imóvel. Quem vive focado apenas no presente não se prepara. Quando chega o momento de comprar a casa própria, acaba recorrendo a financiamentos longos e caros. Não por escolha, mas por falta de planejamento.

Com mais visão de longo prazo, essa pessoa poderia ter planejado melhor e adquirido crédito mais barato, ou montado uma reserva para dar uma entrada maior. Em vez de pagar juros sobre juros por 30 anos, estaria negociando com mais poder e menos pressa. A falta de planejamento custa caro. Literalmente.

A procrastinação tem um preço. Adiar o início de aportes em cinco anos pode significar o dobro de esforço depois. E o tempo que se perde raramente é recuperado com rentabilidade. Ficar esperando "o momento certo" é o que impede muitos de alcançar a liberdade financeira.

É o paradoxo da atenção: muitos acompanham o mercado como se fossem gestores de fundo multimercado, mas não param 15 minutos por semestre para rever o plano da própria aposentadoria, da compra de um imóvel, da educação dos filhos e outros planos de longo prazo.

Como se entender o gráfico do Ibovespa fosse mais relevante do que saber se o padrão de vida da velhice será confortável ou se será possível sair do aluguel em dez anos.

Planejar o longo prazo é aceitar que ele começa hoje. Que as melhores colheitas vêm de quem planta cedo, rega com regularidade e ajusta a rota quando necessário.

Porque, no fim, o que está em jogo não é o próximo mês, é a vida que você quer viver nas próximas décadas —e ela precisa de atenção, estratégia e ação constante.

Eufrázio

QUE IMPOSTO É ESSE

Como mudar sem destruir a reforma do IR

Texto do governo Lula para taxar lucro e dividendo tem risco como o de Bolsonaro

Eduardo Cucolo
É repórter de Mercado. Foi secretário de Redação em Brasília

A primeira pesquisa Datafolha divulgada após a apresentação do projeto de reforma do Imposto de Renda mostra que a tributação adicional sobre as pessoas de maior renda encontra apoio em quase todos os segmentos da sociedade, mas que quase metade da população não acredita na sua aprovação.

Entre os que avaliam o governo Lula como ótimo ou bom, apenas 10% são contra o imposto mínimo, mas 47% avaliam que deputados e senadores vão rejeitar esse ponto da proposta. Para aqueles que avaliam a atual administração como ruim ou péssima, 32% são contra a cobrança, e 46% dizem que o Congresso vai barrar a iniciativa.

A avaliação de que o projeto não será aprovado no formato proposto pelo governo é também o cenário visto como mais provável por economistas e tributaristas. Algumas questões apontadas como passíveis de revisão são a retenção na fonte das remessas ao exterior —o Ministério da Fazenda já admite mudanças nesse ponto—, a tributação de lucros de exercícios passados e o uso da alíquota nominal de 34% como referência para medir a tributação da empresa para abatimento do imposto já pago.

Também se questiona a inclusão de rendimentos já tributados na fonte ou isentos para definir o patamar de rendimento das pessoas que podem pagar mais imposto para chegar ao mínimo de 10%.

Discussões técnicas são bem-vindas, mas é preciso evitar que o texto siga o mesmo caminho do malfadado PL 2337, o projeto do ex-ministro Paulo Guedes para tributar lucros e dividendos.

O deputado Arthur Lira (PP-AL), relator da proposta do governo Lula, pediu à sua assessoria para estudar o conteúdo da iniciativa apresentada em 2021, na gestão Jair Bolsonaro (PL).

O PL 2.337 foi aprovado na Câmara, após ser profundamente alterado pelos deputados. O resultado final se tornou uma unanimidade: foi criticado por praticamente todas as confederações empresariais, abandonado pelo próprio governo e engavetado pelo Senado Federal.

Discussões técnicas são bem-vindas, mas é preciso evitar que o texto siga o mesmo caminho do projeto do ex-ministro Paulo Guedes

Havia previsão de redução dos tributos sobre o lucro das empresas de 34% para 26% e de uma cobrança de 15% sobre dividendos —o que foi apontado pelas empresas como aumento de carga tributária.

Guedes propôs uma faixa de isenção de R$ 240 mil por ano. A Câmara ampliou o benefício, isentando todos os empresários do Simples e também aqueles do lucro presumido com faturamento de até R$ 4,8 milhões, o que foi compensado com uma alíquota maior para os demais contribuintes. Difícil saber o que Lira conseguirá aproveitar da proposta.

Seu partido apresentou outra sugestão, que aumenta o valor da renda para aplicação do imposto mínimo e também isenta microempresários com renda milionária.

Segundo a Receita Federal, das 7 milhões de empresas no Simples, apenas 2,2 milhões distribuem dividendos. Desta, 0,09% seriam atingidas pelos 10% aplicados a quem tem renda anual acima de R$ 1,2 milhão.

Na semana passada, o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, disse aos parlamentares que os argumentos contrários à cobrança são semelhantes aos levantados quando o governo propôs taxar investimentos no exterior e que ninguém vai deixar de ser rico por causa do novo imposto. No setor privado, a avaliação é que o texto abre brechas para contestações no Judiciário e planejamentos tributários para driblar a cobrança.

São Paulo, Minas e mais 4 estados resistem a tributação progressiva de herança

Espírito Santo, Paraná, Roraima e Mato Grosso do Sul também mantêm alíquota única, contrariando regra da reforma tributária

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Seis estados ainda tributam a transmissão de heranças e doações com alíquota única, contrariando o que diz a emenda constitucional da reforma tributária aprova em 2023 sobre a progressividade do imposto. São eles: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Roraima. Mas esse cenário pode mudar em 2026.

Em São Paulo, o governo estadual só deverá definir sua proposta após o fim do processo de regulamentação da reforma, que ainda depende da votação de um projeto no Senado sobre ITCMD, imposto estadual sobre herança e doação, entre outras questões.

O Espírito Santo diz que analisa a melhor forma de aplicação da nova regra e prevê o envio de uma proposta à assembleia do estado no segundo semestre.

O Mato Grosso do Sul também estuda a questão das alíquotas, ressalta que a emenda não deu prazo para implementar a medida e que não haverá mudança neste ano. Afirma também que a alteração pode ser feita sem que haja alta de imposto. Diz ainda que a tributação de acordo com o valor recebido por herdeiro (por meio de quinhão), outra exigência da reforma, deve ser implantada no segundo semestre.

O Paraná propôs no ano passado desonerar valores de até R$ 840 mil e elevar o imposto para transmissões acima desse patamar, mas voltou atrás após a oposição da Assembleia Legislativa e de empresários locais. Na época, o governo informou que a mudança iria garantir redução de imposto para 97% dos inventários e doações no estado.

A Secretaria de Fazenda do estado diz que serão feitas novas discussões no âmbito do Poder Executivo sobre o assunto e que não há previsão de data para enviar um novo projeto.

Minas Gerais e Roraima ainda não sinalizaram quando vão alterar suas leis. Entre as mudanças feitas no ITCMD pela emenda constitucional da reforma, promulgada em dezembro de 2023, está a determinação de que esse tributo estadual "será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação".

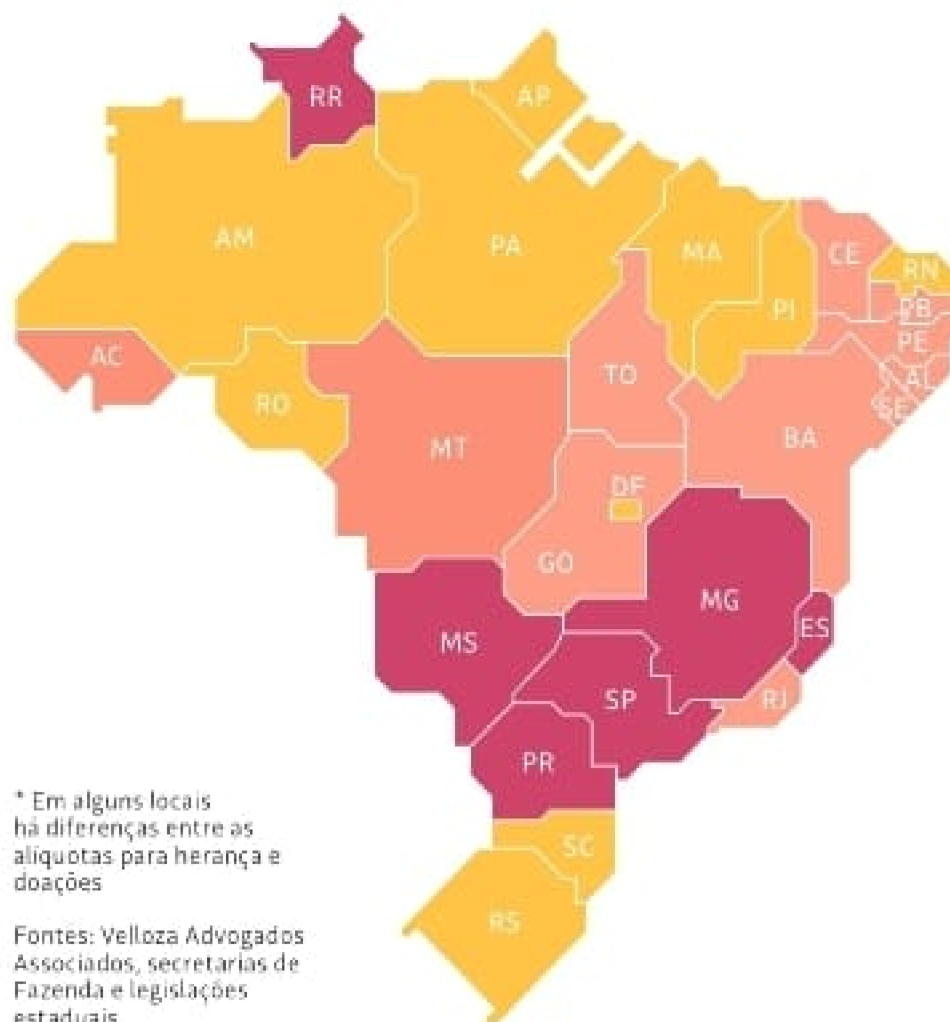
"A maior parte dos estados já se adaptou à progressividade das alíquotas", afirma Natalia Zimmermann, sócia do escritório Velloza Advogados Associados, responsável pelo levantamento feito a pedido da **Folha**.

"Imagino que esses que ainda não têm devem apresentar alguma proposta neste ano."

Imposto sobre herança e doação varia de 1% a 8% no Brasil

Alíquotas coletadas em abril.2025*

Alíquotas progressivas menores que 8%
Alíquotas progressivas com máxima de 8%
Alíquota única e abaixo de 8%*



* Em alguns locais há diferenças entre as alíquotas para herança e doações

Fontes: Velloza Advogados Associados, secretarias de Fazenda e legislações estaduais

Cinco locais já alteraram suas leis após a aprovação para acabar com a alíquota única sobre herança e/ou doação: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia e Piauí.

A maior parte dos estados já adotava múltiplas alíquotas antes da mudança. Muitos alteraram suas leis após uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2013. O tribunal considerou que a Constituição não vedava a cobrança nesse formato, que passou a ser uma opção.

Com a reforma de 2023, ela se tornou obrigatória, mas não foi dado um prazo para que a alteração seja implantada, nem estabelecidas sanções aos governadores. Além disso, outras mudanças no ITCMD estão em análise no Congresso, e algumas secretarias de Fazenda aguardam o fim das discussões antes de mexer na legislação local.

Uma das questões pendentes é se haverá a obrigatoriedade de que todos os estados apliquem a alíquota máxima permitida pela legislação, de 8%. Atualmente, 11 utilizam esse percentual —nos demais, os tetos variam de 4% a 7%. Uma divergência entre as legislações estaduais não foi tratada na reforma: a diferença no conceito de progressividade.

Em alguns locais, as alíquotas são aplicadas dividindo o valor da herança ou doação por faixas, com aplicação de um percentual diferente sobre cada uma delas, como é feito na tabela progressiva do Imposto de Renda.

Outros locais possuem múltiplas alíquotas, mas aplicam apenas uma delas sobre o valor total a ser tributado, o que aumenta o imposto pago pelos herdeiros. Para fins de comparação, é como se a alíquota máxima de 27,5% do IR fosse aplicada sobre o total de um salário, desconsiderando a faixa de isenção e as alíquotas menores. Como não há uma definição sobre o que é progressividade na tributação do patrimônio, muitos desses estados avaliam que estão adequados à regra.

Também há divergências em relação a calcular a alíquota com base no valor recebido pelo herdeiro (o quinhão previsto na Constituição) ou observando o total que foi transmitido —outra regra que favorece a arrecadação.

Como mostrou a **Folha**, a possibilidade de mudança nas alíquotas do ITCMD foi um dos fatores que levou a arrecadação desse imposto a bater recorde em 2024. Muitos contribuintes realizaram doações em vida para evitar um possível aumento da tributação sobre grandes patrimônios. Em SP, a arrecadação foi impulsionada por projeto do deputado estadual Donato (PT), que desonera transmissões de até R$ 3,4 mi e eleva o imposto para valor maior.

Eufrázio

JHSF
SURPREENDENTE

A VISTA MAIS
IMPRESSIONANTE DA CIDADE



RESERVA
CIDADE JARDIM

IRREPLICÁVEL

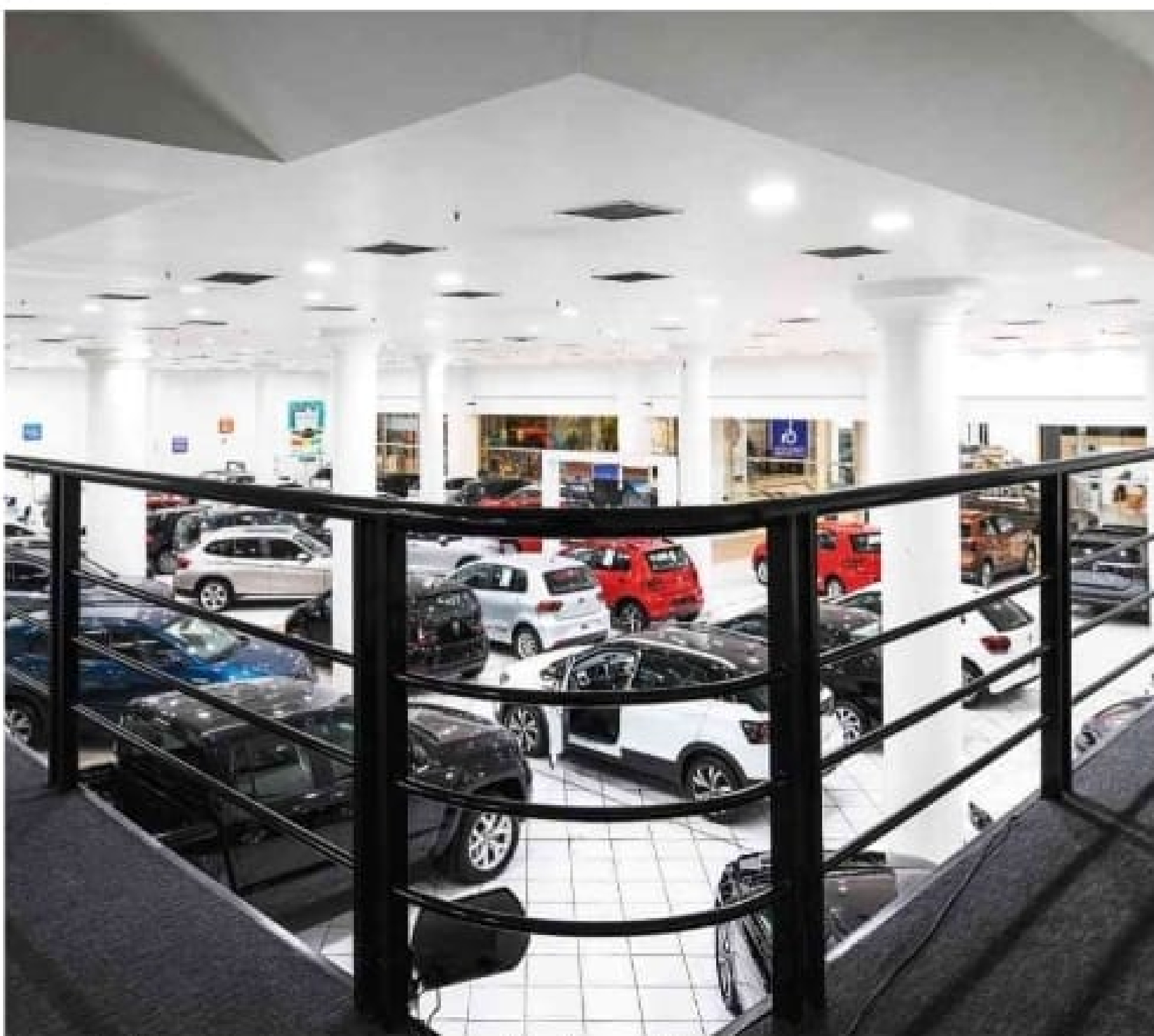
SAIBA MAIS



VISTA DO RESERVA CIDADE JARDIM

Veja como declarar apartamento, carro e outros bens no Imposto de Renda

Contribuinte deve informar compra, venda e financiamento; Receita muda regras e acrescenta novos códigos na declaração



Concessionária em SP; veículo comprado ou vendido deve ser declarado no IR Eduardo Knapp- 31.jul.19/Folhapress

IR 2025

Cristiane Gercina

SÃO PAULO Contribuintes que possuem casa, carro, apartamento, terreno, moto, caminhão e outros bens e direitos precisam declará-los no Imposto de Renda 2025, caso sejam obrigados a prestar contas ao fisco até 30 de maio.

Neste ano, a Receita Federal fez alterações na ficha "Bens e Direitos", onde esses itens são declarados. Foram incluídos seis novos códigos para informar joias, garagens e investimentos, entre outros bens, houve maior detalhamento em 13 códigos e alteração de 11 deles, que não permitem mais declarar bens do exterior.

O objetivo da Receita é que se use cada vez menos o código "99 - Outros". "Analisamos que muita gente declarou bens que têm códigos específicos como 'Outros', seja por preguiça ou por desconhecimento", afirmou o supervisor nacional do IR, José Carlos Fonseca, em 12 de março, ao anunciar as regras de 2025.

O prazo para declarar vai de 17 de março a 30 de maio. Quem é obrigado e atrasa o envio paga multa, que varia de 1% a 20% do imposto devido no ano, sendo que o valor mínimo é de 165,74. A multa é descontada direto da restituição de quem recebe imposto ou é preciso ser paga para quem tem diferenças a quitar.

A forma como o contribuinte declara o bem no Imposto de Renda varia conforme o tipo e a data da compra. Se o bem é financiado, há uma regra específica. Bens vendidos também devem ser declarados, dando baixa no item, para indicar que ele saiu daquela declaração no ano-calendário a que ela se refere.

Segundo especialistas em IR, o cidadão deve informar o código do bem e declará-lo sempre pelo valor de compra, sem acrescentar as atualizações de mercado. No caso de casa e apartamento, há, no entanto, formas de atualizar os valores e não cair na malha fina. São duas situações.

A primeira forma de atualização é quando há reforma no imóvel. O contribuinte pode acrescentar o valor que foi gasto ao custo do bem, desde que tenha os documentos para provar.

Outra situação é quando o imóvel é financiado. No caso dos financiamentos imobiliários, o cidadão vai somando, ano a ano, o que foi pago de parcela ao banco e informando o valor total em 31 de dezembro, aumentando o custo do bem. Também é preciso guardar consigo os documentos que comprovem esses pagamentos, como extrato de saque do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), por exemplo.

Para quem vai declarar o IR pelo programa de computador, é preciso detalhar a reforma no campo "Discriminação". No caso de quem declarará pelo aplicativo da Receita ou no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento), reforma e financiamento são incluídos como eventos à parte.

Os automóveis que foram financiados também podem ter o valor das parcelas acrescidas ao custo de compra. Mas diferentemente de outros bens, na venda, os carros não costumam se valorizar, eles têm desvalorização.

Bens que se valorizam ao longo dos anos podem ter de pagar imposto ao apurar o ganho de capital, que é o lucro, caso não se enquadrem nas regras de isenção.

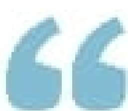
Casais que têm bens em comum e declaram o IR de forma separada devem informá-los em uma das declarações, mencionando, no campo "Discriminação", que o patrimônio é do casal.

Listar os bens é um dos primeiros passos para saber se o contribuinte entrará como dependente ou se deverá prestar contas separadamente. Se a soma dos bens e direitos ultrapassar R$ 800 mil em 31 de dezembro de 2024, é preciso declarar o IR.

Verônica Schmoeller, especialista em gestão tributária na consultoria Souzamaas, afirma que um erro comum é lançar o valor do financiamento em "Dívidas e Ônus Reais".

"Isso está errado. Financiamentos com garantia real [como imóveis e veículos] devem ser declarados na ficha 'Bens e Direitos', com os valores efetivamente pagos até 31/12/2024", diz.

Arthur Pitman, especialista em gestão tributária na Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), afirma que, neste ano, está mais fácil informar o bem no IR, com as declarações online e pelo aplicativo da Receita, no Meu Imposto de Renda. Ele orienta, no entanto, cuidado para não cometer um erro com pressa para prestar contas. "O envio antecipado não justifica o risco de esquecer algo relevante ou de omitir rendimentos, o que pode gerar pendências e multas", diz.



Financiamentos com garantia real [como imóveis e veículos] devem ser declarados na ficha 'Bens e Direitos', com os valores efetivamente pagos até 31/12/2024

Verônica Schmoeller
especialista em gestão tributária na Souzamaas, consultoria de gestão empresarial



Como enviar a declaração do IR 2025?

A declaração pode ser feita e enviada pelo PGD (Programa Gerador da Declaração), que é baixado no computador, ou pode ser enviada pelo aplicativo ou site da Receita, no Meu Imposto de Renda. Também é possível declarar online, pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal).



Saiba informar bens e direitos no Imposto de Renda

COMO DECLARAR BEM FINANCIADO EM 2024?

- Abra a ficha "Bens e Direitos"
- Selecione o grupo; se for imóveis, vá em "Bens Imóveis"
- Clique em "Novo" para adicionar um novo bem ou edite um que já estava na declaração antes
- Escolha o código correspondente ao tipo de bem a ser declarado
- Preencha o campo "Discriminação" com os seguintes dados: data e valor da compra; endereço; área total; matrícula no Cartório de Registro de Imóveis e nome do cartório; número do IPTU; e país onde o imóvel está localizado
- Se for carro, informe Renavam, modelo, ano, cor e dados de quem lhe vendeu o automóvel
- Se o imóvel foi adquirido por financiamento no ano de 2024, é preciso inserir ainda outras informações no campo "Discriminação", como entrada, número de prestações pagas no ano e valor de cada uma, total do financiamento e número de parcelas pagas em 2024, gastos com cartório (é preciso ter os comprovantes), taxa de juros, FGTS utilizado, se for o caso, nome e CNPJ da instituição financeira, e número do contrato de financiamento
- Deixe em branco a "Situação em 31/12/2023" e, em "Situação em 31/12/2024", informe o total, somando parcelas quitadas no ano e entrada, e alguma economia que foi dada na compra do bem
- É preciso informar o saque do FGTS em "Discriminação e o valor sacado, na ficha de rendimentos isentos e não tributáveis

COMO DECLARAR BEM FINANCIADO EM ANOS ANTERIORES?

- Abra a ficha "Bens e Direitos" e selecione o grupo a ser declarado
- Clique em "Novo" para adicionar um novo bem ou edite um que já estava na declaração
- Escolha o código e preencha o campo "Discriminação" com data e valor da compra; endereço; área total, número da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis e nome do cartório; IPTU; e país
- Se for carro, informe Renavam, modelo, ano, cor e vendedor
- No campo "Situação em 31/12/2023", informe o valor declarado no ano anterior
- Em "Situação em 31/12/2024", informe o que pagou em 2024 mais o que já estava sendo declarado antes e informe a soma

COMO DECLARAR BEM COMPRADO À VISTA EM 2024?

- Acesse a ficha "Bens e Direitos"
- Selecione o grupo; se for imóveis, vá em "Bens Imóveis"
- Clique em "Novo" para adicionar um novo bem ou edite um que já consta na declaração
- Escolha o código correspondente
- Preencha o campo "Discriminação" com data e valor da compra, endereço, área, matrícula, nome do cartório, IPTU e país
- Se for automóvel, informe Renavam, dados de veículo e vendedor
- Deixe em branco o campo "Situação em 31/12/2023"
- Em "Situação em 31/12/2024", informe o total pago no ano, somando todas as verbas

COMO DECLARAR BEM VENDIDO EM 2024?

- Acesse a ficha "Bens e Direitos"
- Selecione o grupo
- Clique em "Novo" para adicionar um novo bem ou edite um que já estava em sua declaração
- Escolha o código correspondente ao tipo e preencha o campo "Discriminação" com os dados da venda, como valor e informações do comprador
- Se for imóvel, é preciso constar informações do IPTU, metragem, nome do cartório, endereço e outros dados. Se for automóvel, não se esqueça do Renavam
- No campo "Situação em 31/12/2023", informe valor já declarado no ano anterior
- Deixe em branco a "Situação em 31/12/2024" para dar baixa

Alta de preços faz 58% dos brasileiros reduzirem a compra de alimentos

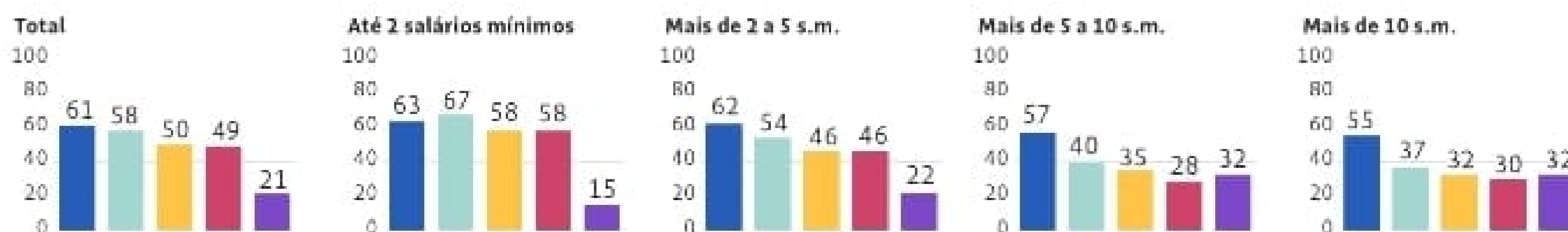
Para 54% dos entrevistados pelo Datafolha, governo Lula tem muita responsabilidade pela inflação da comida; poupar água e luz é outra prática comum para economizar

Aumento de preço de alimentos muda hábitos de brasileiros

Ações adotadas em resposta à inflação

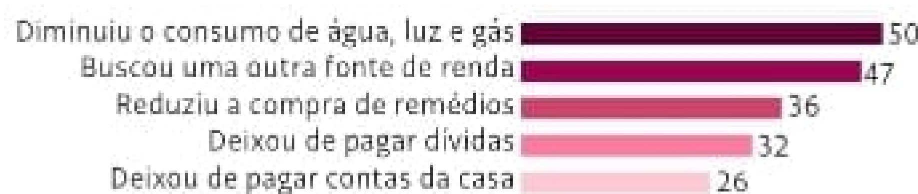
Por renda familiar mensal, em %

- Diminuiu a quantidade de vezes que come fora de casa
- Reduziu a quantidade de alimentos que costuma comprar
- Trocou a marca de costume de café por uma mais barata
- Diminuiu o consumo de café
- Não mudou



Outros efeitos do aumento de preços de alimentos

Em %



75% da população diz ter comida o suficiente ou mais em casa

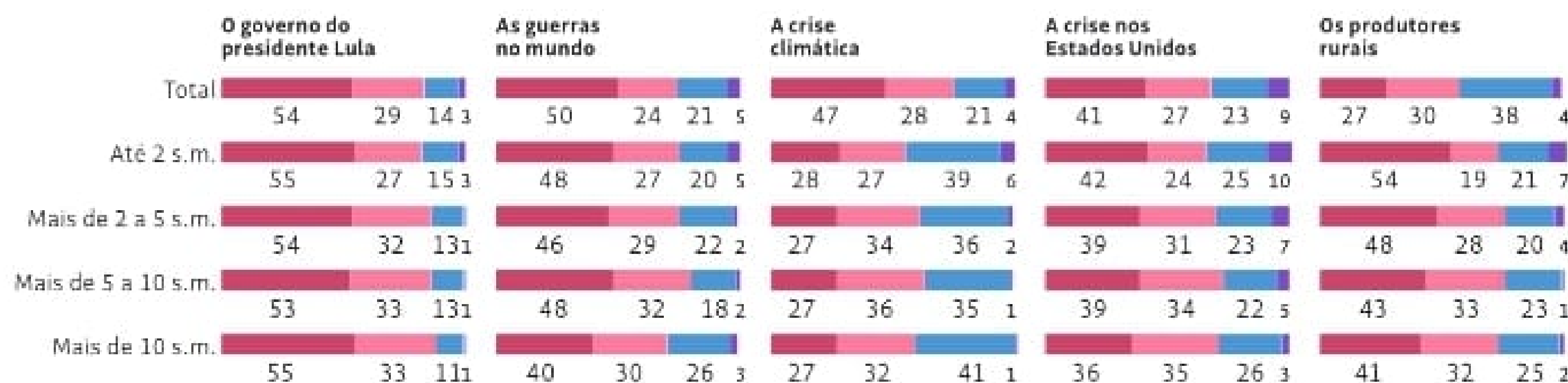
Em %



Mais pobres culpam também produtores rurais; mais ricos dão peso maior a Lula

Por renda familiar mensal, em %

- Muita responsabilidade
- Um pouco
- Nenhuma
- Não sabe



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente com 3.054 pessoas de 16 anos ou mais em 172 municípios pelo Brasil nos dias 1 a 3 abr.; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Fernanda Perrin

SÃO PAULO A inflação levou 58% dos brasileiros a reduzir a quantidade de alimentos que costuma comprar, segundo pesquisa Datafolha. Entre os mais pobres, o percentual sobe para 67%.

De acordo com o levantamento, 8 em cada 10 brasileiros adotaram alguma mudança de hábito em resposta à inflação, como sair menos para comer fora de casa (61%), trocar a marca de café por uma mais barata (50%) e reduzir o consumo da bebida (49%).

O Datafolha ouviu 3.054 pessoas de 16 anos ou mais em 172 municípios entre os dias 1º e 3 de abril. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

A pesquisa aponta também que um quarto da população diz ter menos comida do que o suficiente em casa. Para 6 em cada 10, a quantidade é suficiente; outros 13% dizem ser mais do que o necessário. Tecnicamente, não houve mudança nesses dados em relação à última pesquisa em que essa pergunta foi feita, em março de 2023 –considerando a margem de erro, não é possível dizer que houve oscilação em comparação ao início do governo.

Além das mudanças de hábitos de consumo, o Datafolha questionou quais outras medidas foram adotadas para economizar. A mais comum foi diminuir o consumo de água, luz e gás –metade dos brasileiros diz ter seguido esse caminho.

Em segundo lugar, buscar outra fonte de renda foi a saída para 47%. Pouco mais de um terço (36%) diz ter reduzido a compra de remédios, 32%, que deixou de pagar dívidas, e 26%, que deixou de pagar contas de casa.

Quanto mais bolsonarista o entrevistado, maior o percentual dos que dizem ter adotado alguma dessas medidas (59%). Quanto mais petista, menor (43%).

O aumento de preços da comida vem sendo apontado como uma das principais razões para a baixa popularidade do governo Lula (PT).

Para 54% dos brasileiros, o governo Lula tem muita responsabilidade pela alta de preço dos alimentos nos últimos meses. Outros 29% atribuem um pouco de culpa à administração atual. Apenas 14% afirmam que o Planalto não tem nenhuma responsabilidade.

Mesmo eleitores do presidente culpam em algum grau seu governo pelo problema –para 72% dos que dizem pretender votar em Lula, ele tem muita ou um pouco de responsabilidade.

Segundo o Datafolha, 29% fazem uma avaliação positiva do governo, percentual ligeiramente acima do encontrado na pesquisa anterior, de dezembro (24%), mas ainda inferior à reprovação, que chega a 38%.

Lula chegou a anunciar medidas para conter os preços, como isenção de imposto de importação sobre certos produtos. As ações, no entanto, ainda não surtiram efeito significativo.

Os entrevistados foram questionados sobre a parcela de culpa que atribuem a cinco motivos para a alta de preços: o governo Lula, a crise climática, as guerras no mundo, a crise nos Estados Unidos e os produtores rurais.

Em todos os grupos sociais, mais da metade dos entrevistados disse que o Planalto tem grande responsabilidade. A principal divergência é que, para aqueles com renda domiciliar mensal de até dois salários mínimos, produtores rurais carregam tanta culpa quanto.

Nesse segmento, 55% atribuem grande responsabilidade ao governo e 54%, aos produtores rurais –percentual bem superior ao observado nas demais faixas de renda. Entre aqueles que ganham mais de dez salários mínimos, por exemplo, esse número cai para 41%.

Os mais ricos também são os que menos culpam as guerras no mundo (40%, contra 46%-48% nos demais segmentos) e a crise nos EUA (36%, em comparação com 39%-42% nos outros grupos) pela alta de preços.

Quando separados por intenção de voto na próxima eleição presidencial, eleitores de Romeu Zema (Novo) e Tarcísio de Freitas (Republicanos) são os que mais veem o atual governo como culpado: 78% e 77%, respectivamente.

Para eleitores de Lula, produtores rurais e guerras carregam as maiores parcelas de culpa (57% e 55%, respectivamente).

Segundo dados mais recentes divulgados pelo IBGE, a inflação foi de 5,48% nos acumulado de 12 meses até março. No mês, a alta foi de 0,56%, puxada por alimentação e bebidas. A inflação nessa categoria acelerou de 0,70% em fevereiro para 1,17% na leitura mais recente.

Contribuíram para esse resultado as altas do tomate (22,55%), do ovo de galinha (13,13%) e do café moído (8,14%). Em 12 meses, a inflação desses itens foi de 0,13%, 19,52% e 77,78%, respectivamente.

Especialistas dizem que as variações de preço decorrem de uma combinação de fatores. No caso do ovo, o IBGE lista uma maior demanda em razão do retorno das aulas no país, as exportações devido a problemas de gripe aviária nos Estados Unidos e os impactos do calor na produção no Brasil.

No caso do café, os problemas de safra têm levado a uma disparada das cotações no mercado internacional. A alta de preços do tomate é atribuída ao clima: produtos in natura costumam apresentar oferta reduzida durante os meses mais quentes do ano.

Segundo o Datafolha, a parcela de brasileiros que viram a economia nacional piorar nos últimos meses cresceu dez pontos percentuais desde o fim do ano passado e agora representa 55% do total. É a primeira vez no terceiro mandato de Lula (PT) que a fatia corresponde à maioria dos entrevistados.

5,48%

foi a inflação registrada pelo IPCA nos 12 meses até março, acima da meta, de 4,5%

77,8%

é o índice de elevação do preço do café moído no acumulado em 12 meses até março

STF faz 'jogo de resgate' e premia estado e município que gasta mais

Para especialistas, Corte incentiva irresponsabilidade de gestores, e decisões que cobram ajuste deveriam ser exemplo; Gilmar Mendes diz não ver favorecimento

DESAFIO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O histórico de decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) a favor de estados e municípios em ações sobre temas financeiros incentiva a postura irresponsável de governadores e prefeitos na gestão das contas, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

Em diversos momentos, a Corte lançou uma boia de salvação para entes que haviam acelerado despesas durante fase de bonança, mas ficaram sem recursos para honrar compromissos quando as receitas diminuíram. O prejuízo foi parar no colo da União.

Agora, com a recente expansão de gastos patrocinada pelo maior volume de transferências, inclusive via emendas parlamentares, o temor é que o ciclo se repita.

"O problema é o jogo do resgate, um aumento consistente de gastos públicos a nível subnacional com recorrentes socorros da União. E aí entra o STF com um péssimo incentivo", diz a pesquisadora Débora Costa Ferreira, que estuda incentivos eleitorais a partir das regras fiscais.

Segundo ela, a situação favorece a estratégia de reeleição dos gestores locais de atrair emendas, maximizar transferências e ampliar despesas. "Quando a situação fiscal piora, porque esse dinheiro some depois da reeleição, o STF vai lá e legitima a estratégia, porque a via do resgate está sempre disponível", disse.

Nos últimos anos, diferentes ministros decidiram impedir bloqueios de valores para cobrir calotes em dívidas, assegurar o ingresso de estados no RRF (Regime de Recuperação Fiscal) e afastar punições previstas em lei para aqueles que seguiram gastando acima dos limites. O argumento principal é que estados não podem emitir dívida própria e precisam manter o funcionamento das políticas. O STF foi procurado por meio de sua assessoria, mas não se manifestou.

Em sua tese de doutorado, de 2019, a pesquisadora Andrea Dantas retratou em números o quanto o pêndulo da Corte estava mais inclinado aos entes subnacionais. De 250 ações sobre temas fiscais movidas por estados e que já haviam sido julgadas, 218 tiveram resultado favorável a eles (87,2%). A análise precedeu o auge das ações sobre o RRF, que apenas reforçaram essa tendência.

"Há uma ideia um pouco arcaica do federalismo brasileiro, de que a União é a provedora e tem que fazer esse equilíbrio. É como se o grau de responsabilidade fiscal da União fosse um, e o do estado fosse menor", critica.

Para ela, o STF teve papel determinante no aumento das dívidas de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Agora, eles são alguns dos principais interessados no socorro aprovado pelo Congresso Nacional e que, mais uma vez, joga a fatura no colo do governo federal, via redução de juros.

"O Supremo dá uma liminar e a mantém durante nove anos, dizendo que um estado não precisa pagar nenhuma dívida, sem nenhuma consequência ou sanção. Enquanto isso, o mesmo estado está dando aumento para servidores, usando o dinheiro de forma errada. O STF não pode lavar as mãos", afirma Dantas.

Segundo a pesquisadora, a própria Corte tem exemplos positivos a serem seguidos. Ela cita uma decisão do ministro Gilmar Mendes que, em 2019, concedeu a Goiás os benefícios do RRF, mas exigiu também as medidas de ajuste previstas na lei e uma prestação de contas a cada seis meses.

"Foi um gatilho de comportamento responsável, que gerou um ciclo virtuoso para Goiás. Rio e Minas só têm decisões favoráveis. Não pagam a dívida e vão se afundando", disse Dantas.

O ministro Gilmar Mendes diz à **Folha** que Goiás recorreu ao Supremo já tendo um cardápio de medidas de ajuste para implementar. A dificuldade era ingressar no socorro, já que a situação fiscal não preenchia os critérios.

"Ainda que uma recuperação fiscal [seja] dada por decisão judicial, ela teria que seguir os parâmetros da lei. E foi isso que nós impusemos na liminar. E isso pode ser diferente de outras decisões", afirma o ministro.

Embora reconheça que o STF às vezes toma "medidas excepcionais" diante de um contexto mais amplo, Gilmar diz não ver favorecimento a estados e municípios. Ele defende que as decisões da Corte sigam a lei, inclusive na cobrança das medidas de ajuste, mas evita comentar os demais casos. "Não vou emitir juízo sobre processos que estão sob a relatoria de outros colegas. Mas é importante que as situações sejam, tanto quanto possível, tratadas de maneira semelhante", disse.

O professor Maurício Bugarin, da Universidade de Brasília, destaca que a adoção de medidas de ajuste fiscal tem custo político e social. Por isso, quando o STF decide a favor de estados e municípios e poupa os gestores do desgaste, isso vira um incentivo perverso até mesmo para aqueles que estão com as contas em dia.

"Um governador olha e vê duas opções: aperta o cinto e gera impopularidade, ou vai no Supremo e diz 'se eu pagar isso, vou ter que cortar a merenda das crianças'. Aí o STF dá uma liminar. E ele consegue se reeleger e sair bem para outro cargo", afirma.

Hoje, as despesas de estados e municípios já passam até mesmo o gasto direto da União, o que interfere na tarefa do Banco Central de controlar a inflação. O professor da UnB traça um paralelo com os anos 1990, quando se via necessidade de tratar do problema dos bancos estaduais para controlar a alta dos preços.

A questão foi abordada em artigo de 1992 dos economistas Sérgio Werlang e Armínio Fraga. Sete anos depois, eles eram diretor de Política Econômica e presidente do BC, e implementaram o sistema de metas para inflação.

O argumento central era que o gestor do estado, ao conseguir transferir a responsabilidade para a União, gerava bem-estar para seu eleitorado pagando apenas um pedaço da fatura, que era dividida entre todos os brasileiros.

"Isso é um jogo não cooperativo em que a solução não é eficiente: é todo mundo jogando despesas para a União, e um gasto agregado maior do que se não tivesse a divisão", diz Werlang. O problema dos bancos estaduais foi endereçado, mas outras figuras passaram a operar essa mesma engrenagem, entre elas o STF.

Para ele, o quadro é fruto também da "falta de empenho" do Tesouro Nacional em mostrar os efeitos negativos das decisões. Procurado, o órgão afirma que as decisões são respeitadas, mas não cabe ao Tesouro se manifestar em relação ao mérito ou aos efeitos estruturais delas.

Resultado primário de estados e municípios

Em R$ bilhões (em % do PIB)



Fonte: dados do Banco Central elaborados pelo Santander

Gasto primário acumulado no trimestre

Em R$ bilhões do 4º tri/2024 e com ajuste sazonal

■ Governos regionais (estados e municípios)
■ Governo central*

Pagamento extraordinários de precatórios represados



*Exclui auxílios a estados e municípios, Fundeb, FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal), repasses da Lei Kandir e compensação à desoneração da folha
Fonte: estudo do economista Bráulio Borges, a partir de dados do Tesouro Nacional



Série abordou desequilíbrios nas finanças de estados e municípios

A situação das finanças regionais foi tema da série de reportagens "Desafio fiscal de estados e municípios", que a **Folha** conclui nesta segunda (14).

O material mostrou como a nova rodada de descentralização de recursos, inclusive via emendas parlamentares, serviu para turbinar as despesas, com consequências relevantes não só para a saúde fiscal desses entes mas também para o cenário econômico e político do país.

Pesquisadores apontam uma expansão fiscal dos governos subnacionais tão significativa que suas despesas já ultrapassaram o gasto direto da União, o que interfere no trabalho do Banco Central para combater a inflação.



Um governador olha e vê duas opções: aperta o cinto e gera impopularidade, ou vai no Supremo e diz 'se eu pagar isso, vou ter que cortar a merenda das crianças'. Aí o STF dá uma liminar. E ele consegue se reeleger ou sair bem para outro cargo

Maurício Bugarin
Professor da UnB



COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

Introdução

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado de São Paulo na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado, sobretudo quando envolvam a prestação de garantias ou algum suporte financeiro inicial e transitório.

No exercício de 2024, as ações da CPP se concentraram no apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, instituído pelo Decreto 67.443, de 11 de janeiro de 2023, prestando garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado em contratos de concessão, por meio do penhor de ativos financeiros de sua titularidade, bem como prestando serviços de gestão de projetos e apoio técnico à Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, sua atual pasta tutelar, voltados para a avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura nas modelagens econômico-financeiras de processos de concessão e/ou desestatização de ativos.

Observando os requisitos de transparência, bem como os preceitos estabelecidos na Lei 13.303/2016, na Orientação Técnica CPC 09 e na Resolução CVM nº 14, de 09/12/2020, este Relatório de Atividades está organizado em três grandes blocos, sendo eles 1. Detalhamento das atividades operacionais; 2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto Jurídico e 3. Quadro de pessoal.

1. Detalhamento das atividades operacionais:

Este item atende ao inciso I do Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, demonstrando que as atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação:

1.1. Apoio ao programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP:

1.1.1. Serviços de gestão de projetos, estruturação de projetos e apoio:

A CPP, durante 2024, cumpriu suas obrigações assumidas em função dos dois contratos que possui com a SPI para prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP.

O Contrato SPI nº 001/2023, assinado em 19/5/2023, com preço total inicial estimado de R$ 70.364.907,76 e com prazo de execução estimado de 34 meses, prevê: (i) serviços de apoio técnico nos projetos: Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos; Novos Lotes de Rodovias Estaduais; Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE; e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP; e (ii) serviços de estruturação dos seguintes projetos: Túnel Submerso Santos-Guarujá; PPP Educação - Adequação e Manutenção de Escolas; PPP Campos Elíseos; Conjunto Desportivo Vaz Guimarães; Estrada de Ferro Campos do Jordão-EFCJ; e Serviços Públicos de Loterias.

Já o Contrato SPI nº 009/2023, assinado em 29/11/2023, com preço total inicial estimado de R$ 64.144.644,04 e com prazo de execução estimado de 30 meses, prevê: (i) serviços de apoio técnico nos projetos: Programa Universaliza SP; Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano-Área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invadidas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos-Parque CECAP, Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia; Educação - Novas Escolas; e Transporte Intermunicipal Rodoviário de Passageiros; e (ii) serviços de estruturação dos seguintes projetos: Serviços Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE - Piscinões; Desassoreamento, e Barragens e adutoras; Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE; Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos-Belém, Guarapiranga, Juventude, Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jardim Helena e Jacuí; e PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa. Registre-se que em 2025 passam a ser três os contratos operados com a SPI, uma vez que foi celebrado em 27/12/2024 novo contrato com a SPI ("SPI-CPP 025/2024"). Com valor total inicial estimado de R$ 117.820.542,90 e com prazo estimado para execução de 36 meses, o respectivo contrato objetiva a prestação de serviços especializados para apoio e elaboração de estudos técnicos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e a modelagem recomendada para a estruturação dos seguintes projetos de parcerias integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo: Trem Intercidades (TIC) Eixo Leste, TIC Eixo Sul, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) Campinas, e VLT Sorocaba, além da prestação de apoio técnico ao "Programa Integra Resíduos".

1.1.1.1. Informações sobre o desenvolvimento das Estruturações de Projetos de infraestrutura:

1.1.1.1.1. Túnel Imerso Santos-Guarujá: A CPP enviou à SPI, em 29 de outubro de 2024, o pacote dos estudos como proposta de Modelagem Final de PPP do Túnel Imerso Santos-Guarujá, contendo Edital, Contrato, Anexos e Apêndices, Modelo Econômico-Financeiro e demais materiais de apoio. Ao longo do ano, foram realizadas validações, revisões e atualizações nos materiais anteriormente encaminhados pela CPP à SPI. O novo pacote de documentos encaminhado contemplou as contribuições recebidas da ARTESP no âmbito da Consulta Pública nº 02/2024 e das Audiências Públicas realizadas em abril de 2024, bem como da sondagem de mercado realizada em outubro, promovida pelo MPOR com o apoio da CPP. Por fim, foram realizadas, em novembro, as audiências públicas do EIA/RIMA protocolado na CETESB, no âmbito do processo de emissão da licença prévia para o projeto.

1.1.1.1.2. <u>PPP Educação - Adequação e Manutenção de Escolas</u>: No exercício de 2024 o projeto está na Fase 2, que tem por objetivo a estruturação do projeto com base nas escolas selecionadas na Fase 1 que, após adequações realizadas pela Secretaria de Educação, decorrente de municipalizações de unidades de ensino, somam 143 unidades de ensino para o 1º Lote do Projeto. Até a data de envio deste relatório, a CPP havia concluído as fases de audiência e consulta pública do 1º Lote, com as atividades focadas na finalização da modelagem definitiva para publicação da PPP ainda no 1º trimestre de 2025. Destaca-se que atualmente também está em vias de conclusão a definição do pacote de escolas do 2º Lote do Projeto.

1.1.1.1.3. <u>PPP Campos Elíseos</u>: Em março de 2024 foi lançado o Concurso Público Nacional de Arquitetura nº 001/2024-CPP, considerado um dos maiores do país em tamanho e em participação - com 63 inscrições e 45 propostas recebidas. Do resultado do concurso, anunciado em agosto, foram utilizadas as informações e estudos técnicos apresentados para dar continuidade ao desenvolvimento do projeto, com o diagnóstico da situação técnico-operacional e as definições do escopo e modelo de negócios e da modelagem jurídico-institucional, bem como dos demais projetos complementares ao do Concurso de Arquitetura. A etapa de Consulta Pública está prevista para o início de 2025.

1.1.1.1.4. <u>Estrada de Ferro Campos de Jordão - EFCJ</u>: Foram realizados levantamentos documentais e de campo para subsidiar os estudos, rodadas de conversa com os principais interessados mapeados para colher percepções sobre os ativos e modelagem e, concluídos os principais produtos dos módulos de Demanda, Regulatório, Mercadológico e Socioambiental, Engenharia e Econômico-Financeiro necessários para a abertura da Consulta Pública. Atualmente, estão sendo revistos pela CPP as minutas de documentos licitatórios, com estimativa de abertura de Consulta Pública prevista para meados de janeiro de 2025.

1.1.1.1.5. <u>Serviços Públicos de Loterias</u>: Em 2024, a CPP consolidou a modelagem final do projeto e a submeteu à SPI em maio, sendo aprovada pelo CDPED na 9ª Reunião Ordinária do PPI-SP. Com o aval do CDPED e da PGE/SP, o edital foi publicado em junho. Entre a publicação e o prazo final para esclarecimentos, a Comissão de Contratação respondeu 91 questões de interessados. Em outubro, ocorreram a Sessão Pública de Recebimento de Envelopes e, em novembro, a Sessão Pública de Concorrência, na qual o vencedor ofereceu uma outorga de R$ 600 milhões. A expectativa é a assinatura do contrato no primeiro trimestre de 2025.

1.1.1.1.6. <u>Barragens, Adutoras e Infraestruturas Complementares</u>: Em 2024 teve início a estruturação do projeto de Implantação, Operação e Manutenção do Sistema Adutor de Captação e Distribuição de Água e Operação e Manutenção das Barragens de Pedreira e de Duas Pontes e respectivas Infraestruturas Complementares (ETEs Monte Alegre e Amparo e UTR Camanducaia). Ademais estão sendo realizados os levantamentos documentais para subsidiar os estudos referentes à fase de Avaliação Inicial. A realização da Consulta Pública está prevista para agosto de 2025 e publicação do Edital de Licitação no primeiro semestre de 2026.

1.1.1.1.7. Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE: Em 2024 foram elaborados os estudos técnicos de Engenharia, Socioambiental, Demanda, Jurídico e Econômico-Financeiro, que deram embasamento para a elaboração e posterior publicação da Consulta Pública SPI nº 4/2024. Em 2024 foram realizadas as Audiências Públicas nº 4, nº 5 e nº 6 para a apresentação do projeto, nos dias 9, 11 e 12 de novembro. A previsão é de publicação do Edital de Licitação no primeiro semestre de 2025.

1.1.1.1.8. <u>PPP de Desassoreamento</u>: A estruturação do projeto da PPP de Desassoreamento da RMSP iniciou-se em 2024, efetuando os levantamentos documentais e de campo para subsidiar os estudos e entregues os estudos referentes à fase de Avaliação Inicial. Além disso, estão em curso as atividades dos módulos de Engenharia, Socioambiental, Econômico Financeiro e Jurídico. A conclusão dos estudos e realização da Consulta Pública está prevista para o segundo trimestre de 2025.

1.1.1.1.9. <u>Ginásio Ibirapuera:</u> No final de 2024, começaram os estudos iniciais de viabilidade da estruturação do projeto de Requalificação do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães.

1.1.1.1.10. <u>PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa:</u> O projeto encontra-se em fase de avaliação preliminar do Projeto, visto que a ordem de Serviços foi emitida no último bimestre de 2024.

1.1.1.1.11. <u>Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos:</u> O Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos compreende na carteira os seguintes parques: (i) Parque Ecológico do Guarapiranga; (ii) Parque da Juventude; (iii) Parque Belém-Manoel Pitta; e (iv) Parque Ecológico do Tietê (núcleos Engenheiro Goulart, Jardim Helena, Vila Jacuí e Itaim Biacica). Foram realizadas as visitas técnicas *in loco* nos parques para mapeamento da disposição dos equipamentos e estruturas, análise do funcionamento e de possíveis vocações. Paralelamente, vêm sendo realizadas diversas reuniões para definir detalhes do projeto. Estão em curso, também, a elaboração de estudos/produtos relativos às frentes de Avaliação Comercial e Estudo de Demanda; Socioambiental; Engenharia, Arq. e Transporte; Jurídico-Institucional, definições que visam respaldar a definição do modelo/escopo do projeto. A consulta e a audiência pública do projeto estão previstas para ocorrerem no primeiro trimestre de 2025.

1.1.1.2. Informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos de Apoio Técnico:

1.1.1.2.1. <u>Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano</u>: O projeto abrange a área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invadidas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos (Parque CECAP), Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia. Importante ressaltarmos que o Projeto de Concessão Administrativa "PPP Área Central" Estado de São Paulo foi alterado para estruturação através do aditivo no contrato SPI nº 09/2023, após a análise das contribuições da consulta pública e todas os documentos elaborados até a tomada de decisão.

1.1.1.2.2. <u>Educação - Novas Escolas</u>: Em 2024 a CPP deu prosseguimento ao apoio à SPI e SEDUC na elaboração de Roadshows e, paralelamente à adequação dos documentos editalícios à luz das contribuições recebidas durante a Consulta Pública. Assim, em 21 de junho de 2024, foram publicadas as Concorrências Internacionais nº 01/2024 (Lote Oeste) e a nº 02/2024 (Lote Leste), no DOE/SP. Em 23 e 29 de outubro de 2024 foram realizadas as sessões públicas de entrega de envelopes do Lote Oeste e Lote Leste, respectivamente. E, finalmente, em 29 de outubro de 2024 e 04 de novembro de 2024, foram realizadas as sessões públicas de abertura de propostas dos Lotes Oeste e Leste. A equipe da CPP ainda fez parte das Comissões de Licitação de ambas as concorrências, que deverão ter seus contratos assinados nos próximos meses.

1.1.1.2.3. <u>Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos</u>: O projeto abarca a estruturação de um Programa de Parcerias em Mobilidade, considerando as linhas metroferroviárias atualmente operadas e/ou planejadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Os serviços de apoio prestados pela CPP foram segmentados em três contratos específicos: (1.1.1.2.3.1.) Metrô; (1.1.1.2.3.2.) CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13) e CPTM Lote ABC-Guarulhos (Linhas 10 e 14) e (1.1.1.2.3.3.) Trem Intercidades (TIC) - Eixo Oeste:

1.1.1.2.3.1. *Metrô*: A CPP vem revisando produtos técnicos produzidos pelo IFC, coordenando reuniões e expedindo diretrizes para o andamento dos trabalhos contratados pela SPI com a IFC. Os serviços de apoio incluem: (i) comunicações, (ii) elaboração de ofícios solicitando informações ao Metrô, (iii) organização de informações para encaminhamento à SPI; (iv) elaboração de respostas para requisições do TCE e (v) estudos específicos sobre a Câmara de Compensação (*Clearing House*) do sistema de transportes de São Paulo para subsidiar a compreensão e divulgação das características macro operacionais e perspectivas de movimentação financeira no setor de mobilidade. A frente dos projetos do Metrô avançou com a realização do *kick-off*, marcando o início das atividades. Diversas reuniões de solicitação de dados estão em andamento, e os consultores realizaram visitas ao Metrô para levantamento da situação atual, além de reuniões dedicadas à definição do cenário preliminar de oferta, consolidando os próximos passos do projeto.

1.1.1.2.3.2. *CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13) e CPTM Lote ABC-Guarulhos (Linhas 10 e 14)*: O apoio prestado até então englobou: (i) apoio na expedição de diretrizes para elaboração dos estudos a cargo da IFC; (ii) participação em reuniões envolvendo os representantes da CPTM e IFC; (iii) revisão e aprovação dos produtos entregues por meio da emissão de Pareceres Técnicos; e (iv) elaboração de respostas para requisições do TCE. Para o projeto CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13), destaca-se o apoio da CPP na realização de três audiências públicas em São Paulo, Guarulhos e Mogi das Cruzes, além do apoio na consulta pública, revisando e implementando as sugestões e contribuições recebidas, possibilitando, assim, a revisão dos documentos editalícios e elaboração de notas técnicas que culminaram na publicação do Edital de Licitação em 3 de dezembro de 2024, com agendamento da Sessão Pública de Leilão para 26 de março de 2025.

1.1.1.2.3.3. *Trem Intercidades (TIC) - Eixo Oeste*: Dentre os serviços de apoio, a CPP participou de reuniões com a IFC onde foram tratados temas como: (i) alinhamento da metodologia de trabalho e dos principais desafios e premissas do projeto; (ii) lições aprendidas com a publicação e estruturação dos documentos editalícios do projeto do Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte (iii) estudos de pré-viabilidade de engenharia. Para além disso, a CPP atuou diretamente na (i) revisão e aprovação dos produtos entregues por meio da emissão de Pareceres Técnicos, (ii) organização das visitas técnicas realizadas pelos consultores, coordenando as iniciativas com as empresas Via Mobilidade S.A., Rumo Malha Oeste S.A. e CPTM. No momento, a CPP está apoiando a SPI quanto às definições do traçado a ser adotado para o Projeto, visando à abertura de Consulta Pública no primeiro semestre de 2025. Ainda, cabe destacar o apoio prestado no âmbito do projeto Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte, cujos documentos licitatórios foram publicados originalmente em 31 de março de 2023 (Concorrência Internacional nº 01/2021). Serviços de apoio à SPI, envolvendo: (i) participação em uma nova rodada de diálogo com o mercado, (ii) revisão das minutas de documentos editalícios e apoio em sua republicação, em 29 de setembro de 2023, (iii) apoio às tratativas para a obtenção de financiamento interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação do TIC Eixo Norte.

1.1.1.2.4. <u>Novos Lotes de Rodovias Estaduais:</u> A CPP está fornecendo apoio à SPI na estruturação de 5 lotes de rodovias estaduais. No decorrer do ano de 2024 foram realizados os seguintes avanços em cada lote:

1.1.1.2.4.1. *Lotes 1 e 2 (Nova Raposo e Rota Sorocabana)*: A CPP apoiou na realização da consulta audiências públicas e na modelagem final dos estudos para os leilões dos dois lotes de concessão, cuja operação deverá iniciar em abril de 2025, após a assinatura dos contratos.

1.1.1.2.4.2. *Lote 3 (Paranapanema)*: foi elaborada a modelagem preliminar para o projeto no modelo de concessão patrocinada, cujo processo de consulta pública já está autorizado e as audiências públicas estão agendadas para dezembro de 2024.

1.1.1.2.4.3. *Lotes 4 e 5 (Circuito das Águas e Rota Mogiana)*: foram realizadas diversas reuniões com a International Finance Corporation no sentido de alinhar premissas e acompanhar o andamento do projeto. Os estudos se encontram em etapas finais da modelagem preliminar.

1.1.1.2.5. <u>Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE</u>: A CPP ofereceu apoio técnico ao longo do Projeto de desestatização da EMAE por meio de: (i) revisão dos produtos entregues pelo Consórcio Nova EMAE Genial, contratado pela SPI como consultoria do Projeto; (ii) revisão do Edital, Contrato de Compra e Venda de Ações e Prospecto aos Empregados; (iii) apoio à elaboração de Nota Técnica de instrução do processo de abertura de Audiência Pública e de abertura do processo licitatório; (iv) participação em agendas de reuniões e de trabalho do Projeto; e (v) acompanhamento e apoio técnico até a conclusão da operação, com a assinatura, em 2 de outubro de 2024, do contrato de compra e venda das ações da Companhia, arrematada pelo Fundo Phoenix FIP por R$ 1,04 bilhão no leilão realizado pela SPI em abril de 2024, na B3. O lance vencedor foi de R$ 70,65 por ação, 33,68% acima do preço mínimo estipulado no edital, com a venda em lote único de 14,7 milhões de ações.

1.1.1.2.6. *Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*: No exercício de 2024 a CPP apoiou diversas frentes de estudo, tanto no que se refere à revisão e aprovação de relatórios elaborados pelas consultorias temáticas contratadas pelo *International Finance Corporation* (IFC), tanto como nas várias frentes de execução, incluindo o apoio na condução da audiência e consulta pública, bem como a elaboração do contrato de concessão e seus anexos, bem como o alinhamento com os municípios atendidos pela Companhia para a definição das metas da concessão e com a ARSESP para a avaliação e definição dos aspectos regulatórios da desestatização, especialmente visando ferramentas para assegurar a concretização das metas da desestatização, com destaque para a universalização dos serviços em 2029. Para além dessas atividades, a CPP atuou ativamente nos aspectos societários da alienação do controle da SABESP, incluindo reuniões com potenciais investidores, avaliações para a governança da companhia, incluindo diretrizes para o acordo de investimentos e concretização da alienação do controle societário.

1.1.2. Prestação de garantias

A seguir detalhes dos contratos nos quais a CPP conta com garantias prestadas por meio de cotas em penhor do Fundo BB CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92) bem como fianças prestadas:

1.1.2.1. Garantias Contratadas

1.1.2.1.1. *Linha 8 (Diamante) da CPTM*: O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 131,3 milhões.

1.1.2.1.2. *Linha 6 (Laranja) do Metrô*: O Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a Concessionária Move São Paulo S.A., previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. O Decreto nº 64.572, de 08/11/2019, prorrogou o prazo da caducidade da referida parceria público-privada contratada pelo Estado de São Paulo, estabelecendo seu início a partir de 09/02/2020. Em 06 de julho de 2020 foi assinado aditivo contratual transferindo a concessão para a Concessionária Linha Universidade S.A. e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223/22. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R$ 504,8 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 206,7 milhões.

1.1.2.1.3. *Habitação*: O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R$ 77,2 milhões.

1.1.2.1.4. *SIM da Baixada Santista*: O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R$ 26,8 milhões.

1.1.2.1.5. *Complexos Hospitalares*: Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R$ 168 milhões.

1.1.2.1.6. *Lote do Rodoanel Norte*: Contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A., para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote Rodoanel Norte; firmado em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo - SLT, tendo como Intervenientes-Anuentes: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento Estadual de Rodagem - DER. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R$ 412,12 milhões.

1.1.2.2. Previsão de nova garantia:

1.1.2.2.1. *Sistema Rodoviário Lote Litoral Paulista*: Em 3 de outubro de 2024 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada dos Serviços Públicos de Ampliação, Operação, Manutenção e Realização dos Investimentos necessários para a Exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Litoral Paulista. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos e a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, com a

continua →

Eufrázio

→ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Relatório da Administração 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao valor de R$ 185,62 milhões, e ocorrerá após a celebração de Contrato de Penhor entre a Concessionária e a CPP, o qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025.

1.2. Outros projetos

Dentre as operações financeiras destaca-se: (i) realização da operação de cessão de direitos creditórios originados de contratos de empréstimos e financiamento firmados entre Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. e municípios do Estado, firmado pela CPP com a Desenvolve. Embora o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças tenha sido celebrado em 25 de junho de 2021, o pagamento do saldo devedor atravessou o exercício de 2024, sem qualquer inadimplemento por parte do cedente, e tem prazo de conclusão para 15/07/2026; (ii) realização da operação financeira celebrada em 28 de janeiro de 2022, tendo como objetivo liberar ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos contratos de financiamentos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPP, na qualidade de interveniente-garantidora dos respectivos contratos, prestou garantias dando a totalidade das cotas do Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00, sendo que seu saldo em 31/12/2024 corresponde a R$ 79,9 milhões aproximadamente.

2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto Jurídico:

2.1. Sustentabilidade financeira

Segue abaixo o saldo da posição de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 mais outros ativos financeiros, sendo que tais aplicações se apresentam como principal lastro para os compromissos representados pelas garantias prestadas através de penhor de cotas ou fianças prestadas (em R$ 1):

Fundos de Investimentos e outros ativos financeiros	Ativos totais
CPP Projetos	1.979.722.346
BB CDB DI	39.046.661
Aplicações financeiras, por tipo/fundo	**2.018.769.007**
Serviços Prestados a Receber	19.370.743
Recebíveis - Desenvolve SP	4.093.338
Total	**2.042.233.088**

Abaixo, é apresentada a posição do comprometimento parcial dos ativos/aplicações financeiras, representado pelo penhor de cotas e fianças prestadas, na mesma data de 31 de dezembro de 2024 (em R$ 1):

Compromissos assumidos através de penhor de cotas e fianças prestadas (garantias corporativas)

	Ativos em Garantia			
	Já Segregados	Fianças (Garantia Corporativa)	Garantia a constituir	Total de compromissos
PPP Linha 6	504.788.433	206.742.415	110.233.000	821.763.848
PPP Habitação Lote 1	77.281.376	–	–	77.281.376
contrato Hospital São José dos Campos	46.077.616	–	–	46.077.616
contrato Hospital Sorocaba	56.313.432	–	–	56.313.432
contrato Hospital Pérola Byington	65.688.686	–	–	65.688.686
PPP da RMBS - ônibus + VLT	26.850.984	–	–	26.850.984
contrato Rodoanel (Norte)	412.124.966	–	–	412.124.966
contrato BNDES	79.959.950	–	–	79.959.950
Linha 8 (Diamante) da CPTM	–	131.287.023	–	131.287.023
Sistema Rodoviário Lote Litoral Paulista	–	–	185.620.000	185.620.000
Total	**1.269.085.443**	**338.029.438**	**295.853.000**	**1.902.967.881**

Com base nas tabelas apresentadas acima, é possível verificar que a totalidade das aplicações financeiras e demais ativos financeiros são suficientes para fazer frente aos compromissos assumidos até o momento nas garantias prestadas na forma de penhor de cotas de fundos, fianças prestadas, garantias a constituir, bem como para fazer frente aos custos e despesas operacionais e tributárias. Tal fato evidencia a sustentabilidade financeira da CPP.

2.2. Resultado contábil e fiscal

O lucro líquido contábil apurado em 2024 foi de R$ 178,742 milhões, apresentando um decréscimo de cerca de 10% quando comparado com o lucro líquido contábil de R$ 198,913 milhões apurado em 2023. A diminuição da taxa Selic durante o exercício de 2024, quando comparado ao exercício de 2023, com a Selic acumulada de 2024 de 10,83% (ante 13,04% em 2023), foi a principal ocorrência que determinou esta diminuição do lucro da companhia.

2.3. Orçamento de caixa previsto para 2025

Cabe destacar que, numa companhia com as características de atuação da CPP, onde seus ativos são representados substancialmente por aplicações financeiras, as quais são utilizadas para garantir determinado numero de contraprestações que o Estado tem junto às Concessionárias, a gestão desta carteira de aplicações financeiras ocorre de forma conservadora, de modo que a rentabilidade destes ativos tenha aderência aos compromissos assumidos. Como já informado anteriormente, tais aplicações financeiras estão alocadas, principalmente, no Fundo BB CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), o qual aplica em títulos que buscam rentabilidades em conformidade às variações da Selic.

Neste contexto, a Companhia apresenta seu Orçamento de Caixa previsto para 2025, respeitando as diretrizes do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, o qual estabelece normas para execução orçamentária e financeira do exercício de 2025, e dá providências correlatas:

	1º trim/25	2º trim/25	3º trim/25	4º trim/25
Saldo financeiro inicial	**2.018.769**	**2.071.614**	**2.077.316**	**2.135.043**
Fontes de recursos				
Receitas financeiras	58.083	59.499	59.883	61.210
Parcelas recebíveis	1.921	998	619	345
Serviços prestados	26.806	31.343	4.257	12.404
Disponibilização Onerosa de Garantia	–	407	–	415
Restituição de impostos	–	–	–	22.912
Outros	–	12	–	10
Subtotal	**86.810**	**92.259**	**64.759**	**97.296**
Aplicações de recursos				
Despesas com Folha de Pagamento	2.983	3.468	3.242	3.902
Despesas administrativas gerais	380	410	294	324
Tributos	7.558	24.197	417	19.282
Custos com Estruturação de Projetos	23.044	16.072	3.069	5.236
Investimentos	–	119	10	–
Juros sobre Capital Próprio	–	42.291	–	–
Subtotal	**33.965**	**86.557**	**7.032**	**28.744**
Saldo financeiro do mês	**52.845**	**5.702**	**57.727**	**68.552**
Saldo financeiro acumulado	**2.071.614**	**2.077.316**	**2.135.043**	**2.203.595**

A tabela acima representa uma projeção de resultados financeiros, incluídos os resultados decorrentes dos investimentos dados em garantia, para a Companhia durante o exercício de 2025, adotando como premissas principais:

2.3.1. *Receitas financeiras*: rendimento anual estimado em 11%;

2.3.2. *Folha de pagamento*: novas contratações em janeiro e fevereiro de 2025; inclui pagamento de bônus no 2º trimestre aos diretores por resultados auferidos em 2024;

2.3.3. *Tributos sobre o lucro*: estimados com base no Lucro Real Anual, com levantamento de balancete para fins de suspensão ou redução de pagamento do imposto. Apresenta também a estimativa de retenção tributária sobre rendimentos financeiros, a título de "IR Come-Cotas" nos meses de maio e novembro. Importante ressaltar que não estão provisionados demais tributos federais incidentes sobre Receitas, vez que a Companhia liquida tais obrigações por meio de compensações com créditos tributários;

2.3.4. *Juros sobre Capital Próprio*: representa uma estimativa de pagamento ao acionista controlador por resultados auferidos projetados em 2024;

2.3.5. *Serviços prestados*: inclui os contratos de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP;

2.3.6. *Gastos com estruturação de projetos*: Inclui as contratações de prestadores de serviços de apoio técnico e consultoria para auxiliar a Companhia na estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP;

2.3.7. *Despesas administrativas gerais e Outros desembolsos*: Englobam os demais contratos da Companhia, notadamente de prestação de serviços administrativos, por exemplo: Contabilidade, Fornecimento de vale-refeição e assistência médica, Publicação de anúncios legais.

2.4. Governança

2.4.1. Gestão administrativa

Na área de Gestão de Recursos Humanos, foi implementada a avaliação de desempenho 360°, que abrange três dimensões: técnica, comportamental e relacional. Esse processo permitiu que a equipe refletisse sobre seus pontos fortes e identificasse aspectos a serem aprimorados, promovendo o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, trazendo a excelência aos trabalhos desenvolvidos.

Adicionalmente, realizamos uma reorganização do espaço de trabalho, unificando as áreas de conhecimento, o que facilitou a troca de informações. Essa reorganização também respeita as normas regulamentadoras do ambiente de trabalho. Implementamos o princípio da impessoalidade e eficiência na utilização das salas de reunião, com reservas realizadas por meio de um sistema. Além disso, ao equipar a copa do andar, a CPP reforça seu compromisso com o bem-estar dos colaboradores, criando um ambiente mais agradável e funcional.

No aspecto de governança, com o objetivo de minimizar os riscos corporativos, desenvolvemos documentos como minuta de termo de referência, memorandos, comunicação interna e metodologia de cotação de preços. Também foram elaborados procedimentos operacionais padrão (POPs), essenciais para garantir a padronização e a eficiência nas operações da CPP. Ao estabelecer diretrizes claras para a execução de tarefas, conseguimos reduzir erros, aumentar a segurança administrativa e melhorar a qualidade dos produtos entregues.

2.4.2. Políticas e programas existentes

2.4.2.1. Programa de integridade

A Unidade de Gestão de Integridade (UGI), composta por colaboradores da CPP, tem as seguintes atribuições: I - coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade; II - desempenhar o papel de multiplicador, desenvolvendo ações de capacitação e de reciclagem periódica para os agentes públicos de todos os níveis hierárquicos; III - realizar ações contínuas de conscientização e comunicação; IV - coordenar a gestão dos riscos para a integridade; V - assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nas funções de integridade; VI - reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade o desenvolvimento do programa de integridade; VII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade; VIII - promover constante interlocução com a Controladoria Geral do Estado; IX - adotar as medidas necessárias para execução do plano de ação; e X - observar as recomendações emitidas pela área de auditoria interna governamental.

2.4.2.2. Regulamento de Pagamento de Honorários

O Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 31/10/2023 continua vigente e sem alterações. Vale ressaltar que respectivo regulamento atende a solicitação do CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo ao estabelecer critérios para a participação dos advogados da CPP nos honorários percebidos pela Companhia.

2.4.2.3. Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes

A política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 31/10/2023 continua vigente e sem alterações. Seu objetivo é estabelecer diretrizes e procedimentos para o fluxo de informações prestadas pela CPP ao público em geral, garantindo transparência, precisão, coordenação e profissionalismo na divulgação e na prestação de informações, afastando-se riscos de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública.

2.4.2.4. Distribuição de Dividendos

A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM Nº 683/2012, sempre mantendo à disposição do acionista o saldo restante, como uma obrigação presente, a qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado.

2.4.2.5. Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas está fundamentada no seu elemento-chave, qual seja, a Comutatividade, que visa impedir a transferência indevida de resultados entre a Companhia e suas Partes Relacionadas. As relações existentes entre as Partes Relacionadas estão amparadas por atos administrativos e outros normativos legais e, dos negócios firmados com o acionista controlador, Estado de São Paulo, destacam-se os seguintes:

2.4.2.5.1. Prestação de garantias prestadas às Concessionárias para garantir determinado número de contraprestações do Estado de São Paulo nos contratos de parcerias público-privadas (item 1.1.2. deste relatório);

2.4.2.5.2. Contratação da Companhia pela Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, conforme citado na nota 1.1.1 deste relatório, de prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP.

2.4.2.5.3. Compra, junto à Desenvolve SP, de carteira de créditos concedidos para determinados municípios no valor total de R$ 78,6 milhões em 2021, restando na data-base de 31/12/2024 o valor aproximado de R$ 4 milhões a ser recebido até julho de 2026 (item 1.2 deste relatório).

2.4.2.5.4. Operação de garantia prestada através de penhor de cotas de fundo de investimento para o Estado de São Paulo em determinados contratos de crédito junto ao BNDES (item 1.2 deste relatório)

2.5. Observações gerais

De uma forma geral, a CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Além das ações acima citadas, encontram-se concluídas as seguintes: (i) adequação do estatuto; (ii) implantação de manuais de rotinas de procedimentos; (iii) regulamentos internos; (iv) código de conduta; (v) avaliação de administradores.

3. Quadro de pessoal

3.1. Pessoal-chave da Administração

3.1.1. Remuneração

As remunerações aplicadas pela CPP estão em conformidade às disposições contidas nas deliberações CODEC nº 001 de 16/03/2018 e nº 001 de 01/02/2023, bem como são respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6404/76. Isso posto, informamos que em 31/12/2024 a remuneração do pessoal-chave da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) correspondia aos seguintes valores (em R$ 1):

Descrição	Valor mensal
Conselheiro de Administração	9.873
Conselheiro Fiscal	6.582
Diretor	32.908

3.1.2. Avaliação

Em atendimento ao que dispõe o artigo 12 da Deliberação 04/2019 emitida pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, segue resumo da avaliação dos administradores da CPP:

Itens de avaliação	Média
Avaliação dos Conselheiros de Administração	
Enquanto órgão colegiado	3,34
Auto-avaliação (individual de cada conselheiro)	3,50
Avaliação individual de cada conselheiro sobre os membros da diretoria	3,39
Nota final atingida	**3,41**
Avaliação dos diretores	
Auto-avaliação (individual de cada diretor)	3,63

Escala - Atribuição de Avaliação	Nota
Mudanças relevantes são necessárias	1,00 a 1,75
Algumas mudanças são necessárias	1,76 a 2,50
Satisfaz as expectativas legais e estatutárias	2,51 a 3,25
Supera as expectativas legais e estatutárias	3,26 a 4,00

3.1.2.1. Com relação a metodologia utilizada para avaliação exigida dos conselheiros de administração abordou os seguintes aspectos:

3.1.2.1.1. Avaliação enquanto órgão colegiado:

3.1.2.1.1.1. Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação;

3.1.2.1.1.2. Contribuição para o resultado do exercício;

3.1.2.1.1.3. Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo;

3.1.2.1.1.4. Funcionamento do Conselho de Administração;

3.1.2.1.1.5. Conhecimento técnico e da Companhia.

3.1.2.1.2. Auto-avaliação;

3.1.2.1.2.1. Preparo e dedicação pessoal;

3.1.2.1.2.2. Postura nas reuniões do colegiado;

3.1.2.1.2.3. Aperfeiçoamento técnico;

3.1.2.1.2.4. Identificação de situações de conflito de interesses.

3.1.2.1.3. Avaliação dos membros da Diretoria:

3.1.2.1.3.1. Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação;

3.1.2.1.3.2. Contribuição para o resultado do exercício;

3.1.2.1.3.3. Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo e;

3.1.2.1.3.4. Interação com o Conselho de Administração.

3.1.2.2. Por sua vez, a avaliação dos diretores contemplou autoavaliações abordando os seguintes aspectos:

3.1.2.2.1. Nível de conhecimento sobre a missão, visão, valores, estratégia e planos de negócios da empresa;

3.1.2.2.2. Formulação da estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades;

3.1.2.2.3. Contribuição para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da Companhia;

3.1.2.2.4. Postura nas reuniões de diretoria;

3.1.2.2.5. Prestação de informações acerca das questões relevantes ao Conselho de Administração, assim como de documentos e pareceres;

3.1.2.2.6. Conhecimento e cumprimento de recomendações do Conselho Fiscal e auditorias.

3.2. Despesas Pessoal Celetista

3.2.1. Remuneração

As despesas com contratações de celetistas efetivadas no decorrer do exercício de 2024 resultaram no aumento da folha de pagamento da Companhia de um percentual em torno de 89%, quando comparados os valores brutos totais da folha de celetistas para os exercícios de 2023, posto que em 2024 o número médio de empregados foi bastante superior ao de 2023.

Outro elemento que contribuiu também para o aumento de despesas com pessoal celetista, além da contratação de coordenadores, foi o aumento determinado em convenção coletiva, estabelecendo reajuste salarial de R$ 710,08 para os cargos de Coordenador, de Assistente e de Assessor de Diretoria, aplicáveis a partir da data-base, qual seja, o mês de agosto.

3.2.2. Quadro

Cargo	Aprovado	Preenchido	Vago
Assistente	11	8	3
Assessor de Diretoria	10	7	3
Coordenadores	4	4	0

3.3. Transparência

A Companhia declara que publica mensalmente, em atendimento à legislação de acesso à informação, as remunerações de todos os seus colaboradores no Portal da Transparência do Estado de São Paulo (transparencia.sp.gov.br).

Relato Integrado 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP (apresentado como apêndice ao Relatório da Administração)

1. GOVERNANÇA

2. ESTRATÉGIA

3. GERAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO

4. PERSPECTIVAS

Este Relato Integrado, em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016, subscrito pelos membros da Diretoria da Companhia Paulista de Parcerias (Companhia ou CPP), é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazo.

Está apresentado como um apêndice ao Relatório da Administração porque faz referências àquele relatório.

Os temas aqui incluídos atendem o requerido legalmente pela Orientação Técnica CPC 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e pela Resolução CVM Nº 14, de 09/12/2020.

1. GOVERNANÇA

A CPP é uma sociedade por ações constituída em 2004, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos.

A organização estatutária da Companhia compreende o Conselho de Administração, órgão colegiado responsável pela orientação estratégica da Companhia, a Diretoria assegura o funcionamento da CPP de acordo com os objetivos traçados pelo Conselho. A estrutura também contém Conselho Fiscal e os Comitês de Ética e de Elegibilidade.

A atual estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo, ainda que conduzida numa estrutura enxuta, que atualmente conta com 19 (dezenove) empregados. Durante 2024 seus objetivos institucionais foram cumpridos na medida em que a Companhia desenvolveu trabalhos para os quais sua lei de criação assim determinou, quais sejam: Serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura e Prestação de garantias, ambos citados no item 1 do Relatório da Administração do ano de 2024.

2. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIOS

Atualmente a CPP pauta sua estratégia e modelo de negócio ao proporcionar um amplo conjunto de possibilidades operacionais, os quais incluem:

2.1. Contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem;

2.2. Participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas);

2.3. Facilitação de projetos; e

2.4. Diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

3. GERAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO

Desde a sua criação em 2004, a Companhia vem atingindo seus objetivos com base nas estratégias vinculadas ao seu objeto social, agregando valor às políticas públicas do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, proporcionando ao Estado o apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas assim como o apoio em operações financeiras de interesse da Administração. Ao longo dos anos a atuação da companhia viabilizou projetos nas mais diversas áreas.

O desempenho financeiro da companhia é devidamente atestado nas suas Demonstrações Financeiras (lucros auferidos) e pela sua posição financeira, suficiente para o custeio das suas atividades operacionais, para a preservação da sua capacidade de prestação de serviços voltados à estruturação dos projetos integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, assim como prestação de garantias financeiras ao Estado de São Paulo nos contratos de concessões públicas e, também, para remunerar seu acionista.

continua →

Eufrázio

→ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Relatório da Administração 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

Importante destacar também que, em função da Companhia ser uma organização pertencente ao setor público, deve-se considerar, em primeiro plano, a consecução do interesse público pela Companhia, com o pleno atendimento à política pública de apoio às Parcerias Públicas-Privadas, e em segundo plano, mas não menos importante, a geração de resultados propriamente ditos (lucros auferidos pela Companhia).

4. PERSPECTIVAS

A CPP concentra seus esforços na garantia da segurança jurídica e na estabilidade dos projetos sob sua responsabilidade, assegurando que os investimentos já planejados avancem com eficiência e transparência. Nesse período, a prioridade é aprimorar os processos internos, fortalecer sua estrutura operacional e oferecer suporte técnico ao Estado de São Paulo para viabilizar novos projetos dentro do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em um horizonte de médio prazo, a CPP visa expandir sua atuação, ampliando a carteira de projetos e aprimorando seus mecanismos de modelagem e garantia, de modo a impulsionar a atração de investimentos para o Estado de São Paulo. A adoção de novas ferramentas tecnológicas e a modernização dos processos administrativos e financeiros contribuirão para aumentar a eficiência operacional e a sustentabilidade dos projetos apoiados.

Por fim, no longo prazo, a CPP busca consolidar-se como entidade referência na estruturação de projetos estratégicos de parcerias e concessões, contribuindo para um ambiente de negócios mais competitivo e para a construção de um legado de desenvolvimento econômico e social de longo alcance. Além disso, procura manter-se, ainda, como um instrumento permanente de garantias.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Ativo	Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**865.254.515**	**970.735.229**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	749.683.908	893.622.112
Bancos		344	1.645
Aplicações Financeiras		749.683.564	893.620.467
Direitos Realizáveis		115.570.607	77.113.117
Serviços Prestados a Receber	5	19.370.743	–
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	3.698.766	15.821.632
Adiantamento a Funcionários		5.295	6.408
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	49.162.308	52.544.117
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	8	43.175.707	8.630.928
Outros Créditos		32	32
Despesas Antecipadas		157.756	110.000
Não Circulante		**1.273.044.819**	**1.170.880.783**
Realizável a Longo Prazo		1.272.943.992	1.170.753.399
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	394.572	4.938.896
Depósitos Judiciais	9	3.463.977	3.204.204
Fundo de Investimento em Garantia	10	1.269.085.443	1.162.610.299
Imobilizado	11	20.289	22.346
Investimentos	12	80.538	105.038
Total do Ativo		**2.138.299.334**	**2.141.616.012**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**145.271.361**	**138.593.326**
Fornecedores		3.470.373	–
Contas a Pagar		136.025	150.826
Obrigações Tributárias	13	4.063.337	1.121.271
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.454.975	977.513
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	14	135.692.620	135.923.732
Provisões para Contingências Fiscais	9	454.031	419.984
Patrimônio Líquido	15	**1.993.027.973**	**2.003.022.686**
Capital Social		1.539.619.815	1.539.619.815
Reserva Legal		118.079.803	109.142.700
Reserva de Lucros		335.328.355	354.260.171
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.138.299.334**	**2.141.616.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R$)

	Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	16	21.610.201	–
Custo dos Serviços Prestados	16.1	(19.460.926)	–
Lucro (Prejuízo) Bruto		**2.149.275**	**–**
Honorários de administradores e salários	17	(3.570.902)	(4.500.378)
Publicação Legal	18	(212.294)	(132.892)
Serviços de terceiros	18	(440.782)	(500.840)
Despesas Gerais e Administrativas		(98.639)	(65.968)
Despesas Tributárias	19	(9.939.970)	(11.545.166)
Depreciação		(2.407)	(319)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(12.115.719)**	**(16.745.563)**
Receitas financeiras		213.425.107	248.382.016
Despesas Financeiras		(41.009)	(54.526)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		4.910	6.585
Resultado Financeiro, líquido	20	**213.389.008**	**248.334.075**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**201.273.289**	**231.588.512**
Imposto de Renda	21	(16.560.720)	(24.019.337)
Contribuição Social sobre o Lucro	21	(5.970.499)	(8.655.601)
Apuração de Tributos		**(22.531.219)**	**(32.674.938)**
Lucro Líquido do Exercício		**178.742.070**	**198.913.574**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		**116,09**	**129,20**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R$)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2023		**1.509.619.815**	**99.197.021**	**345.555.026**	**–**	**1.954.371.862**
Integralização de capital em dinheiro		30.000.000	–	–	–	30.000.000
Lucro líquido do período		–	–	–	198.913.574	198.913.574
Constituição de Reserva Legal		–	9.945.679	–	(9.945.679)	–
Distribuição de lucros de 2022		–	–	(44.339.018)	–	(44.339.018)
Destinações do resultado de 2023:		–	–	–	–	–
Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício		–	–	–	(135.923.732)	(135.923.732)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	53.044.163	(53.044.163)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**1.539.619.815**	**109.142.700**	**354.260.171**	**–**	**2.003.022.686**
Saldos em 01 de Janeiro de 2024		**1.539.619.815**	**109.142.700**	**354.260.171**	**–**	**2.003.022.686**
Lucro líquido do período		–	–	–	178.742.070	178.742.070
Constituição de Reserva Legal		–	8.937.103	–	(8.937.103)	–
Distribuição de lucros de 2023		–	–	(53.044.163)	–	(53.044.163)
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio:		–	–	–	–	–
Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	14,15	–	–	–	(135.692.620)	(135.692.620)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	34.112.347	(34.112.347)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		**1.539.619.815**	**118.079.803**	**335.328.355**	**–**	**1.993.027.973**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R$)

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	178.742.070	198.913.574
Resultado Abrangente do Exercício	**178.742.070**	**198.913.574**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Atividades Operacionais	Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		178.742.070	198.913.574
Ajustes por :			
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (ref. Investimentos em garantia)	10.1	(125.062.256)	(93.340.875)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	6	(26.171)	(474.498)
Variação monetária ativa de depósitos judiciais		(259.773)	(286.906)
Variação monetária passiva de contingências judiciais		34.048	37.604
Depreciação	11	2.406	319
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado		53.430.324	104.849.218
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber		(19.370.743)	–
(Aumento) Redução em Recebíveis	6	16.693.361	23.442.905
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		1.113	1.017
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		3.381.809	(3.712.478)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		(47.756)	40.000
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	8	(34.544.779)	(8.630.928)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	10.1	18.587.112	(377.292.626)
Aumento (Redução) em Fornecedores		3.470.373	–
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(14.801)	(39.099)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		2.942.066	(682.286)
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		477.462	548.408
		(8.424.783)	(366.325.087)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		45.005.541	(261.475.869)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado	11	(349)	(22.665)
Baixa de Investimentos		24.500	–
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		24.151	(22.665)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Integralização de Capital		–	30.000.000
Pagamento de Dividendos	15	(188.967.896)	(169.456.870)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(188.967.896)	(139.456.870)
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(143.938.204)	(400.955.404)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		893.622.112	1.294.577.516
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		749.683.908	893.622.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu Artigo 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. Adicionalmente, a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das S.A.s nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 7 de fevereiro de 2025, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis são apresentadas em unidades de Real (R$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. d) Demonstração do Resultado Abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período. b) Instrumentos Financeiros: Apresentam as seguintes classificações em conformidade ao CPC 48: (i) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, "VJR"; (II) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, "VJORA" e; (III) custo amortizado, no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	749.683.908	893.622.112
Serviços Prestados a Receber	VJ. Custo Amortizado	19.370.743	–
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	4.093.338	20.760.528
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	1.269.085.443	1.162.610.299
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	43.841.399	8.630.928
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	80.538	105.038
		2.086.155.369	**2.085.728.905**

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	136.025	150.826
Fornecedores	Custo Amortizado	4.136.065	–
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	135.692.620	135.923.732
		139.964.710	**136.074.558**

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (ii) nas caraterísticas de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado. b.1) Cessão Recebíveis - Desenvolve SP: Os direitos decorrentes da aquisição dos recebíveis estão registrados pelo valor do principal, incorporando rendimentos auferidos até a data do balanço. O nível de risco desta operação - revisado anualmente - foi determinado fundamentalmente em face das garantias prestadas, caracterizando baixíssimo risco de inadimplência. b.2) Serviços Prestados a Receber: Representam contas a receber de clientes, as quais são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e, posteriormente, pelo seu custo amortizado, deduzida de eventual estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa. Face à irrelevância do impacto nas respectivas demonstrações contábeis, não foram aplicados ajustes a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é realizada analisando-se a posição dos créditos a receber na data do Balanço Patrimonial, sendo registrada quando houver evidências de possibilidades de ocorrer algum tipo de inadimplência. É registrada na Demonstração do Resultado em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos. c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): Ativos financeiros: Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48. A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indício de perda para seus ativos. Porém, eventuais mudanças abruptas na política monetária, de modo que os títulos públicos ou a Selic incorra em variações muito acima das previsões realizadas, podem trazer marcação a mercado negativa para determinados períodos. Ativos não financeiros: O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. d) Imobilizado - reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas e Equipamentos: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos. e) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. f) Apuração do Resultado: As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado do período em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. g) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos: A somatória dos tributos correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social. Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores. Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação. h) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio: Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio. i) Receita de contrato com cliente: A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação, a qual a Companhia espera receber pela transferência do serviço contratado ao cliente. j) Estruturação de projetos: A prestação de serviços de apoio técnico e consultoria relacionados com avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP tem sua receita reconhecida mediante a entrega dos "produtos" previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

3.1 Pronunciamentos Novos ou Revisados Aplicados pela Primeira Vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações contábeis, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais. A Companhia listou todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.2 Normas Emitidas, mas Ainda não Vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão

continua →

Eufrázio

→ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	344	1.645
Aplicações Financeiras	**749.683.564**	**893.620.467**
CPP Projetos	710.636.903	848.809.008
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	39.046.661	44.811.459
Total	**749.683.908**	**893.622.112**

As cotas do fundo de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

5. Serviços Prestados a Receber: Os créditos a receber foram constituídos por operações de prestação de serviços. Sua posição na data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber por serviços prestados	19.370.743	–

Referem-se aos serviços prestados à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), os quais estão descritos na Nota Explicativa nº 16, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2023 porque os produtos contratados pela SPI somente passaram a ser entregues pela CPP durante o exercício de 2024.

6. Cessão Recebíveis - Desenvolve SP: Em 25 de junho de 2021 foi firmado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo (empresa que está sob o mesmo controle societário e, portanto, é Parte Relacionada), tendo por objeto a cessão e transferência onerosa, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer espécie de coobrigação, da totalidade dos Recebíveis, oriundos de Contratos de Financiamentos firmados com determinados Municípios do Estado de São Paulo. Todos os contratos objetos da cessão apresentam como garantia a possibilidade de execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira ocorreu em 12 de julho de 2021 pelo valor de R$ 78.824.614, apresentando a seguinte movimentação financeira em 31 de dezembro de 2024:

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2023	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo 31/12/2024
Curto Prazo	15.821.632	(17.072.336)	378.975	4.570.495	3.698.766
Longo Prazo	4.938.896	–	26.171	(4.570.495)	394.572
Total da Carteira	**20.760.528**	**(17.072.336)**	**405.146**	**–**	**4.093.338**

Não estão descontados os encargos financeiros pro rata incidente sobre as parcelas vincendas no mês seguinte ao do fechamento do balanço, devido à imaterialidade destes valores.

7. Impostos e Contribuições a Recuperar: Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2024, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a restituir	20.470.596	14.146.377
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	132.667	–
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	11.096.946	19.877.313
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	16.673.389	17.865.551
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	787.005	653.171
Outros Valores a Recuperar	1.705	1.705
Total	**49.162.308**	**52.544.117**

8. Gastos com Contratos - Serviços em Andamento: A Companhia passou a prestar apoio na estruturação dos projetos previstos no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP. Para cumprir as obrigações decorrentes desta determinação, a Companhia - até 31/12/2024 - se utilizou de recursos de prestadores de serviços externos assim como de pessoal próprio, a seguir descritos:

• Recursos de contratações externas

Recursos de Contratações externas - execuções contratuais

Contratações Nome do projeto/Contratado	Data	Valor	Saldo em 31/12/2023	Gastos incorridos e baixas por faturamento jan-set/24	Outubro	Novembro	Dezembro	(–) Faturamento 4º trim/24	Saldo em 31/12/2024
Contrato SPI 01/2023									
PPP Educação - Escolas/BID	14/07/2023	18.485.614	5.545.684	1.756.133	–	3.166.929	–	–	10.468.746
PPP Campos Elíseos/FIPE	01/06/2023	15.500.000	620.000	4.650.000	–	4.361.744	–	–	9.631.744
PPP Campos Elíseos/IAB/SP	01/02/2024	1.950.000	–	1.950.000	–	–	–	–	1.950.000
Serviços Públicos de Loterias/FIPE	01/06/2023	3.400.000	102.000	1.496.000	–	–	698.094	(2.296.094)	–
Túnel Santos-Guarujá/FIPE	07/12/2023	15.190.000	–	12.152.000	–	759.500	–	(12.911.500)	–
Estrada de Ferro - Campos do Jordão/FIPE	24/07/2023	12.976.315	–	2.485.785	1.730.090	699.625	772.652	–	5.688.152
Contrato SPI 09/2023									
Travessias Litorâneas/FIPE	05/12/2023	8.800.000	–	2.250.000	–	–	2.050.000	–	4.300.000
Serviços Hídricos-DAEE/BID		–	–	3.028.268	555.190	1.480.506	647.721	–	5.711.685
Parques/BNDES	07/06/2024	5.933.400	–	–	–	–	–	–	–
Desassoreamento/FUNDACE	03/05/2024	9.253.162	–	185.063	–	–	–	–	185.063
(+) Gastos ativados na execução de projetos:			**6.267.684**	**29.953.249**	**2.285.280**	**10.468.304**	**4.168.467**	**(15.207.594)**	**37.935.390**

Obs.: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas); IAB/SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil); BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social); FUNDACE (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE)

• Recursos de contratações de pessoal próprio (celetistas):

Recursos de Contratações de pessoal próprio - execuções contratuais

Nome do projeto	Saldo em 31/12/2023	Gastos incorridos e baixas por faturamento jan-set/24	Outubro	Novembro	Dezembro	(–) Faturamento 4º trim/24	Saldo em 31/12/2024
Gastos incorridos na execução contratual:							
Contrato SPI 01/2023							
Túnel Submerso Santos-Guarujá	477.080	207.339	60.079	79.936	62.136	(844.434)	62.136
PPP Educação - Adeq/Manut.Escolas	345.860	496.171	58.053	57.951	59.545	–	1.017.580
PPP Campos Elíseos	415.032	595.406	69.664	69.540	71.453	–	1.221.095
Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães	–	144.901	37.932	37.864	38.906	–	259.603
Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ)	306.893	440.271	51.513	51.421	52.836	–	902.934
Serviços Públicos de Loterias	223.196	97.000	37.464	37.397	38.426	(395.057)	38.426
Apoio Técnico: Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos	139.882	(50.190)	23.479	23.436	24.082	(136.608)	24.083
Apoio Técnico: Novos Lotes de Rodovias Estaduais	139.882	(50.190)	23.479	23.436	24.082	(136.608)	24.083
Apoio Técnico: Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE	41.504	(14.893)	6.966	6.951	7.145	(40.532)	7.144
Apoio Técnico: SABESP	139.882	(50.190)	23.479	23.436	24.082	(136.608)	24.083
Contrato SPI 09/2023							
Serviços Hídricos do DAEE	57.630	526.861	61.644	61.534	63.228	–	770.897
Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE	39.090	357.363	41.812	41.739	42.886	–	522.890
Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos	–	126.953	26.608	26.560	27.291	–	209.412
PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa	–	–	–	46.863	48.151	–	95.014
Apoio Técnico: Programa de Parcerias para Habitação/Desenvolvimento Urbano	19.545	176.681	20.906	20.869	21.443	(240.001)	21.443
Apoio Técnico: Educação - Novas Escolas	17.768	162.436	19.006	18.972	19.494	(218.182)	19.494
(+) Gastos ativados na execução de projetos:	**2.363.244**	**3.169.919**	**582.084**	**627.914**	**645.186**	**(2.148.030)**	**5.240.317**

Os valores acima identificados como "Execução contratual" representam a parcela da execução contratual ocorrida a partir: (i) das contratações externas feitas pela Companhia e, (ii) das contratações de pessoal próprio da Companhia, composta por salários e encargos, integrado ao saldo da rubrica "Gastos com contratos - Serviços em Andamento", com as alocações diretamente aos projetos acima identificados, deduzidos dos custos, quando incorridos por conta dos faturamentos emitidos.

• Total de Recursos aplicados nas contratações externas e de pessoal próprio (celetistas):

Recursos de Contratações externas e de pessoal para execução dos projetos de estruturação ativados	Saldo em 31/12/2023	Execução contratual (líquido) jan-set/24	Julho	Agosto	Setembro	(–) Faturamento 4º trim/24	Saldo em 31/12/2024
Total de recursos de contratações externas	6.267.684	29.953.249	2.285.280	10.468.304	4.168.467	(15.207.594)	37.935.390
Total de recursos de contratações de pessoal próprio	2.363.244	3.169.919	582.084	627.914	645.186	(2.148.030)	5.240.317
Total geral - Custos de contratos em andamento	**8.630.928**	**33.123.168**	**2.867.364**	**11.096.218**	**4.813.653**	**(17.355.624)**	**43.175.707**

Os valores identificados na coluna "Execução contratual" do quadro acima representam os totais de recursos alocados pela Companhia (fornecedores externos e de pessoal próprio) na execução dos contratos firmados por esta junto à Secretaria de Parcerias em Investimentos (contratos "SPI 01/2023" e "SPI 09/2023"). Quando somados resultam em R$ 43.175.707, e equivalem ao saldo total da rubrica "Gastos com Contratos - Serviços em Andamento" na data-base de 31/12/2024, líquido dos custos já efetivamente incorridos, apresentando uma variação total em relação ao saldo de 31/12/2023 equivalente a R$ 34.544.779 (o custo incorrido durante o exercício de 2024 foi de R$ 19.460.926).

9. Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências: A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

Descrição	Valor - R$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos Judiciais	**2.512.313**
Atualização monetária	951.664
Saldo Atualizado em 31/12/2024	**3.463.977**

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados. Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e COFINS, razão pela qual foi constituída em 2021, a referida estimativa de perda provável, em Provisão para Contingências Fiscais, que em 31 de dezembro de 2024 perfaz o valor total atualizado de R$ 454.031.

10. Garantias Prestadas: Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a Companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas: **10.1 Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já constituídas:** No período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, dois fundos de investimento apresentaram movimentação financeira relacionada a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo. A demonstração desta movimentação está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Referência	Saldo inicial em 31/12/2023	Novas garantias empenhadas/ (liberadas)	Rendimento	Imposto de Renda Fonte	Saldo final em 31/12/2024
Fundo CPP Projetos:						
PPP Linha 6	10.1.1	462.500.477	–	49.654.620	(7.366.664)	504.788.433
PPP Habitação Lote 1	10.1.2	70.807.235	–	7.601.951	(1.127.810)	77.281.376
Contrato Hospital São José dos Campos	10.1.3	42.217.527	–	4.532.526	(672.437)	46.077.616
Contrato Hospital Sorocaba	10.1.4	51.595.851	–	5.539.394	(821.813)	56.313.432
Contrato Hospital Pérola Byington	10.1.5	60.185.707	–	6.461.611	(958.632)	65.688.686
PPP da RMBS - ônibus + VLT	10.1.6	24.601.580	–	2.641.256	(391.852)	26.850.984
Contrato Rodoanel (Norte)	10.1.7	377.599.764	–	40.539.575	(6.014.373)	412.124.966
		1.089.508.141	**–**	**116.970.933**	**(17.353.581)**	**1.189.125.493**
Fundo BB RF CPP LP FIC						
Contrato BNDES	10.1.8	73.102.158	–	8.091.323	(1.233.531)	79.959.950
Total de recursos vinculados		**1.162.610.299**	**–**	**125.062.256**	**(18.587.112)**	**1.269.085.443**

	Garantias	Imposto de Renda fonte	Soma
Efeitos financeiros diretos nas contas da Companhia	–	18.587.112	18.587.112

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, já segregado e contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R$ 1.189.125.493 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.089.508.141 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações: (**10.1.1**) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo, do Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013 de dezembro de 2013 da secretaria dos Transportes Metropolitanos. (**10.1.2**) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o

continua →

→ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo (PPP da **Habitação**), estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa, conforme Contrato SH nº 001/2015 de março de 2015. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação. **(10.1.3, 10.1.4 e 10.1.5)** Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 5 parcelas mensais da contraprestação pecuniária às concessionárias responsáveis pela construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos **Complexos Hospitalares** (Lote 01: Hospital Estadual de Sorocaba e Lote 02: Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM), Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A, referente aos contratos de Concessão Administrativa PPP 01/2014 e PPP 02/2014 da Secretaria de Estado da Saúde, datados de setembro de 2014. **(10.1.6)** Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais de parte da contraprestação à concessionária responsável para prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade (PPP do Sistema Integrado Metropolitano - **SIM - da Baixada Santista**), estabelecida no contrato de Concessão Patrocinada, conforme Contrato STM nº 02/2015, de março de 2015. **(10.1.7)** Em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo - SLT, tendo como Intervenientes-Anuentes: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento Estadual de Rodagem - DER, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A., para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote **Rodoanel Norte**. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente - Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente no valor de R$ 374.257.769, apresentando saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R$ 412.124.966 (em 31 de dezembro de 2023 de R$ 377.599.764). O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo. **(10.1.8)** A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, aditivos esses assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos. **10.2 Garantias Constituídas Sob outras Modalidades: PPP dos Trens da CPTM:** Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 8704083011000 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R$ 131,28 milhões (valor corrigido pela inflação de acordo com o índice IPC-FIPE, na data-base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento nº 03 do Contrato de Concessão, que transfere a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 - Coral da CPTM. **Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 9.1 supra:** A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese de o Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 10.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários: **Linha 6:** Até 2 (duas) contraprestações pecuniárias mensais, totalizadas em, aproximadamente, R$ 206,7 milhões. **10.3 Fundos de Investimento em Garantia - Garantias a Constituir:** Os contratos de concessão informados a seguir apresentam a obrigatoriedade de constituição de garantias pela CPP. Estas serão constituídas através do penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado "BB CPP Projetos", da qual a CPP é cotista exclusiva. Esta obrigatoriedade decorre da Companhia Paulista de Parcerias - CPP figurar como parte neste contrato, assumindo responsabilidades como Interveniente Garantidora, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, que é o Estado de São Paulo. Os referidos contratos apresentam os seguintes detalhes pertinentes da data de atuação da CPP: **(10.3.1)** Sistema Rodoviário Lote Litoral Paulista: Em 3 de outubro de 2024 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada dos Serviços Públicos de Ampliação, Operação, Manutenção e Realização dos Investimentos necessários para a Exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Litoral Paulista. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos e a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, com a interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao valor de R$ 185,62 milhões, e ocorrerá após a celebração de Contrato de Penhor entre a Concessionária e a CPP, o qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025. **(10.3.2)** PPP Linha 6: Estima-se ainda que este contrato de concessão (citado na nota explicativa 10.1.1 acima) poderá vir a sofrer complemento de garantia, quando exigido, no valor aproximado de R$ 110,2 milhões, haja visto o comprometimento previsto em contrato no valor total de R$ 615,021 milhões.

11. Imobilizado: A movimentação do ativo imobilizado da Companhia no período em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada no quadro abaixo:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Custo					
Móveis e Utensílios	15.903	–	–	–	15.903
Equipamentos de Informática	–	–	–	3.349	3.349
Máquinas e Equipamentos	10.340	349	–	(3.349)	7.340
Total Custo de Aquisição	26.243	349	–	–	26.592
Depreciação Acumulada					
Móveis e Utensílios	(166)	(1.557)	–	–	(1.723)
Equipamentos de Informática	–	(23)	–	(3.035)	(3.058)
Máquinas e Equipamentos	(3.731)	(826)	–	3.035	(1.522)
Total Depreciação Acumulada	(3.897)	(2.406)	–	–	(6.303)
Líquido	**22.346**	**(2.057)**	**–**	**–**	**20.289**

12. Investimentos - Participação Societária: Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Quant. de ações	31/12/2024
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	590	59.000
Total de Investimentos	**20.590**	**80.538**

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas, não havendo o requerimento de reconhecimento de valores relacionados à equivalência patrimonial. Em 28/06/2024 ocorreu redução dos investimentos na CPSEC no valor total de R$ 24.500.

13. Obrigações Tributárias:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre folha de pagamento	335.987	262.228
PIS a recolher	451.474	119.710
COFINS a recolher	2.259.170	736.677
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	337	2.656
ISS a Recolher	1.016.369	–
Total	**4.063.337**	**1.121.271**

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, incidentes sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 (com redação repristinada pelo Decreto nº 11.374, de 1º de janeiro de 2023). Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente. O Imposto sobre Serviços (ISS), devido à Prefeitura Municipal de São Paulo, é calculado aplicando-se a alíquota de 5% sobre a base de cálculo equivalente ao faturamento mensal por serviços prestados.

14. Juros Sobre Capital Próprio: O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 135.692.620 resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**135.923.732**
Obrigações constituídas no período	135.692.620
Pagamentos efetuados no período	(135.923.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**135.692.620**

15. Patrimônio Líquido: a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.539.619.815,19, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.539.619.815 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de cem por cento dessas ações ordinárias nominativas. Ocorreu aumento de capital em dinheiro na data de 13 de dezembro de 2023, integralizado pelo seu único acionista, o Estado de São Paulo, no valor de R$ 30.000.000,00, com aumento de 30.000.000 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária. b) Reserva Legal: Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Artigo 193 da Lei 6.404/76. c) Reserva de Lucros: São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do Artigo 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias. d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM nº 683/2012, sempre mantendo à disposição do acionista o saldo restante, como uma obrigação presente, a qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado. Todavia, foram decididos por assembleias realizadas em: (I) 26 de abril de 2023, a distribuição total de R$ 169.456.870,60, de competência do exercício de 2022 equivalente a Juros sobre Capital Próprio de R$ 125.117.851,88 e dividendos de R$ 44.339.018,72 e; (II) 26 de abril de 2024, a distribuição total de R$ 188.967.896,00, de competência do exercício de 2023, equivalente a Juros sobre Capital Próprio de R$ 135.923.732,26 e dividendos de R$ 53.044.163,74. O valor de obrigação gerada para pagamento a título de Juros sobre Capital Próprio em 31 de dezembro de 2024, conforme citado na Nota Explicativa nº 14, é de R$ 135.692.620.

16. Receita Operacional Líquida: Receita de contrato com cliente: O cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia perante a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI) conforme contratos firmados em 19/05/2023 e 29/11/2023 (respectivamente "SPI nº 001/2023" e "SPI nº 009/2023") decorrem da necessidade do cumprimento do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP pelo governo do Estado de São Paulo. Estas obrigações de performance, conforme previsto em cláusula contratual, serão satisfeitas somente após a entrega de relatórios de modelagem econômico-financeira e outros produtos contratados, razão pela qual se classificam como *Obrigações de performance satisfeitas em um ponto no tempo*. Consequentemente, as receitas decorrentes da execução deste contrato serão reconhecidas quando aceitos pela SPI os produtos contratados entregues pela Companhia. Até 31 de dezembro de 2024 as receitas decorrentes das prestações de serviços e de outras receitas previstas em contrato, conciliadas com a demonstração de resultados correspondente, deduzidas dos tributos incidentes, foram as seguintes:

Conciliação Receita Bruta com tributos	Total
Receita Bruta de Venda de Serviços	25.201.251
ISS	(1.260.063)
PIS	(415.798)
Cofins	(1.915.189)
(–) tributos sobre as receitas de serviços (PIS, Cofins e ISS)	(3.591.050)
Receita líquida de serviços	**21.610.201**

16.1 Custos dos Serviços Prestados: Em conexão às informações prestadas na nota explicativa nº 8, os custos diretamente relacionados ao auferimento das receitas de serviços prestados montam em R$ 19.460.926, apresentando a seguinte composição até 31 de dezembro de 2024:

Composição dos custos dos serviços prestados	Totais
Pessoal e Encargos sociais	3.675.332
Prestadores de serviços externos	15.785.594
Custo dos serviços prestados	**19.460.926**

16.2 Novo Contrato de Prestação de Serviços: Em 27/12/2024 foi firmado novo contrato com a SPI ("SPI-CPP 01/2024"), pelo valor total estimado de R$ 117.620.542,90, com prazo estimado para execução de 36 meses, para a prestação de serviços especializados para apoio e elaboração de estudos técnicos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e a modelagem recomendada para a estruturação dos seguintes projetos de parcerias integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo: Trem Intercidades (TIC) Eixo Leste, TIC Eixo Sul, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) Campinas, e VLT Sorocaba, além de prestação de apoio técnico ao "Programa Integra Resíduos". Até data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis não houve reconhecimento de receita por serviços prestados, porque não ocorreu nenhuma entrega de produto contratado pela SPI.

17. Honorários de Administradores e Salários: As despesas relacionadas a pessoal estão assim distribuídas em 31 de dezembro de 2024, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal-Chave da Administração		
Honorários de diretoria	1.386.564	1.337.078
Bônus prêmio eventual - diretoria	592.361	394.908
Honorários de conselho de administração	664.001	608.871
Encargos sociais proporcionais	686.899	606.730
Honorários do Pessoal-Chave da Administração	**3.329.825**	**2.947.587**
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	434.398	416.253
Empregados celetistas e encargos sociais	5.834.020	3.079.694
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	525.063	420.088
Demais rubricas de despesas com pessoal	**6.793.481**	**3.916.035**
Alocações para Gastos com Contratos - Serviços Andamento	**(6.552.404)**	**(2.363.244)**
Total de Honorários de administradores e salários	**3.570.902**	**4.500.378**

Pessoal-chave da administração: As remunerações do pessoal-chave da administração da companhia em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro acima, e corresponderam aos valores acima totalizados de R$ 3.329.825 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.947.587 em 31 de dezembro de 2023). Os créditos e/ou pagamentos efetuados observaram as disposições contidas nas deliberações CODEC nº 001 de 16/03/2018 e nº 001 de 01/02/2023; respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6.404/76. Empregados celetistas e encargos sociais: O aumento no saldo desta rubrica para R$ 6.793.481 em 31 de dezembro de 2024 decorreu da contratação de pessoal técnico para a execução dos projetos de estruturação, descritos na nota explicativa nº 8. O referido aumento de quadro ocorreu substancialmente em setembro de 2023. Despesas com prestadores de serviços (benefícios): Além dos gastos com remunerações e respectivos encargos, integram o total deste grupo de despesas aquelas incorridas com contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções contratuais são apresentados no quadro abaixo:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 30/09/2024	Correspondente ao: Trimestre atual out-24	nov-24	dez-24	Saldo em 31/12/2024
Segurança e medicina do trabalho	1.583	3.226	193	–	96	3.515
Assistência médica	296.184	203.992	45.187	38.546	41.604	329.329
Vale-refeição	120.321	146.012	16.305	792	29.110	192.219
Totais	**420.088**	**353.230**	**61.685**	**39.338**	**70.810**	**525.063**

As empresas contratadas foram: Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Alice Operadora de Saúde (assistência médica), Valloo Benefícios (vale-refeição) e, em relação à rubrica segurança e medicina do trabalho, as empresas prestadoras de serviços foram Alphamed Assistência Médica Ltda. e Angiovasc Serviços de Medicina Interna e do Trabalho Ltda. Alocações para Gastos com Contratos - Serviços em Andamento: O valor de R$ 6.552.404 representa parcela de custos de pessoal próprio da CPP alocado nas contratações de serviços de estruturação de projetos durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.363.244 para o período entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023).

18. Serviços de Terceiros e Publicação Legal: Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados: Relacionados à Publicação Legal:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 30/09/2024	Correspondente ao: trimestre atual out-24	nov-24	dez-24	Saldo em 31/12/2024
publicação de matérias legais (DOESP)	104.988	118.384	24.782	13.674	8.914	165.754
preparação e publicação de matérias legais (outros)	27.904	38.181	6.677	92	1.590	46.540
total de Publicação legal	**132.892**	**156.565**	**31.459**	**13.766**	**10.504**	**212.294**

As empresas contratadas foram, respectivamente: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP e Luz Publicidade SP Sul Ltda. As variações entre os meses decorrem do consumo dos serviços contratados. Relacionados aos Serviços de Terceiros:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 30/09/2024	Correspondente ao: trimestre atual out-24	nov-24	dez-24	Saldo em 31/12/2024
Escrituração contábil e fiscal	268.184	193.723	21.000	21.000	–	235.723
Processo eletrônico (arquivos digitais)	18	26	3	3	3	35
Informática (Plataforma Gerenciamento)	13.198	44.391	4.399	4.399	4.399	57.588
Auditoria independente	26.240	5.425	22.011	–	–	27.436
consultoria jurídica	43.200	–	–	–	–	–
Cobrança da carteira de recebíveis	–	9.999	–	–	–	9.999
Seguro de responsabilidade civil D&O	150.000	82.500	9.167	9.167	9.167	110.001
Total de Serviços de terceiros	**500.840**	**336.064**	**56.580**	**34.569**	**13.569**	**440.782**

As empresas contratadas prestadoras de serviços durante o período de 2024 foram respectivamente: Escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Processo eletrônico - arquivos digitais e Informática - Plataforma gerenciamento (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP); Auditoria independente (Taticca Auditores Independentes); Cobrança de carteira de recebíveis (Desenvolve SP); Seguro de responsabilidade civil D&O (Ezze Seguros S.A.).

19. Despesas Tributárias: As despesas tributárias referem-se principalmente a PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS sobre receita financeira e JCP	1.395.193	1.612.775
COFINS sobre receita financeira e JCP	8.526.986	9.924.601
IOF	10.550	4.220
Outros tributos	7.241	3.570
Total	**9.939.970**	**11.545.166**

20. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	208.872.508	242.652.655
Outras receitas financeiras	4.552.599	5.729.361
Total de receitas financeiras	**213.425.107**	**248.382.016**
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	4.910	6.585
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	**4.910**	**6.585**
Outras despesas financeiras	(41.009)	(54.526)
Total de despesas financeiras	**(41.009)**	**(54.526)**
Resultado financeiro líquido	**213.389.008**	**248.334.075**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: A seguir, demonstrativo de IRPJ e CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Demonstração fatos geradores	Resultados em 31/12/2024 Saldos	IRPJ	CSLL	Resultados em 31/12/2023 Saldos	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	201.273.289	–	–	231.588.513	–	–
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições	1.022.893	–	–	795.473	–	–
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	1.022.893	–	–	795.473	–	–
Exclusões	(135.957.303)	–	–	(136.210.638)	–	–
(–) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(135.957.303)	–	–	(136.210.638)	–	–
Subtotal	66.338.879	–	–	96.173.348	–	–
(–) Compensação de Prejuízo Fiscal	–	–	–	(18.742.293)	(4.685.573)	(1.686.807)
Base de cálculo - resultado fiscal	66.338.879	(16.560.720)	(5.970.499)	77.431.055	(19.333.764)	(6.968.794)
Totais de apuração tributária	**66.338.879**	**(16.560.720)**	**(5.970.499)**	**77.431.055**	**(24.019.337)**	**(8.655.601)**

Quanto ao Resultado de Tributos Correntes sobre Lucro: Em 31 de dezembro de 2024 os totais de tributos correntes incidentes sobre o lucro tributável da Companhia foram de, respectivamente, R$ 16.560.720 (IRPJ) e R$ 5.970.499 (CSLL), totalizando R$ 22.531.219. Tais valores são inferiores aos contabilizados em 31/12/2023, os quais foram de, respectivamente, R$ 24.019.337 (IRPJ) e R$ 8.655.601 (CSLL), totalizando R$ 32.674.938. A diminuição em relação ao exercício anterior ocorreu devido à diminuição do resultado tributável em 2024, substancialmente face à variação da taxa Selic (CDI incidente sobre as aplicações financeiras) no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2024, quando comparado ao mesmo período de 2023.

22. Execução do Orçamento de Caixa: A apresentação de quadros orçamentários integrados com a escrita contábil da Companhia é reflexo do

continua →

→ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

compromisso de atingir maior transparência, à luz do que dispõe a Lei 13.303/2016, notadamente quanto à evolução do seu orçamento e da execução dos seus contratos (aqui pelo regime de caixa), ressaltando-se, inclusive, a demonstração de uma base única de dados, considerado o volume de operações. A Companhia, em razão da sua condição de empresa não dependente de recursos financeiros do seu controlador - Estado de São Paulo - e, valendo-se da faculdade contida no parágrafo 1.8D da norma contábil "NBC TSP Estrutura Conceitual", emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, a qual permite a aplicação pelas empresas públicas não dependentes de elementos empregados na Contabilidade Pública, apresenta nos quadros a seguir a sua execução orçamentária para o trimestre em referência. Os resultados efetivamente obtidos no trimestre em referência estão apresentados em conexão ao "orçamento de caixa" previsto para 2024, obtido do Relatório da Administração de 2023, apresentado em conjunto com as Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Assim, demonstra-se abaixo a evolução do caixa da Companhia para o período compreendido no quarto trimestre de 2024, comparativamente ao projetado para o período:

Orçamento de Caixa: Projetado e Realizado (valores em milhares de Reais)

Descrição	Referência	Previsto	Realizado	Variação
Saldo financeiro (livre) inicial		**675.134**	**752.685**	**(77.551)**
(+) Fontes de recursos				
Receitas financeiras livres de restrição	(i)	15.237	19.571	(4.334)
Parcelas recebíveis		3.903	3.536	367
Liberação de garantias		6.178	–	6.178
Serviços prestados	(ii)	35.703	1.235	34.468
Disponibilização Onerosa de Garantia		177	–	177
Restituição de impostos	(iii)	15.645	–	15.645
Outros		–	–	–
Subtotal		**76.843**	**24.342**	**52.501**
(–) Aplicações de recursos				
Gastos com Folha de Pagamento	(iv)	3.183	2.722	461
Investimentos		–	–	–
Despesas administrativas gerais	(v)	160	137	23
Gastos com Estruturação de Projetos	(vi)	18.679	19.000	(321)
Tributos sobre o lucro/receita	(vii)	21.122	5.484	15.638
Outros desembolsos		–	–	–
Juros sobre Capital Próprio		–	–	–
Constituição de novas garantias		–	–	–
Subtotal		**43.144**	**27.343**	**15.801**
Saldo financeiro do trimestre		**33.699**	**(3.001)**	**36.700**
(=) Saldo financeiro (livre) final		**708.833**	**749.684**	**(40.851)**

As principais variações foram: (i) Receitas financeiras: Decorre substancialmente da diferença de projeção da taxa de rendimentos. A projeção para o período foi de Selic a 9,5% a.a., enquanto a taxa efetiva do principal fundo da CPP (CPP Projetos) auferida foi de 10,7914% para o período compreendido entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de 2024. (ii) Serviços prestados: A previsão de recebimentos pelos serviços prestados pela Companhia à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) foi realizada parcialmente em razão de alterações nas execuções dos serviços contratados. (iii) Restituições de Impostos: As previsões foram realizadas financeiramente durante o primeiro semestre de 2024.

(**iv**) Gastos com Folha de Pagamento: as variações ocorridas decorreram substancialmente de o quadro de pessoal ainda não estar completo no período. Abaixo segue quadro com destaque para a composição dos pagamentos efetuados pela Companhia durante o 4° trimestre de 2024 aos fornecedores contratados para os serviços abaixo especificados:

Contratos de serviços integrantes da rubrica Gastos com Folha de Pagamento

Beneficiários pelos pagamentos feitos pela Companhia	Contratação	Vigência	R$
Alice Operadora de Saúde - assistência médica	set/24	12 meses	139.261
Alphamed - segurança e medicina do trabalho	mar/24	12 meses	302
Valoo Benefícios - vale-refeição	out/23	12 meses	46.207
			185.770

Obs.: As execuções contratuais correspondentes, relacionadas a todos os eventos ligados à Folha de pagamento, estão apresentadas na Nota Explicativa n° 17, segundo o regime de competência. (**v**) Despesas administrativas gerais: representa, em essência, os gastos com as contratações de serviços administrativos para funcionamento normal da Companhia. Abaixo segue composição dos pagamentos feitos durante o 4° trimestre de 2024 aos fornecedores de serviços contratados pela Companhia, com sua especificação:

Execução financeira dos contratos em vigor de titularidade da Companhia (rubrica Despesas Administrativas Gerais):

Beneficiários pelos pagamentos feitos pela Companhia	Contratação	Vigência	R$
PRODESP: serviços relativos a processo eletrônico/arquivos digitais	dez/23	12 meses	9
PRODESP: serviços de fornecimento de plataforma colaboração Office	jul/23	12 meses	16.988
PRODESP: publicação de matérias legais no DOESP	abr/23	60 meses	9.976
Luz Publicidade SP Sul Ltda.: preparação e publicação de matérias legais	nov/23	12 meses	7.949
RHPay Contadores Associados SS EPP: escrituração contábil	abr/24	12 meses	56.067
Outras despesas (deslocamentos/viagens/copa/material de escritório/etc)	–	–	46.011
Soma (valor arredondado)			**137.000**

Obs.: As execuções contratuais correspondentes, apresentadas segundo o regime de competência, constam na Nota Explicativa n° 18.

Embora as variações entre Projetado e Realizado não tenham sido relevantes no período, o objetivo de demonstração destas despesas decorre da necessidade de demonstração da execução das contratações feitas pela Companhia. (**vi**) Gastos com Estruturação de Projetos: A previsão de pagamentos por serviços prestados à Companhia foi realizada parcialmente em razão de alterações nas previsões de execuções dos serviços contratados.

A relação de pagamentos efetuados durante o 4° trimestre de 2024 segue no quadro abaixo:

Gastos com Estruturação de Projetos de PPP/Prestador de Serviço	Contratação	Vigência	R$
Campos Elíseos: IAB/SP - Instituto de Arquitetos do Brasil	fev/24	Por escopo	160.000
Campos Elíseos: FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)	jun/23	até 36 meses	5.911.743
Travessias Litorâneas: FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)	dez/23	até 24 meses	800.000
Loterias: FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)	jun/23	até 36 meses	698.094
Escolas: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	jul/23	até 30 meses	3.166.929
Túnel Santos/Guarujá: FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)	jul/23	até 36 meses	3.797.500
Estrada Ferro Campos do Jordão: FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)	out/23	até 36 meses	2.429.716
Serviços Hídricos: Fundace (Fundação Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia)	mai/23	até 24 meses	2.035.696
			18.999.678

Obs.: As execuções contratuais correspondentes, apresentadas segundo o regime de competência, estão descritas na Nota Explicativa n° 8.

23. Gerenciamento de Riscos: A Companhia é uma entidade não financeira cuja renda, atualmente, ainda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos; entretanto, novos resultados foram gerados a partir de atividades que podem ser classificadas como tipicamente operacionais, tais como aquelas descritas na Nota Explicativa n° 16, por conta do cumprimento de obrigações contratuais firmadas com clientes de serviços de estruturação de projetos. Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (80%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados. O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, substancialmente, da performance dos seus ativos financeiros. Riscos de crédito e de mercado: Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A., instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, lastreados substancialmente em títulos públicos federais no caso dos fundos de investimento financeiro. Além dos rendimentos auferidos a partir de fundos de investimentos, conforme descrito na Nota Explicativa n° 6, a Companhia aufere receita financeira decorrente da aquisição junto à Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo de recebíveis oriundos de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, com risco de inadimplência bastante mitigado em função da existência de cláusula contratual de garantia, a qual possibilita a execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo.

24. Eventos Subsequentes: Com exceção dos eventos descritos nas notas explicativas n° 10.3 e 16.2, que versam sobre, respectivamente, constituição de novas garantias decorrentes de compromissos assumidos em contratos de concessão, assim como de novo contrato de prestação de serviços celebrado entre CPP e SPI, não houve outros eventos subsequentes significativos até a data da autorização para a emissão destas demonstrações contábeis, que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arthur Luís Pinho de Lima (Presidente)
Guilherme Afif Domingos
Rafael Antônio Cren Benini
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita
Edilson José da Costa
Natalia Resende Andrade Ávila
Edgard Benozatti Neto (Diretor-Presidente da CPP)

DIRETORIA

Edgard Benozatti Neto – Diretor Presidente
Augusto Almudin – Diretor de Assuntos Corporativos
Raquel França Carneiro – Diretora Econômico-Financeira

CONTADOR

Renato Vieira Pita – CRC 1SP215676/O-8/SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas e Proposta de Destinação do Lucro Líquido, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2025, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos daquele exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes TATICCA Auditores Independentes S.S., datado de 7 de fevereiro de 2025, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras, bem como da proposta de distribuição de lucros estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

Adicionalmente, sobre o aumento do limite do Capital Autorizado, este colegiado está de acordo com o aumento proposto, dos atuais R$ 2.263.840.482,00 para R$ 5.560.483.250,79 e, de igual forma, esta proposta está em condições de ser submetida à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 18 de março de 2025

Conselheiros fiscais:

Fernanda Esbizaro Rodrigues Rudnik
Cecília Mantovan
André Isper Rodrigues Barnabé
Daniel Cabral Casado de Barros
João Henrique Martins

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP ("Companhia" ou "CPP"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 07 de fevereiro de 2025

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio - Contador - CRC-1SC020036/O-8-T-SP

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Secretaria de Parcerias em Investimentos
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679/0001-23



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

Aviso:
As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O Relatório na íntegra, contendo as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório Integrado da Administração - 2024 e Parecer do Conselho Fiscal está disponível no site da CPTM e no site do jornal Folha de São Paulo, conforme links:
a) https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx;
b) https://publicidadelegal.folha.uol.com.br.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	135.212	96.419
Clientes e outros recebíveis / Outros créditos	4.2	83.071	71.443
Impostos e encargos a recuperar / compensar		3.268	3.259
Estoques	4.3	165.621	160.682
IRPJ diferido	6	–	1.851
Outros ativos circulantes	4.4	10.826	11.359
Total do ativo circulante		**397.998**	**345.013**
Não circulante			
Depósitos judiciais e recursais	4.5	176.416	165.295
Ativos de contrato de concessão	4.6	26.765	26.765
Outros ativos não circulantes	4.7	15.444	17.078
Investimento		**193**	**193**
Imobilizado líquido	4.8	**11.866.733**	**11.834.194**
Intangível líquido	4.9	**21.381**	**21.779**
Total do ativo não circulante		**12.106.932**	**12.065.304**
Total do ativo		**12.504.930**	**12.410.317**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	4.10	297.786	285.297
Operações de arrendamentos	4.11	85.152	96.511
Obrigações com pessoal	4.12	169.205	174.914
Impostos, taxas e contribuições a recolher		30.587	30.108
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	4.13	57.762	32.052
Receitas diferidas	4.14	19.755	13.893
Outros passivos circulantes	4.15	131.582	149.056
Total do passivo circulante		**791.829**	**781.831**
Não circulante			
Operações de arrendamentos	4.11	352.928	414.456
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	4.13	191.356	219.657
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	4.16	442.006	736.110
Receitas diferidas	4.14	117.050	82.857
Outros passivos não circulantes	4.7	16.850	17.301
Total do passivo não circulante		**1.120.190**	**1.470.381**
Patrimônio líquido			
Capital social	4.17	20.246.381	19.395.302
Reservas de reavaliação		365.993	374.833
Ajustes de avaliação patrimonial		561.152	205.688
Prejuízos acumulados		(11.208.401)	(10.668.797)
		9.965.125	**9.307.026**
Adiantamentos para aumento de capital	4.18	**627.786**	**851.079**
Total do patrimônio líquido		**10.592.911**	**10.158.105**
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.504.930**	**12.410.317**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5.1	**2.574.208**	**2.250.553**
Custo dos serviços prestados	5.2	(2.321.400)	(2.245.252)
Lucro bruto		**252.808**	**5.301**
Despesas administrativas	5.3	(826.415)	(703.416)
Outras receitas (despesas) líquidas	5.4	189.690	44.719
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**(383.917)**	**(653.396)**
Resultado financeiro		(169.097)	(200.164)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(553.014)**	**(853.560)**
Despesa com imposto de renda e contribuição social		–	–
Impostos diferidos	6	4.570	1.851
Prejuízo do exercício		**(548.444)**	**(851.709)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Resultado líquido do exercício		**(548.444)**	**(851.709)**
Ganho atuarial - Remensurações de benefícios pós emprego	22	355.464	88.500
Total do resultado abrangente do exercício		**(192.980)**	**(763.209)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Caixa líquido nas atividades operacionais	(17.084)	(189.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(372.877)	(528.267)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	428.754	687.658
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**38.793**	**(30.047)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**96.419**	**126.466**
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	**135.212**	**96.419**

As notas explicativas de administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas	2.610.168	2.285.846
Insumos adquiridos de terceiros	(1.475.697)	(1.466.754)
Valor adicionado bruto	**1.134.471**	**819.092**
Depreciação/amortização	(325.937)	(326.542)
Valor adicionado produzido pela entidade	**808.534**	**492.550**
Valor adicionado recebido em transferência	**31.529**	**37.217**
Valor adicionado total a distribuir	**840.063**	**529.767**
Pessoal	1.068.735	1.028.532
Impostos, taxas e contribuições	104.501	103.152
Remuneração de capitais de terceiros	215.271	249.792
Prejuízo do exercício	**(548.444)**	**(851.709)**
Valor adicionado distribuído	**840.063**	**529.767**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamentos para aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2023	**18.269.418**	**383.669**	**117.188**	**(9.825.924)**	**8.944.351**	**1.125.884**	**10.070.235**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício				(851.709)	**(851.709)**		**(851.709)**
Remensurações de benefício pós emprego			88.500		**88.500**		**88.500**
Total do resultado abrangente do exercício	**–**	**–**	**88.500**	**(851.709)**	**(763.209)**	**–**	**(763.209)**
Reservas de reavaliação		(8.836)		8.836	–		–
Recursos para aumento de capital no período					–	851.079	**851.079**
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	1.125.884				**1.125.884**	(1.125.884)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**19.395.302**	**374.833**	**205.688**	**(10.668.797)**	**9.307.026**	**851.079**	**10.158.105**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício				(548.444)	**(548.444)**		**(548.444)**
Remensurações de benefício pós emprego			355.464		**355.464**		**355.464**
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	**355.464**	**(548.444)**	**(192.980)**	–	**(192.980)**
Reservas de reavaliação		(8.840)		8.840	–		–
Recursos para aumento de capital no período					–	627.786	**627.786**
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	851.079				**851.079**	(851.079)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**20.246.381**	**365.993**	**561.152**	**(11.208.401)**	**9.965.125**	**627.786**	**10.592.911**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM ("Companhia" ou "CPTM") é uma Companhia pública, criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992.

Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo formada por ações, de capital fechado, tendo como acionista controlador a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,99925% das ações ordinárias.

A CPTM tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

Na condição de Companhia pública, consoante as disposições do inciso III, do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a CPTM está enquadrada como uma Companhia dependente.

A dependência financeira, em sua essência, tem origem na política tarifária estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo, destacando-se tarifas de caráter social e uma estrutura tarifária de integração intermodal, cujo objetivo é propiciar acesso às diversas classes sociais ao transporte ferroviário e assemelhados, de forma oposta à lógica de precificação de serviço aplicada na iniciativa privada, sendo necessário que a Fazenda do Estado de São Paulo subsidie os usuários do sistema ferroviário por meio de repasses financeiros à Companhia.

Em 2024, a Companhia operou 05 (cinco) linhas férreas, a Linha 7 - Rubi (Brás - Jundiaí), a Linha 10 - Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra), a Linha 11 - Coral (Luz - Estudantes), a Linha 12 - Safira (Brás - Calmon Viana) e a Linha 13 - Jade (Eng. Goulart - Aeroporto Guarulhos), que somam 196 km de extensão, com 57 (cinquenta e sete) estações distribuídas ao longo dos respectivos trechos, atendendo, além da Capital, a outros 17 (dezessete) municípios, com integração física e tarifária às demais linhas de transporte metro-ferroviário e à diversas linhas municipais e intermunicipais de ônibus. Também parte da malha ferroviária em 2024, temos a Linha 8 - Diamante e a Linha 9 - Esmeralda, operadas pela Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (Via Mobilidade), considerando a respectiva concessão do serviço público de transporte de passageiros, efetivada em 24/01/2022, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Por fim, em 2024, a Companhia se mantém no aguardo de um cenário financeiro adequado para reavaliar a possibilidade da contratação de seguros, haja vista que os estudos apresentados em 2023, por empresa de Consultoria acerca da avaliação securitária para cobertura do patrimônio da Companhia, evidenciou valor de apólice inviável em vista das restrições orçamentárias, condição aplicável também para a contratação de seguro de responsabilidade civil relacionada aos serviços de transporte metropolitano prestados pela CPTM.

Estrutura financeira da Companhia

Em 2024, os recursos financeiros tiveram como fonte principal a receita operacional decorrente da prestação do serviço de transporte, representando 51% (50% em 2023) da receita total, considerando uma política tarifária de caráter social e uma estrutura tarifária de integração determinada pelo Governo do Estado de São Paulo. Como fontes adicionais, destaca-se a receita advinda da exploração patrimonial, que acumulou, o percentual de 10% (9% em 2023), e a realização de leilões para descarte de materiais inservíveis, resultando em uma arrecadação acessória de R$ 17,7 milhões em 2024 (R$ 11.684 em 2023), em face da disponibilidade de materiais resultantes das atividades de manutenção da Companhia e, principalmente, a absorção permitida pelo mercado.

Por fim, em 2024, observa-se o apoio financeiro prestado pelo acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo que, lastreado na Lei nº 17.863 de 22/12/2023, do Decreto nº 68.309 de 18/01/2024 e nos restos a pagar inscritos de competência do exercício anterior, efetuou aportes financeiros que acumularam R$ 2.169.902 (R$ 2.197.151 em 2023), sendo deste montante R$ 627.902 (R$ 851.079 em 2023) para investimentos, R$ 260.795 (R$ 206.815 em 2023) em ressarcimento às gratuidades concedidas por imposição legal e, por fim, R$ 404.792 (R$ 333.978 em 2023) para a recomposição tarifária. Adicionalmente, ressalta-se que há previsão de aportes pela Fazenda do Estado de São Paulo para o exercício 2025, nos termos da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 18.078 de 03/01/2025. Com o direcionamento de recursos financeiros do Estado de São Paulo à Companhia se mantém a perspectiva de estabilidade para o próximo exercício, haja vista representar a garantia de suporte financeiro sólido, previsível e confiável para as atividades operacionais e de investimentos, em conformidade com o Plano Plurianual Estadual (PPA).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis têm como base de valor o custo histórico, com exceção para instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia.

A Companhia afirma que todos os fatos relevantes próprios das demonstrações contábeis estão sendo evidenciados pela Gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais. A divulgação em outras moedas, quando aplicável e necessário, também está sendo efetuada em milhares, estando devidamente identificada.

2.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pelas normas IFRS, apenas pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, sendo, para esta Companhia, considerada como uma informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Nesta linha de atuação, a DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4. Uso de estimativas e premissas contábeis críticas

Para a preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas determinadas estimativas contábeis, cuja base foram fatores objetivos e subjetivos, que subsidiaram o julgamento da Administração na determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia. Sendo as estimativas significativas constituídas conforme segue.

Estimativa para redução ao valor realizável de estoques

A estimativa foi constituída a partir da identificação em 2024 de itens potencialmente obsoletos sendo, nesta avaliação, considerada a introdução de novas tecnologias e funcionalidades que resultaram na obsolescência dos materiais: na substituição de frotas de trens e, por fim, em itens com pouca rotatividade.

Provisão para perda de valor recuperável dos ativos

A Companhia realiza periodicamente testes de recuperação - conhecidos como impairment - dos ativos, atendendo às exigências normativas e garantindo a correta valoração dos ativos imobilizados e intangíveis.

Os testes de impairment são conduzidos pelo menos anualmente ou em intervalos menores sempre que houver indícios de desvalorização, tanto internos quanto externos, conforme orienta a prática contábil e os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

No que tange aos ativos imobilizados, estes são avaliados considerando-os como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) única.

Optamos pela abordagem de custo para determinar o valor justo de reposição desses ativos, ajustando para refletir o desgaste natural e a obsolescência, de acordo com avaliações internas.

Com relação aos ativos intangíveis, dado que possuem vida útil definida, estes não são submetidos aos testes de impairment diretamente, mas passam por revisões de sua capacidade produtiva no final de cada exercício, o que pode levar ao ajuste de sua vida útil se necessário.

Nosso processo de avaliação de impairment se baseia em fundamentos sólidos, delineados pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), oferecendo uma estrutura robusta para a avaliação precisa do valor recuperável dos ativos em comparação aos seus valores contábeis registrados. Refletimos nas nossas avaliações a realidade operacional da Companhia, adaptando métodos de avaliação de ativos que consideram especificidades da nossa atuação, especialmente diante da nossa natureza e dos desafios únicos na avaliação de nossos ativos.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679/0001-23

Além disso, a conformidade com o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e com o CPC 00 (R2), que fornece a Estrutura Conceitual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, é rigorosamente observada.

Reconhecemos a ausência de um mercado ativo para muitos de nossos ativos tangíveis e, por isso, adotamos o custo de reposição como medida mais apropriada para a determinação do valor justo, ajustando o custo para refletir o desgaste e a obsolescência.

Em nossa abordagem de teste de impairment, aliada à demonstração e documentação das premissas adotadas, asseguramos um processo transparente e adequado para a avaliação do valor recuperável dos ativos. Esta metodologia não apenas cumpre com os requerimentos normativos, como também reflete a realidade operacional única da Companhia, subsidiando a conclusão pela não necessidade de contabilização de impairment nos ativos testados, visto que não foram observados indicativos de existência de possível desvalorização de ativo.

Nossa revisão anual e o monitoramento contínuo dos ativos intangíveis com vida útil definida, conformemente ao CPC 01, nos levam a afirmar que as práticas adotadas garantem a adequação das informações divulgadas, promovendo transparência e permitindo verificações externas das premissas, metodologias e resultados aplicados.

Estimativa para perdas esperadas com ativos financeiros

Em ativos financeiros consideramos as contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos. Assim, a análise de sua liquidez consiste na abordagem da inadimplência histórica dos devedores, a partir das seguintes evidências: (i) indicadores de dificuldade financeira; (ii) início de cobrança extra ou judicial; (iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN; e (iv) dificuldade de localização do devedor.

Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para fazer frente a riscos decorrentes de ações em andamento, julgadas como de perda provável. A perda é considerada como provável quando de ações cujos objetos, apesar de toda a substância das defesas, os tribunais têm entendimento que desfavorece a Companhia.

Como é possível a ocorrência de alterações de classificação em futuro, as provisões são revisadas mensalmente, pelos assessores jurídicos da Companhia, e ajustadas em face da alteração nas circunstâncias e premissas que a determinaram, portanto, alinhadas e aderentes ao período encerrado.

Provisões para benefícios a empregados

• Benefícios de curto prazo

As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo, concedidos aos empregados, são reconhecidas como despesas de pessoal considerando sua incorrência no período, com previsão de pagamento em até 12 meses do fechamento do exercício.

Enquadram-se neste grupamento anuênio e gratificação por tempo de serviço; seguro de vida em grupo; vale refeição e alimentação; programa de participação nos resultados - PPR e benefício rescisório - aviso prévio.

Relativo ao PPR, trata-se de programa implantado pela Companhia desde 2011, cujos critérios são definidos em parceria com as respectivas entidades sindicais, considerando indicadores, pesos e metas previamente definidos, acompanhados quanto ao seu atingimento e aprovados em início do exercício subsequente ao de sua competência, para efetivo pagamento.

Neste contexto, o PPR de 2024 contou com uma garantia mínima, sendo mantida uma tabela progressiva por faixas de atingimento, que vincula o pagamento da garantia mínima ao resultado do programa, com gatilho de atualização quando ocorrida correção salarial no período compreendido entre a definição do programa, a efetiva medição e, finalmente, o pagamento aos empregados.

Por fim, o benefício é limitado a uma folha de salários nominal, competente ao mês de dezembro do ano de apuração.

• Benefícios de longo prazo e indenizatório

Nos benefícios de longo prazo concedidos aos empregados, enquadram-se o programa de previdência aos empregados oriundos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que dele mantêm participação, o plano de saúde (assistência médica e odontológica), para o qual o empregado seja coparticipante ou já tenha o direito adquirido à continuidade da carteira, e o benefício indenizatório de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da extinta Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, conforme regras concessórias específicas.

Para tais benefícios, a avaliação atuarial é realizada na periodicidade anual ou em periodicidade intermediária, em face de eventos supervenientes que assim a exija, excetuando-se o plano de assistência odontológica que, embora haja a caracterização de benefício pós-emprego, tende a não apresentar passivos de longo prazo, considerando seu comportamento inverso em relação ao plano de assistência médica, sendo a utilização e o custo exponenciais em relação à idade, ou seja, tanto a utilização como o custo decrescem em relação à idade.

O método atuarial de avaliação dos passivos e custos dos benefícios é a UCP - Unidade de Crédito Projetada, nos termos do CPC 33 - Benefícios a empregados, cuja remensuração é reconhecida em Outros resultados abrangentes - ORA ou, conforme aplicável, em resultado do período.

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis 2024

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício 2023.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia não mantém recursos financeiros em caixa, sendo os intitulados como Equivalentes de caixa os correspondentes a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos para frente apenas a compromissos de custeio de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia deles se torna parte, sendo os ativos ou passivos deles derivados registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que lhe sejam diretamente atribuídos e remensurados conforme regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros e, por fim, baixados quando os direitos e obrigações que representam tenham se expirado.

Ativos Financeiros

Caixa e equivalentes de caixa correspondem a aplicações em CDB e fundos de investimentos ancorados em ativos e derivativos de renda fixa de risco conservador, de liquidez e remuneração diárias, com base em taxas vinculadas a um percentual da variação do CDI ou Selic, objetivando proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros.

Clientes e outros recebíveis derivam de instrumentos financeiros firmados pela Companhia junto a terceiros, mantidos com o objetivo de recebimento de fluxos de caixa contratuais, gerados em datas específicas, sobre os quais é prevista a incidência de juros e correção monetária, se pagos em atraso.

Por fim, Outros créditos, são os demais ativos financeiros que não se enquadram nos itens acima.

Classificação inicial

(a) Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria estão classificados os Equivalentes de Caixa (aplicações financeiras), sendo as variações monetárias reconhecidas no resultado do período.

(b) Custo Amortizado

Nesta categoria classificam-se Clientes e outros recebíveis e Outros créditos, amortizados pelo método da taxa efetiva de juros.

Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e possa ser estimado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Nessa categoria estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.

3.3. Clientes e outros recebíveis

Clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor nominal e não incluem juros e, se necessário, deduzidos da provisão para perdas de crédito estimadas considerando o histórico de inadimplência e análise individual de cada devedor, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas em sua realização.

3.4. Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção dos sistemas ferroviários, registrados pelo custo médio ponderado e ajustado ao valor realizável líquido.

Para aferição da eficácia dos controles internos e o nível de acuracidade do estoque, a Companhia realiza inventários rotativos, com contagem física mensal, contínua e programada, considerando a metodologia da Curva ABC.

3.5. Depósitos judiciais e recursais

Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos trabalhistas, cujos valores podem ser descontados do crédito do reclamante ou devolvidos à Companhia no final do processo, a depender do desfecho judicial.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com a finalidade de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou de oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia o referido desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os registros contábeis a título de depósitos judiciais e recursais são mantidos em valor original em razão dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando de possível reversão à Companhia.

3.6. Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido dos custos de melhorias e/ou reformas, e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de encargos de depreciação, calculada pelo método linear, exceção aos terrenos e leito da linha, não sujeitos a tais encargos.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são aqueles considerados como adequados nas condições operacionais atuais da Companhia, sendo os encargos de depreciação do período reconhecidos no resultado do exercício.

No ativo Imobilizado estão considerados ativos em posse da Companhia, enquadrados nos termos da CPC 06 (R2) Arrendamentos.

Por fim, a Companhia mantém os efeitos da reavaliação de parte de seus ativos, realizada no exercício de 2002, na ordem de R$ 1.607.383, conforme Laudos de Reavaliação, emitidos em 31 de maio de 2002, pela Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos. Em 2024, o saldo da mais valia corresponde a R$ 365.993 (R$ 587.920 em 2023), cuja realização tem por base os encargos de depreciação e as baixas patrimoniais ocorridas ao longo do exercício.

3.7. Infraestrutura e bens concedidos - contrato PPP

Nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2021, com eficácia a partir de 27 de janeiro de 2022, a infraestrutura e bens afetos ou associados à prestação do serviço de transporte nas Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda, passaram a ser utilizados pelo Ente privado, por um período contratualizado de 30 anos.

Neste contexto, considerando que a Companhia é entidade interveniente no contrato de concessão, que se trata de uma parte relacionada ao Poder Concedente, o registro patrimonial se manteve em Ativo Imobilizado, e, assim, sujeito às regras de depreciação aplicadas aos demais bens de mesma natureza, em uso por esta Companhia.

3.8. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida útil definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício.

3.9. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia e relativos a investimentos, cujo prazo de vencimento preponderante corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

3.10. Operações de arrendamentos

Enquadramento contábil de um contrato por meio do qual a Companhia detém substancialmente todos os riscos e usufruto da propriedade, com a previsão de transferência dos ativos adquiridos ao longo do tempo.

O passivo correspondente é atualizado mensalmente considerando os encargos financeiros inerentes à operação, apropriados em resultado do exercício, pela taxa de juros efetiva firmada em contrato, classificado em passivo circulante e não circulante, alinhado ao prazo contratual.

O ativo adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil definida pela Companhia, nas mesmas condições que os ativos de propriedade e em uso pela Companhia.

3.11 Outros ativos e outros passivos (circulantes e não circulantes)

Neste grupo estão considerados os demais direitos e obrigações legais ou constituídas pela Companhia. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias, quando incorridas e classificados como circulantes ou não circulantes conforme sua data de realização ou liquidação.

3.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida pelo regime de competência, líquida de descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre ela, excetuando-se a proveniente da prestação de serviço de transporte realizada por meio da utilização de bilhete magnético, cujo reconhecimento se dá pelo montante das vendas em bilheteria, que em 2024, correspondeu a 0,42% do montante contabilizado, sendo prevista sua descontinuidade a partir de 2025.

3.13. Novas normas, alterações e interpretações

Considerando as revisões técnicas e as novas normas emitidas e aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2024:

As novas normas adotadas em 1º de janeiro de 2024 não impactaram a escrita contábil da Companhia;

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis;

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento; e

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1).

As novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024, não se vislumbram impactos na escrita contábil da Companhia:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2);

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48;

c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; e

d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública.

4. Informações complementares - aspectos patrimoniais

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Em 2024, do montante de R$ 135.212 (R$ 96.419 em 2023), R$ 75.523, ou seja 55,9%, dos recursos em Caixa e equivalentes de caixa (R$ 75.381 em 2023, correspondentes a 78,2%) se referem a recursos financeiros compromissados junto a terceiros, considerando repasses efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e recursos recebidos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ambos destinados a investimentos previamente definidos e, assim, mantidos até o vencimento das obrigações junto aos respectivos fornecedores, e a depósitos pela obrigatoriedade de garantias contratuais, caracterizados como passivos da Companhia, considerando sua devolução em futuro.

4.2. Clientes, outros recebíveis / Outros créditos

Nesta rubrica, acumulam-se créditos decorrentes de instrumentos financeiros firmados com terceiros, para permissão de passagem em vias férreas, para o uso de instalações, ocupações ou travessia de infraestrutura de terceiros e decorrentes da prestação de serviços diversos, na ordem de 51,0% do seu montante, de R$ 83.071 (R$ 71.443 em 2023).

Também estão considerados demais ativos financeiros, resultantes de transações peculiares, que garantem à Companhia o direito de crédito junto ao terceiro, acumulando os 49% restantes do montante deste grupamento.

Para 2024, os estudos internos não determinaram a necessidade de constituir estimativa de perda para os ativos financeiros aqui considerados.

4.3. Estoques

Os estoques são compostos preponderantemente (98%) por insumos necessários à operação e manutenção dos ativos da Companhia, sendo transacionados pelo custo médio ponderado e submetidos à avaliação de sua efetiva realização, na periodicidade mínima anual, de forma a ser constituída a respectiva redução ao valor recuperável.

Relativo as etapas de análise para redução ao valor recuperável, havendo a constatação da real impossibilidade de uso de itens estocados, eles são levados à baixa e, em ato contínuo, colocados à venda, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, de forma à recuperação parcial de valor. Assim, para o exercício de 2024, a estimativa de perdas apresenta um saldo de R$ 3.455, representando 2% do montante registrado em Estoques, na ordem de R$ 165.621 (R$ 4.835 em 2023 para Estoques, correspondendo a 3% do montante de Estoques, na ordem de R$ 160.682).

4.4. Outros ativos circulantes

Em Outros ativos circulantes foram consideradas as transações que em futuro próximo serão apropriadas em resultado, não representando ativos financeiros monetários.

4.5. Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais e recursais de natureza trabalhista decorrem do ajuizamento de ações por parte de aposentados da FEPASA contra o Estado e contra esta Companhia, de empregados de empresas terceirizadas que, quando demitidos ou encerrados os contratos, buscam valores da empresa empregadora e colocam a Companhia no polo passivo da ação, como responsável subsidiária; e de ações que envolvem empregados da própria Companhia.

CPTM

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679/0001-23



Nos dois primeiros casos (FEPASA e terceirizados), a Companhia não tem como fazer qualquer ingerência quanto ao ajuizamento de tais ações. Tal se dá, em razão de os aposentados não terem qualquer relação de emprego com a Companhia ou mesmo com o Estado e, em relação aos empregados de terceirizados, pelos mesmos não estarem sob sua gestão, restando em relação às empresas contratadas uma cobrança e fiscalização efetiva e nos dois casos, a apresentação da melhor defesa jurídica, o que está em prática, desde há muito tempo.

Quanto aos processos de empregados da própria Companhia, o volume apresentado se justifica pelo fato de o direito de ação ser garantido pelo art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, o que estimula o ingresso de ações de empregados em atividade, muitas vezes, ajuizando mais de uma ação, que geram alto custo financeiro.

Relativo a processos judiciais de natureza civil, para os quais é necessário depósito judicial, o grande volume se concentra nas ações indenizatórias de responsabilidade civil ajuizadas por passageiros da Companhia. Em relação às indenizatórias, válido dizer que decorrem do direito de ação constitucionalmente garantido, assim como das regras atinentes à responsabilidade civil.

Quanto aos depósitos judiciais de natureza tributária, preponderantemente, corresponde ao pedido da Companhia de reconhecimento judicial de imunidade tributária de IPTU, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, junto a municipalidade de São Caetano do Sul, na ordem de R$ 73.547 (R$ 73.547 em 2023).

Os demais, de menor monta, se vinculam a ações de execução fiscal ajuizadas por prefeituras para cobrança de diversos tipos de tributos ou taxas, sendo tais depósitos realizados para fins de garantia do juízo e oposição de embargos à execução fiscal (defesa), e a ações em que discute se é devido o pagamento da contribuição previdenciária (INSS) demandada em 5 notificações fiscais de lançamento de débito.

Em 2024, os depósitos recursais e judiciais acumulam R$ 176.416 (R$ 165.295 em 2023).

4.6. Ativos de contrato de concessão

Direito da Companhia, representado pela cessão de materiais de consumo transferidos à Concessionária das Linhas 8 e 9, baixados do estoque, até a extinção da concessão, sendo que, na impossibilidade, por equivalência, substituídos por materiais que permitam a mesma utilização e rendimento.

4.7. Outros ativos não circulantes e Outros passivos não circulantes

Outros ativos circulantes abarcam, preponderantemente, montante a receber em decorrência do Convênio firmado pela CPTM e CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos, firmado à época do Protocolo e Justificação de Cisão da CBTU ocorrida em 26/05/1994.

Como o propósito do Convênio foi o de estabelecer as condições básicas necessárias à continuidade dos serviços após a transferência da CBTU-STU/SP para o âmbito desta Companhia, bem como definir a prestação mútua de serviços, ao longo do tempo foram gerados ativos e passivos de ambas as partes.

Nestas condições, do saldo desta rubrica, na ordem de R$ 15.444 (R$ 17.078 em 2023), R$ 12.535 (R$ 12.535 em 2023), correspondente a 81%, deve ser baixado por passivos também reconhecidos no âmbito do referido Convênio, mensurados em R$ 15.851 (R$ 15.851 em 2023), que estão considerados no saldo de Outros passivos não circulantes.

4.8. Imobilizado líquido

No Imobilizado líquido, estão considerados os bens abaixo identificados, os quais estão sujeitos a regras de depreciação uniformes, conforme prática definida pela Companhia.

	2024	2023
Bens em uso pela Companhia	8.622.062	8.458.566
Infraestrutura em concessão (nota explicativa nº 3.7)	2.609.300	2.717.273
Bens enquadrados no CPC 06 - Arrendamentos (R2) (nota explicativa nº 4.11)	635.371	658.355
	11.866.733	**11.834.194**

Neste contexto, os testes de impairment realizados pela Companhia, na concepção de uma Unidade Geradora de Caixa - UGC Única, não identificou a necessidade de provisionamento para redução ao valor recuperável em 2024.

Por fim, observa-se que em 2024 se encontram em uso pela Companhia, 73 trens (73 trens em 2023), mensurados em R$ 1.850.034 (R$ 1.898.426 em 2023), adquiridos pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, nos exercícios de 2013 e 2017, cuja transferência patrimonial está prevista para o exercício de 2025, considerando a realização dos atos societários pertinentes, previstos na Lei 6.404/76 (LSA).

4.9. Intangível líquido

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida útil definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício.

4.10. Fornecedores

Nas exigibilidades junto a Fornecedores, no montante de R$ 297.110 (R$ 284.869 em 2023), o provisionamento de serviços prestados e aprovados na competência 2024 acumulam o montante de R$ 117.203 (R$ 91.698 em 2023), ou seja, 39% do valor devido a terceiros nesta rubrica.

Relativos aos faturamentos já efetivados, na ordem de R$ 179.907 (R$ 193.171 em 2023), R$ 57.635 (R$ 60.680 em 2023) serão liquidados por meio de aportes do acionista controlador, uma vez que se tratam de investimentos na Companhia.

4.11. Operações de arrendamentos

Contrato firmado em 19 de março de 2010, pelo prazo de 20 anos, cujo objeto é a Concessão Administrativa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização da frota da Linha 8 - Diamante da Companhia, dentro dos padrões pré-definidos de confiabilidade, disponibilidade e tempo de reparo, com renovação total da frota, sendo 36 trens novos de 8 carros, totalizando 288 carros.

Nos termos contratuais, os trens novos adquiridos e/ou fabricados pela Concessionária, em uso na operação dos serviços de transporte público de passageiros, serão transferidos à Companhia ao final da concessão.

Assim, a operação foi enquadrada como Operação de Arrendamento Mercantil, de acordo com CPC 06 (R2) Arrendamentos, sendo, para seu registro contábil, utilizada a taxa de juros contratual de 8,3% a.a.

Em 2024, o montante registrado é de R$ 438.080 (R$ 510.967 em 2023), sendo R$ 85.152 (R$ 96.511 em 2023) em passivo circulante e R$ 352.928 (R$ 414.456 em 2023) em passivo não circulante.

4.12. Obrigações com pessoal

Do montante de R$ 169.205 (R$ 174.914 em 2023), destacam-se as provisões constituídas para fazer frente ao direito de férias adquirido pelos empregados, na ordem de R$ 98.863 (R$ 94.635 em 2023) e o Programa de participação nos resultados - PPR (nota explicativa nº 2.4), na ordem de R$ 44.070 (R$ 44.189 em 2023).

4.13. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Em 2024, as provisões constituídas na ordem de R$ 249.118 (R$ 251.709 em 2023), correspondem a ações cujos objetos, apesar de toda a substância das defesas, os tribunais têm entendimento que desfavorece a Companhia, estando relacionadas a reclamatórias de natureza trabalhista, cível e tributária, estando distribuídas em passivo circulante - 23,2% (12,7% em 2023) e passivo não circulante - 76,8% (87,3% em 2023).

No âmbito jurídico trabalhista, também estão consideradas diversas ações nas quais empregados aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos empregados ativos desta Companhia. Para tais ações não há reconhecimento de provisão para contingência, considerando que a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados a esta Companhia, nos termos do Parecer CJ/SF. 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 por meio do processo 1000288-601078/2010.

As ações com classificação de perda possível no exercício de 2024, correspondem a 1.904 ações ativas (1.892 em 2023), totalizando R$ 322.351 (R$ 380.164 em 2023), para as quais nenhuma provisão é requerida, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reequilíbrio econômico e financeiro para contratos de investimento

A Companhia é ré em processos judiciais de pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro, decorrentes de contratos de obras (investimentos), considerando que, em caso de perda para a Companhia, os custos serão capitalizados, tais custos não são mérito de contingenciamento. Em 2024, tais processos acumularam R$ 348.218 (R$ 333.873 em 2023), sendo sua probabilidade admitida em provável em 22,0% (18,5% em 2023) e possível em 78,0% (81,5% em 2023).

Denúncia criminal contra administradores

Em 09 de junho de 2017, o Grupo Especial de Combate a Delitos Econômicos do Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra, entre outros, 4 (quatro) ex-gestores da Companhia, que teriam tido participação em processo licitatório com objeto de prestação de serviços de manutenção de trens (séries S2000, S2100, S3000, S2070, S7000 e S7500), certame destinado à 3ª Rodada de Manutenção de Material Rodante, dentro da Política de Manutenção da Companhia.

A Ação Penal recebeu o número 0047997-33.2017.8.26.0050 e tramitou em segredo de justiça, sendo que a Companhia não era parte no processo.

Em 19/12/2024, por decisão judicial, a ação foi julgada improcedente, já transitada em julgado.

4.14. Receitas diferidas

Em Receitas diferidas destaca-se as entradas de caixa decorrentes da adoção de instrumentos financeiros que estabelecem a modalidade de remuneração de outorga inicial, além das remunerações mensais pelo uso do espaço, sendo sua apropriação em receita alinhada à vigência contratual, no montante de R$ 11.546 em passivo circulante (R$ 11.548 em 2023) e R$ 66.340 em passivo não circulante (R$ 77.870 em 2023).

Em 2024, destaca-se ainda o registro da doação da Estação João Dias, localizada na Linha 9 Esmeralda, construída e doada pela Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários, nos termos do Convênio assinado entre partes, no montante de R$ 1.945 (R$ 0 em 2023) em passivo circulante e R$ 46.239 (R$ 0 em 2023) em passivo não circulante.

Considerando que desta doação decorrem obrigações de longo prazo à CPTM, essencialmente a de manter operacional a respectiva estação, a transação foi qualificada como uma receita diferida, cuja amortização seguirá na proporção da depreciação prevista para os bens doados, de forma que seja respeitado o confronto da receita com suas despesas correspondentes, a cada período contábil encerrado.

4.15. Outros passivos circulantes

Outros passivos circulantes representam basicamente parcelamentos de ações trabalhistas para as quais a Companhia não teve sucesso na defesa, sendo, permitido, nos termos do Artigo 916 do Código de Processo Civil, sua liquidação em 6 (seis) parcelas, com a incidência de atualização monetária pela TR e juros de 1% a.m., na ordem de R$ 60.198 (R$ 47.860 em 2023), e uma indenização decorrente de uma ação de desapropriação indireta, ajuizada pela Eletropaulo para indenização do imóvel de sua propriedade, utilizado pela Companhia quando da implantação da Linha 5 - Lilás, de R$ 70.041 (R$ 98.986 em 2023).

Referente a ação de desapropriação indireta, em 18/10/2024, foi publicado acórdão readequando o julgado para determinar a incidência de juros compensatórios no percentual de 6% ao ano, em conformidade com o julgamento da ADI nº 2.332 pelo STF, o que promoveu uma redução significativa deste passivo.

4.16. Provisões para benefícios a empregados pós emprego

Considerando que a Companhia concede benefícios aos seus empregados, caracterizados como benefícios pós emprego de longo prazo e indenizatório (nota explicativa nº 2.4), foi realizada avaliação atuarial em 2024, a qual determinou um déficit atuarial na ordem de R$ 442.006 (R$ 736.110 em 2023), observando-se, assim, um decréscimo de R$ 294.104.

Nestes termos, apresentamos abaixo o resumo geral e o pertinente a cada benefício pós emprego considerado nos estudos atuariais em 2024:

	2024	2023
(a) Plano de previdência - benefício definido	306.420	581.447
(b) Benefício de assistência médica	128.705	152.399
(c) Benefício de desligamento aos empregados oriundos da ex-FEPASA	6.881	2.264
Total do passivo atuarial	**442.006**	**736.110**

Em que pese todos os elementos considerados nos cálculos atuariais, para o resultado deficitário apurado, para o benefício de previdência privada, ênfase se dá à exclusão das contribuições contratadas do valor justo dos ativos, em cumprimento ao que determina o CPC nº 33, em seu item 114. Trata-se do montante de R$ 891.119, ativo registrado pela Fundação que administra o plano previdenciário, correspondente a um contrato de confissão de dívida assinado com a União, para quitação de dívida da patrocinadora CBTU, o qual impacta fortemente os resultados atuariais do plano previdenciário concedido por esta Companhia, na condição de patrocinadora.

Para a variação entre os resultados dos exercícios de 2023 e 2024 dá-se destaque para o aumento na taxa de desconto aplicada e o ganho sobre os ativos financeiros da carteira, elementos que contribuíram positivamente nos estudos atuariais.

4.17. Capital social

Em 31/12/2024, o capital subscrito e integralizado está representado por 747.305.363.564 (684.693.687.422 em 31/12/2023) ações ordinárias nominativas, no montante de R$ 20.246.381 (R$ 19.395.302 em 31/12/2023), sendo que a Companhia detém dispositivo societário de Capital Autorizado no importe de R$ 24.915.000.

O aumento do Capital Social, no importe de R$ 851.079, decorre da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos do acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo, aprovado na 67ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/04/2024.

4.18. Adiantamentos para aumento de capital

Referem-se a recursos financeiros disponibilizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador da Companhia, para fazer frente ao Programa de Investimento da Companhia, previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para 2024, nos termos da Lei nº 17.863 de 22/12/2023 e Decreto nº 68.309 de 18/01/2024, foram repassados à Companhia R$ 627.786 (R$ 851.079 em 2023) à título de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantido como saldo a ser capitalizado em futuro próximo, a exemplo do ocorrido para o saldo de 2023, capitalizado em 2024.

5. Informações complementares - resultado do exercício

5.1. Receita líquida

Em 2024, da receita líquida apurada para o exercício, na ordem de R$ 2.574.208 (R$ 2.250.563 em 2023), destaca-se o aumento de 16,2% da receita proveniente da prestação de serviço de transporte, que acumulou R$ 1.331.187 em relação a receita apurada em 2023, na ordem de R$ 1.145.211, motivada dentre outros aspectos, pelo aumento do volume de passageiros que utilizaram o modal ferroviário.

Não obstante aos esforços da Companhia, também é fato que, na condição de empresa dependente (vide nota explicativa nº 4 - Contexto operacional), foram recebidos aportes em maior volume àquele recebido em 2023, sendo a subvenção na ordem de R$ 876.529 (R$ 805.279 em 2023) e o ressarcimento de gratuidades no montante de R$ 260.795 (R$ 206.815 em 2023).

Neste contexto, importante destacar que desde o exercício 2022, esta Companhia passou a ter a receita tarifária recomposta financeiramente pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme Termo de acordo firmado entre partes, considerando os efeitos da política tarifária imposta à Companhia.

5.2. Custos dos serviços prestados

Observa-se o aumento de 3,39% no comparativo dos custos apurado em 2024, na ordem de R$ 2.321.400, em relação a 2023, na ordem de R$ 2.245.252, tendo sido o principal elemento os custos de manutenção, que acumularam R$ 466.350 (R$ 410.788 em 2023), especificadamente de trens, em face do término da assistência técnica em garantia, inerentes às duas novas séries em operação, motivando a contratação dos serviços juntos ao mercado.

5.3. Despesas administrativas

Destaca-se a rubrica Indenizações, que acumulou R$ 417.308 (R$ 390.904 em 2023), nas quais incluídas as decorrentes de ações movidas por ex-empregados da Fepasa, que pleiteiam equiparação salarial aos empregados ativos desta Companhia.

Em 2024, as indenizações desta natureza de reclamatória acumularam R$ 322.848 - 77,3% (R$ 297.749 em 2023 - 76,2%), para as quais ocorre o reembolso pela Fazenda do Estado, considerando a assunção de sua responsabilidade como agente passivo em tais processos (nota explicativa nº 4.14), mas intempestivamente à sua ocorrência.

O reembolso, por sua vez, é realizado após ateste documental e o cumprimento de regras específicas definidas pelos órgãos de Governo, sendo, quando ocorridos, registrados na rubrica Ressarcimentos - Fazenda do Estado de São Paulo, grupamento de Outras receitas (despesas) líquidas.

5.4. Outras receitas (despesas) líquidas

Do saldo positivo de R$ 189.690 em 2024 (positivo em R$ 44.719 em 2023), destacam-se como principais registros os ressarcimentos promovidos pela Fazenda do Estado, em decorrência das indenizações citadas nas Despesas administrativas (nota explicativa nº 5.3.), na ordem de R$ 166.455 (R$ 90.129 em 2023), e receitas eventuais, acumulando R$ 61.801 (R$ 20.451 em 2023), com destaque ao evento evidenciado na nota explicativa nº 4.13, ou seja, a redução do passivo considerando uma decisão judicial favorável à Companhia, vinculada a uma ação de desapropriação indireta, ajuizada pela Eletropaulo, na ordem de R$ 28 milhões.

6. IRPJ diferido

Em 2024, o ativo diferido reconhecido pela Companhia advém apenas de prejuízos fiscais acumulados, e ainda não utilizados, no limite da cobertura das diferenças temporárias tributáveis, reconhecidas em passivo fiscal diferido, em função da realização da reserva de reavaliação mantida pela Companhia. Desta forma, tanto o ativo como o passivo diferidos não são apresentados em Balanço, considerando que os seus saldos são anulados entre si.

7. Partes relacionadas

A Companhia possui política vigente, aprovada pelo Conselho de Administração, para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de contratos e outros ajustes envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Dessa forma, a política de transações com partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Em 2024, destaca-se as transações derivadas de convênios e contratos firmados com entes controlados pelo mesmo acionista, ou seja, a Fazenda do Estado de São Paulo; relativas ao benefício concedido de plano de saúde por meio de operadora contratada e de previdência privada, considerando a participação da Companhia como contribuinte/patrocinador; e, finalmente, transações com o próprio acionista controlador.

8. Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2024 está em consonância aos termos da Deliberação CODEC nº 01 de 15/03/2024, emitida com fulcro no estabelecido no artigo 5º, II, do Decreto Estadual nº 64.219 de 06/05/2019, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos conselhos de administração e fiscal e dos comitês das empresas controladas pelo Estado, conforme segue:

I- dos diretores: R$ 32.908,97 (trinta e dois mil, novecentos e oito reais e noventa e sete centavos);

II- do conselho de administração: 30% (trinta por cento) da remuneração, gratificações e outras vantagens fixadas aos diretores;







GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679/0001-23



III- do conselho fiscal: 20% (vinte por cento) da remuneração, gratificações e outras vantagens fixadas aos diretores, e

IV- do Comitê de Auditoria: R$ 16.121,24 (dezesseis mil, cento e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

Nestas condições, em 2024, foi distribuído aos administradores o montante de R$ 4.429 (R$ 5.228 em 2023), sendo que os benefícios de curto prazo aos administradores estão representados basicamente por esta remuneração.

Por fim, a Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

9. Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da Companhia é proveniente da prestação do serviço de utilidade pública de transporte ferroviário metropolitano de passageiros (receita tarifária). As utilizações dos sistemas tarifados de bilhetagem eletrônica QR-Code e TOP registradas nos validadores das estações da CPTM são remuneradas diariamente no dia útil seguinte (D+1) pela ABASP. Já os déficits apurados entre os montantes mensais das utilizações validadas no sistema de bilhetagem eletrônica do BU e o efetivamente creditado na conta corrente da CPTM são ressarcidos pelo Tesouro do Estado a título de recomposição das perdas tarifárias, conforme acordado através do "Termo de Acordo" assinado em 20/07/2022 entre a CPTM, o Metrô e o Estado de São Paulo. Além disso, os quantitativos de passageiros transportados com o benefício de gratuidade também são ressarcidos mensalmente pelo Tesouro do Estado, estando inclusive previsto no orçamento anual da Companhia. Desta forma, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil. operação classificada como de baixo risco.

Exposição Máxima ao Risco de Crédito

Ativos financeiros	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4.1)	135.212	96.419
Clientes e outros recebíveis (nota explicativa nº 4.2)	83.071	71.443
Outros créditos (nota explicativa nº 4.7)	2.604	4.543
	220.887	**172.405**

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa pública dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da Companhia não são suficientes para manter sua operação. Neste sentido, a Companhia é subvencionada pela Fazenda do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (R$). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da Companhia e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir.

Equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efetivos no resultado.

Clientes e outros recebíveis e outros créditos: classificados na categoria de custo amortizado e mensurados a posterior pelo método da taxa efetiva de juros.

Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados na categoria de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados em Nível 1, haja vista que foram determinados com base em cotações públicas em mercados ativos.

* * *

Contadora Responsável

Mari. Cândido Dutra - CRC.CT.1SP.131206-O-7

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Alexandre Akio Motonaga

Membros independentes

Elionor Farah Jreige Weffort

Emilio José Fezzi

Conselheiros

José Eduardo Soares Candeias

André Luis Grotti Clemente

Juliana Amara Soares Rodrigues da Silva

Vinicius Mendonça Neiva

Atila Sarkozy

Débora Freire Cardoso

Carolina Mitsiru Miashiro

Michael Sotelo Cerqueira

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretores responsáveis pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, empresa pública sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista nº 185, CEP 01014-001, inscrita no CNPJ nº 71.832.679/0001-23, que, no cumprimento do Estatuto Social da Companhia, revisamos, discutimos e, por fim, concordamos com a opinião expressa no relatório do auditor independente, representante da Auditoria BDO RCS Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

MICHAEL SOTELO CERQUEIRA
Diretor - Presidente

ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES
Diretora Administrativa e Financeira

MARCELO JOSÉ BRANDÃO MACHADO
Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente

LUIZ EDUARDO ARGENTON
Diretor de Operação e Manutenção

JOSÉ MARCOS MIZIARA FILHO
Diretor de Planejamento e Novos Negócios

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

Declaramos, na qualidade de diretores responsáveis pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, empresa pública sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista nº 185, CEP 01014-001, inscrita no CNPJ nº 71.832.679/0001-23, que, no cumprimento do Estatuto Social da Companhia, revisamos, discutimos e, por fim, concordamos com as demonstrações contábeis elaboradas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

MICHAEL SOTELO CERQUEIRA
Diretor - Presidente

ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES
Diretora Administrativa e Financeira

MARCELO JOSÉ BRANDÃO MACHADO
Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente

LUIZ EDUARDO ARGENTON
Diretor de Operação e Manutenção

JOSÉ MARCOS MIZIARA FILHO
Diretor de Planejamento e Novos Negócios

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

"As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no site da CPTM: https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de março de 2025, com ressalva relacionada a ativo imobilizado pendente de registro contábil, conforme descrito na seção Base para opinião com ressalva, e parágrafos de Ênfases referente ao desempenho financeiro e apoio institucional e contratação de cobertura de seguros".

PARECER COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, na Trigésima Septuagésima Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de março de 2025, às 15h00, examinou o Relatório Integrado da Administração e as Demonstrações Contábeis, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração dos Resultados Abrangentes, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2024.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base no Relatório do Auditor Independente, datado de 26/03/2025, considerando a manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário, datada de 25/03/2025 e considerando a manifestação do Conselho de Administração havida em reunião ocorrida em 26/03/2025, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se no referido Relatório do Auditor Independente, a ressalva relacionada ao "Ativo imobilizado pendente de registro contábil", as ênfases "Desempenho financeiro e apoio institucional" e "Contratação de cobertura de seguros - refinamento de estratégias de gerenciamento de risco" e as eventuais deficiências identificadas pela Auditoria nos controles internos.

ALEX FABIANE TEIXEIRA
Conselheiro

EMILIA TICAMI
Conselheira Fiscal

FABIO GUIMARAES SERRA
Conselheiro Fiscal

Manoel Marcos Botelho
Conselheiro Fiscal

Manuela Santos Nunes do Carmo
Conselheira Fiscal





Prazo para manter Bolsa Família após aumento na renda será revisto

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo avalia reduzir o prazo da regra de proteção do Bolsa Família, que mantém o pagamento parcial do benefício em caso de aumento da renda acima dos limites do programa. A medida ainda depende de regulamentação. Sua adoção é central para garantir a economia de R$ 7,7 bilhões com o programa, já incluída no Orçamento de 2025.

Hoje, a regra de proteção garante o pagamento de 50% do valor regular benefício por um prazo de 24 meses caso a renda familiar ultrapasse os R$ 218 por pessoa (limite para ingresso no programa), desde que ainda fique abaixo de meio salário mínimo por indivíduo da família (equivalente a R$ 759).

Segundo técnicos que participam da discussão, há cenários em que o prazo da regra de proteção pode ser reduzido para 6, 12 ou 18 meses. O martelo ainda não foi batido, mas a percepção de pessoas envolvidas é que dificilmente o governo fixará um período inferior a um ano.

O governo também simula cenários em que o limite de renda para fazer jus à regra de proteção ficaria abaixo de meio salário mínimo. Essa possibilidade de mudança está na mesa, mas as chances de avançar são mais remotas, segundo o relato dos participantes da discussão.

A expectativa do governo é publicar as novas regras até o fim deste mês. Um decreto editado por Lula no fim de março prevê que o tema seja regulado por portaria do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Qualquer mudança valerá apenas para quem se desenquadrar dos limites do programa após a publicação da portaria. Isso significa que quem já está sob a regra de proteção ou entrar nos critérios vigentes até o fim do mês terá o pagamento assegurado pelo prazo atual, de 24 meses.

O entendimento de técnicos do governo, inclusive da área jurídica, é que o benefício parcial é um direito adquirido de quem já está na regra. Mexer no prazo de pagamento para essas pessoas abriria brechas para questionamentos. A base legal para as mudanças no Bolsa Família foi proposta pelo governo e aprovada no fim do ano passado pelo Congresso, no âmbito do pacote de medidas do ministro Fernando Haddad (Fazenda).



O que pode mudar no programa BF?

O prazo de pagamento ficará menor que os atuais 24 meses. Pode ser de 6, 12 ou 18 meses, mas técnicos acreditam no piso de um ano. Também há discussões sobre reduzir o limite de renda para acessar o mecanismo, com chance de alteração mais remota

Trump volta a atacar China e indica que tarifa sobre smartphones será retomada

Secretário de Comércio, Howard Lutnick, afirma que taxa suspensa pode retornar em um mês e defende produção nos Estados Unidos

SÃO PAULO O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou neste domingo (13) que não houve "exceção tarifária" na medida que excluiu smartphones, computadores e outros eletrônicos das sobretaxas em vigor, de 145% sobre importações da China e de 10% sobre outros países.

Ele disse que esses produtos "estão apenas sendo realocados para uma categoria tarifária diferente", além de estarem sujeitos à taxa de 20% imposta à China em fevereiro como retaliação pela entrada da droga fentanil.

Horas antes, o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, havia afirmado que esses produtos eletrônicos podem ser impactados por tarifas separadas em um mês, o que deu força à impressão da véspera de que as isenções são apenas temporárias.



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao lado do bilionário Elon Musk, CEO da Tesla, durante UFC em Miami Joe Raedle - Getty Images via AFP

A lista de exceções foi publicada pela US Customs and Border Protection, a alfândega americana. Além de smartphones, estão isentos laptops, discos rígidos, processadores de computador e chips de memória, entre outros —itens que em geral não são fabricados pelos Estados Unidos.

A medida foi encarada como um possível sinal de alívio em relação à guerra comercial contra a China, grande fabricante desses produtos. O Ministério do Comércio chinês inclusive afirmou que o anúncio constituía um "pequeno passo" e que o país estava "avaliando o impacto" da decisão.

No entanto, o presidente americano disse em sua rede social que o governo está analisando "os semicondutores e toda a cadeia de suprimentos eletrônicos". "O que foi revelado é que precisamos fabricar produtos nos Estados Unidos e que não seremos feitos de reféns por outros países —especialmente nações comerciais hostis como a China, que fará de tudo ao seu alcance para desrespeitar o povo americano."

Questionado em entrevista ao programa This Week, do canal ABC, se as tarifas sobre iPhones poderiam voltar em um mês ou mais, Lutnick consentiu. "Isso mesmo. Precisamos de nossos medicamentos e precisamos que semicondutores e nossos eletrônicos sejam fabricados nos EUA."

As declarações do governo aumentam a incerteza para as empresas sobre a implementação das tarifas. O processo tem sido marcado por uma série de reviravoltas e, na semana passada, causou uma intensa venda no mercado de títulos do Tesouro dos EUA, avaliado em US$ 29 trilhões.

O investidor bilionário Bill Ackman, que apoiou a candidatura de Trump à presidência, mas criticou as tarifas, pediu neste domingo que ele suspendesse as tarifas recíprocas sobre a China por três meses, como fez para vários países na semana passada.

"Se o presidente Trump suspendesse as tarifas sobre a China por 90 dias e as reduzisse temporariamente para 10%, ele alcançaria o mesmo objetivo de fazer com que as empresas americanas transferissem suas cadeias de suprimentos da China sem interrupções e riscos para essas empresas no curto prazo, e ele teria tempo para negociar com a China", escreveu Ackman no X.

A senadora democrata Elizabeth Warren criticou a última revisão do plano tarifário de Trump, que, segundo economistas, pode prejudicar o crescimento econômico e alimentar a inflação. "Não há política tarifária —apenas caos e corrupção", afirmou Warren no This Week.

Em um comunicado na noite de sexta-feira, a agência de alfândega dos EUA publicou uma lista de códigos tarifários excluídos dos impostos de importação. Ela continha 20 categorias de produtos, incluindo computadores, laptops, unidades de disco, dispositivos semicondutores, chips de memória e monitores de tela plana.

Para as importações chinesas, a exclusão dos produtos de tecnologia se aplica apenas às tarifas recíprocas, hoje em 125%. As tarifas anteriores de 20% sobre todas as importações chinesas que, segundo Trump, estavam relacionadas à crise do fentanil, permanecem em vigor.

Em uma entrevista no programa Meet the Press, da NBC, o conselheiro para comércio da Casa Branca, Peter Navarro, disse que os EUA fizeram um convite à China para negociar, mas criticaram sua conexão com a cadeia de fornecimento letal de fentanil e não a incluíram em uma lista de sete entidades —Reino Unido, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Indonésia e Israel— com as quais, segundo ele, o governo estava em negociações.

Greer, representante comercial dos EUA, disse no programa Face the Nation, da CBS, que ainda não há planos para Trump falar com o líder chinês Xi Jinping sobre tarifas, acusando a China de criar atrito comercial. "A única razão pela qual estamos realmente nessa posição agora é porque a China decidiu retaliar", disse.

O bilionário Ray Dalio afirmou ao Meet the Press neste domingo que está preocupado com a possibilidade de os EUA entrarem em recessão. "Estamos em um ponto de tomada de decisão e muito perto de uma recessão", disse. "E estou preocupado com algo pior do que uma recessão se isso não for bem administrado."

Com Financial Times e Reuters

Reconhecimento facial avança sem limites

Coleta do próprio rosto não é algo banal e pode ser usado em golpes e ameaças

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Um espectro ronda a cidade de São Paulo. Trata-se do uso indiscriminado do reconhecimento facial em prédios, condomínios e outros lugares de frequência coletiva.

A situação virou comum. Você chega em um prédio para uma consulta ou reunião. Lá é obrigado a cadastrar o rosto e dados pessoais. Para entrar e sair a máquina precisa reconhecer o rosto com base no cadastro que acabou de fazer. Você vai embora. Mas o cadastro do seu rosto fica lá.

O que na superfície parece trazer conveniência e segurança logo se revela um problema. A coleta do próprio rosto não é algo banal, nem deveria ser tratado de forma tão leviana. Ao contrário. Trata-se de uma das informações mais sensíveis sobre uma pessoa, capaz de levar a golpes, fraudes e ameaças.

Quem diz isso é a própria lei. A LGPD define que os dados sobre o rosto são "sensíveis" e cria restrições para o seu uso. Exige, inclusive, que seja adotado o mais alto nível de proteção para sua coleta e uso.

Qualquer estabelecimento que coleta rostos tem nas mãos uma dupla batata quente. Precisa adotar as medidas mais elevadas de proteção exigidas pela lei. Se não fizer isso, está sujeito a penalidades. E se houver vazamento, está sujeito às punições mais altas da lei, que podem chegar a R$ 50 milhões (por infração). É de se perguntar se tantos prédios, condomínios e clubes estão cientes dessas responsabilidades que vêm junto com aquisição dessa tecnologia.

É de se perguntar se tantos prédios, condomínios e clubes estão cientes dessas responsabilidades que vêm junto com aquisição da tecnologia

Cada banco de dados com rostos é uma superfície de ataque das mais cobiçadas por criminosos, justamente por facilitar golpes. E lembrando: vazamentos são irreversíveis. Mudar uma senha ou um número que vazou é relativamente simples. Mudar o rosto não.

É só perguntar para a empresa australiana Outabox. Ela usava a tecnologia de reconhecimento facial para facilitar a entrada em bares, restaurantes e clubes. No início de 2024 atacantes entraram no sistema da empresa e, em poucas horas, os dados dos rostos estavam no submundo digital. O caso virou um escândalo. Até um site chamado "Fui Outaboxed?" foi criado para apoiar as vítimas. As penas da lei australiana para violações desse tipo chegam a 50 milhões de dólares australianos (R$ 184,69 milhões).

Outro ponto é que a tecnologia do reconhecimento facial é cheia de falhas. Por exemplo, tem dificuldades de reconhecer pessoas que usam barba ou de pele escura, já que nas bases que treinam os algoritmos (como a CASIA-WebFace) predominam rostos de pessoas de países asiáticos, brancas ou com poucos pelos faciais.

O reconhecimento facial é uma tecnologia importante para prevenir fraudes e para certificar a identidade das pessoas, especialmente em vista do caos das identidades no Brasil. Há inúmeros casos em que seu uso é legítimo e desejável. No entanto, sua banalização para controle de entrada, de forma desordenada, traz muito mais problemas do que soluções.

READER

Já era programar com código binário, com zeros e uns

Já é programar com Python, C++ e outras linguagens de programação

Já vem programar com a língua portuguesa, usando inteligência artificial

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher **SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon **QUA.** Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman **QUI.** Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva **SEX.** Braulio Borges, Vinicius Torres Freire **SAB.** Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Muller Machado

Bilionários se unem em crítica a Trump nos EUA

Jorge Paulo Lemann e André Esteves falam em política 'confusa' e 'horror geopolítico, moral e econômico'

Julia Chaib

CAMBRIDGE (EUA) A crítica à política comercial de Donald Trump permeou os debates com alguns dos principais investidores brasileiros em uma conferência nos Estados Unidos nesse final de semana.

A preocupação com os rumos da guerra comercial travada pelo país marcou as falas do empresário Jorge Paulo Lemann, 85, do banqueiro André Esteves e do ex-presidente do Banco Central e investidor Arminio Fraga.

As declarações foram dadas durante a Brazil Conference, organizada por estudantes do MIT e de Harvard. Com uma lista eclética de palestrantes de diversas áreas, o evento colocou na mesma sala dois bilionários que há pouco tempo se enfrentaram na Justiça por meio de suas empresas: Lemann, sócio da Americanas, e Esteves, chairman do BTG.

Quando o escândalo da varejista estourou, BTG era um dos principais credores da empresa, que passa por um processo de recuperação judicial.

Os dois assistiram a painéis simultaneamente e, neste domingo, prestigiaram uma conversa entre Alex Behring, sócio da 3G Capital, e Florian Bartunek, sócio-fundador da gestora Constellation. A conversa foi mediada por um dos filhos de Esteves, num painel sobre investimentos e carreira.

Nem Lemann nem Esteves mencionaram o caso Americanas em suas intervenções. O sócio do BTG também não falou sobre a venda do banco Master ao BRB, negociação da qual participa.

No sábado (12), Esteves afirmou ver a política de Trump como um "horror geopolítico, moral e econômico". Ele afirmou em seguida que, apesar de ser crítico à guerra comercial, o Brasil é o menos afetado no jogo.

"Por que ele é menos afetado? Porque a tarifa é um instrumento essencialmente contra produtos industrializados, ou pelo menos ele é muito mais efetivo que produtos industrializados", disse, depois de explicar que o Brasil é essencialmente um exportador de commodities. Mesmo antes do recuo de Trump e da suspensão por 90 dias das tarifas mais altas, o Brasil já estava no grupo taxado com o índice mínimo, de 10%.

Esteves afirmou "existir uma falsa impressão" de que bancos ganham com juros altos.

Já Lemann afirmou neste sábado que a política comercial adotada por Trump está confusa "demais para o seu gosto". "Eu acredito em causar um pouco de disrupção, em sacudir as coisas. E certamente estamos sacudindo, mas acho que estão sacudindo um pouco demais. E, bom, ninguém realmente sabe o resultado. Tem que ir navegando", afirmou o sócio do 3G Capital.

Esteves e Lemann na Brazil Conference Julia Chaib /Folhapress

Arminio Fraga, por sua vez, disse ter ficado assustado com declarações de Trump. "Quando vejo Trump maltratando e humilhando o Canadá e o México, fico um pouco assustado. Onde é que a gente vai desse jeito?", afirmou. Segundo ele, os EUA sempre foram uma espécie "estrela guia" para o resto do planeta e que a perda do "soft power" é uma situação perigosa.

Nos painéis, os empresários comentaram a situação dos juros e a economia brasileira, além de responderem a perguntas sobre dicas de investimento e negócios.

Já Fraga sugeriu o congelamento do aumento real do salário mínimo por seis anos como uma medida de aperto fiscal ao Brasil.

O empresário João Camargo e Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do conselho de administração do Bradesco, também foram à conferência, embora não tenham dado palestras. O evento reuniu sobretudo estudantes nos Estados Unidos na plateia, segundo a organização.

A sociedade empresária **GRADILONE PARTCIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 51.862.897/0001-01 e NIRE n.º 35262010801, com sede na Av. Paulista, n.º 1.765 – 7.º andar – CJ. 72 – CV 10282 – Bela Vista – CEP 01311-930 – São Paulo – SP, comunica aos interessados e ao público em geral que foi deliberada a **redução de seu capital social**, que passará de R$ R$ 1.032.910,00 (um milhão, trinta e dois mil, novecentos e dez reais) para R$ **855.965,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais).**

ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.o 5/2025 O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará torna público que realizará, no dia **13 de maio de 2025, às 10:00h** (horário de Brasília) um **Pregão Eletrônico** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que tem como objeto o "**registro de preços para aquisição de cadeira de rodas, a fim de atender aos Fóruns, Juizados, Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), Secretária Judiciária Crajubar (SEJUD CRAJUBAR), Fórum das Turmas Recursais, Sede judiciária, Sede administrativa, Corregedoria Geral da Justiça, Creche Escola do Poder Judiciário e Escola Superior da Magistratura (ESMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**". As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia **13 de maio de 2025**, às 10:00h (horário de Brasília). Edital e demais informações estão disponíveis nos sites tjce.jus.br e **https://licitacoes-e2.bb.com.br**. Contato pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br** ou WhatsApp: (85) 3207-7100. Fortaleza-CE, aos 11 de abril de 2025. **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJCE**

Comunicado - O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO,** comunica que no dia 14 de abril de 2025, assinou a Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2025/2026 (cláusulas econômicas) e que se manterá a mesma já assinada anteriormente 2024/2026 (cláusulas sociais), onde consta a contribuição devida pelos trabalhadores, filiados ou não, conforme aprovada na assembleia geral realizada pelo sindicato, cuja cláusula garante o direito de oposição, a ser exercitada em 10 dias úteis, contados do dia seguinte da assinatura, isto é, do dia 15/04/2025 à 30/04/2025, que deverá ser exercida pessoalmente, em requerimento de próprio punho, a ser protocolada na entidade sindical respectiva. Por ser considerada prática antisindical, não serão aceitas cartas de oposição impressas, em bloco ou enviadas pela empresa. São José do Rio Preto/SP, 14 de abril de 2025. **Antonio Marco dos Santos** - Presidente.

Clube Atlético Ypiranga

CNPJ nº 61.902.862/0001-02

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam os senhores(as) Conselheiros(as) convocados para a Assembleia Geral Ordinária do Clube Atlético Ypiranga, em sua sede social à Rua do Manifesto, 475 - Ipiranga - São Paulo, no dia **28 de abril de 2025** em 1ª Convocação às 19h30, com a maioria de seus membros, não havendo número em 2ª Convocação às 20h30 para deliberação sobre as seguintes ordens do dia, tudo conforme dispõe nosso Estatuto Social: **a)** Leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, do dia 25/11/2024. **b)** Deliberar sobre o relatório da Diretoria, o balanço do "CAY" com a demonstração das contas do ativo e do passivo, das receitas e despesas do exercício findo, com o parecer do Conselho Fiscal, Artigo 54, letras "a", do Estatuto Social; **c)** Eleger e empossar dentre seus membros o Presidente e o Vice-Presidente da sua Mesa Diretora, o Conselho Fiscal, bem como os membros do CORI, Artigos 54, letra c, 71, II e IV do Estatuto Social. **d)** Outros assuntos de interesse do clube. **Soraya Elias Abrão** - Presidente do Conselho Deliberativo. Os Candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, ao CORI e ao Conselho Fiscal, deverão se inscrever na Secretaria do Clube com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da Reunião (até 18 de abril de 2025 às 15h), conforme artigo 56º.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou www.fumec.sp.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 08/2025, Interessada:** Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) **Processo Administrativo nº FUMEC.2025.00000581-09. Objeto:** Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância patrimonial desarmada, com uso de sistema de gerenciamento de ponto e documentos e gestão de localização georreferenciada dos vigilantes, para atendimento das unidades da FUMEC. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 14/04/2025, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/04/2025 - 09:00 h. Unidade Compradora: 925256 – Número da Licitação:90008/2025**. Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do email: (fumec.licitacoes@educa.fumec.sp.gov.br).

Campinas, 11 de abril de 2.025.

FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
EDITAL DE REPUBLICAÇÃO DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 004/2025

Nº do Processo: 018.00019795/2024-52
Interessado: Secretaria de Gestão e Governo Digital
Assunto: Alienação Onerosa de imóvel situado na cidade de São Paulo.

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, inscrita no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, sediada Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, doravante referida como "Unidade Contratante", realizará licitação na modalidade **LEILÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento por **MAIOR LANCE POR ITEM**, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I deste Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontra, sob a responsabilidade do **Leiloeiro Oficial senhor Astrogildo Ávila Santos**, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.092.178-56, leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 610, conforme contrato de prestação de serviços que constitui o documento SF nº 0066721705 dos autos do Processo nº 018.00001420/2025-17.

Esta licitação será regida pela **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, pelo **Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932**, pelo **Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024**, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 08/05/2025 às 09h (horário de Brasília)
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA (sítio eletrônico): **www.lanceleiloes.com.br**

O leilão eletrônico será realizado mediante cadastramento prévio dos interessados no sistema indicado no sítio eletrônico **www.lanceleiloes.com.br a partir das 09h00 (nove) horas do dia 08 de maio de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 08 de maio de 2025.**

O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sítios eletrônicos **https://pncp.gov.br/** (Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP), **www.lanceleiloes.com.br**, **doe.sp.gov.br**, e **Leilões (sggd.sp.gov.br)** (sggd/transparência/editais/leilões) ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial [illegible] autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ sob nº [illegible], promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, horários [illegible], na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Mogi Mirim-SP, Bairro Tucura. Rua Professora Adalgisa Teixeira Amaral, nº 244** [illegible] **Parque Novacap.** [illegible] Área total: [illegible] [illegible] **Municipal** [illegible] **1º Leilão:** 28/04/2025, às 15:00 [illegible] **2º Leilão:** 30/04/2025, às 15:00 [illegible] **Condição de pagamento:** [illegible] www.megaleiloes.com.br [illegible] Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 844

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90109/2025, UASG 450161**, Processo nº. 01-P-5447/2025, do tipo menor preço, destinado ao **Registro de Preços de Controle de Coombs**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **29/04/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será, no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO PARA O EVENTO "FESTA DA CANA 2025". **Tipo:** Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico:** A partir das 12h00min do dia 14/04/2025. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa: Às 15h29min do dia 05/05/2025. Abertura da Sessão de Disputa de Preços:** Às 15h30min do dia 05/05/2025. **Disputa de lances:** Às 16h00min do dia 05/05/2025. **Valor estimado da licitação:** R$ 23.702,87 **Fonte de recursos:** Própria **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025 estará disponível a partir das **12h00min do dia 14/04/2025** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP)**, pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS)**, pelo link: https://bll.org.br; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. Igarapava/SP, em 11 de abril de 2025.

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL

CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025 – Sistema de Registro de Preços – Aquisição de medicamentos com entregas parceladas. Cadastrado no sistema sob nº 90.005/2025. Abertura: 30/04/2025 às 08:30h. VALOR MÁXIMO: R$ 29.980.756,40. Autorização: Marcelo José Bernardeli Palhares – Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio. Data da Autorização: 10/04/2025. Edital na íntegra nos endereços eletrônicos https://www.gov.br/compras/pt-br e www.consorcioparanasaude.com.br. Endereço eletrônico do local da disputa: https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações: Rua Emiliano Perneta, 822 – conjunto 402 – Centro – Curitiba – Paraná. Fone: (41) 3324-8944.

Julio Cezar Woehl – Pregoeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Eletrônico nº 008/2025 - Registro de preços para aquisição de câmeras para salas de audiência e videoconferência.

Abertura da Sessão de Lances: 05/05/2025 às 14:00 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00635413052025

Modalidade: Pregão Eletrônico 90007/2025 – UASG 261101 - **Nº Processo**: 262.00000046/2025-70
Objeto: Contratação de captura, translocação de 01 grupo de aproximadamente 06 (seis) indivíduos - Bugio Preto (alouatta caraya) de Ribeirão Preto, nas proximidades do "LOTEAMENTO PACAEMBU", bem como a sua reintrodução para o município paulista de Santa Rita do Passa Quatro, no Parque Estadual Vassununga.
Total de Itens Licitados: A licitação terá 1 (um) item.
Valor total da licitação: R$ 261.464,00 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais) - **Disponibilidade do edital**: 14/04/2025 - **Horário**: das 08h00 às 17h00
Endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Jr, 245 - Alto de Pinheiros São Paulo/SP; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2025 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras**.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras**.
Fonte: DOESP e PNCP

Republicado para exclusão do item 14.2.1.5.3 do edital de Licitação.

Eufrázio

RICO LEILÕES

LEILÃO

Online c/ Transmissão ao Vivo

PREFEITURA DE CAMPINAS

TORAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO

Abertura dos lances: 26 de março de 2025 às 10h00m

Início de fechamento: 17 de abril de 2025 às 10h00m

Transmissão Ao Vivo no site www.RicoLeiloes.com.br

** Maiores informações, visitação e edital completo no site.

Leiloeira Oficial – Sabrina de Andrade Verrone – JUCESP 1052

Tel. (11) 4040-8060 | www.RicoLeiloes.com.br

Plaza Shopping Carapicuíba Participações S/A

CNPJ/MF 34.325.488/0001-49 - NIRE 35300539026

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da **Plaza Shopping Carapicuíba Participações S/A**, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, que se realizará às 10:30 horas, no dia 28 de abril de 2025, na Avenida Antonia Consulo Duarte da Costa, nº 1234, (antiga Av. Marginal), Cidade Ariston, Carapicuíba, SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) Apreciação do relatório da administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período 2025 a 2026, e fixação de sua remuneração.

Carapicuíba/SP, 10 de abril de 2025

João Batista Costa - Presidente

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária — itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

mercado

André Valadão, líder da Lagoinha; igreja fundou fintech religiosa Reprodução

Líder da Igreja da Lagoinha cria banco digital para fiéis e pastores

SÃO PAULO Na conta oficial no Instagram, o Clava Forte Bank se define, em uma das postagens, como "um banco criado para impulsionar os projetos do Reino de Deus".

Administrada pelo pastor e cantor gospel André Valadão, e pela sua mulher, a influenciadora Cassiane Valadão, a fintech foi fundada em março do ano passado mas entrou em atividade recentemente. Ele é também presidente da Lagoinha Global, igreja batista que engloba cerca de 700 unidades.

Segundo o site do Serasa, o Clava Forte e a igreja Lagoinha estão no mesmo prédio em Belo Horizonte.

Procurado pela **Folha**, o Clava Bank informa ser uma solução privada e exclusiva para o ecossistema da Igreja Batista da Lagoinha, voltada exclusivamente ao atendimento de suas igrejas, pastores, lideranças e projetos institucionais.

A empresa não consta na lista de instituições autorizadas pelo Banco Central.

O Clava Bank diz em comunicado que, "por atuar como correspondente bancário e utilizar a infraestrutura de instituições devidamente licenciadas, não figura diretamente na lista de instituições autorizadas pelo Banco Central, o que é plenamente legal e previsto na regulamentação vigente".

Não é divulgado o número de clientes nem valor movimentado até o momento. Para se tornar cliente, é preciso ter um código de convite. Os serviços oferecidos são de cartões de crédito pré-pagos "adaptados às necessidades das instituições cristãs", gestão de contas digitais para elas e para pastores.

A Lagoinha foi fundada em 1957 pelo pastor José Rego do Nascimento e passou para a família Valadão em 1972.

Eufrázio

mercado

Goiás vai devolver R$ 31 mi em ICMS de gerador de energia solar

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

MEGAWHAT Após o estado de Goiás deixar de cobrar, em janeiro deste ano, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços) aplicado aos geradores de energia solar pelo uso da estrutura da rede de distribuição, o governador Ronaldo Caiado afirmou, na sexta-feira (11), que todo o valor pago anteriormente será restituído.

A medida deve beneficiar 256.782 com a devolução de R$ 31 milhões. Segundo dados da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Goiás conta hoje com 1,9 GW de potência instalada em sistemas solares fotovoltaicos, posicionando-se em sexto lugar no ranking nacional.

"É uma diminuição da conta de energia do gerador, que pagou um valor a mais em dezembro. Ele terá esse crédito até que seja quitado 100% do valor", disse o governador.

A medida vale ainda para os retroativos dos meses de novembro, outubro e setembro, cobrados junto com a conta de dezembro. O objetivo é evitar a cobrança excessiva de tributos e fortalecer o segmento.

Desde dezembro de 2024, o governo vinha recolhendo o ICMS por força da Lei Federal nº 14.300/2022, conhecida como Marco Legal GD. No entanto, uma ação judicial movida pelos partidos União Brasil e MDB resultou em uma liminar, no TJ-GO (Tribunal de Justiça de Goiás), para a suspensão do imposto a partir deste ano.

O argumento levado ao Judiciário é de que não há transação comercial na utilização da rede da concessionária, e que ela seria feita apenas para armazenamento da produção excedente.

"Para todo o setor, é uma ação muito importante e única, pois em nenhum outro estado o governo teve tanta participação para suspender o tributo cobrado de forma indevida", disse o presidente da Frente Goiana de Geração Distribuída, João Felipe Prado.

A alíquota da cobrança do ICMS é aplicada sobre a Tusd (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), equivalente ao custo do uso da rede de distribuição de energia, que inclui postes, transformadores e subestações. Possui como agente arrecadador, em Goiás, a concessionária Equatorial.

Copérnico Energias Renováveis SPE 00 Ltda.

CNPJ/MF 34.060.191/0001-07 - NIRE 35.232.029.121

Ata de Deliberação de Sócia realizada em 20 de março de 2025

Data, Hora, Local: 20.03.2025, às 10h, na sede social, na Avenida Paulista, 2.150, 18º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente. Zaki Kattan Beda - Secretário. **Deliberação Aprovadas:** Reduzir o capital social em R$ 1.200.000,00, passando **de** R$ 21.829.498,00 **para** R$ 20.629.498,00, com o consequente cancelamento de 1.200.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, de propriedade e titularidade da Sócia Copérnico Energias Renováveis S.A., mediante restituição do mencionado valor à Sócia, em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais. **Sócia: Copérnico Energias Renováveis S.A.**, Marco Antonio Souza Cauduro, Zaki Kattan Beda.

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO 90012/2025 – PROCESSO 395/2025 FEIS

OBJETO: Aquisição de ar-condicionado com serviço completo de instalação. **DATA DA SESSÃO:** 28/04/2025, às 08:00h no portal eletrônico www.gov.br/compras. **MAIORES INFORMAÇÕES:** O Edital poderá ser consultado gratuitamente nos portais eletrônicos https://www.unesp.br/licitacao e https://www.gov.br/pncp/pt-br à partir de 14/04/25. **CONTATO:** materiais.feis@unesp.br ou (18) 3743-1296.

UNESP – Campus de Araçatuba
Faculdade de Medicina Veterinária

Encontra-se aberto na UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP (Unidade compradora nº 102336), o Pregão Eletrônico nº 91003/2025-FMVA, objetivando o **Registro de preços para contratação de prestação de serviços futuros e não contínuos referentes aos serviços de instalação e manutenção corretiva em aparelhos de ar-condicionado com eventual fornecimento de peças**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, PROCESSO nº 193/2025-FMVA. A realização da sessão pública "on line" será no dia 05/05/2025, às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.gov.br/compras. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o citado endereço eletrônico, durante o período compreendido entre o dia 14/04/2025 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais da Faculdade de Medicina Veterinária, Câmpus de Araçatuba, situada na Rua Clóvis Pestana, nº 793, Bairro Dona Amélia, CEP 16.050-680, Araçatuba /SP. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.unesp.br/licitacao.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UGE 180157
AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 180157
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025 – PR-157/0012/25
PROCESSO Nº 20250297669 – SEI! 057.00137281/2025-48
PLATAFORMA: https://gov.br/compras

OBJETO: Aquisição de distintivos para boina, bucaneiro e divisas do uniforme regulamentar B4 para eventual distribuição ao efetivo da sede do CPI-2. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 30/04/2025 às 10:00h. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS E ANEXOS:** https://pncp.gov.br/app/editais https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx ou Comando de Policiamento do Interior 2, situado na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP. **INFORMAÇÕES:** (19) 3772-6748 - Seção de Despesa Orçamento e Custo do Comando de Policiamento do Interior 2.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UGE 180157
AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 180157
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025 – PR-157/0010/25
PROCESSO Nº 20250288768 – SEI! 057.00136583/2025-07
PLATAFORMA: https://gov.br/compras

OBJETO: Aquisição de ferraduras e cravos para equinos do 1º BAEP. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 29/04/2025 às 09:30h. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS E ANEXOS:** https://pncp.gov.br/app/editais https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx ou Comando de Policiamento do Interior 2, situado na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP. **INFORMAÇÕES:** (19) 3772-6748 - Seção de Despesa Orçamento e Custo do Comando de Policiamento do Interior 2.

GOVERNO DO ESTADO BAHIA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB/FESBA

FUNDAÇÃO BAHIAFARMA - AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Pregoeiro da FUNDAÇÃO ESTATAL BAHIAFARMA, no uso de suas atribuições, informa a ABERTURA do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025. OBJETO: A contratação de empresa de engenharia para prestar serviços de Reforma e Ampliação do Laboratório físico-químico e microbiológico de Qualidade da BAHIAFARMA, contemplando desenvolvimento de projetos executivos, adequação de instalações, fornecimento de bens, execução de start-ups e comissionamentos, com colaboradores treinados, qualificados e experientes, será executada conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Acolhimento de propostas da: 08:00Hs do dia 15/04/2025 até 10:00Hs de 15/05/2025 e Disputa: 15/05/2025, Horas: 10:00hs (Horário de Brasília). Aquisição de Edital pelo endereço eletrônico **http://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/** e **http://www.bahiafarma.ba.gov.br/**. Identificação no Banco do Brasil Nº 1068504 Informações pelo TEL. (71) 3594-1563, ou pelo e-mail: **licitacao@bahiafarma.ba.gov.br** - Simões Filho - BA, 11 de abril de 2025. Luiz Fernando Sberge - Pregoeiro Designado

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AJUSTE DE DATA

Pregão Eletrônico nº 90003/2025 MCTI

Informamos a alteração da data de abertura das propostas de 29/04/2025 para 30/04/2025

Edital Disponível: a partir de 14/04/2025, de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00.

SAUSC

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE AMIGOS DA URBANIZAÇÃO SERRA DOS CRISTAIS

MOBILO

PREZADOS ASSOCIADOS:

Pela presente ficam, V.Sas, convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais, que se realizará no próximo dia 26/04/2025 (vinte e seis de abril do ano de dois mil e vinte e cinco), na Área de Lazer, sito à Rodovia Anhanguera, Km 45,5 – Cajamar/SP, às 09h30min em primeira convocação, sendo necessário a presença de um número mínimo de 50% dos associados e às 10h00min em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, a fim de deliberarmos sobre:

1. Aprovação das contas do ano 2024;
2. Apresentação dos resultados da Pesquisa SAUSC 2025 finalizada em março com as ações e investimentos em andamento;
3. Deliberação/Aprovação da adequação das normas internas para manutenção periódica dos lotes (roçadas e aceiros);
4. Deliberação/Aprovação da previsão orçamentária para o exercício de 2025 com definição do valor da taxa associativa/manutenção considerando valores de investimentos para obras e melhorias;
5. Andamento dos processos jurídicos (Nova Bandeirantes e outros);
6. Apresentação da empresa Haganá.

Obs.: Os associados que se encontram em débito com a Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais estão impedidos de votar e participar da Assembleia, conforme art. 51 do Estatuto.

Os associados poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador, com poderes gerais e bastante para, legalmente, praticar os atos necessários e contrair obrigações. O mandatário somente poderá representar um único outorgante, sendo vedada a representação de outros associados, conforme art. 49 e Parágrafo Único do Estatuto.

Solicitamos que todos os associados mantenham os seus dados cadastrais atualizados, através do e-mail: adm@sausc.com.br

Cajamar, 14 de abril de 2025

André Luis Heleno
Presidente
Assinatura no Original
Rodovia Anhanguera, Km 45,5 – Cajamar/SP

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2025

Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMAE, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 – Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE ESGOTO REMANESCENTES DO PREGÃO ELETRÔNICO 90001/2025 QUE FRACASSARAM. Abertura: 29/04/2025, às 08.30 horas. Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 3831-7927 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br. Mayra Lara Alvarenga – Pregoeira

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, LAVA RÁPIDO E TROCA ÓLEO DE SOROCABA E REGIÃO – CNPJ 67.361.360/0001-90

COMUNICADO

Pelo presente edital, a entidade sindical de primeiro grau, **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, LAVA RÁPIDO E TROCA ÓLEO DE SOROCABA E REGIÃO**, estabelecido na Rua Raimundo Correa nº 113, Centro, Sorocaba/SP, CEP 18035-285, através de seu Presidente abaixo assinado, **COMUNICA** que no dia 14 de abril de 2025, assinou a Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2025/2026 (cláusulas econômicas) e 2025/2026 (cláusulas sociais), onde consta a contribuição assistencial devida pelos trabalhadores, filiados ou não, conforme aprovada na Assembleia Geral realizada pelo sindicato, cuja cláusula garante o direito de oposição, o qual deverá ser exercitado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do dia seguinte da assinatura da convenção, devendo ser exercido pessoalmente, em requerimento de próprio punho, a ser protocolado na entidade sindical respectiva. Por ser considerada prática antissindical, não serão aceitas cartas de oposição impressas, em bloco ou enviadas pela empresa. Sorocaba/SP, aos 14 de abril de 2025.

Luiz Alberto Teixeira de Oliveira. Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED "P3 – OUTDOOR COMPLETO" PARA O EVENTO "FESTA DA CANA 2025". **Tipo:** Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico**: A partir das 12h00min do dia 14/04/2025. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa**: Às 13h59min do dia 05/05/2025. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços**: Às 14h00min do dia 05/05/2025. **Disputa de lances:** Às 14h30min do dia 05/05/2025. **Valor estimado da licitação:** R$ 53.712,00. **Fonte de recursos**: Própria. **Informações**: O Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2025 estará disponível a partir das **12h00min do dia 14/04/2025** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP)**, pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS)**, pelo link: https://bll.org.br; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com.Igarapava/SP, em 11 de abril de 2025.

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA, DE PRODUTOS PARA HIGIENE PESSOAL (FRALDAS, SHAMPOO, TALCO, ESPONJA, ETC). **Tipo:** Menor preço unitário **Recebimento das propostas por meio eletrônico**: A partir das 12h00min do dia 14/04/2025. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa**: Às 08h59min do dia 29/04/2025. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços**: Às 09h00min do dia 29/04/2025. **Disputa de lances**: Às 09h30min do dia 29/04/2025. **Valor estimado da licitação**: R$ 1.737.411,43 **Fontes de recursos**: Própria, Estadual e Federal. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025 estará disponível a partir das **12h00 min do dia 14/04/2025** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do Município de Igarapava/SP, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP)**, pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS)**, pelo link: https://bll.org.br; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com . Igarapava/SP, em 11 de abril de 2025.

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 006/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E UNIDADE MÓVEL (COMODATO DE EQUIPAMENTOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA) PARA O EVENTO "FESTA DA CANA 2025". **Tipo:** Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico**: A partir das 12h00min do dia 14/04/2025. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa:** Às 08h59min do dia 05/05/2025. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços**: Às 09h00min do dia 05/05/2025. **Disputa de lances**: Às 09h30min do dia 05/05/2025. **Valor estimado da licitação:** R$ 46.583,65. **Fonte de recursos:** Própria. **Informações**: O Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2025 estará disponível a partir das **12h00min do dia 14/04/2025** nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP)**, pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br. Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS)**, pelo link: https://bll.org.br. Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. Igarapava/SP, em 11 de abril de 2025. - **JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**

ITAIPU BINACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL EF 1365A-24

Objeto: serviços de desinsetização para controle de pragas rastejantes e voadoras e desratização na Área Industrial da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Condição de Participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil ou no Paraguai.

Caderno de Bases e Condições: disponível nos sites https://portaldofornecedor.itaipu.gov.br/pagina-licitacoes ou https://apps.itaipu.gov.py/PPMD/.

Sessão Pública: 30 de abril de 2025, com início às 9h (horário de Brasília), no Auditório da Diretoria Financeira - Usina Hidrelétrica de ITAIPU, Margem Direita.

Daniele Tassi Simioni Gemael — Superintendente de Compras
Bruno Arnaldo Hug de Belmont V. — Superintendente Adjunto de Compras

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto da universidade de São Paulo, **pregão eletrônico nº 263/2025**, do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços, tendo em vista a **aquisição futura e eventual de órtese (dennis-brown)**, destinado ao hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto – USP, campus universitário. A realização da sessão será no dia **05/05/2025, às 09:00 horas**, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. cadastro sob o **nº 92201 – 90263/2025**. Data de início do envio da proposta eletrônica: 14/04/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.gov.br/pncp/pt-br ou www.hcrp.usp.br. telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras

Prefeitura de José Bonifácio SP
Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PRECOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2025.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 025/2025.
DATA DA REALIZAÇÃO: 05/05/2025.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **21/2025**, objeto do Processo de Licitação nº. **025/2025**, do tipo **Menor Preco Unitario**, objetivando a Aquisição de pneus e protetores novos, devidamente certificados pelo INMETRO, destinados às viaturas da frota, dos diversos setores municipais, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 11 de abril de 2025.

DR. MARCELO CATARUCI DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO. Concorrência Eletrônica nº 002/2025. Processo Administrativo SECADM-CCLIC nº 61/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) do tipo porte II no Bairro Monte Líbano II. Recebimento das propostas a partir do dia: 15 de abril de 2025 às 08h30. Início da sessão de disputa de preços: 05 de maio de 2025, às 09h. Edital à disposição no link **https://aguai.sp.gov.br/home/**. Otávio Viana dos Santos – Agente de Contratação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA. Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 90180/2025**, UASG 400161, Processo nº. **01-P-23975/2024**, do tipo menor preço global, destinado a **Contratação de serviços de readequação do subsolo, 1º, 2º e 3º pavimentos do prédio principal do IMECC, com demolição e substituição do piso vinílico (tipo pastilha) dos corredores de circulação.** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **06/05/2025** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**).

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UGE 180157
AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 180157
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025 – PR-157/0011/25
PROCESSO Nº 20250288795 – SEI! 057.00136586/2025-32
PLATAFORMA: https://gov.br/compras

OBJETO: Aquisição de cadeira odontológica para o 26º Batalhão de Policiamento do Interior. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 29/04/2025 às 09:30h. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS E ANEXOS:** https://pncp.gov.br/app/editais https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx ou Comando de Policiamento do Interior 2, situado na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP. INFORMAÇÕES: (19) 3772-6748 - Seção de Despesa Orçamento e Custo do Comando de Policiamento do Interior 2.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UGE 180157
AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 180157
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2025 – PR-157/0013/25
PROCESSO Nº 20250318562 – SEI! 057.00145360/2025-22
PLATAFORMA: https://gov.br/compras

OBJETO: Aquisição de armários, estantes, gaveteiros, poltronas, cadeiras, mesas, poltronas, sofá, bebedouro e TV. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 30/04/2025 às 10:00h. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS E ANEXOS:** https://pncp.gov.br/app/editais https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx ou Comando de Policiamento do Interior 2, situado na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP. INFORMAÇÕES: (19) 3772-6748 - Seção de Despesa Orçamento e Custo do Comando de Policiamento do Interior 2.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
Secretaria da Saúde SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação: Pregão Eletrônico nº 0125/2024-A - Pregão COMPRAS.GOV nº 90028/2024 - Processo SEI Nº 266.00000777/2024-84 - Objeto: Aquisição de material de embalagem (tampa de borracha butílica cinza 20mm – limpa). Realização da Sessão: 28/04/2025 às 10:00 horas no endereço eletrônico: **http//www.gov.br/compras**. Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL/INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6155, das 08h:00 às 12h:30, e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail **licitacao@furp.sp.gov.br** – As licitantes interessadas poderão consultar o edital Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – UASG 091101 e nos sites: **www.furp.sp.gov.br** ou **www.doe.sp.gov.br**.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
Secretaria da Saúde SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação: Pregão Eletrônico nº 0120/2024-A - Pregão COMPRAS.GOV nº 90024/2024 - Processo SEI Nº 266.00000768/2024-93 - Objeto: Aquisição de matéria-prima farmacêutica (álcool etílico 96° GL). Realização da Sessão: 28/04/2025 às 10:00 horas no endereço eletrônico: **http//www.gov.br/compras**. Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL/INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6155, das 08h:00 às 12h:30, e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail **licitacao@furp.sp.gov.br** – As licitantes interessadas poderão consultar o edital Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – UASG 091101 e nos sites: **www.furp.sp.gov.br** ou **www.doe.sp.gov.br**.

Edital de Convocação de Substituição diretoria. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região - SITICOCIMOCIR -Reconhecido em 14/06/1946 - Base Territorial: reconhecida em 13 de junho de 1951 em Itu, Boituva, Cabreúva, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Elias Fausto, Guareí, Indaiatuba, Itapetininga, Jumirim, Laranjal Paulista, Mombuca, Monte Mor, Pereiras, Porto Feliz, Quadra, Rafard, Tatuí e Tietê. Sede Própria: Rua Paula Souza, 30, Centro, Itu-SP. CEP. 13.300-050. Fones (11) 4023-0315, 4022-1525, CNPJ 50.235.316/0001-30, inscrição Estadual: Isenta. Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. Pelo presente Edital, convoca-se todos os associados quites com os cofres sindicais e em condições de votar na forma estatutária do Sindicato, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Entidade, à Rua Paula Souza, 30, Centro, Itu-SP. CEP. 13.300-050, no dia 17 de abril de 2025, às 17 hs em primeira convocação, para deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Registrar o FALECIMENTO do Sr. Laercio Batista Custodio - eleito em 27.08.2021, como 1º suplente da Diretoria para o exercício do mandato sindical de 30/11/2021 a 29/11/2028; e (II) deliberar sobre a substituição do diretor falecido pelo Sr. Gilmar de Souza, eleito em 27.08.2021 como 2º suplente da Diretoria para o exercício do mandato sindical de 30/11/2021 a 29/11/2028 e o Sr Celso Wanderlei Siqueira como terceiro suplente da Diretoria para o exercício do Mandato sindical de 30/11/2021 a 29/11/2028, para substituir o Sr. Gilmar de Souza. Caso não seja obtido o quorum legal, a Assembleia realizar-se-á às 19 hs em segunda convocação, sendo válidas as decisões que vierem a ser adotadas se aprovadas por 2/3 dos associados presentes, como prevê o atual Estatuto. Itu, 14 de abril de 2025. Gentil dos Santos - Presidente.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário **TERRAZUL CG LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que instituí alienação fiduciária de bem imóvel, devida a negociação descumprida pelo fiduciante, **ESPÓLIO DE DANIEL GONÇALVES DE OLIVEIRA**, CPF/MF sob nº 436.141.428-92, devidamente representado pela inventariante, Sra. Bianca Grazielle Moraes dos Santos, inscrita no CPF/MF sob n.º 379.677.488-16, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: **Primeiro Leilão: Dia 30 de abril de 2025, às 9:30 horas; e, Segundo Leilão: Dia 07 de maio de 2025, às 9:30 horas. Local:** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o espólio do fiduciante na forma acima representado, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **11 (onze), da Quadra C**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 7,00 metros de frente para a Rua 10; do lado direito de quem da rua olha para o referido lote, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 12; do lado esquerdo, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 10; e nos fundos mede 7,00 metros, confrontando com o 28; encerrando assim uma área total de **140,00 metros quadrados. Matriculado no 3º Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 253.685**, com **cadastro municipal** sob **n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior)**. **Condições e Valor de Venda:** A venda será realizada à vista. O bem imóvel acima indicado está avaliado em **R$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

Mitsubishi Corporation do Brasil S/A
CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 1º DE ABRIL DE 2025

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A Assembleia foi realizada por meio digital e é considerada realizada em 1º/04/2025, às 9:30 min, na sede na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **(3). COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Sadahiko Haneji, como Presidente da Mesa, e Sr. Hidenori Fujisawacomo Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76. **(5). AGENDA:** Exoneração do Sr. Masaki Kato como Diretor Gerenteda. **(6). DELIBERAÇÃO POR UNANIMIDADE:** Aprovar a exoneraçãodo Sr. Masaki Kato, portador da Cédula de Identidade RNM nº. F115378F e, no CPF/MF sob o nº. 242.778.668-37 estabelecido na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, da posição de Diretor Gerente da companhia. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar. São Paulo, 1º de abril de 2025. Sadahiko Haneji - Presidente da Mesa; Hidenori Fujisawa-Secretário. Jucesp nº. Jucesp nº 130.206/25-6 em 09/04/2025. Aloizio e Soares Junior - Secretário Geral.

Del Rey Empreendimentos e Participações S/A
CNPJ/MF 59.227.819/0001-39 - NIRE 35300120035
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da **Del Rey Empreendimentos e Participações S/A**, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, que se realizará às 8:30 horas, no dia 26 de abril de 2025, em sua sede social, na Avenida Antonio Consulo Duarte da Costa, nº 1234, (antiga Av. Marginal), Cidade Ariston, Carapicuíba, SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) Apreciação do relatório da administração e exame, discussão e votação das demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Aprovação dos dividendos antecipados no referido exercício de 2024; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período 2025 a 2026, e fixação de sua remuneração. Carapicuíba/SP, 10 de abril de 2025. **João Batista Costa** - Presidente.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 – UGE 180157
AVISO DE LICITAÇÃO – UASG 180157
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025 – PR-157/0015/25
PROCESSO Nº 20250332131 – SEI! 057.00137278/2025-24
PLATAFORMA: https://gov.br/compras

OBJETO: Aquisição de sal mineral para semoventes (equinos) do 1º BAEP. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 30/04/2025 às 10:00h. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS E ANEXOS:** https://pncp.gov.br/app/editais https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx ou Comando de Policiamento do Interior 2, situado na Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP. **INFORMAÇÕES:** (19) 3772-6748 - Seção de Despesa Orçamento e Custo do Comando de Policiamento do Interior 2.

EDITAL DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

megaleilões

FERNANDO JOSÉ CERELLO G. PEREIRA, leiloeiro oficial inscrito na **JUCESP nº 844**, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible] **RITA DE CASSIA BRASIL** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 22 de abril de 2025, às 15h00**, **"presencial"** [illegible] e **"on-line"** através do site **www.megaleiloes.com.br**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 881.558,44 (oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)** [illegible] **IMÓVEL DA MATRÍCULA Nº 174.115 DO 8º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP.** [illegible] **07 de maio de 2025** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 420.779,22 (quatrocentos e vinte mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos)**. [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

Prefeitura da Estância Turística de Avaré
AVISO DE EDITAL

REPETIÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025 – PROCESSO Nº 039/2025
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de consultas em psiquiatria infantil. **Data de Encerramento:** até 09 de maio de 2025 às 08h30. **Data de Abertura:** 09 de maio de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Agente de Contratação.**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2025 – PROCESSO Nº 065/2025
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de exames de audiometria. **Data de Encerramento:** até 12 de maio de 2025 às 08h30. **Data de Abertura:** 12 de maio de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Agente de Contratação.**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2025 – PROCESSO Nº 066/2025
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de exames de eletroencefalograma com laudo. **Data de Encerramento:** até 13 de maio de 2025 às 08h30. **Data de Abertura:** 13 de maio de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Agente de Contratação.**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025 – PROCESSO Nº 067/2025
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de exames de mapa 24 horas. **Data de Encerramento:** até 14 de maio de 2025 às 08h30. **Data de Abertura:** 14 de maio de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Agente de Contratação.**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2025 – PROCESSO Nº 068/2025
Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de consultas em psiquiatria. **Data de Encerramento:** até 15 de maio de 2025 às 08h30. **Data de Abertura:** 15 de maio de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 229 – www.avare.sp.gov.br – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Agente de Contratação.**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 002/2025 – PROCESSO Nº 058/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos jurídicos de representação processual junto ao TCESP. **Recebimento da Habilitação, Propostas Técnica e de Preço:** 15 de abril de 2025 das 08 horas até 10 de junho de 2025 às 08 horas. **Data da Sessão Pública:** 10 de junho de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 229 – bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Crislaine Aparecida Santos – Agente de Contratação.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/25 – PROCESSO Nº 070/25
COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição futura de material hidráulico para a Secretaria Municipal de Serviços. **Recebimento das Propostas:** 14 de abril de 2025 às 08 h até 28 de abril de 2025 às 08 h. **Abertura das Propostas:** 28 de abril de 2025 às 08hs10min. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** 28 de abril de 2025 às 09 h. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/ Fax (14) 3711-2500 – Ramal 216 – bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 10 de abril de 2025 – Raquel Molina Negrão – Pregoeira.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/25 – PROCESSO Nº. 069/25
COM COTA RESERVADA PARA ME, EPP, MEI
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição futura de tiras reagentes com o fornecimento de glicosímetros em comodato para o Programa de Insulino-Dependente. **Recebimento das Propostas:** 14 de abril de 2025 das 08 horas até 28 de abril de 2025 às 08 horas. **Abertura das Propostas:** 28 de abril de 2025 às 08h10min. **Início da Sessão de Disputa de Lances:** 28 de abril de 2025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 – Ramal 233 – www.bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 09 de abril de 2025 – Olga Mitiko Hata – Pregoeira.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 038/25 – PROCESSO Nº. 074/25
EXCLUSIVO PARA ME, EPP, MEI
Objeto: Aquisição de ar-condicionado de 48.000 BTU's com instalação para o Almoxarifado da Saúde. **Recebimento das Propostas:** 14 de abril de 2025 das 08 horas até 29 de abril de 2025 às 08 horas. **Abertura das Propostas:** 29 de abril de 2025 às 08h10min. **Início da Sessão de Disputa de Lances:** 29 de abril de 2.025 às 09 horas. **Informações:** Dep. Licitação – Praça Juca Novaes nº 1.169, Fone/Fax 14) 3711-2500 – Ramal 233 – www.bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 11 de abril de 2025 – Olga Mitiko Hata – Pregoeira.**

mercado

Entidades vão à Justiça em queda de braço por comitê do IBS

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Duas entidades travam uma queda de braço em torno da eleição dos 27 representantes dos municípios no conselho superior do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), criado pela reforma tributária para unificar o ICMS estadual e o ISS municipal e que vai controlar cerca de R$ 1 trilhão.

A disputa é marcada por acusações mútuas de desrespeito às regras e foi parar na Justiça. Na tarde deste sábado (12), o TJDFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) concedeu liminar que suspende por ora a realização do pleito, marcado para os dias 23 a 25 de abril. O prazo para apresentar as chapas iria até as 18h de segunda (14). A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) ingressou com uma ação judicial alegando que o calendário foi fixado de forma unilateral pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios), embora ambas as entidades componham a comissão eleitoral. O juiz Paulo Cerqueira Campos, da 11ª Vara Cível de Brasília, acolheu o pedido e suspendeu as deliberações. Neste domingo (13), a CNM recorreu, mas teve o pedido negado.

No centro da briga estão os 13 assentos que serão preenchidos por votação proporcional à população dos municípios, conforme previsto na emenda constitucional da reforma.

A FNP, que tem entre seus filiados capitais e grandes cidades, diz ter havido um acordo para que fosse ela a indicar os ocupantes dessas vagas no conselho. A CNM, que abarca também pequenos e médios municípios, ficaria com as 14 vagas designadas pelo voto igualitário.

A CNM nega que haja tal acordo e decidiu lançar chapa para as duas eleições. Esse foi o gatilho para a guerra nos bastidores que se desdobra em discordâncias sobre as regras da eleição.

A composição do conselho superior resultante deste primeiro pleito será provisória, com mandato até o fim de 2025. Foi uma saída encontrada pelo governo federal, pelos entes subnacionais e pelo Congresso diante da demora na votação do projeto de lei que trata das regras permanentes de funcionamento do Comitê Gestor do IBS — que ainda está em tramitação no Senado.

Eufrázio

mercado

Paralisação dos peritos médicos do INSS termina após 235 dias

Diego Felix

SÃO PAULO Após 235 dias de greve, peritos médicos do INSS anunciaram na sexta (11) terem assinado um termo de acordo com o governo para encerrar a maior paralisação da história da categoria. De acordo com a ANMP (Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais), o pacto firmado ainda não corresponde à expectativa dos trabalhadores, mas "garante a estabilização do conflito classista e a segurança dos peritos".

A categoria reclamava da quebra de um acordo assinado ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que revia as metas individuais de cada servidor. Em julho, cerca de um mês antes da greve, o TCU (Tribunal de Contas da União) orientou o governo a adequar o programa de desempenho para aumentar as metas.

A greve fez a fila de espera por benefícios subir ao maior patamar desde 2020, quando foi implementado o INSS Digital. Em dezembro de 2024, havia 2,042 milhões de requerimentos represados.

Segundo o Ministério da Previdência Social, a expectativa é que os cerca de 300 peritos (10% do total) que entraram em greve no ano passado retomem seus postos de trabalho nesta segunda-feira (14).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SERTÃOZINHO

AVISO DE EDITAL PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2025

PROCESSO nº SEI 015.00247842/2025-11

ASSUNTO: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Sede da Diretoria de Ensino. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/pncp/pt-br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 14/04/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/05/2025 – 09:00 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 26/2025. Objeto: Contratação da prestação de serviços de **SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO PARA PRESOS EM CUMPRIMENTO DE PENA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência. O Edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de proposta inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O manual de instrução para cadastramento e participação na sessão de lances encontra-se no link: **https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/fornecedor.** Abertura da sessão dia 6/5/2025, às 10h, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br.** Júlio César Lemos Barbosa. Respondendo pela Superintendente de Infraestrutura e Logística. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 – Edifício Minas, 5º andar - Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 9 de abril de 2025.

MINAS GERAIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº. 01/25

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BASICA DE SAÚDE, TIPO 1 COM AREA DE 369,78M², PADRÃO MINISTERIO DA SAÚDE, NO MUNICIPIO DE LAVINIA/SP. RECEPÇÃO DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 05/06/25. Edital completo pelo site www.lavinia.sp.gov.br

Lavinia/SP, 11/04/25. Salvador Cazuo Matsunaka-Prefeito

Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2025.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 024/2025.
DATA DA REALIZAÇÃO: 30/04/2025.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **20/2025**, objeto do Processo de Licitação nº. **024/2025**, do tipo **Menor Preço Unitario**, objetivando a Aquisição de gêneros alimentícios, destinados aos diversos setores municipais, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 09 de abril de 2025.

DR. MARCELO CATARUCI DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

BIASI LEILÕES — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — Alienação Fiduciária — Itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10124332603, firmado em 16/10/2012, no qual figura como Fiduciante, **ALIQUIDA JAQUELINE DE DEUS**, brasileira, divorciada, microempresária, CI MG-6.784.619-SSP/MG, CPF 894.161.476-72, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 25 de abril de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 4.501.555,47 (Quatro milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo **LOTE 08 do QUARTEIRÃO 03 do Bairro Ouro Preto, com área, limites e confrontações da planta respectiva. No terreno foi construído UM PRÉDIO RESIDENCIAL com as seguintes características: 1º Pavimento: 200,02 m²; 2º Pavimento: 143,72 m², totalizando 343,74 m² de área construída na Avenida Fleming nº 131. Matrícula nº 107.108 do 3º Ofício do Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.** Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 05 de maio de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.250.777,74 (Dois milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais de realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI LEILÕES — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — Alienação Fiduciária — Itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças nº 10175480808, firmado em 19/10/2022, no qual figuram como Fiduciantes, **PEDRO HENRIQUE ROBERTI CARVALHO FERNANDES**, brasileiro, administrador, CI 16.958.646-SSP/MG, CPF 101.361.916-14 e sua cônjuge **MAYARA MAGALHÃES ENOQUE ROBERTI**, brasileira, cozinheira, CI 15.201.693-SSP/MG, CPF 110.440.656-94, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 25 de abril de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 475.566,35 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO Nº 202, do EDIFÍCIO DONA EFIGÊNIA, situado à Rua Francisco Fernandes dos Santos, nº 216, e seu terreno fração ideal de 0,166666, do lote 09, do quarteirão 62, do Bairro dos Buritis em Belo Horizonte/MG, com área privativa real de 94,4325 m², área total de 135,8384 m² e a fração ideal de 0,14044. O apartamento tem direito a 01 vaga na garagem, conforme convenção de condomínio. Matrícula nº 75.181 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.** Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 05 de maio de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 399.632,93 (Trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. [illegible] o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, [illegible] do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

Unimed Fesp — Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Cooperativas Médicas

CNPJ/MF nº 43.643.139/0001-66 - NIRE 35400002417

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 99ª - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da **Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas**, usando das atribuições que lhe confere o art. 22 caput do Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018 e nos termos do parágrafo 2º do artigo 38 da Lei 5.764/71, **CONVOCA** as 74 (setenta e quatro) cooperativas associadas (68 singulares e 6 federações intrafederativas), por intermédio de seus delegados, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no próximo dia **30 de abril de 2025, via videoconferência pela plataforma digital TEAMS**, nos termos da DREI IN nº 81, de 10 de junho de 2020, às **13h00** (treze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados em condições de votar; às **14h00** (quatorze horas), em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos delegados em condições de votar; ou, às **15h00** (quinze horas), em terceira convocação, com qualquer número de delegados presentes, a fim de deliberar sobre o assunto previsto na seguinte

ORDEM DO DIA:

1) Preenchimento do cargo de Diretor Presidente, se vago, em face de eleição do atual titular a Diretor Executivo da Unimed Participações SA, e da proibição de acúmulo de cargos previsto no parágrafo 6º, do artigo 35, do Estatuto Social desta Federação Estadual;
2) Preenchimento do cargo de Diretor Executivo, se vago, em face de eleição do atual titular a Diretor Presidente desta Federação Estadual, concretizada na votação do item 1, nos termos dos parágrafos 1º e 3º, do artigo 37, do Estatuto Social;
3) Preenchimento de eventual cargo de Diretor Executivo, se vago, em face de eleição do atual titular a Diretor Executivo desta Federação Estadual, concretizada na votação do item 2, nos termos dos parágrafos 1º e 3º, do artigo 37, do Estatuto Social;
4) Preenchimento do cargo de Diretor de Desenvolvimento Humano e Institucional, se vago, em face de eleição do atual titular a Diretor Executivo da Unimed Seguradora SA, e da proibição de acúmulo de cargos previstos no parágrafo 6º, do artigo 35, do Estatuto Social desta Federação Estadual;
5) Preenchimento de eventual(is) cargo(s) de Vogal(is) do Conselho de Administração, declarado(s) vago(s) pela Assembleia, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 37, do Estatuto Social.

Notas:

1 – Para eleição prevista na ordem do dia, o(s) candidato(s) deverá(ão) estar inscritos até o dia 25/04/2025, de acordo com artigo 56, do Estatuto Social (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018), observados os requisitos dos artigos subsequentes.
2 – A fundamentação legal para a Ordem do Dia está prevista no artigo 45 da Lei 5.764/71.
3 – Para efeito de quórum, o número de delegados em condição de votar é de 74 (setenta e quatro).
4 – A deliberação será tomada por maioria simples dos votos dos delegados presentes.
5 – Conforme parágrafo único, do artigo 7º do Estatuto Social, a delegação deverá ser efetuada mediante indicação do delegado, via preenchimento de Termo de Credenciamento, para fins de registro e admissão à Assembleia Geral.
6 – Nos termos do art. 26, "g" do Estatuto Social, as eventuais impugnações aos termos do presente edital deverão ser encaminhadas à Diretoria da cooperativa até o dia 23/04/2025, improrrogavelmente.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

Dr. Eduardo Ernesto Chinaglia
Diretor Presidente

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025

Processo nº 146/2025, Pregão Eletrônico nº 90006/2025, UASG 926347. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços continuados de solução de pagamentos por meio eletrônico e operações por plataforma e-commerce, que seja responsável pelo fornecimento de solução tecnológica, terminais e pela coleta, captura, processamento e liquidação das transações financeiras nos recebimentos de cartão de crédito e débito. Edital: 11/04/2025 das 08:00 às 17:30 horas. Endereço: Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra ACSU SO 60 (601 Sul), Conj. 1, Lt. 12, Sala Térreo – Palmas/TO. Entrega das propostas: a partir de 11/04/2025 às 08 horas no site **www.gov.br/compras**. Abertura das propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site **www.gov.br/compras.**

LUZIMAR ALVES NORONHA DA SILVA - Pregoeiro

Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração
Serviço de Compras e Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2025.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 023/2025.
DATA DA REALIZAÇÃO: 29/04/2025.
HORÁRIO: 08:00 horas.
LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **19/2025**, objeto do Processo de Licitação nº. **023/2025**, do tipo **Menor Preço Unitario**, objetivando a Aquisição de materiais e produtos higiênicos para bebês, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 09 de abril de 2025.

DR. MARCELO CATARUCI DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ÁTRIO LEILÕES — EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

1º LEILÃO: 25/04/2025 ÀS 15:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) - 2º LEILÃO: 05/05/2025 ÀS 15:01 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Ana Claudia Camargo de Oliveira, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 1129, com escritório na Avenida Andrômeda, 885, salas 1401 e 1402, Edifício Brascan Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06473-000, FAZ SABER a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **ON-LINE EXTRAJUDICIAL**, nos termos da forma da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pela **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08, nos termos do Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário e Outras Avenças, na forma do art. 38, da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, firmado com os devedores fiduciantes Johnny Domingos dos Anjos, CPF/MF sob o nº 353.769.778-10 e Kelly Mônica Barbosa Saldanha dos Anjos, CPF/MF sob o nº 308.002.678-02, em **PRIMEIRO LEILÃO: 25/04/2025 às 15:00** (horário de Brasília), oportunidade em que o bem será vendido pelo valor lance mínimo igual ou superior de **R$ 269.287,54 (duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e sete mil e cinquenta e quatro centavos) correspondente ao valor de avaliação em 10/2021**, não havendo licitantes, seguirá sem interrupção para o **SEGUNDO LEILÃO** em **05/05/2025 às 15:01** (horário de Brasília), com encerramento em **22/05/2025 às 15:00** (horário de Brasília), o lance mínimo de **R$ 114.676,99 (cento e quatorze mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos).** (valores sujeitos a atualizações, conforme disposições contratuais). Imóvel constituído por: "Casa localizada no bairro Cidade Satélite Íris em Campinas/SP; assim descrita na **MATRÍCULA Nº 124212 DO 3º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINAS/SP**: Um terreno designado por Lote 10A da Quadra 231 do Loteamento CIDADE SATÉLITE ÍRIS, oriundo da Subdivisão do lote 10 da mesma quadra e loteamento, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: 12,50m de frente para a Rua 43; 40,00m do lado direito, confrontando com o lote 11; 40,00m do lado esquerdo, confrontando com o lote 10 da subdivisão e 12,50m nos fundos, confrontando com o lote 05, com a área total de 500,00m²." Imóvel ocupado. Venda em caráter ad corpus, ou seja, no estado de conservação em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no portal **www.atrioleiloes.com.br**, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Pagamento à vista. Comissão devida à leiloeira: 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Observação: gravames e demais ônus e condições, veja a íntegra deste edital no site **www.atrioleiloes.com.br**. Informações pelo telefone (11) 97363-8565 ou e-mail **contato@atrioleiloes.com.br.**

www.ATRIOLEILOES.com.br

BIASI LEILÕES — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — Alienação Fiduciária — Itaú

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 05/05/2025 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10167160104, firmado em 29/10/2021, no qual figura como Fiduciante, **GERSON VIEIRA DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 2231046655/SSP-GO, CPF nº 002.136.711-91, residente e domiciliado em Goiânia/GO, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 25 de abril de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.396.671,50 (Um milhão, trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo **LOTE nº 02 da Quadra 36 do loteamento SETOR GARAVELO, situado na Rua 07-B, Goiânia/GO, com área total de 437,50 m², sendo 10,00m de frente para a Rua 07-B, 25,00m do lado direito com a Rua 01-B, 30,00m do lado esquerdo com o lote 01, 15,00m nos fundos com o lote 03 e 7,07m de chanfrado. No terreno foi construída UMA CASA que recebeu o nº 1.058 com área total de 196,64 m². Matrícula nº 356.820 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia/GO.** Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 05 de maio de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.069.825,22 (Um milhão, sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A, inscrito no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de imóvel em Garantia e Outras Avenças, nº 501547-2, datado de 23/02/2021, e do Instrumento Particular de Rerratificação datado de 09/04/2021, no qual figura como Fiduciante SIVONE BISSON, brasileira, professora, divorciada, portadora do RG nº 12.155.205-SP, inscrita no CPF/MF nº 085.443.268-64, residente e domiciliada em Sertãozinho/SP, levará a PÚBLICO LEILÃO, de modo On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 29 de abril de 2025, às 14:00 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R$ 325.426,73 (trezentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos) o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por Um terreno urbano, composto do lote nº 10, da quadra "C", do loteamento denominado "Jardim Iracema", situado na cidade de Sertãozinho/SP, com frente para a rua Dr. Oldair Ambrósio, com a área de 250,00 metros quadrados, medindo dez (10) metros de frente, por vinte e cinco (25) metros da frente aos fundos, confrontando em sua integridade, pela frente com a referida rua Dr. Oldair Ambrósio, do lado ímpar com o lote nº 9, do lado direito de quem de frente olha o imóvel, com o lote nº 11, do lado esquerdo e com o lote nº 7 pelos fundos, todos da mesma quadra. Av.5 - Para constar que foi edificado um prédio residencial, que recebeu o nº 2.579 da Rua Dr. Oldair Ambrósio, com 92,07m2 de área construída. Imóvel objeto da matrícula nº 7.465 do Oficial de Registro de Imóveis de Sertãozinho/SP. Observação: (i) Imóvel com restrições urbanísticas, conforme Av.12; (ii) Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 06 de maio de 2025, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R$ 175.570,06 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos e setenta reais e seis centavos). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais de realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação da homologação da venda, configurará desistência por parte do arrematante, ficando este obrigado a pagar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. Na hipótese de o Arrematante/Comprador desistir do negócio, após o pagamento de qualquer eventual valor do arremate e da comissão do leiloeiro, antes da finalização da escritura do imóvel/instrumento particular, perderá em proveito do Vendedor o equivalente a 20% (vinte por cento) do montante dos valores já pagos até o momento da desistência, e 5% referente à comissão, devendo esse valor ser pago no prazo de 2 (dois) dias, após a comunicação da desistência. Essa penalidade se aplica independentemente do motivo alegado para o rompimento do negócio e tal verba destina-se a ressarcir o Vendedor pelos prejuízos decorrentes da disponibilidade do imóvel para o Arrematante/Comprador durante a vigência do contrato. O Arrematante/Comprador perderá todos os direitos relacionados à compra efetuada, e o imóvel ficará liberado ao Vendedor, de imediato, para nova venda. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Pelo presente, fica intimada a alienante fiduciante: SIVONE BISSON, já qualificada, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido certificados. Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Para mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467, ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br.



Apoiadores do presidente Daniel Noboa comemoram em Quito resultado da eleição na qual ele foi declarado vencedor Galo Paguay/AFP

Órgão eleitoral declara vitória de Noboa no Equador, e oposição fala em fraude

Atual presidente consegue vantagem confortável em relação à opositora Luisa González, ligada a Rafael Correa, diferentemente do que ocorreu no primeiro turno

Mayara Paixão

QUITO Daniel Noboa foi reeleito presidente do Equador no segundo turno deste domingo (13) após uma acirrada jornada, afirmou a autoridade eleitoral do país. Com 93% dos votos apurados até as 23h50 (de Brasília), o líder de direita tinha 55,85% dos votos, ante 44,15% da oposição.

Desdobramento do tenso clima que toma conta do país, a opositora Luisa González, de esquerda, disse que não reconhece os resultados, apontando que houve fraude. "O Equador vive uma ditadura, e hoje vivemos a fraude mais grotesca da história do país", afirmou ela a apoiadores na capital, Quito. "Pediremos a recontagem dos votos."

Os números oficiais mostram que o empresário e herdeiro do império das bananas superou a candidata pupila de Rafael Correa e agora, sim, assumirá um mandato de quatro anos —eleito anteriormente para um governo-tampão, ele governou por meio um ano e meio.

A confortável vantagem do presidente chama a atenção dado que, no primeiro turno, em fevereiro, a diferença entre ele e González foi de meros 0,17 ponto percentual. Eles apareciam em empate técnico nas pesquisas de intenção de voto prévias a este domingo.

"O Equador está mudando, escolheu um outro caminho", disse Noboa em discurso pós-vitória. "E será o caminho para que nossos filhos vivam melhor que nós. Que tenham um governo e instituições mais transparentes, progresso e planejamento."

Mais de 83,7% dos eleitores compareceram às urnas, percentual próximo ao de outros pleitos e ligeiramente superior ao do primeiro turno.

"A democracia se fortalece quando se respeita a voz do povo. E hoje essa voz foi respeitada", disse a presidente da autoridade eleitoral, Diana Atamaint, que agradeceu às Forças Armadas e policiais pelo apoio na jornada.

O resultado eleitoral não aplaca o clima de tensão no qual está mergulhado o universo político. Noboa decretou na véspera da votação um novo estado de exceção acompanhado de medidas como restrições a reuniões e a derrubada do direito de inviolabilidade domiciliar, pacote prontamente criticado pelos opositores.

Setores da esquerda dizem que o objetivo seria impedir a mobilização popular nos dias pós-eleitorais, quase que prevendo que haveria contestação dos resultados, como ocorre agora.

A próxima data fundamental será a terça (15). É quando a missão de observação da União Europeia no país (apelidada "MOE") divulgará o seu informe preliminar sobre o segundo turno. Na manhã do domingo, a missão disse que tudo corria bem. Outra missão eleitoral, essa do Parlasur (Parlamento do Mercosur) tampouco falou em irregularidades.

Segundo os números oficiais, González manteve praticamente a mesma porcentagem que conseguiu no primeiro turno, o que sugere que o anticorreísmo, ou seja, o sentimento contra Rafael Correa, aglutinou muito mais valor em Noboa.

A candidata de esquerda forjou a duras penas uma aliança com o movimento indígena, que no primeiro turno conseguiu mais de 5% dos votos com um candidato próprio, Leonidas Iza. Sempre se soube, porém, que o movimento é fragmentado em diversos grupos e que muitos se opunham a votar por qualquer projeto ligado a Correa, quem em sua década no poder (2007 a 2017) apoiou projetos mineiros muito criticados pelos indígenas.

Governar o Equador pós-pandemia global não é uma tarefa trivial, e os desafios agora são muito diferentes daqueles de uma década atrás. A fragmentação e, por consequência, multiplicação de pequenos grupos armados do narcotráfico impulsionou disputas armadas que catapultaram a violência armada no país.

A violência se tornou o tema fundamental para a população: afeta a economia ao fechar comércios extorquidos pelos narcos; a qualidade de vida ao multiplicar o número de assassinatos e forçar a população a emigrar; e a relação do pequeno país sul-americano com o mundo.

Mesmo com redução de 16% no número de homicídios dolosos em 2024, a taxa desse crime no país é de 38 por 100 mil habitantes, a maior da América Latina.

Não à toa, foi Guayaquil, a importante cidade de 2,6 milhões de habitantes, que se tornou a prioridade das duas campanhas. O município virou epicentro da atividade criminosa e da experiência de militarização da segurança pública adotada por Noboa.

Foi ali que ocorreram os três maiores episódios de projeção global do governo Noboa: primeiro, em janeiro de 2024, a fuga da prisão do maior narcotraficante do país, Fito; segundo, a invasão de um canal de TV por homens armados; terceiro, o assassinato de quatro meninos negros pobres levados por militares.

A crise energética do ano passado também pesou, dado que o sistema de geração de energia fundamentalmente hidrelétrico do país, catapultado nos anos do correísmo, apresentou sua falência e o novo governo terá de apresentar soluções para o problema.

Essas são as eleições mais convencionais, apesar da violência, desde 2023. Naquele ano, o presidente de centro-direita Guillermo Lasso, na mira de um processo de impeachment, encurtou seu mandato ao apelar pioneiramente ao mecanismo constitucional da morte cruzada. Ele dissolveu todo o governo de forma antecipada e convocou eleições.

Em um "pleito express", marcado por alta violência e pelo assassinato de um candidato a tiros em plena campanha eleitoral, também foram Daniel Noboa e Luisa González os nomes a se enfrentarem no segundo turno, até que o jovem herdeiro do império das bananas com escassa experiência política assumiu o poder por 17 meses em um mandato-tampão que se encerra no próximo dia 24 de maio.



Raio-X do Equador

Área: 283 mil km² (semelhante à do Rio Grande do Sul)

População: 18,4 milhões (pouco mais que a do estado do Rio de Janeiro)

PIB: US$ 118,8 bilhões (ante US$ 2,1 trilhão no Brasil)

PIB per capita*: US$ 6,6 mil (ante US$ 10,2 mil do Brasil)

IDH: 83º entre 193 países (Brasil é o 89º)

*Considerando paridade no poder de compra
Fontes: Governo do Equador, IBGE e ONU

55,85%
era o percentual de Daniel Noboa com 93% dos votos apurados

44,15%
era o número da opositora Luisa González

83,7%
foi o porcentual de eleitores equatorianos que compareceram às urnas para votar

485
foi o número total de observadores internacionais credenciados para acompanharem o andamento do pleito presidencial, de acordo com números do órgão eleitoral

105
foi a cifra de observadores que compareceram à eleição equatoriana enviados pela União Europeia

Eufrázio



Bandeiras na sede do Parlamento Europeu, localizada em Estrasburgo, no leste da França Frederick Florin - 23.abr.24/AFP

Saiba como conquistar a cidadania dos principais países da Europa

Itália mudou regras; grau de exigências varia, mas em geral Alemanha, França e Reino Unido têm caminho mais difícil, e Portugal e Espanha são mais acessíveis a brasileiros

Michele Oliveira

MILÃO Uma das justificativas do governo italiano para o decreto que restringiu a duas gerações o acesso à cidadania dos descendentes nascidos fora do país é que as regras, vigentes desde 1992, estavam defasadas em relação a outros Estados europeus.

Outras nações da Europa já possuíam restrições, como o Reino Unido, onde a cidadania é transmitida por apenas uma geração.

Por outro lado, a Itália tem uma das regras mais rigorosas em relação ao direito de solo. Entenda a seguir as diferentes regras nos principais países europeus.

*

CIDADANIA ALEMÃ

Por descendência (direito de sangue)

A transmissão da cidadania é automática para a criança que nasce de pai ou mãe cidadã. Desde 2000, se o genitor cidadão tiver nascido no exterior e seu filho também nascer fora da Alemanha, a criança só terá a cidadania concedida se for (ou tiver sido) registrada junto às autoridades alemãs até o primeiro aniversário.

Por nascimento na Alemanha de genitores estrangeiros (direito de solo)

Filhos de estrangeiros nascidos na Alemanha podem ser reconhecidos como cidadãos, desde que ao menos um dos genitores more legalmente no país por ao menos cinco anos no momento do nascimento e possua visto de residência permanente.

Por casamento

É possível pedir a cidadania depois de dois anos de casamento com um cidadão ou cidadã da Alemanha e de três anos morando legalmente na Alemanha.

Por tempo de residência

Em 2024, a lei passou a permitir que estrangeiros residentes de forma legal no país possam pedir a cidadania após cinco anos, em vez de oito. É preciso demonstrar capacidade de se sustentar, bom conhecimento do idioma e não ter cometido crimes.

CIDADANIA BRITÂNICA

Por descendência

A transmissão da cidadania é automática se a pessoa for nascida no Reino Unido de um genitor cidadão. Fora do Reino Unido, a cidadania é transmitida por apenas uma geração. Ou seja, quem nasce fora do país de um genitor cidadão pode obter a nacionalidade, mas seu filho não será cidadão se também nascer no exterior.

Por nascimento no Reino Unido de genitores estrangeiros

Uma criança é automaticamente cidadã britânica se, ao nascer, pelo menos um dos seus genitores nascidos no exterior morava no Reino Unido e tinha visto de permanência por tempo indeterminado.

Por casamento

A cidadania pode ser pedida por quem está casado com um cidadão britânico depois de viver no Reino Unido por pelo menos três anos ou assim que obtiver o visto por tempo indeterminado para entrar ou permanecer no país. É preciso comprovar conhecimento de inglês, superar teste de conhecimentos sobre história e valores britânicos e ter "bom caráter".

Por tempo de residência

É possível solicitar a cidadania depois de morar no Reino Unido por cinco anos comprovados e 12 meses depois de obter o visto por tempo indeterminado para entrar ou permanecer no país. Também é preciso comprovar conhecimento de inglês, superar teste de conhecimentos e ter "bom caráter".

CIDADANIA ESPANHOLA

Por descendência

Além de quem nasceu na Espanha de ao menos um genitor espanhol, a Lei da Memória Democrática (2022) permite, até outubro deste ano, que, entre outros casos, filhos e netos nascidos no exterior possam adquirir a cidadania.

Por nascimento na Espanha de genitores estrangeiros

Nascidos no país de genitores estrangeiros têm cidadania automática se ao menos um genitor também nasceu na Espanha.

Por casamento

A cidadania pode ser pedida pelo estrangeiro casado com cidadão espanhol após um ano de residência no país e de casamento.

Por tempo de residência

Em geral, é possível pedir cidadania depois de dez anos de residência legal. Para latino-americanos, portugueses, filipinos, entre outros, bastam dois anos. Para nascidos no exterior de genitor ou com um dos avós nascido em solo espanhol, apenas um ano. É preciso conhecer o idioma e não ter antecedentes criminais.

CIDADANIA FRANCESA

Por descendência

A cidadania é automática se ao menos um genitor for cidadão francês, não importa onde nasce a criança. Para descendentes no exterior, é possível solicitar o reconhecimento desde que não haja salto de geração. Ou seja, um neto de francês só pode fazer o pedido depois que o genitor tiver obtido a cidadania. Nesses casos, precisa ser comprovado o vínculo da família com a França, por meio da renovação de documentos e voto em eleições.

Por nascimento na França de genitores estrangeiros

Uma criança nascida na França de dois genitores estrangeiros obtém a cidadania automática se ao menos um genitor também for nascido no país (ainda que não seja cidadão francês). Fora desse caso, o genitor pode pedir a cidadania para o filho de 13 a 15 anos se ele nasceu na França e mora na nação desde os 8 anos. Aos 16, o próprio jovem pode pedir a cidadania se for nascido e morar no país por pelo menos cinco anos desde os 11 anos.

Por casamento

Um estrangeiro pode pedir a cidadania após quatro anos de casamento com um cidadão francês, se cumprir alguns requisitos. O francês precisa ter a cidadania desde o casamento (e não pedir a cidadania depois de casar), e o estrangeiro precisa ter visto de residência se for de fora da Europa, comprovar conhecimento do idioma e não ter antecedentes criminais. Se o estrangeiro morou no país por menos de três anos após o casamento, a cidadania só sai após cinco anos.

Por tempo de residência

A cidadania pode ser solicitada após cinco anos de residência. É preciso comprovar conhecimento da história francesa e do idioma, concordar com os valores do país, ter fonte de renda estável e ficha criminal limpa. Quem for cidadão de fora da Europa precisa ter um visto de permanência válido.

CIDADANIA ITALIANA

Por descendência

Se a criança nascer na Itália e tiver ao menos um genitor cidadão (nascido em qualquer lugar), a cidadania é automática. Se a criança nascer fora da Itália, as regras mudaram desde o último 28 de março. Por meio de decreto que ainda precisa ser confirmado pelo Parlamento até o fim de maio, a criança nascida no exterior só poderá obter a cidadania se: ao menos um genitor cidadão também for nascido na Itália ou tiver morado por dois anos sem interrupção no país europeu, ou se menos um avô cidadão também for nascido na Itália. O limite de duas gerações é o mesmo para pedir o reconhecimento da cidadania.

Por nascimento na Itália de genitores estrangeiros

O direito de solo de forma automática só vale em casos raros, quando a criança tem genitores desconhecidos ou apátridas. Pessoas nascidas na Itália de genitores estrangeiros só podem pedir a cidadania aos 18 e 19 anos, caso tenham morado (e estudado) na Itália legalmente sem interrupção.

Por casamento

Um estrangeiro que se casa com italiano pode pedir a cidadania se cumprir alguns critérios. Se morar na Itália, o pedido pode ser feito depois de dois anos vivendo legalmente no país após o casamento. Se morar no exterior, somente após três anos de casamento. Em qualquer caso, deve ter conhecimento certificado do idioma italiano.

Continua na pág. A37



Espanha detém suspeitos de rede de imigração

A Guarda Civil da Espanha anunciou neste domingo (13) que desmantelou uma rede que levou de 1.000 a 2.500 marroquinos a ingressarem no país de forma irregular por meio da Romênia. O grupo cobrava cerca de € 3.000 (quase R$ 20 mil) de cada um pela viagem.

As quatro pessoas que dirigiam a rede na Espanha foram detidas na província de Múrcia, no sudeste do país, sob acusação de pertencerem a uma organização criminosa e de favorecimento de imigração irregular, informou a Guarda Civil em comunicado.

A corporação não especificou as nacionalidades dos detidos. A organização recrutava migrantes marroquinos que desejavam ir à Espanha e cobrava para enviá-los de avião à Romênia. De lá, eles então eram levados em vans até a Península Ibérica.

As autoridades da Espanha acreditam que os suspeitos realizaram, nos últimos dois anos, 50 traslados até a Espanha, transportando, a cada vez, grupos de 20 a 50 marroquinos, o que totalizaria de 1.000 a 2.500 imigrantes em situação irregular.

Eufrázio

Continuação da pág. A36

Por tempo de residência

Um estrangeiro pode solicitar a cidadania após dez anos morando legalmente na Itália sem interrupções —o prazo cai para quatro anos se for cidadão da União Europeia. Precisa comprovar renda suficiente para a família, conhecimento do idioma e não pode ter antecedentes penais.

CIDADANIA PORTUGUESA

Por descendência

Além do caso mais comum, quando uma criança nasce em Portugal de um cidadão português, a transmissão da cidadania também é automática em caso de nascimento no exterior, independentemente do local de nascimento do genitor cidadão.

Quem for neto de português e tiver nascido no exterior pode fazer o pedido, mas precisa comprovar conhecimento da língua portuguesa.

Acima da segunda geração, o reconhecimento só sai se ao menos um ascendente estiver vivo, fizer e obtiver o pedido de cidadania (como filho ou neto) para depois transmiti-la ao interessado.

Por nascimento em Portugal de genitores estrangeiros

Se ainda for menor de 18 anos e tiver frequentado alguma escola portuguesa, é possível pedir a cidadania caso ao menos um genitor tenha morado em Portugal nos últimos cinco anos (mesmo sem visto de residência) ou estiver morando legalmente no país.

Um adulto pode ter a cidadania se os genitores estrangeiros moravam em Portugal no nascimento, se ele morou no país nos últimos cinco anos e se conhece a língua portuguesa.

Por casamento

O pedido pode ser feito depois de três anos de casamento e com comprovada ligação com a comunidade portuguesa. Para quem reside em Portugal há mais de cinco anos, é casado há mais de seis ou tem filho com nacionalidade portuguesa, independentemente de onde morar, a ligação efetiva é reconhecida automaticamente.

Por tempo de residência

Pode solicitar a cidadania quem tem mais de 18 anos, mora legalmente em Portugal há pelo menos cinco anos e conhece o idioma. Também pode fazer o pedido quem mora há cinco anos, mesmo sem visto de residência, desde que tenha um filho português nascido no país.

Por elo com comunidade portuguesa no exterior

Quem tem mais de 18 anos pode se encaixar nessa categoria se pertencer a uma comunidade no exterior na qual a maior parte é comprovadamente descendente de portugueses e onde são praticados valores e tradições da cultura portuguesa.

Ataque mata 34 pessoas em Sumi, novo alvo das forças russas na Ucrânia

Enviado americano critica ação perpetrada por Moscou; Kremlin afirma que ainda não há condições para cessar-fogo

Igor Gielow

SÃO PAULO As forças da Rússia promoveram um dos mais mortíferos ataques contra civis na Guerra da Ucrânia neste domingo (13), quando ao menos 34 pessoas morreram em Sumi, capital da província homônima no nordeste do país invadido por Vladimir Putin em 2022.

Ao menos dois mísseis balísticos Iskander-M foram lançados contra a cidade, onde moram de 250 mil a 300 mil habitantes. A 30 km da fronteira, ela está na mira dos russos, que iniciaram nova ofensiva contra a região e a vizinha Kharkiv na semana passada, após passarem mais de dois anos sem tropas ocupando território por lá.

O ataque gerou críticas do enviado americano a Kiev, general Keith Kellogg, que foi rebaixado da condição de negociador para a guerra por ser visto em Moscou como pró-Ucrânia. Para ele, o bombardeio "cruzou qualquer linha de decência". "Como um antigo líder militar, eu entendo de mira, e isso é errado", escreveu no X.

A ação ocorreu no começo da manhã, quando havia movimentação de fiéis rumo a igrejas para missas do Domingo de Ramos, que marca uma semana antes da Páscoa e celebra a entrada de Cristo em Jerusalém antes de sua crucificação, segundo a tradição cristã.



"Eram apenas cidadãos comuns na rua", disse o presidente Volodimir Zelenski. Um dos mísseis atingiu um trólebus, e a imagem foi captada pela câmera de um carro na mesma rua. Outros vídeos mostram o socorro a feridos, corpos no chão e destruição. Há ao menos 117 feridos, segundo as autoridades locais.

A Rússia não comentou o ataque. O Ministério da Defesa divulgou a conquista de mais uma cidade no leste do país e relatou a derrubada de um caça de fabricação americana F-16, doado a Kiev pela Holanda ou Dinamarca.

O ataque a Sumi renovou a pressão por um cessar-fogo. O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que a ação prova que a medida "tem de ser imposta" a Moscou, o que não será exatamente fácil se ele não quiser entrar em guerra com Putin.

Mais cedo, em entrevista ao principal jornalista russo que cobre o Kremlin, Pavel Zarubin, o porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, havia dito que as conversas mediadas pelos EUA estão avançando bem, mas que é cedo para esperar uma trégua.

O mal-estar com a gestão Trump em Kiev só faz crescer, após o americano ter alinhado seu discurso sobre os motivos da guerra com os de Putin e abrir negociações. Nas últimas semanas, o republicano tem demonstrado impaciência com o russo, mas não deixou de colocar a Ucrânia na parede.

Na sexta (11), os ucranianos receberam os novos termos da Casa Branca para um acordo de exploração mineral conjunto. Na prática, Trump voltou à ideia de cobrar de Kiev o que ele considera uma dívida pela ajuda bilionária ao país nos três anos de guerra, e quer fazê-lo explorando seu subsolo. Zelenski não aceitou a proposta da primeira vez, mas está crescentemente enfraquecido no debate. A imprensa ucraniana descreveu o acordo como neocolonialista.

Para piorar, o mesmo Kellogg que criticou o ataque havia concedido uma entrevista ao jornal britânico The Times em que disse que a solução para o conflito deve lembrar o que ocorreu com Berlim após a Segunda Guerra Mundial: a divisão do território em zonas de influência.

Nesse desenho, forças franco-britânicas ficariam em áreas do centro para o oeste da Ucrânia, e as de Zelenski, entre elas e uma zona desmilitarizada de 30 km de largura. A leste e a sul, estariam os territórios já ocupados por Putin, cerca de 20% do país vizinho.

Além disso, até aqui Putin rejeita qualquer ideia de presença militar de países da Otan, a aliança militar ocidental, no vizinho. A diplomacia americana acredita que ao fim o Kremlin irá ceder.

Negociação com EUA continuará indireta, diz Irã

O Irã disse neste domingo (13) que continuará negociando com os EUA sobre o programa nuclear de Teerã de forma indireta, por meio do sultanato de Omã. A declaração ocorreu após a primeira reunião de alto nível entre os países sobre o tema em anos.

O regime iraniano também afirmou que o único tema a ser discutido será o nuclear. Os países não têm relações desde 1980.



Papa participa do Domingo de Ramos no Vaticano sem auxílio de oxigênio

Pontífice, que se recupera de uma pneumonia, fez breve aparição e saudou multidão de sua cadeira de rodas ao fim da missa Tiziana Fabi/AFP

Eufrázio

mundo

Tarifaço também é uma questão de gênero

Guerra comercial de Trump penaliza da consumidora a mulher no chão de fábrica

Bianca Santana

Doutora em ciência da informação, mestra em educação e jornalista. Autora de "Quando me Descobri Negra"

As tarifas de importação anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tais "tarifas recíprocas", têm dado o que falar, mas há um silêncio sobre o peso desproporcional para as mulheres.

O anúncio da nova política comercial, agora suspensa por 90 dias, com exceção da China, reforça desigualdades de gênero em escala internacional porque penaliza especialmente as mulheres.

Não é de hoje que especialistas nomeiam as "pink tariffs" (tarifas rosas) e escancaram o viés de gênero que estrutura o comércio global.

Produtos voltados ao público feminino, incluindo roupas, calçados e itens de cuidado pessoal, são sistematicamente tarifados com alíquotas superiores às dos produtos masculinos equivalentes. Como exemplo, nos Estados Unidos, cuecas são taxadas em 0,9%, e lingeries femininas em 2,1%. Coletes masculinos são tarifados em 8,5%, e os femininos, em 14%.

Somam-se a esses dados os salários menores recebidos pelas mulheres —em média, US$ 0,83 para cada dólar recebido pelos homens nos EUA— e teremos mais evidências de como as mulheres têm menos poder de compra. A tal neutralidade do mercado, que não beneficiaria nem prejudicaria indivíduos ou grupos específicos, escancara-se como ficção diante dos benefícios de quem dita as regras.

Além das consumidoras nos Estados Unidos, também são diretamente impactadas pelo tarifaço as mulheres do chamado Sul Global, trabalhadoras das indústrias que abastecem o mercado dos EUA.

Mais de 80% da força de trabalho nas fábricas de roupas é composta por mulheres, em empregos precários, com salários baixos e poucos direitos.

Quando as tarifas aumentam, o consumo cai, e elas são as primeiras a perder empregos.

As tarifas mais altas anunciadas por Trump recaem justamente sobre os países que exportam mais vestuário feminino.

O resultado é uma sobrecarga financeira estimada em US$ 2,77 bilhões por ano para as mulheres dos EUA —e o risco de desemprego para centenas de milhares de trabalhadoras em Bangladesh, no Vietnã e em países da América Latina.

Em um mundo no qual as mulheres são maioria entre as pessoas mais precarizadas, rever fundamentos aparentemente técnicos é necessário para fazer justiça. Não podemos esperar isso de Trump

Mas esse efeito dominó está previsto na estrutura legal e regulatória do comércio internacional. O sistema tarifário dos EUA, assim como em todo o mundo, é resultado de negociações feitas majoritariamente por homens, sem considerar os impactos para mulheres. Fenômeno nomeado pela advogada Susan Scadifi, diretora da Fashion Law Institute, de Nova York, como "microagressões financeiras".

Tarifas não são neutras. Dentre os inúmeros determinantes considerados para estabelecer alíquotas sobre produtos e serviços, o impacto de gênero nas políticas comerciais tem sido ignorado.

Essa é uma escolha política que perpetua e aprofunda desigualdades e não pode ser lida como não intencional ou efeito colateral.

Em um mundo no qual as mulheres são maioria entre as pessoas mais pobres e as mais precarizadas, rever fundamentos aparentemente técnicos é necessário para fazer justiça econômica. Não podemos esperar isso de Trump. Mas fica a dica aos que se nomeiam progressistas.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães SAB. Igor Patrick

Trump ameaça cortar verba de rede de museus por exibição de cultura afroamericana

Em decreto, republicano critica exposições que 'dividem americanos por raça'; historiadores defendem da autonomia do Instituto Smithsonian

Ana Bottallo

SÃO PAULO O governo de Donald Trump ameaça cortar fundos repassados aos museus do Instituto Smithsonian, uma das maiores instituições de pesquisa do mundo, por motivos ideológicos.

O instituto, com 175 anos de história, concentra 21 museus e um zoológico, mas o foco do debate seriam três dos seus equipamentos culturais: o Museu de História e Cultura Africana e Americana, o Museu Nacional de Arte Americana e o recente Museu de História das Mulheres Americanas, criado em 2020.

Em decreto publicado no dia 27 de março, o presidente disse ser necessário "restaurar a verdade e a sanidade na história americana, revitalizando instituições culturais e revertendo a disseminação de ideologias divisivas" e que houve, na última década, um "esforço concentrado para reescrever a história americana e adotar uma ideologia sem base factual".

Como ordem, Trump afirma que o Smithsonian deve trabalhar para impedir futuros financiamentos "de exposições ou programas que degradem valores americanos compartilhados, dividam os americanos por raça ou promovam ideologias inconsistentes com a lei federal".

O Instituto Smithsonian tem verba anual de aproximadamente US$ 1 bilhão (cerca de R$ 5,8 bilhões) e 62% de seu orçamento vem do governo federal, principalmente em pagamentos feitos pelo Congresso americano. São 6.300 funcionários federais empregados em seus centros, que juntos somam um acervo de mais de 157 milhões de itens, incluindo espécimes científicos, obras de arte, artefatos arqueológicos e etnográficos e demais objetos de relevância histórica, científica e cultural.

Poucos dias após o decreto, o diretor do Museu da História e Cultura Africana e Americana (NMAAHC, na sigla em inglês), Kevin Young, pediu demissão do cargo.

Um porta-voz não nomeado do museu confirmou a resignação à **Folha**. O motivo, segundo uma reportagem do The Washington Post, não foi relacionado ao decreto do presidente.

Pesquisadores e associações de historiadores se posicionaram contra o que chamam de censura. Em carta conjunta, mais de 31 organizações e entidades de educação dizem que o decreto "deturpa o trabalho dos museus e o envolvimento público com suas coleções e exposições e também interpreta de forma errada a natureza do trabalho histórico".

"Historiadores exploram o passado para entender como nossa nação evoluiu. Nós nos baseamos em uma ampla gama de fontes, o que nos ajuda a entender a história de diferentes ângulos de visão. Nosso objetivo não é nem a crítica nem a celebração; é aumentar nosso conhecimento sobre o passado de maneiras que possam ajudar os americanos a moldar o futuro", diz a carta.

A reportagem solicitou ao Smithsonian mais informações sobre o decreto de Trump e qual é o impacto da medida para a instituição, mas não obteve resposta.

+

Pré-historiador considera decreto do republicano um ataque à 'inclusão cultural'

Jean-Loïc Le Quellec, antropólogo e pré-historiador francês, criticou o decreto de Trump no jornal Le Monde. "A história do povoamento da América é objeto de inúmeros trabalhos. É um mundo de uma riqueza muito grande. Trump, com sua ordem, pede para 'dar as costas' a tal movimento. Mas a verdade nunca é alcançada por decreto", afirmou Le Quellec à **Folha**.

ELEIÇÕES NA ÁFRICA

Líder de golpe de Estado vence pleito presidencial no Gabão

LIBREVILLE | REUTERS Brice Oligui Nguema, que liderou um golpe de Estado no Gabão em agosto de 2023, venceu a eleição presidencial realizada no sábado (12) com 90,35% dos votos, de acordo com os resultados provisórios anunciados neste domingo (13) pelo ministro do Interior do país.

O resultado consolida o poder de Nguema 19 meses após o golpe que pôs fim a mais de meio século de governo da família Bongo.

O adversário mais destacado de Nguema entre os oito candidatos era Alain Claude Bilie By Nze. Ele obteve 3,02% dos votos totais, segundo os dados provisórios.



Mianmar celebra Ano Novo de luto por terremoto que matou 3.600

Monjas com estátua de Buda recuperada de convento destruído; 2 milhões demandam ajuda, diz ONU Sai Aung Main/AFP

YouTube lucra com propagandas de sites ilegais de apostas online

Anúncios são direcionados para quem faz buscas por vídeos de jogos; plataforma afirma que conteúdo está em análise e que atualizou suas políticas de publicação

Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O YouTube, maior plataforma de vídeos do mundo, tem lucrado com a divulgação de sites ilegais de apostas online no Brasil, apesar da proibição de que essas empresas façam propaganda no país e de um acordo assinado com o governo brasileiro para remoção de conteúdo.

Parte das bets que fazem propaganda na plataforma consta, inclusive, na lista da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) como irregulares e sem autorização para operar no país.

Procurado, o YouTube afirmou que o conteúdo denunciado pela **Folha** está em análise e que, desde setembro de 2024, atualizou suas políticas de publicação.

A propaganda no YouTube é direcionada para quem faz buscas por vídeos de apostas. A reportagem constatou que a plataforma oferece anúncios de sites ilegais, como o "jogo do tigrinho", a cada três vídeos sugeridos.

É fácil identificar as empresas ilegais. Parte delas promete bônus em dinheiro ao se cadastrar, o que é proibido pela legislação brasileira. Nenhum possui o domínio "bet.br", exclusivo de quem tem a licença no Brasil.

Ao clicar na propaganda, o usuário entra numa loja virtual e um aplicativo é instalado no celular, que direciona para o site ilegal e libera as apostas. O cadastro só demanda um número de telefone e senha. Não há exigência de identificação do apostador ou comprovação de idade.

Alguns endereços ilegais ainda têm conseguido burlar bloqueio nas lojas virtuais —onde é comum que sejam listados com "classificação livre", em desacordo com a proibição para menores de 18 anos.





Anúncios aceitos pelo YouTube mostram oferta de dinheiro para usuários; além de sites serem ilegais, prática também é vetada Reprodução/YouTube

A legislação determina que as empresas paguem uma outorga de R$ 30 milhões ao governo federal e se comprometam com uma série de regras (como políticas de combate à lavagem de dinheiro), para poder operar no Brasil e fazer publicidade. Além disso, precisam pagar impostos pelos seus lucros, o que não ocorre com bets não autorizadas.

Os aplicativos encontrados pela **Folha** são registrados por empresas de Hong Kong assim como os contratantes da publicidade no YouTube, apesar de divulgarem que têm licença obtida em Curaçao, ilha no Caribe que abriga o cadastro de várias casas de apostas que atuam pelo mundo.

Uma das formas de escapar da fiscalização é o lançamento de novos sites ilegais quando os endereços anteriores são derrubados pelas autoridades. Como o principal intuito é aplicar golpes, não há expectativa de fidelizar o cliente, e os sites são registrados com variações de números e siglas genéricas.

Nas redes sociais, usuários denunciam fraudes de bets ilegais, por não conseguirem sacar o dinheiro depositado ou pela instalação de vírus em seus aparelhos ao acessarem as plataformas.

A rotatividade é grande e é difícil precisar quantos atuam de forma ilegal e fazem publicidade.

Um dos aplicativos identificados pela reportagem é de uma suposta desenvolvedora chamada Ballet Lyn, lançada em 31 de março de 2025. Ele direciona para a 666bet.com, bloqueada desde outubro no Brasil. Outro, de uma desenvolvedora batizada como Naftalielijah, foi inserido nas lojas virtuais neste mês.

O YouTube, que pertence ao Google, recebe dinheiro para publicar esses anúncios. Os valores e alcance não são divulgados.

A divulgação de propaganda de sites sem licença no Brasil é ilegal e pode render multa de R$ 50 mil a R$ 2 bilhões, como explica o advogado Luiz Felipe Maia, que atua no setor. "Isso exige um processo administrativo, que precisa ser iniciado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda", disse.

O advogado ressalta que o Marco Civil da Internet preserva as plataformas da divulgação de conteúdo ilegal pelos usuários, mas a empresa pode ser punida pelas publicidades que veicula.

O YouTube afirma que, para anunciar, é necessário concordar com essas políticas, ter uma licença do Ministério da Fazenda ativa e certificação prévia do Google Ads. "Quando identificamos uma violação, agimos imediatamente suspendendo o anúncio e, se for o caso, bloqueando a conta do anunciante", disse a empresa.

A SPA (Secretaria de Prêmios e Apostas) afirmou que o YouTube reforçou regras para retirada de conteúdo depois de reuniões com a pasta. O órgão ressaltou que há atuação conjunta com o Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária e com o Conselho Digital, que representa grandes empresas de tecnologia, para combater a publicidade ilegal.

"É importante ressaltar também que a SPA já conseguiu, junto à Anatel, o bloqueio de mais de 11 mil sites ilegais", informou.

Em março, o YouTube determinou a remoção de lives de usuários com conteúdo de apostas que infrinja a legislação. Secretário de Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, do Ministério do Esporte, Giovanni Rocco diz que a empresa vive um descompasso e cobra que se ajuste à legislação.

O presidente da ANJL (Associação Nacional do Jogo Legal), Plínio Lemos Jorge, diz que a entidade tem informado os órgãos de fiscalização sobre os endereços de sites ilegais.

Como cassinos online e 'tigrinho' foram liberados

O COMEÇO
As apostas esportivas de quota fixa foram liberadas pela primeira vez no Brasil no final do governo Temer (MDB). A lei previa regulamentação até 2022. O governo Bolsonaro (PL), porém, não avançou com a pauta, e as apostas explodiram sem fiscalização

NOVO COMEÇO
No início do governo Lula (PT), o Ministério da Fazenda enviou um projeto de lei para regulamentar o mercado. O relator Adolfo Viana (PSDB-BA) incluiu no texto a previsão dos "jogos online", categoria que abarca os cassinos virtuais

TRAMITAÇÃO
O Senado chegou a restringir a liberação dos cassinos online e contemplar só as apostas esportivas. Mas quando o texto voltou à Câmara, a previsão foi reestabelecida

REGULAMENTAÇÃO
Desde 1º de janeiro de 2025, apenas as empresas autorizadas pela Fazenda podem oferecer o jogo no Brasil legalmente



Suspeitos de envolvimento com milícia em Duque de Caxias (RJ) são rendidos pela polícia durante festa Divulgação/Polícia Civil do RJ

Nove suspeitos de integrar milícia são presos em festa no RJ

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu nove pessoas neste domingo (13) durante uma festa em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Segundo a polícia, eles são suspeitos de envolvimento com uma milícia que atua em conjunto com a facção TCP (Terceiro Comando Puro).

O TCP age no tráfico de drogas e é a facção de Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão, líder do Complexo de Israel e considerado um dos traficantes mais procurados do estado.

A ação foi realizada após informações de inteligência apontarem a reunião dos suspeitos, que celebravam o aniversário de integrantes do grupo.

Políticos fazem ofensiva em 4 frentes contra cotas para trans na Unicamp

Justiça e Promotoria foram procuradas e dois projetos estão protocolados na Assembleia Legislativa; medida não tiraria vagas do vestibular, diz universidade

Bruno Lucca

SÃO PAULO Políticos atuam em quatro frentes para barrar a oferta de cotas para pessoas trans, travestis e não binárias na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), aprovadas no dia 1º.

A instituição não é a primeira a anunciar reserva de vagas do tipo em solo paulista, mas todas as outras são federais.

Justiça e Ministério Público foram procurados contra a norma. Um projeto de lei e uma proposta de decreto legislativo estão protocolados na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) também visando derrubá-la.

Primeiro, o vereador da capital Rubinho Nunes (União) acionou o Tribunal de Justiça para questionar a resolução. A ação popular foi protocolada no dia 2.

"A Unicamp usurpou a competência do Congresso Nacional ao criar um critério de acesso baseado em identidade de gênero, sem qualquer respaldo legal. Essa política, além de inconstitucional, discrimina os demais candidatos que também enfrentam desigualdades e não podem concorrer a essas vagas", argumenta.

Já no dia 4, o deputado estadual Guto Zacarias, correligionário de Rubinho, enviou uma carta ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, solicitando uma ação direta de inconstitucionalidade.

Segundo ele, a novidade confere tratamento desigual a candidatos e não encontra respaldo em legislação estadual ou federal. Zacarias diz que cabe ao Legislativo criar projetos do tipo.

Em resposta às críticas recebidas, a Unicamp argumenta que as cotas para pessoas trans, travestis e não binárias não irão tirar vagas da chamada ampla concorrência do vestibular. Ou seja, ninguém será prejudicado.

Segundo José Alves de Freitas Neto, responsável pela comissão de vestibular da instituição, os cursos tentarão criar vagas adicionais para as cotas. Quando isso não for possível, explica, haverá uma redistribuição das vagas exclusivamente via Enem.

"A expectativa é que tenhamos 120 vagas para pessoas trans, travestis e não binárias, sendo que aproximadamente 80 deverão ser adicionais/novas", afirma ele.

A Constituição garante à universidade autonomia didático-científica, acadêmica e financeira.

Rapidamente, o tema chegou também à Alesp. No dia 3, o deputado Tenente Coimbra (PL) protocolou um projeto de lei para proibir a reserva de cotas para candidatos trans, travestis, intersexo e não binários em universidades estaduais. A proposta seguirá para análise das comissões temáticas e, caso necessário, votada em plenário. Depois, precisa da sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

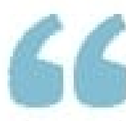
A justificativa apresentada por Coimbra segue a mesma linha da de Zacarias e Nunes.

É, porém, uma proposta do deputado Tomé Abduch (Republicanos) que mais anima os contrários às cotas. Na última segunda (7), o parlamentar apresentou um decreto legislativo para suspender os efeitos da decisão da Unicamp.

Abduch diz que a instituição, como autarquia, integra o Executivo, de modo que seus atos devem respeitar os ditames legais, também sujeitando-se à aprovação pelo Legislativo.

O decreto é votado pelos deputados e, havendo maioria, começa a valer, sem precisar de sanção do governador.

A Unicamp vem denunciando ataques online e presenciais de manifestantes ligados a movimentos políticos de direita contrários à aprovação de cotas para pessoas trans, travestis e não binárias.



A expectativa é que tenhamos 120 vagas para pessoas trans, travestis e não binárias, sendo que aproximadamente 80 deverão ser adicionais/novas

José Alves de Freitas Neto
diretor da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) da Unicamp

STF

Dino mantém veto à troca de nome da GCM para Polícia Municipal em SP

BRASÍLIA O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), manteve neste domingo (13) o veto à mudança de nome da GCM (Guarda Civil Metropolitana) para Polícia Municipal.

Dino se manifestou nos autos de um recurso apresentado pela Fenaguardas (Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais), no qual a entidade buscava reverter decisão do Tribunal de Justiça.

A decisão do TJ atendeu a uma ação movida pelo procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. Na avaliação dele, a criação de polícias municipais afronta as Constituições federal e estadual.

A mudança de nome foi aprovada pela Câmara Municipal em março. No dia seguinte, a gestão Ricardo Nunes (MDB) expôs no centro da cidade uma viatura com o nome de Polícia Municipal estampado na lataria.

Em sua decisão, Dino afirmou que o nome "é um elemento essencial da identidade institucional".

"Equivaleria a autorizar estados ou municípios a modificar livremente a denominação de outras instituições cuja nomenclatura é expressamente prevista na Constituição Federal."

A Fenaguardas argumenta que a alteração apenas agrega outra nomenclatura, sem desnaturar o órgão.

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO
EDITAL
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - 90003/2025. Nº Processo: 021.00001932/2025-00. Objeto: Fornecimento e instalação de carroceria do tipo baú em alumínio, com plataforma elevatória de carga e adesivagem para caracterização do veículo. Total de Itens Licitados: 01 (um) Valor total da licitação: R$ 137.864,72 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais, e setenta e dois centavos). Disponibilidade do edital: 14/04/2025. Horário: das 09h00 às 16h00. Endereço: Av. Morumbi 4.500 - Morumbi - CEP 05650-905 - São Paulo - SP Link do PNCP: www.compras.sp.gov.br Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 90001/2025 - Processo SEI: 6030.2025/0000971-5.
Objeto: Contratação de Empresa para Elaboração de Projeto Executivo e Obra para Manutenção e Melhorias de Espaço Público, localizado na Av. Escragnolle Dória, 875 - Jd. Vila Formosa - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - Data/horário sessão de abertura: 09/06/2025 às 10h00 - Local: https://www.gov.br/compras - Documentação/Retirada do Edital: https://www.gov.br/compras - https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br - Painel de Negócios.

CIDADE DE SÃO PAULO
SAÚDE
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES
A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.
PROCESSO: 6018.2025/0029142-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90364/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO: LIMA HEDSTROEN 25MM NR.25, LIMA KERR 25MM NR.30, PAPEL CARBONO. A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das 09h00 do dia 08 de maio de 2025, a cargo da 3ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/0029111-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90371/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICOS: BROCAS DIAMANTADAS DIVERSAS. A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das 09h00 do dia 09 de maio de 2025, a cargo da 3ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/0037404-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90363/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS (SOLUÇÕES ORAIS E DERMATOLÓGICAS). A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das 09h00 do dia 29 de maio de 2025, a cargo da 10ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6110.2024/0014761-4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90382/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CAGE LOMBAR TIPO ALIF E CAGE CERVICAL TIPO STAND ALONE COM ENTREGA EM CONSIGNAÇÃO COM COMODATO DE INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDIMENTO DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE DE NEURO/ORTOPEDIA, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SP, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00, do dia 05 de maio de 2025, a cargo da 3ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6110.2025/0003711-0 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90373/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OPME CLIPADOR AUTOMÁTICO DE 10 MM COM ENTREGA EM CONSIGNAÇÃO, NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL, a serem utilizados nas Unidades Hospitalares pertencentes à SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SP, para o período de 12 (doze) meses. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00, do dia 28 de abril de 2025, a cargo da 6ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/0037774-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90379/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS LACOSAMIDA 200 MG, LEVETIRACETAM 1000 MG, FENOBARBITAL 40 MG/ML, DULOXETINA E MEMANTINA PARA CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS - AÇÃO JUDICIAL. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 28 de abril de 2025, a cargo da 9ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/0038868-0 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90377/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL - CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG, COMPRIMIDO; AÇÃO JUDICIAL - PANTOPRAZOL 20 MG; AÇÃO JUDICIAL - PANTOPRAZOL 40 MG; AÇÃO JUDICIAL - ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIDRATADO, 40 MG. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 28 de abril de 2025, a cargo da 10ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/0038942-2 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90374/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FRASCO DE PLÁSTICO PARA ASPIRAÇÃO/COLETOR DE SECREÇÃO 1000ML. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00, do dia 28 de abril de 2025, a cargo da 12ª CPL/SMS.

CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES
ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/SUB-CT/2025 - PROCESSO SEI 6035.2024/0002065-0
OBJETO: Prestação de serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial, Copeiragem e manutencionista, com fornecimento de mão de obra especializada, fornecimento de materiais e equipamentos para as unidades da Subprefeitura Cidade Tiradentes, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e outros instrumentos correlatos, podendo ser prorrogáveis conforme art. 107 da Lei 14.133/2021 - Data/hora da sessão 30/04/2025 às 10h00 - Download do edital: https://www.gov.br/compras - (UASG nº 925071), informações adicionais no e-mail pct@...prefeitura.sp.gov.br

CIDADE DE SÃO PAULO
SAÚDE
AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90009/2025/CRSN - Processo SEI nº 6018.2024/0061994-0
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES 24, para atender as necessidades das Unidades de Saúde, pertencentes à Coordenadoria Regional de Saúde Norte - Data/hora da sessão pública: 08:00 horas do dia 30/04/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90011/2025/CRSN - Processo SEI nº 6018.2024/0053428-6
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES 17 (CÂMARA FRIA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINA), para atender as necessidades das Unidades de Saúde, pertencentes à Coordenadoria Regional de Saúde Norte - Data/hora da sessão pública: 08:00 horas do dia 29/04/2025 - Local: https://www.gov.br/compras - Download dos editais: https://www.gov.br/compras e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Norte, local de realização do pregão, sito à Rua Paineira do Campo, 902 - Santana - CEP 02012-040.

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CNPJ 71.832.679/0001-23
32ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
71ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, ficam os Senhores Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, convocados para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2025, às 15h00, na sede da Companhia, localizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:
A) Assembleia Geral Ordinária
1. Tomar a conta dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024
2. Eleger os membros do Conselho Fiscal;
B) Assembleia Geral Extraordinária
1. Fixação da remuneração dos membros dos órgãos societários;
2. Alteração do Estatuto Social nos artigos 3º, para refletir o aumento do capital social, artigo 8º, nos termos do Decreto nº 64.219, de 08 de maio de 2019, alterado pelo Decreto estadual nº 67.435, de 01 de janeiro de 2023 e inclusão do artigo 52 referente à verba de sucumbência a advogados e empregados, autorizando a respectiva consolidação de seus termos.
3. Outros assuntos de interesse da sociedade.
São Paulo, 14 de abril de 2025.
Alexandre Akio Motonaga - Presidente do Conselho de Administração
CPTM Secretaria dos Transportes Metropolitanos SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Eufrázio

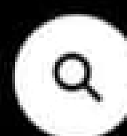


TODAS AS EMOÇÕES
DO UNIVERSO
EM UM SÓ LUGAR

Agora você pode aproveitar com o UOL Play todo o conteúdo do Universal+.

As melhores séries e filmes, do drama à comédia, da ação à aventura, no UOL Play você encontra tudo isso e muito mais.

Assine com o UOL Play
e descubra o bom de ser adulto

UOL.COM.BR/UNIVERSAL 



A morte do Oil Man

Já pensou se fossem condenar quem pedala de sunga no Rio de Janeiro?

Giovana Madalosso

Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras

Parece até que foi combinado com o destino. No último 29 de março, aniversário de Curitiba, morreu um de seus cidadãos mais lustres e ilustres: Nelson Rebello, conhecido como Oil Man. Não há um curitibano que não tenha visto ou ouvido falar do sujeito que pedalava pela cidade com o corpo todo besuntado de óleo, vestindo apenas uma sunga, mesmo quando os termômetros marcavam 1ºC.

Em outras cidades do Brasil, Oil Man poderia passar batido, mas não em Curitiba. Uma parte da população simpatizava e a outra se indignava com o sujeito. Ele mesmo conta, em entrevistas, que era muito xingado pelas pessoas. Nas ruas e nas redes. Meus ouvidos de curitibana são testemunha. "Indecente." "Viado." "Pervertido." "Se pelo menos fosse uma mulher." "Atentado ao pudor, deveria ser preso."

Já pensou se fossem condenar quem pedala de sunga no Rio de Janeiro? Da noite para o dia, 10% da população no xadrez. Metade dos frequentadores de Copacabana no xadrez. Em São Paulo, se vissem Oil Man, iriam achar que era ação de alguma marca de bronzeador. "Que propaganda genial, vai ganhar Cannes". "Abram alas para o marketing de produto". Em Minas Gerais não iam dar bola: mais um que sua subindo as vias íngremes.

Só uma cidade mais fria para se incomodar com a sunga alheia. O que não era necessariamente ruim para o Oil Man, já que foi o estranhamento da população que o fez famoso, a ponto de ser entrevistado por Jô Soares, usando apenas a sunguinha e, graças à importância da ocasião, uma gravata borboleta.

Num mundo em que tudo precisa fazer sentido, em uma cidade em que muitas pessoas se ruborizam até com a estátua do Homem Nu, Oil Man foi um viva ao nonsense. Um oleoso desbunde!

Mas afinal, por que ele andava dessa maneira? Em outra entrevista, o besuntado conta que, quando jovem, foi à praia e amou a sensação da brisa no corpo, do contato com a natureza. Andar de sunga na cidade foi uma tentativa de reproduzir isso e ainda pregar a sua "teoria de bem-estar", disseminando a importância de exercícios e vida ao ar livre.

Tenho a sensação de que o discurso veio depois do personagem. E digo personagem porque era assim que Nelson falava: ele, o Oil Man, em terceira pessoa. Uma espécie de herói de si, que acabou por se tornar o líder —não estou brincando— da Sociedade dos Homens Óleo, composta pelo colega Oil Rambo, sunga e faixa vermelha na cabeça, e Lupicínio Meião, sunga amarela e meias até o joelho.

Em um documentário, Oil Man conta para seus parceiros que vai fazer uma cirurgia. Com medo de morrer, revela um segredo: a receita do óleo bronzeador, feito em um caldeirão à base de alcachofra, cenoura e rosas. Em sua casa simples, onde ele aparece com roupas puídas, também vemos, como se fosse em um museu, uma sunga em uma caixa de acrílico.

Uma semana depois de sua morte, meu irmão vestiu uma sunga de oncinha e se juntou a outros ciclistas para fazer uma pedalada em sua homenagem.

Ao contrário do que Nelson pensava, seu maior legado não é o culto à vida ao ar livre, mas à irreverência. Num mundo em que tudo precisa fazer sentido, em uma cidade em que muitas pessoas se ruborizam até com a estátua do Homem Nu, Oil Man foi um viva ao nonsense. Um oleoso desbunde! E uma lembrança do que um homem é capaz de fazer para escapar do anonimato e da indiferença e se tornar imortal à sua possível maneira.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sergio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SAB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho



Rosy Araújo é assistente administrativa pela cota de vítimas de violência doméstica Pedro Ladeira/Folhapress

Cota para mulheres vítimas de violência doméstica chega a empresas e órgãos públicos

Instituições já adotam ações afirmativas com objetivo de promover independência de trabalhadoras; ministério estuda ampliar reserva

VIDA PÚBLICA
TODAS

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO Rosinalda Araújo, 39, estava grávida do filho mais velho quando decidiu denunciar o ex-marido por violência doméstica pela primeira vez. No mesmo ano, enquanto o filho ainda era bebê, foi agredida a ponto de entrar em coma por sete horas.

Após esse episódio, Rosy, como é conhecida, foi encaminhada pela Justiça a uma casa abrigo para vítimas de violência, onde ficou por um mês. Segundo ela, o ex-marido foi condenado à prisão, mas, por ser réu primário, ficou na cadeia por poucos meses.

Um tempo depois que ele saiu, os dois reataram o relacionamento. Ficaram juntos por 15 anos, até se separarem, em 2023.

"Tiveram diversos momentos que achava que ele ia me matar, que eu ia deixar meus filhos. Mas eu dei [a ele] outras oportunidades, era o meu primeiro relacionamento e não tinha experiência nenhuma", afirma.

"Eu precisava mostrar para amigos e parentes que tinha uma vida boa, um marido maravilhoso e uma família perfeita."

Ao longo do casamento, Rosy enfrentou agressões físicas e psicológicas enquanto tentava escapar da relação, permeada pela dependência emocional. Moradora de Brasília, ela não contava com uma rede de apoio por perto, já que sua família vive no Piauí.

Aos poucos, com a ajuda de serviços voltados a vítimas de violência, Rosy foi ganhando forças. Hoje trabalha como assistente administrativo em um ministério do governo federal.

"Nesse órgão público, não tenho preguiça de levantar para trabalhar, venho feliz. Aqui, eu respiro", diz. "Minha mente está bombando, mas não de coisas ruins. Vão sair concursos agora e estou sonhando com isso. Não vou deixar minha vida parada por conta do que passei lá atrás."

Rosy foi beneficiada pela cota para mulheres vítimas de violência doméstica, instituída por decreto em 2023 no governo federal. Hoje, a política é adotada em diferentes entes federativos, poderes e até empresas públicas.

As ações são aplicadas para vagas terceirizadas, com objetivo de promover independência financeira para ajudar as vítimas a escapar de reações abusivas.

No governo federal, empresas que vencem licitação precisam ter 8% das profissionais da cota.

Para contratar, as companhias buscam órgãos de políticas para mulheres, que, por sua vez, contatam as vítimas para oferecer vagas. Todo o processo é anonimizado, sem que o governo saiba quem entrou pela cota ou não.

Para implementar a ação afirmativa, cada estado precisa fazer um acordo de cooperação técnica com o governo federal. Até agora, 15 estados em todas as regiões do país já aderiram, incluindo AM, BA, ES, GO, PB e RS.

As cotas são aplicadas em licitações com pelo menos 25 vagas. Isso é um desafio, já que boa parte dos editais oferece menos de dez vagas, de acordo com Kathyana Buonafina, secretária-adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão.

A pasta prepara uma atualização do decreto para que licitações menores possam contratar mulheres pela ação afirmativa. Além disso, os 8% passariam a ser uma cifra mínima de reserva de vagas, o que incentivaria instituições a contratarem mais.

"Boa parte do PIB brasileiro vem de contratações públicas. Se a gente induz o mercado a promover ações de equidade de gênero, mudamos o comportamento das empresas, para abrir caminhos e trazer prosperidade a várias mulheres no país inteiro."

O Distrito Federal foi um dos primeiros a firmar o acordo com o Ministério da Gestão para adotar a cota, pela proximidade física com os órgãos de poder, de acordo com Giselle Ferreira, secretária da Mulher no estado.

O estado também apoia órgãos como o Superior Tribunal de Justiça e o Senado Federal, cada um com suas próprias ações afirmativas para mulheres vítimas de violência. Ao todo, há 220 profissionais contratadas devido à cota em diferentes instituições no DF.

Mesmo contratada, a funcionária permanece recebendo apoio dos equipamentos públicos, como ajuda psicológica e acesso a serviços de assistência social. "O enfrentamento da violência passa pela autonomia financeira", diz Ferreira. "A secretaria é a porta de entrada, já que a gente recebe essas mulheres que estão passando por situação de vulnerabilidade. A empregabilidade é a porta de saída."

Além do governo federal, oito estados criaram decretos para implementar as cotas: RN, BA, MA, PB, RJ, SC, PR e SE.

Além de instituições de Estado, ao menos uma empresa pública adotou a política. A Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) estabeleceu, no último concurso, cota de 2% para em vagas como engenheira e psicóloga. Fátima Techy, que chefiou a comissão do certame, afirma que percentual previsto em lei "tem que ser revisto e ampliado, tanto quanto as demais cotas."

Para ter direito à ação afirmativa, a candidata tem de estar com uma medida protetiva.

ambiente

Profissionais do Instituto Jacaré capturam animal para pesquisa na lagoa de Jacarepaguá, no bairro na zona oeste do Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Projeto monitora jacarés perdidos em área de avanço imobiliário no Rio

Animais vivem perto de condomínios e escapam para ambientes urbanos; poluição causa desequilíbrio entre machos e fêmeas e ameaça reprodução, alerta biólogo

DIAS MELHORES

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO Moradores de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, bairros do Rio de Janeiro localizados entre lagoas e oceano, estão acostumados com a presença de jacarés-de-papo-amarelo em ambientes urbanos. Eles já foram vistos em edifícios, hospitais, clubes e até na passarela de uma avenida.

Os dois bairros cresceram a partir da década de 1970, quando grandes condomínios foram erguidos, estendendo a construção à beira dos terrenos pantanosos, característica original do solo daquela parte da cidade.

O biólogo Ricardo Freitas Filho, 45, criou em 2009 o Instituto Jacaré, que hoje mapeia os animais da região. Ele é chamado por síndicos e administradores quando algum jacaré é encontrado em ambiente não natural.

Isso tem acontecido cada vez mais, em razão da expansão imobiliária, segundo ele. "Os jacarés são os moradores nativos da área, que cresceu rápido, nem sempre sob controle", diz.

A região administrativa de Jacarepaguá tinha 612.621 habitantes em 2022, segundo dados do IBGE. Em 1991, eram 389.302. A região administrativa da Barra da Tijuca tinha 462.423 moradores em 2022; em 1991, eram 98.791.

Deste crescimento, boa parte dos prédios é licenciada pela prefeitura, mas também entram no cálculo as construções irregulares, algumas patrocinadas pela milícia, segundo a polícia.

Em 2021, um morador da Gardênia Azul gravou em vídeo o momento que um jacaré arrastava o corpo de um homem pelo rio.

Em fevereiro deste ano, a Seop (Secretaria Municipal de Ordem Pública) demoliu um galpão comercial de 330 metros quadrados construído ao lado de um refúgio de vida silvestre em Vargem Pequena, na zona oeste.

A região, segundo a Seop, sofre influência do crime organizado. A secretaria afirmou que a construção não tinha licença.

Para Freitas Filho a expansão da cidade em direção aos pântanos da zona oeste causou desequilíbrio na população animal.

"Na minha tese de doutorado mostrei ter capturado 213 machos (78%) e 65 fêmeas (21%), além de 90 jacarés juvenis, que não dá para identificar o sexo. A taxa de crescimento dos jacarés teve valor negativo, o que reforça a hipótese de que a população está diminuindo", diz o biólogo.

"A discrepância entre machos e fêmeas pode ter relação com o aumento dos poluentes. Esse sedimentos elevam a temperatura da água, e o aumento da temperatura afeta a determinação sexual dos embriões."

A água a partir de 31,5°C eleva a probabilidade de produção de machos dentro dos ovos. Já águas mais frias dão mais possibilidade de nascimento às fêmeas.

A concessionária Iguá, responsável pela distribuição de água nos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, assinou um contrato que determina o uso de R$ 250 milhões para melhorias no complexo lagunar de Jacarepaguá.

O contrato prevê a dragagem da lagoa ao longo de três anos. No primeiro ano, 282 toneladas de sedimentos foram retirados, diz a empresa. A Iguá também planeja a instalação de coletores de tempo seco para interceptar o esgoto nas tubulações, evitando o despejo in natura nas lagoas.

A construtora Carvalho Hosken foi símbolo da expansão da Barra da Tijuca, a partir dos anos 1970, com o conceito dos bairros planejados. Península e Ilha Pura (vendido em 2024 ao BTG Pactual), dois dos empreendimentos mais famosos, ficam próximos às lagoas. Durante as obras, especialistas diziam que o Ilha Pura estava perto de uma área formação de ninhos de jacarés.

Em nota, a Carvalho Hosken afirma que, durante o processo de licenciamento, estudos "não identificaram áreas de nidificação ou locais específicos de reprodução de fauna dentro da área do empreendimento".

"A implantação do Ilha Pura respeitou integralmente as faixas marginais de proteção da lagoa, mantendo áreas preservadas e corredores ecológicos."

A Carvalho Hosken afirma ainda que as associações de moradores dos bairros planejados têm um protocolo de convivência responsável. A orientação é acionar os órgãos ambientais. Ainda conforme a construtora, os avistamentos são esporádicos.

Freitas Filho e dois auxiliares fazem trabalhos noturnos na lagoa de Jacarepaguá. Encontram sofás, garrafas, fios e sacolas. Às vezes, acham caçadores também: grupos em pequenos barcos que capturam jacarés para comer.

Na noite em que a reportagem acompanhou o trabalho, o Instituto Jacaré capturou para análise três animais, todos machos. O maior tinha cerca de 1,5 metro. Para atraí-los, o grupo emite um som gutural, como um engasgo, semelhante ao som dos jacarés.

A atuação dos biólogos consiste em capturar os répteis para medição e análise. Os animais são amarrados com fita na boca e nas patas, para evitar acidentes. Uma vez imobilizados, são medidos, pesados e identificados como macho ou fêmea.

Os biólogos também tiram um pedaço de dois ou três centímetros da pele dos animais para análise laboratorial. Lá, conseguem saber, segundo Freitas Filho, a idade e a influência dos materiais poluentes no seu crescimento. A mesma análise é feita com jacarés resgatados em ambientes urbanos.

O Instituto Jacaré é chamado por donos de empreendimentos, mas a atribuição de resgate é do Corpo de Bombeiros. De 1º de janeiro a 11 de março, 79 jacarés foram salvos por bombeiros em todo o estado.

R$ 250 milhões

é o valor do contrato que a concessionária Iguá, responsável pela distribuição de água em Jacarepaguá e na Barra da Tijuca, assinou para melhorias no complexo lagunar de Jacarepaguá

79

jacarés foram salvos por bombeiros em todo o estado do Rio entre 1º de janeiro e 11 de março

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados ou ligue 11 3224-4000 classificados@grupofolha.com.br

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES

AMANDA
[illegible]

saúde

80% das pacientes com câncer de colo do útero começam tratamento após prazo legal

Estudo do Observatório de Oncologia analisou dados do SUS de 2019 a 2023; ministério contesta número, citando variação entre os casos

SAÚDE PÚBLICA

Laiz Menezes e Cláudia Collucci

SÃO PAULO Um estudo do Observatório de Oncologia aponta que 80,5% das mulheres atendidas com câncer do colo do útero na saúde pública iniciaram o tratamento com radioterapia após o prazo legal de 60 dias, com uma média de 117 dias de espera. A pesquisa analisou dados do SUS (Sistema Único de Saúde) entre 2019 e 2023. Esse é o terceiro tipo de câncer com maior risco de morte entre as mulheres.

No período, foram 251 mil atendimentos de quimioterapia para 54.290 pacientes em tratamento. Na radioterapia, o total foi de 53 mil atendimentos para 47 mil pessoas. Quanto ao tratamento inicial, 33,7% das mulheres fizeram terapia combinada (quimioterapia e radioterapia), enquanto 31,8% receberam apenas cirurgia e 13,8% somente radioterapia.

O estudo, publicado em fevereiro, mostrou que, entre as mulheres que iniciaram o tratamento apenas com radioterapia ou de forma combinada, o tempo de espera ultrapassou o limite previsto na Lei 12.732/2012. A legislação prevê que o primeiro tratamento oncológico no SUS deve começar em até 60 dias após o diagnóstico.

Em nota, o Ministério da Saúde diz que devido à variação entre os casos de câncer do colo do útero, à falta de dados sobre o estadiamento [processo de avaliar a extensão e o local de um câncer no corpo] e à imprecisão na data de indicação da radioterapia, "não é possível afirmar com certeza que 80% das pacientes começam o tratamento com radioterapia após 60 dias da indicação".

"Os dados gerais sobre o tratamento radioterápico no Brasil demonstram uma deficiência no número de procedimentos realizados em relação aos casos esperados de câncer em geral. Essa insuficiência já foi identificada pela atual gestão do Ministério da Saúde", afirma.

A pasta do governo Lula (PT) diz ainda que tem atuado, em conjunto com estados e municípios, para lançar um conjunto de medidas de curto, médio e longo prazo nas próximas semanas. "O objetivo é criar uma lista nacional que integre a demanda dos pacientes, permitindo a regionalização da oferta e estruturando um sistema que organize a linha de cuidado do câncer, garantindo um tratamento radioterápico mais acessível e eficiente".

Uma análise da ImpulsoGov, organização sem fins lucrativos que atua na gestão pública com uso de dados e tecnologia, mostra que, na última década, houve redução de quase 60% da taxa de tumores detectados em fase tardia no SUS. Em 2013, o estádio 4, o mais avançado da doença, representava 59,6% dos casos. Em 2024, essa fatia caiu para 24,4%.



Consultório em Indaiatuba, interior de SP, que realiza exame para detecção de HPV, que causa câncer de colo do útero Zanone Fraissat - 13.dez.21/Folhapress

A mesma análise aponta que os desafios de enfrentamento a esse tipo de câncer no SUS já começam na prevenção, de responsabilidade da atenção primária.

Só 0,48% dos municípios brasileiros atingiram a meta de cobertura do exame preventivo (conhecido como papanicolau) preconizada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que é de 80% ou mais entre as mulheres de 25 a 64 anos a cada três anos.

Pelos parâmetros do Previne Brasil, um programa de financiamento da atenção primária criado no governo de Jair Bolsonaro (PL) e encerrado em abril de 2024, só 7,4% dos municípios alcançaram 40% de cobertura do exame, que era a meta.

Disponível no SUS, o exame detecta nos estágios iniciais as possíveis alterações nas células do colo do útero que podem evoluir para o câncer. Segundo Juliana Ramalho, gerente de saúde pública da ImpulsoGov, várias hipóteses explicam a baixa cobertura. "Tem mulher, por exemplo, que não quer fazer o exame em uma unidade básica de saúde, prefere ir a uma clínica popular e pagar porque é mais fácil de marcar, o resultado sai rápido", afirma.

Nesses casos, como não há compartilhamento de dados entre a saúde pública e a privada, a informação de que a mulher já fez o seu exame preventivo não aparece nos sistemas do SUS, e as taxas de cobertura do município ficam muito abaixo da meta.

Nina Melo, pesquisadora e coordenadora do Observatório de Oncologia, diz que quanto mais tarde o tratamento é iniciado, mais difícil se torna controlar a doença, o que aumenta as chances de óbito. Além disso, o agravamento da doença exige tratamentos mais agressivos que comprometem ainda mais a saúde e a qualidade de vida das pacientes.

"A detecção do câncer e o início do tratamento são como uma cadeia. Se o diagnóstico é tardio e o tratamento também começa tardiamente, é como um efeito dominó que só piora. Por isso, é essencial melhorar os indicadores de diagnóstico e garantir o início do tratamento no tempo oportuno", afirma.

Oncologista no Hospital Israelita Albert Einstein, Fernando Maluf explica que a realização periódica do papanicolau e a vacinação contra o vírus HPV, que causa a doença, são essenciais para detecção precoce e prevenção.

"A vacina protege em mais de 90% a 95% das vezes alguém que ainda não teve contato com o vírus, mas a cobertura vacinal não passa de 50% no Brasil."

No Brasil, são vacinadas crianças e adolescentes de 9 a 14 anos contra o HPV. Para Maluf, é importante que seja feita a vacinação nas escolas, porque muitos pais não sabem que precisam imunizar seus filhos.

"A melhor janela de oportunidade para a vacinação é dos 9 aos 14 anos nos meninos e meninas, que é quando você ainda não teve contato com o vírus por meio da relação sexual", aponta.

O projeto Saúde Pública tem apoio da Umane, associação civil que tem como objetivo auxiliar iniciativas voltadas à promoção da saúde

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

RENAN BARREIROS DE MACEDO (1990 - 2025)

Dizia que não cresceu para seguir sempre palmeirense

Torcedor ficou conhecido pela página Pomerense, que o aproximou de ídolos

Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO Em uma postagem, Renan Barreiros de Macedo comentava sobre sua condição: "Diziam que eu seria corintiano quando crescesse, nasci anão".

A afirmação reúne duas de suas principais características: a paixão pelo Palmeiras e o humor para lidar com a sua rotina. Além da baixa estatura, o nanismo diastrófico, com o qual foi diagnosticado, causava problemas de locomoção.

Seus últimos passos foram aos cinco anos, época em que chegou a jogar bola com amigos de sua idade. Em Poá, na Grande São Paulo, onde vivia, sua família teve dificuldades de encontrar uma escola de ensino básico que o aceitasse. A solução foi ir para Taquarituba, onde a mãe nasceu, para ser alfabetizado numa escola de lá. De volta à região metropolitana, foi mais fácil conseguir uma escola para o menino já alfabetizado.

As dificuldades de locomoção nunca foram um empecilho para que fosse ao estádio. Quando morava em Mogi das Cruzes, muitas vezes saía sozinho de casa para ir ao estádio, paixão que herdou de seu pai, José Braz, morto no ano passado.

Renan começou a ficar conhecido entre os torcedores inclusive pela solidariedade que precisava algumas vezes para chegar ao estádio e voltar para casa. Para os pais, era importante que ele fizesse o que tinha vontade, mesmo que tivesse de enfrentar os problemas de acessibilidade comuns em muitas cidades brasileiras.

No início da década passada, a ligação com o alviverde começou a virar trabalho, quando criou com outros amigos uma rádio especializada no clube pela internet. Animado com a incursão pela comunicação, ele decidiu cursar a faculdade de jornalismo. Mas o que o tornou famoso no meio da torcida e entre os jogadores foi a página Pomerense, que trata com humor sobre o cotidiano palmeirense, muitas vezes com um texto caricato para o personagem.

O projeto deu tão certo que ele chegou a realizar o sonho de comprar um apartamento na zona leste da capital paulista.

Também atuou para a criação do plano para PcDs do Avanti, programa de sócio-torcedor do Palmeiras, e o aperfeiçoamento do setor de cadeirantes do Allianz Parque.

Seu humor fez com que se aproximasse de alguns de seus ídolos, como os goleiros Fernando Prass e Marcos. Renan morreu no último dia 26 de março. Deixou a mãe Clotilde e os irmãos Darverson, Davi, Reginaldo, Márcia e Mara.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito folha.com/mortes. Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).



Pomerense no Instagram



São Paulo empata pela terceira vez em três rodadas e ouve vaias

O São Paulo saiu na frente do Cruzeiro em gol de cabeça de Ferreirinha, mas levou o empate por 1 a 1, em chute de Kaio Jorge; a equipe tricolor, que foi vaiada, tem três pontos em três rodadas no Brasileiro Marco Galvão/Cruzeiro

Com uso de IA, aplicativos prometem democratizar o acesso dos jovens aos clubes

Por meio de apps como Footbao e Cuju, atletas são avaliados por algoritmos a partir de gravações de vídeos e indicados a equipes

Lucas Bombana

JOINVILLE Um novo e tecnológico caminho passou a ser a aposta de jovens que sonham com uma carreira no futebol. Em vez de tentar a sorte nas tradicionais peneiras dos clubes, alguns dos aspirantes a atleta profissional têm jogado suas fichas em programas com inteligência artificial.

Aplicativos como Footbao e Cuju se valem da tecnologia para fazer a ponte entre os garotos —que muitas vezes não teriam as condições necessárias para comparecer às peneiras— e os clubes em busca de reforços.

Por meio dos apps, os jovens gravam vídeos com o celular, nos quais demonstram habilidades como controle de bola, chute, passe, velocidade e força.

Com base nas gravações e em ferramentas de inteligência artificial, analistas de desempenho se encarregam de fazer uma primeira avaliação. Na outra ponta, os clubes monitoram pelas telas aqueles que mais despertaram sua atenção e fazem convites para períodos de treinamentos.

"A Footbao tem como objetivo dar oportunidade aos jovens e democratizar as seletivas, além de atender aos clubes com a identificação de talentos", afirmou Euler Victor, diretor de futebol da Footbao. "Caso o jogador se encaixe na demanda, é direcionado ao clube, que o recebe para um período de treinamento."

A plataforma mantém parcerias com cerca de uma dezena de clubes, entre eles Avaí, Goiás, São Bernardo e Ypiranga.

Fundada na Suíça por Boris Collardi, ex-CEO do banco de investimento Julius Baer, e por Francesco Ciringione, da empresa de investimentos First Consulenza AG, a Footbao conta em seu banco de talentos com a jovem zagueira Glória Gasparini, de 16 anos, que atua nas categorias de base do Corinthians e foi convocada recentemente para a seleção brasileira sub-17.

A plataforma também levou em abril cinco atletas que se destacaram com base nos algoritmos para um período de treinamento no Lecce, da primeira divisão da Itália, que tem Collardi como um de seus acionistas.

"Em muitos casos, as crianças são negligenciadas no processo de seleção. Algumas jogam em escolinhas, mas outras, não. E não há oportunidades suficientes para crescer, ter bons treinadores, desenvolver suas habilidades", afirmou Sven Muller, diretor de marketing do Cuju.

O app foi desenvolvido pela Rogon, empresa do agente alemão Roger Wittmann, responsável pela carreira de nomes como Joelinton e Roberto Firmino.

O Cuju —nome que remete a um jogo praticado na China nos anos 200 A.C., considerado um precursor do futebol— desenvolveu uma ferramenta de inteligência artificial com base em movimentos de milhares de jogadores profissionais, que servem como parâmetro para ranquear os melhores vídeos. O volante Luiz Gustavo, do São Paulo, atuou como consultor do projeto.

Aqueles que mais se destacam são chamados para partidas em campo reduzido para ser observados por um júri formado por ex-jogadores e olheiros.

Etapas preliminares ocorreram em Florianópolis, Blumenau e Joinville. Os melhores se classificaram para a final, que será realizada em junho, em Itajaí, no centro de treinamento do Barra FC, clube que disputa a primeira divisão do Catarinense e a Série D do Campeonato Brasileiro.

Consultor de marketing esportivo e professor do Insper, Eduardo Corch disse que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, há inúmeros talentos em regiões remotas que não conseguem entrar no radar.

Ele assinalou, contudo, que há limitações a ser consideradas.

A avaliação por vídeo é superficial, pois não permite observar aspectos como tomada de decisão sob pressão, leitura tática e comportamento coletivo, ponderou Corch, acrescentando que há ainda o risco de edições tendenciosas, que comprometem a confiança do processo.

E, embora a proposta seja inclusiva, barreiras tecnológicas ainda afastam atletas sem acesso a equipamentos adequados ou apoio técnico para produzir um conteúdo profissional.

"O grande desafio está em equilibrar tecnologia com avaliação humana, garantindo credibilidade", afirmou o consultor.

O repórter viajou a convite do Cuju

As lições dos dois Dérbis de sábado

As mulheres alviverdes venceram pela manhã, e os homens triunfaram à noite

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

No sábado (12) de manhã, no Parque São Jorge, as Palestrinas ganharam das Brabas, de virada, no último minuto, por 2 a 1, em Dérbi tenso, truncado e de boa qualidade quando a bola rolava.

À noite, em Barueri, o Palmeiras ameaçou massacrar o Corinthians e se limitou a passear na vitória por 2 a 0 sem correr o menor risco, além de mandar bola na trave e ter gol anulado por impedimento.

Surpresa mesmo não houve, embora as Brabas fossem favoritas por jogar em casa, apesar de já há um bom tempo a hegemonia alvinegra no futebol de mulheres ter ido para o espaço.

Coincidência ou não, a queda das Brabas começou na atual gestão, se é que se possa chamar de gestão o que faz Augusto Melo —mais para congestão e boletim de ocorrência.

Lembremos que nas semifinais do Paulista de 2023 as Brabas golearam as Palestrinas por 8 a 0.

Verdade que de lá para cá a diretora Cris Gambaré e o técnico Arthur Elias trocaram a nebulosa farra corintiana pela farra nebulosa cebefiana, além de os demais clubes terem andado para a frente enquanto o Corinthians dava marcha à ré.

No futebol dos homens, será injusto dizer que o alvinegro andou para trás. Porque o atual desgovernante pegou o clube em situação tão miserável que seria impossível recuar ainda mais, só ir para a frente, mesmo se em direção do abismo.

"Ah, mas ganhou o Paulistinha", diz a torcida desnorteada Nanofiel, do corintiano que pensa pequeno, contenta-se com pouco, adere ao me engana que eu gosto e sorri feito hiena.

Enquanto o rival do outro Parque se renova, assimila uma derrota chata no campeonato estadual e nada além disso, porque pensa grande, na Libertadores, no Mundial que ainda lhe falta, o Corinthians padece com sucessivas gestões desastrosas e permanece convivendo com aqueles que o apunhalaram pelas costas, em benefício dos próprios bolsos, ao construir dívida assombrosa.

Nesta terceira década do século 21 o Palmeiras só tem crescido, e o Corinthians, apequenado-se, dirigido por homúnculos na diretoria e nos conselhos repletos de medíocres, com as exceções de praxe

Augusto Melo está intimado a ir depor nesta quarta-feira (16), como investigado, no inquérito policial da famigerada Vai de Bet e suas ramificações com o PCC. Também serão interrogados os ex-diretores administrativo e de marketing, Marcelo Mariano e Sérgio Moura, respectivamente —este último é aquele que prometeu processar meio mundo e não processou ninguém.

As reações ao resultado, de resto normal, do Dérbi masculino dizem muito sobre o que foi o jogo e sobre em que universo vivem palmeirenses e corintianos.

Os realistas alviverdes felizes com a vitória, mas capazes de reclamar que foi de pouco, desperdiçada a chance de golear o maior rival.

Os iludidos alvinegros tristes com a derrota, mas aliviados ao reconhecer que poderia ter sido de muito, tal a ameaça de derrota humilhante.

Porque nesta terceira década do século 21 o Palmeiras só tem crescido, e o Corinthians, apequenado-se, dirigido por homúnculos na diretoria e nos conselhos repletos de medíocres —com as exceções de praxe, cada vez mais excepcionais, contraditoriamente em menor número.

O problema, fique claro, não está em perder dois Dérbis no mesmo dia; o problema está em ter perdido o rumo, a vergonha na cara e a coragem de botar para fora todos os responsáveis pela miséria instalada.

DOM. Tostão, Juca Kfouri SEG. Juca Kfouri
TER. **Sandro Macedo** QUA. Tostão QUI. Juca Kfouri
SEX. No Corre/O Mundo é uma Bola SÁB. Marina Izidro

Eufrázio





Nadya Araújo Guimarães, que é coordenadora de projeto internacional sobre cuidado Danilo Verpa/Folhapress

Nadya Araújo Guimarães Brasil precisa cuidar de seus cuidadores; falta regulamentação profissional

Professora da USP afirma que país deve deixar de olhar apenas direitos de públicos como crianças e idosos, nos quais é referência internacional, e dar atenção também a provedores de atenção, com 'política de respiro'

TODAS

Angela Boldrini

SÃO PAULO Para a professora Nadya Araújo Guimarães, da USP (Universidade de São Paulo), o Brasil precisa começar a cuidar de quem cuida.

Ela afirma que, apesar da criação de estatutos que garantem os direitos de crianças, adolescentes e idosos, leis existentes desde a redemocratização e que são hoje referências internacionais, falta olhar para a outra ponta do problema.

"Mas o foco estava em quem? No beneficiário. Os provedores de cuidado, desses ninguém cuida", diz a pesquisadora de sociologia do trabalho e coordenadora-geral do projeto internacional "Who Cares?" (Quem se importa?, em português), do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Os anos de pesquisa, que envolvem seis países em torno do mote "reconstruindo o cuidado em um mundo pós-pandêmico", serão apresentados em um colóquio na USP entre esta segunda-feira (14) e quarta-feira (16).

Nadya diz que o conceito de "crise do cuidado" surgiu em países desenvolvidos a partir da percepção do descompasso entre a oferta e a demanda por cuidadores, o que teria a ver com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. No Brasil, ela argumenta, o panorama é diferente.

"As mulheres negras têm uma presença na busca de trabalho muito significativa e muito anterior à das mulheres brancas", afirma. São essas mulheres que se tornaram a força de trabalho de cuidado, diz ela, e que vivem muitas vezes sem regulamentação profissional.

"Você não tem nenhuma regulação com respeito à formação e à certificação profissional das cuidadoras", diz. Segundo a pesquisadora, um estudo que acompanhou as trajetórias daquelas que fizeram o curso da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) para cuidadoras no Rio de Janeiro mostrou que o risco de desemprego caiu notavelmente.

*

O cuidado só começa a aparecer como objeto de estudo na sociologia nos anos 1990, embora já houvesse teóricas feministas que discutissem, por exemplo, o trabalho não remunerado feminino antes. Por que demorou tanto para haver interesse nessa questão? Realmente, o feminismo foi fantástico em sublinhar essa coisa do trabalho não remunerado das mulheres. Essa agenda estava inteiramente posta desde os anos 1970, com muita força, mas o interessante é que "cuidado" não aparece como uma categoria de enlace.

Quando essa categoria aparece, o que a gente ganha? Por que a gente precisa disso, se já vinha falando desses assuntos antes? Eles caminhavam em vias paralelas: o trabalho não remunerado das mulheres, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o envelhecimento. Quando esse campo se constitui, ele interliga essas várias discussões. Esse é o grande atrativo.

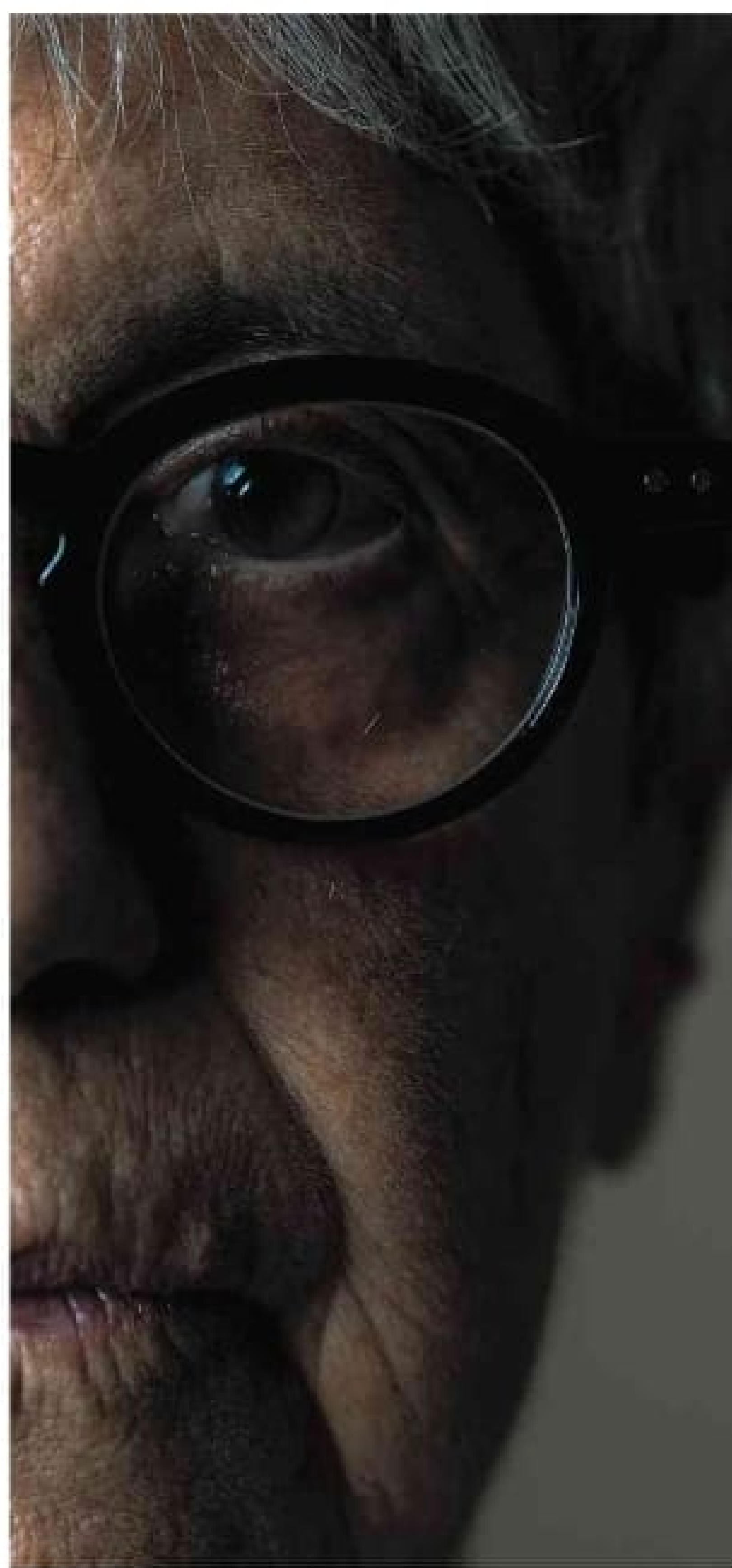
Nas políticas públicas, essa categoria de "enlace" demorou ainda mais para ser utilizada —embora políticas de cuidados, como creches, existam há muito mais tempo. Na prática, qual a diferença de pensar essas políticas sob esse guarda-chuva do cuidado? A palavra-chave é "transversalidade". O problema das creches não é um problema só das creches, é um problema que é das escolas, mas é um problema também das mulheres e do modo de sua inserção no mercado de trabalho, então, requer ação concertada.

O que é que essas políticas e sistemas de cuidado resgatam? A ideia de que o cuidado é um bem público. Por mais que a Constituição diga que o cuidado é um problema da família, e, se a família não funciona, o Estado entra, a

Nadya Araújo Guimarães, 75

Salvador, 1949

Professora do departamento de Sociologia da USP e pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Doutora em sociologia pela Universidade Nacional Autônoma do México. Autora dos livros "Care and Pandemic: a Transnational Perspective" (cuidado e pandemia: uma perspectiva transnacional, Brill, 2024) e "O Gênero do Cuidado. Desigualdades, Significações, Identidades" (Ateliê, 2020), entre outros.





gente está vendo na prática que não pode ser assim.

Não é somente um problema de crianças menores, de idosos, de pessoas descapacitadas. A pandemia mostrou isso. Todos nós, em algum momento da vida, dependemos de cuidado e provemos cuidado.

Já que falamos sobre a pandemia, foi nessa época que cresceram os debates sobre uma "crise do cuidado". O que a sra. entende por "crise do cuidado"? A gente tem uma carência de oferta de provimento de cuidado, porque as senhoras que estavam em casa, calmas, quietinhas, que não trabalhavam, agora resolveram ir trabalhar, né? E a população envelhece.

Então as pessoas estão vivendo mais, e as mulheres que estavam em casa estão no mercado de trabalho. Isso chamou atenção para essa ideia de crise no sentido de escassez no provimento. Isso foi o tom com que a discussão entrou nos países do Norte Global.

E como fica o Brasil nessa ideia de "crise do cuidado"? As nossas mulheres trabalhavam muito para outras mulheres, desde muito tempo. Existe uma racialização na entrada no mercado de trabalho que é notável. As mulheres negras têm uma presença na busca de trabalho muito significativa e muito anterior à das mulheres brancas.

Há um acionamento de uma força de trabalho feminina e negra, especialmente nas tarefas de cuidado, desde sempre. Antes escravizado, depois mercantilizado, mas sempre foi trabalho.

Além disso, no Norte Global a entrada das mulheres no mercado de trabalho anda de braços dados com a externalização do cuidado, com as creches, as escolas integrais, os centros de acolhimento de idosos.

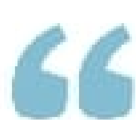
Não é o caso entre nós. "Desfamiliarizar" não significa sempre externalizar, porque estamos muito aquém quanto às creches, por exemplo. Você desfamiliariza criando um mercado ao interior da casa. Quem tem dinheiro, contrata a faxineira, a cuidadora, o jardineiro, o motorista. E existe um mercado imenso.

É uma outra configuração, com suas desigualdades, mas não é possível falar de uma crise de cuidado da mesma forma que no Norte Global.

Ao mesmo tempo, a necessidade de cuidado desfamiliarizado não é exclusiva das classes altas no Brasil. Como isso entra na questão? Quem não tem dinheiro usa as "casas de tomar conta". Eu tenho o meu filho, mas eu volto do trabalho muito depois que ele volta da escola. Então eu peço para a minha vizinha buscar e ficar com ele.

Aí outra vizinha diz: "Já que você tá cuidando de fulana, você não pode pegar o meu também?". De repente, ela se descobre cuidando de cinco, e diz: "Eu vou precisar de alguma ajuda, porque os meninos precisam comer alguma coisa". Aí já começa a ter uma circulação de bens e monetária, e aquilo que era uma relação de ajuda entre amigas vira um pequeno negócio.

O mercado vai entrando pelas frestas e vai se instalando porque o Estado está ausente, porque a creche não tem um horário adequado. Se você não tem uma política transversal, você não consegue alinhar o horário da escola e do trabalho, por exemplo.



Não é somente um problema de crianças menores, de idosos, de pessoas descapacitadas. A pandemia mostrou isso. Todos nós, em algum momento da vida, dependemos de cuidado e provemos cuidado

As políticas de respiro, em que um agente público vai lá ficar com o idoso para a mulher que cuida sair um pouco, até para fazer nada, são fundamentais

O mercado vai entrando pelas frestas e vai se instalando porque o Estado está ausente, porque a creche não tem um horário adequado

Como o Brasil pode implementar essas ações transversais de cuidado? O caso do Brasil é um desafio, porque a gente criou estruturas institucionais sólidas, como o SUS (Sistema Único de Saúde), e o Suas (Sistema Único de Assistência Social).

Ou seja, quando você pensa uma política de cuidado, no caso brasileiro, você não pode competir com as estruturas da educação, da saúde e da assistência, que são um ganho da redemocratização.

Isso é diferente, por exemplo, do caso do Uruguai. No caso do Uruguai, você constituiu um Sistema Nacional Integrado de Cuidado onde a política de cuidado puxava as outras instâncias, articulando-as. Muito mais fácil, porque você estava partindo de uma estrutura de gestão pública onde você não tinha esses pilares. A existência desses pilares é um ganho, mas é um desafio para construir uma política transversal.

Como a sra. avalia a Política Nacional de Cuidado? Ela tem duas coisas que eu acho que são muito importantes. Uma é o princípio de proteger quem cuida. A partir da redemocratização, nós tivemos muito cuidado com quem precisa de cuidado. Todo o nosso esforço foi proteger a criança e o adolescente e o idoso. Fizemos estatutos lindos, saímos lindos na foto internacional.

Mas o foco estava em quem? No beneficiário. Os provedores de cuidado, desses ninguém cuida. Você não tem nenhuma regulação com respeito à formação e a certificação profissional das cuidadoras.

Tem um estudo que acompanhou trajetórias de mulheres no Rio de Janeiro que fizeram o curso da Fiocruz para cuidadoras, que é dos melhores do Brasil, e o risco de desemprego cai notavelmente.

O outro ponto forte é o do trabalho não remunerado. É preciso ter "política de respiro", porque tem uma dimensão emocional de sofrimento, de perda de vida pública para quem cuida. As políticas de respiro, em que um agente público vai lá ficar com o idoso para a mulher que cuida sair um pouco, até para fazer nada, são fundamentais.

Há um desafio que é a disputa pela parcela do orçamento que cabe a essa política. Outro desafio é como isso chega no nível municipal, porque a coisa não acontece no gabinete em Brasília, é na periferia, no município.



Católicos participam de celebrações do Domingo de Ramos em Minas Gerais

Fieis caminham em procissão pelas ladeiras de Ouro Preto, em Minas Gerais, neste Domingo de Ramos; o cortejo rememora a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e antecede as celebrações da Páscoa, com a paixão, a morte e a ressurreição de Cristo Ane Souz /Fotoarena/Agência O Globo

FOLHA CARREIRAS

Luana Franzão
Estagiária de Newsletter

As cinco mentiras mais contadas em currículos

Veja nesta edição da newsletter como os recrutadores sabem que você está sendo desonesto; especialistas alertam que credibilidade é o bem mais precioso

Quais são as mentiras mais contadas pelos candidatos a vagas no mercado? A consultoria de carreiras Robert Half fez esse levantamento, que trago na edição de hoje.

1 Experiência profissional
Inventar ou inflar cargos anteriores é a campeã no ranking de currículos inflados. Lembre-se que mentir não é só inventar algo do zero! Acrescentar funções que você nunca executou ou exagerar na importância do cargo também é desonesto.

2 Habilidades técnicas
Se no seu currículo está escrito "Excel Básico" e você não sabe nem a fórmula de soma, pode apagar a função do CV.

3 Proficiência em idiomas
O mesmo vale para idiomas. Falar "the book is on the table" não significa que você tem proficiência no inglês.

4 Histórico educacional.
Não vale acrescentar ao seu histórico uma série de certificados de cursos que não fizeram tanta diferença na sua trajetória. Escolha aqueles que acrescentaram algo relevante na sua formação —estes, sim, são muito apreciados pelos recrutadores.

5 Motivos para desligamentos
Ser demitido não é nada legal e todo mundo sabe. Por isso mesmo, é melhor ser honesto sobre o que aconteceu quando você ocupava outra posição.

Credibilidade é o bem mais precioso na vida profissional. "O mercado se conhece", alerta Otávio Lima, gerente da consultoria. Você pode até achar que é bobeira, mas uma mentirinha pode te acompanhar em outras entrevistas, empregos e tudo mais.

E, segundo o especialista, não é tão difícil assim perceber quando um candidato não está sendo totalmente honesto. Os recrutadores estão preparados para procurar inconsistências no currículo e na entrevista —a prática é mais comum do que parece, apesar de não recomendada.

Atenção! Aí vão alguns passos que os recrutadores tomam para garantir que não estão sendo enrolados pelos candidatos.

Uma análise profunda do currículo: ver se as experiências fazem sentido com as habilidades e funções citadas. Também procuram entender se as datas batem e se a história contada ali é coerente.

Algumas vagas têm testes e dinâmicas para verificar o nível técnico. É uma forma eficiente de excluir que não atinge o patamar desejado.

A entrevista é o momento em que o recrutador vai tentar compreender tudo o que viu sobre você até agora: seu currículo, o resultado dos seus testes, seu portfólio. Ele pode fazer algumas perguntas que colocam em cheque as informações fornecidas pelo candidato.

Um último recurso é buscar as referências da pessoa. Falar com ex-gestores e ex-colegas para saber mais sobre a convivência e o trabalho executado por você.

Eu queria tanto aquela vaga. O que eu faço? Vamos supor que uma empresa que você sempre sonhou em trabalhar abriu uma posição que lhe cabe direitinho. O tal do "match" seria perfeito, mas... Você não tem uma das exigências da vaga. A única solução é desistir?

Não, você pode e deve tentar a vaga, segundo o gerente da Robert Half. Contudo, seja honesto e saiba que a ausência de alguma habilidade pode te prejudicar no processo.

"O entusiasmo e a vontade de fazer acontecer também contam na hora de escolher alguém", afirma o especialista.

É melhor dizer, por exemplo, que ainda não é fluente em determinado idioma, mas que está disposto a aprender por aquela posição, do que mentir. "Capiche"?

Nada é irremediável. Por que não investir algum tempo para aprender as demandas do mercado? O melhor caminho para não ser desonesto no currículo é adquirir as habilidades mais exigidas.

Demissão... Não é motivo de vergonha. Caso tenha sido desligado da última posição que ocupou e o motivo da saída seja questionado pelo recrutador de uma nova empresa, seja sincero. O RH sabe como funciona o mercado de trabalho e não vai te julgar.

Fui pego. Como agir? Bom, agora que o malfeito está feito, só resta pedir desculpas e tentar explicar o porquê de ter agido mal.

O mais importante é não tentar criar outra história falsa para atenuar a anterior, o que deterioraria ainda mais a credibilidade já abalada.

Não é possível garantir que o chefe entenderá os motivos que o levaram à mentira. Contudo, a honestidade é o único remédio para a relação.



Conselhos de CEO
Vinicius Mendes Lima, 39 anos
CEO do Grupo Besouro

Meu primeiro emprego Foi como voluntário da Junior Achievement, no Rio Grande do Sul.

O que eu faria diferente Teria estudado mais sobre finanças e crédito.

Um erro do qual não esqueço Acreditar, em algum momento, que pessoas ricas e influentes queriam de fato me ajudar, quando, na verdade, estavam interessadas em resolver os problemas delas mesmas.



Acesse o QR Code para se inscrever

Eufrázio

ilustrada

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2025 B1






Medo e morte

Artista Carlos Zilio, baleado e preso pela ditadura, revê horror dos anos de chumbo em obras que jorram sangue em mostras pelo país Leia na pág. B4

Desenho de Carlos Zilio
Daniel Mansur/Divulgação

Eufrázio

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

RITO RETOMADO

A procuradora-geral de Justiça do Amazonas, Leda Mara Albuquerque, designou a promotora de Justiça Tainá dos Santos Madela para atuar na ação que a advogada criminalista Catharina Estrella move contra o promotor Walber Luís do Nascimento. Em uma audiência, ele a comparou a uma cadela.

AGORA, SIM A ação estava parada há mais de um ano porque dez promotores e um juiz se declararam suspeitos para analisar o caso. Depois que a coluna revelou os fatos, o corregedor-nacional do Ministério Público, Ângelo Fabiano Costa, entrou em contato com o MP do Amazonas para entender a demora. A promotora então foi designada.

LUPA Costa afirma que "continuará acompanhando de perto o caso para garantir a atuação do Ministério Público no processo".

COMPARAÇÃO O episódio ocorreu em setembro de 2023, durante uma sessão na 3ª Vara do Tribunal do Júri do Amazonas. Nascimento disse que comparar uma cadela à advogada seria uma "ofensa" ao animal. A fala, dita no momento da réplica da acusação, foi gravada e viralizou nas redes sociais.

QUEIXA Um mês depois, a advogada apresentou à Justiça uma queixa-crime contra ele. O juiz Carlos Henrique Jardim da Silva, que presidia a sessão, foi responsabilizado por omissão pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aplicou a ele, em fevereiro, a pena de censura.

VERGONHA Já o processo contra o promotor não avançou por causa dos sucessivos impedimentos declarados pelos colegas que deveriam se pronunciar sobre o caso. À coluna, a defesa da advogada, feita pelos advogados Alberto Zacharias Toron e Renato Marques, chegou a dizer que o comportamento dos representantes do Ministério Público era "vergonhoso" e que o caso poderia prescrever.

QUEDA A taxa de inadimplência no pagamento de condomínios no estado de São Paulo caiu pelo segundo ano consecutivo, atingindo 5,01% em 2024. Os dados foram levantados pela administradora imobiliária Lello com 3.500 condomínios.

QUEDA 2 O índice, que mede a porcentagem de boletos em aberto após 30 dias da data de vencimento, apresentou queda de 0,31 ponto percentual em relação a 2023, quando estava em 5,32%. Na comparação com 2022, quando o índice era de 6,24%, a redução chega a 1,23 ponto percentual.



FLASH

O diretor Esmir Filho fez um ensaio fotográfico assinado por Sergio Santoian para marcar o lançamento do seu filme "Homem com H", sobre Ney Matogrosso. Ele veste o mesmo terno que usou na estreia do seu primeiro longa, "Os Famosos e os Duendes da Morte", no Festival de Locarno, em 2009 Sergio Santoian/Divulgação









LEGADO

O ex-ministro da Fazenda Pedro Malan 1, um dos organizadores do livro "Estado, Economia, Desafios e Reformas Estruturais no Brasil", recebeu convidados no lançamento da obra na semana passada. A publicação reúne textos sobre o trabalho do ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia, morto em 2022. A viúva do homenageado, Maria Lúcia Guardia 2, marcou presença no evento na Livraria da Travessa do shopping Iguatemi, em São Paulo. Os ex-ministros da Fazenda Henrique Meirelles 3 e Mailson da Nóbrega 4 compareceram

Fotos Ronny Santos/Folhapress

BOLSO O número de CNPJs com dívidas protestadas em cartórios aumentou 29% em 2024, saltando de 9,6 milhões para 12,3 milhões. Os dados foram levantados pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB).

BOLSO 2 O protesto em cartório é o registro oficial da inadimplência. O crescimento é explicado por uma nova resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que exige que os órgãos públicos primeiro tentem protestar as dívidas antes de entrar com ações judiciais de execução fiscal, segundo o IEPTB.

PLIÊ O bailarino brasileiro Arthur Libertini, 21, foi contratado para a companhia Ópera de Kazan, da Rússia. Natural de Jundiaí (SP), ele é integrante da Cia. Jovem Bolshoi Brasil.

PLIÊ 2 Arthur realizou, no mês passado, uma audição com o diretor do grupo de dança na cidade russa. Participou também de uma apresentação com a companhia de balé. O jovem começou a estudar a modalidade aos 13 anos.

FALA A programação deste ano do Dia Mundial da Língua Portuguesa no museu de São Paulo que celebra o idioma terá como curadoras a cantora Ana Frango Elétrico e a poeta Luiza Romão. Elas foram escolhidas por serem consideradas revelações da cultura nacional.

FICHA Ana, que foi indicada ao Grammy Latino e já ganhou dois prêmios APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) com os álbuns "Little Electric Chicken Heart" (2019) e "Me Chama de Gato que Eu Sou Sua" (2023), será responsável pelo show de encerramento da data comemorativa, além de cuidar de toda a parte musical do evento. Já Luiza, vencedora do livro do ano no Jabuti de 2022 com "Também Guardamos Pedras Aqui", assumirá a curadoria da área de literatura.

FICHA 2 As atividades serão realizadas no dia 3 de maio, no Museu da Língua Portuguesa, na região central de São Paulo. A Cinemateca vai participar como colaboradora indicando a lista de filmes que serão exibidos no espaço cultural durante a celebração.

ENSINO O Instituto de Teatro Brasileiro (ITB) abre nesta segunda (14) inscrições para o seu curso gratuito de formação técnica em produção cultural e técnicas de luz, som e palco. As aulas serão realizadas na capital paulista e em Mogi das Cruzes, na Região Metropolitana de São Paulo. Ao todo, serão oferecidas 180 vagas.

ENSINO 2 Chamado de PTAC e criado em 2022, o programa já formou 650 alunos em 17 cidades brasileiras. Do total de estudantes, 55% conseguiram emprego na área em até três meses após a conclusão do curso.

com Karina Matias, Laura Intrieri e Manoella Smith



Pavilhão do Brasil na Expo, agora em Osaka, lembra os escritos do autor Davi Kopenawa

No megaevento feito no Japão, em que países mostram o seu 'soft power', espaço brasileiro tem a maior escultura de madeira do planeta

Detalhe do pavilhão brasileiro na Expo, em Osaka, no Japão Divulgação

Nelson de Sá

PEQUIM A pouco mais de uma semana da exposição mundial de 2025, em Osaka, no Japão, o pavilhão brasileiro pegou fogo. Foi logo apagado e, segundo a organização, de acordo com o que disseram a jornais, ninguém se feriu. O incêndio só danificou o teto.

Segundo a diretora artística Bia Lessa, não houve problema. "Teve um acidente num dos motores. Não danificou nada", disse, sobre o pavilhão,que foi aberto ao público neste domingo junto com toda a Expo, que dura seis meses.

Lessa conta que uma das inspirações para o teto foi o livro "A Queda do Céu", do xamã yanomami Davi Kopenawa. "Estou trabalhando com infláveis, em torno de 80", disse. "São umas árvores penduradas no teto, como se fosse uma brincadeira, uma inspiração em 'A Queda do Céu' e também essa coisa popular de que o céu vai cair sobre as nossas cabeças."

Os infláveis são meio homens, meio plantas. As paredes são cobertas de sacos de lixo. "Tudo isso respira o tempo inteiro. Ele é vivo, não é parado. E ele morre e renasce." O tema da exposição mundial é "Desenhando a Sociedade do Futuro para as Nossas Vidas". Para a diretora, "é a questão prioritária de todos nós, o momento de definição se existiremos".

No caso brasileiro, ela procura, "em vez de ficar fazendo só uma autopromoção das nossas riquezas naturais, fazer uma convocação de todos os países, um manifesto para uma ideia colaborativa". Até porque "o que está acontecendo com o mundo é um pânico, é muito assustador".

No espaço, ela busca lembrar o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, de quem foi próxima e que criou o pavilhão brasileiro para a Expo de 1970, na mesma Osaka. "Paulo fez um completamente aberto, um imenso espaço, e o nosso conversando com o dele."

O espaço agora é mais acanhado. Segundo Jorge Viana, ex-governador do Acre e hoje diretor da ApexBrasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, "antes estava previsto um projeto de 3.000 metros quadrados, que a gente reduziu para mil". E o projeto "focou bem o conceito da Expo", que ele descreve como os desafios para a vida no planeta. Estão sendo programados debates sobre a transição energética e o agronegócio.

Ouvido na visita de Estado de Lula a Tóquio, há duas semanas, Viana não havia conseguido levar o presidente até Osaka, mas a primeira-dama visitou e se encontrou com a diretora artística. "Janja gostou muito", disse ele.

Para além do Brasil, a Expo busca se inserir na linha histórica das exposições que anunciam vanguardas em arquitetura, mostrando a visão de futuro dos países. Nesse âmbito, o que mais impressiona, segundo Lessa, é o anel de madeira criado em torno de todo o espaço, localizado na ilha artificial de Yumenoshima.

De acordo com o arquiteto japonês Sou Fujimoto, que o concebeu, o grande anel "é um símbolo para o nosso tempo, o início do século 21, em que a diversidade ao redor do mundo parece estar se desfazendo". O projeto refletiria "o desejo de manter tudo unido, junto", das nações que se encontram na Expo para pensar sobre o futuro. O anel é a maior estrutura arquitetônica de madeira do mundo inteiro.

A Expo, em Osaka, busca se inserir na linha histórica das exposições que anunciam as vanguardas em arquitetura, mostrando a visão de futuro dos países. O que mais impressiona é o anel de madeira criado em torno de todo o espaço, na ilha artificial de Yumenoshima. De acordo com o arquiteto Sou Fujimoto, que o concebeu, o chamado grande anel é um símbolo para o início do século 21, em que toda a diversidade ao redor do mundo parece estar se desfazendo por completo a olho nu

Entre os pavilhões, os que mais vêm chamando a atenção desde a montagem são aqueles do Japão, o maior, e o da China. O japonês, que lembra um labirinto circular, também é uma estrutura de madeira, como o anel, e simbolizaria o ciclo da vida.

O design do pavilhão chinês lembra tiras gigantes de bambu, como aquelas em que eram escritos livros de 2.000 anos atrás. Os visitantes serão recebidos por um robô humanoide e verão atrações como as pedras trazidas da Lua pela missão Chang'e-6.

Já o pavilhão americano abraça o patriotismo como futuro e apresenta uma pedra lunar, trazida em 1972. "Esse dos Estados Unidos é uma coisa doida. Eu até falo que o meu ideal é que ninguém entre nele", afirmou Lessa.

A brasileira explica o motivo. "Tem dois LEDs gigantes com uma bandeira dos Estados Unidos passando a cara de Donald Trump. É uma coisa bem surreal."

Carlos Zilio questiona sentido político da arte com acidez e ironia em mostras

Artista baleado e preso na ditadura fez obras contra o regime militar e tem exposições em paralelo agora no Itaú Cultural, em São Paulo, e no Paço Imperial, no Rio de Janeiro



Desenhos sem título de Carlos Zilio feitos na década de 1970
Fotos Daniel Mansur/Divulgação

Beta Germano

RIO DE JANEIRO Março de 1970. Carlos Zilio participava de uma ação política com operários quando levou três tiros e foi preso. O evento mudaria sua percepção de mundo e produção artística.

Quem visitar a exposição "Carlos Zilio – A Querela do Brasil", organizada por Paulo Miyada no Itaú Cultural, em São Paulo, vai perceber que estamos diante de um artista camaleão que responde aos estímulos sociais, pessoais e teóricos que o perpassam, sempre questionando o sentido político da arte e o seu próprio papel como artista e cidadão.

Comece pelo segundo subsolo. Logo na entrada, a marmita metálica preenchida com o molde de um rosto sem feições particulares e a palavra "lute" é uma das obras mais icônicas do artista e marca a época em que ele criava metáforas criticando a alienação, a massificação e o anonimato dentro do sistema capitalista do nosso mercado.

"Eu começo toda a minha produção com arte política, mas não via sentido em mostrar esses trabalhos em museus. A ideia da marmita era fazer um múltiplo que seria uma espécie de panfleto a ser distribuído na porta das fábricas. Mas logo percebi que a marmita ainda era um veículo de dispersão da objetividade política. A partir de 1968, eu parei de fazer arte para fazer política", afirma o artista, em entrevista.

Continua na pág. B5

Eufrázio





Continuação da pág. B4

Depois de um curto período sem criar, ele voltou a desenhar na prisão. Carlos Zilio carregava a formação estética da nova figuração —movimento de artistas que desenvolviam expressões alegóricas de forte apelo gráfico e adotavam simbologias irônicas. Os 30 desenhos do cárcere, reunidos na segunda sala, se aproximam desse seu tratamento visual.

Dois anos e quatro meses depois, Zilio foi solto. Sabemos, no entanto, que a palavra "liberdade" tinha, naquela época, um significado difuso, e os artistas estavam sob uma constante vigília.

A partir do encontro com antigos e novos amigos, como Antonio Dias, Carlos Vergara, Waltercio Caldas e Cildo Meireles, Zilio voltou aos debates em torno do sistema da arte. "Nesse momento, queríamos desenvolver uma política cultural, e não partidária. Não queríamos fazer arte política, e sim politizar o meio arte."

Questões formais, traumas, pontuações políticas e problemáticas existenciais transitam pelas obras. Objetos de tortura, como agulhas, alicates e pregos, entram no repertório junto ao sangue — agora mais contido e certeiro. A primeira obra feita depois de sua soltura, um autorretrato composto por uma mancha vermelha e seu nome completo, dá o tom da sala seguinte, a mais dramática da mostra. É composta por três telas com poças rubras e painéis criados com lixas ou chapas de cobre.

Zilio foi um dos fundadores da revista Malasartes, fazendo parte de um grupo de artistas e pensadores que buscavam produzir um pensamento crítico do sistema e da história da arte no Brasil.

"O Brasil tinha uma tradição construtiva, mas o movimento estava apagado. Por isso, republicamos o 'Manifesto Neoconcreto', escrito pelo poeta Ferreira Gullar. Queríamos trazer de volta o que considerávamos peças estruturais da história da arte brasileira", acrescenta o artista.

No centro, esculturas elaboradas com blocos de madeira e serrotes materializam o estado de tensão daqueles anos. A estratégia se repete e se amplifica no primeiro andar da mostra, quando andamos entre os elementos de "Atensão", uma orquestra de objetos estabilizados por um jogo de equilíbrios de forças e pesos.

Zilio sai da tela e invade o espaço expositivo, criando situações conceituais e corpóreas que destacam a angústia e a inquietação diante de uma violência iminente. Tudo parece estar no lugar, mas há uma instabilidade no ar e as frágeis estruturas podem desmoronar a qualquer momento.

Na sala dos fundos do Itaú Cultural, uma série de desenhos e pinturas parecem, à primeira vista, arranjos formais tributários de seu interesse pela geometria, pela matemática ou pela história das vanguardas construtivas. Mas essa pesquisa, na obra de Zilio e na de muitos artistas da época, não acontece apenas por apetite plástico, mas também como um caminho para burlar a censura e destacar sentimentos de um país tomado por uma ditadura. Ideias como "cerco", "morte" e "medo" ganharam concretude no cotidiano e presença nos trabalhos.

As palavras "espaço-vida" também indicam uma sobreposição de questões pictóricas e conceituais. Se, de um lado, o artista estudava os limites do campo da tela, do outro elaborava a noção de território. A equação aparece, por exemplo, na obra chamada "Instante da Libertação". Poucos anos depois, ele aproveitou sua participação na décima Bienal de Paris para preparar uma estada estendida na capital francesa.

O exílio foi marcado por intensa produção intelectual e reflexões sobre as vanguardas na Europa e no Brasil. Ao retornar, em 1982, publicou "A Querela do Brasil: A Questão da Identidade na Arte Brasileira", livro que revisa aspectos do modernismo europeu e da formação desse movimento no Brasil, contestando sua retórica de identidade nacional e confrontando suas inovações estilísticas e temáticas com fragilidades políticas e sociais.

A teoria ressoou em sua pintura, e a sala dedicada a esse período exalta um Zilio mais colorido e lúdico, mas ainda assim preciso e ácido, que olhava para a primeira geração de modernistas com respeito e também receio.

Entre a homenagem, a ironia, a crítica, a mitificação e o humor, ele põe em xeque as promessas de identidade e autenticidade. "Acabei concluindo que não existe arte brasileira", afirma o artista. Na tela "A Querela do Brasil (Ou o Diabo e o Bom Deus)", ele sugere encontros com Tarsila do Amaral, Alfredo Volpi e Alberto da Veiga Guignard, adicionando ícones da sincrética religiosidade brasileira, cristã e fiel às cosmogonias africanas ou indígenas.

Nos anos 1990, há um rebaixamento de sua paleta cromática, redução das referências alegóricas e uma investigação sobre gestualidades fluidas e atávicas. Na exposição, no primeiro subsolo, há uma seleção enxuta dessa produção, entre elas "A Separação dos Continentes", uma tela sem chassi que replica os borrões do piso do ateliê de Iberê Camargo.

"Iberê Camargo foi meu pai na pintura e, quando voltou para o Rio Grande do Sul, me emprestou o seu ateliê. Um dia, quando abri a porta, percebi que havia um tamanduá entre as manchas do corredor", lembra Zilio.

"Ausência", última pintura da mostra, dá pistas para a próxima virada estética do artista —uma tela negra marcada por linhas laterais brancas trazem a aura do corpo de trabalho exposto no Paço Imperial, no Rio de Janeiro.

A individual, com curadoria de Ronaldo Brito, é como uma continuação da trajetória desenhada em São Paulo e apresenta seu atual mergulho na abstração geométrica e gestual. Mas, ao observar "Ausência" com atenção, você vai perceber um vulto ou vazio dentro da própria tela. É o último resquício do tamanduá.

Carlos Zilio

ONDE Itaú Cultural - av. Paulista, 149, São Paulo. **QUANDO** Até 6 de julho. De ter. a sáb., das 11h às 20h; dom., das 11h às 19h. **CLASSIFICAÇÃO** Livre. **QUANTO** Grátis

ONDE Paço Imperial - pça. 15 de Novembro, 48, Rio de Janeiro. **QUANDO** Até 11 de maio. De ter. a dom., das 11h às 19h. **CLASSIFICAÇÃO** Livre. **QUANTO** Grátis

Eufrázio



Obra 'Popcreto para um Popcrítico', de Waldemar Cordeiro Fotos Jaime Acioli/Divulgação

Mostra entrelaça obras contestadoras de Hélio Oiticica e Waldemar Cordeiro

Exposição na Pinakotheke Cultural reúne 37 trabalhos da dupla e reflete sobre pontos de convergência e divergência de suas práticas, que ajudaram a renovar a arte no país

Matheus Rocha

SÃO PAULO A partir dos anos 1950, Hélio Oiticica e Waldemar Cordeiro deram um novo fôlego à arte brasileira. Os dois romperam com a hegemonia da pintura figurativa, propondo obras experimentais e questionadoras. Apesar desses pontos em comum, eles tinham uma diferença fundamental.

Oiticica era um representante do neoconcretismo carioca, enquanto Cordeiro era um dos líderes do concretismo paulista, correntes que se posicionavam em lados opostos do circuito artístico brasileiro. Se seus projetos estéticos aproximavam os dois, as vanguardas a que pertenciam os separavam de maneira intensa.

Essa dinâmica de aproximação e distanciamento foi traduzida na exposição "Encontro/Confronto", em cartaz na Pinakotheke Cultural, no Morumbi, na zona oeste da capital paulista. A mostra reúne um conjunto de 37 obras dos dois artistas para refletir sobre os pontos de convergência e divergência de seus trabalhos.

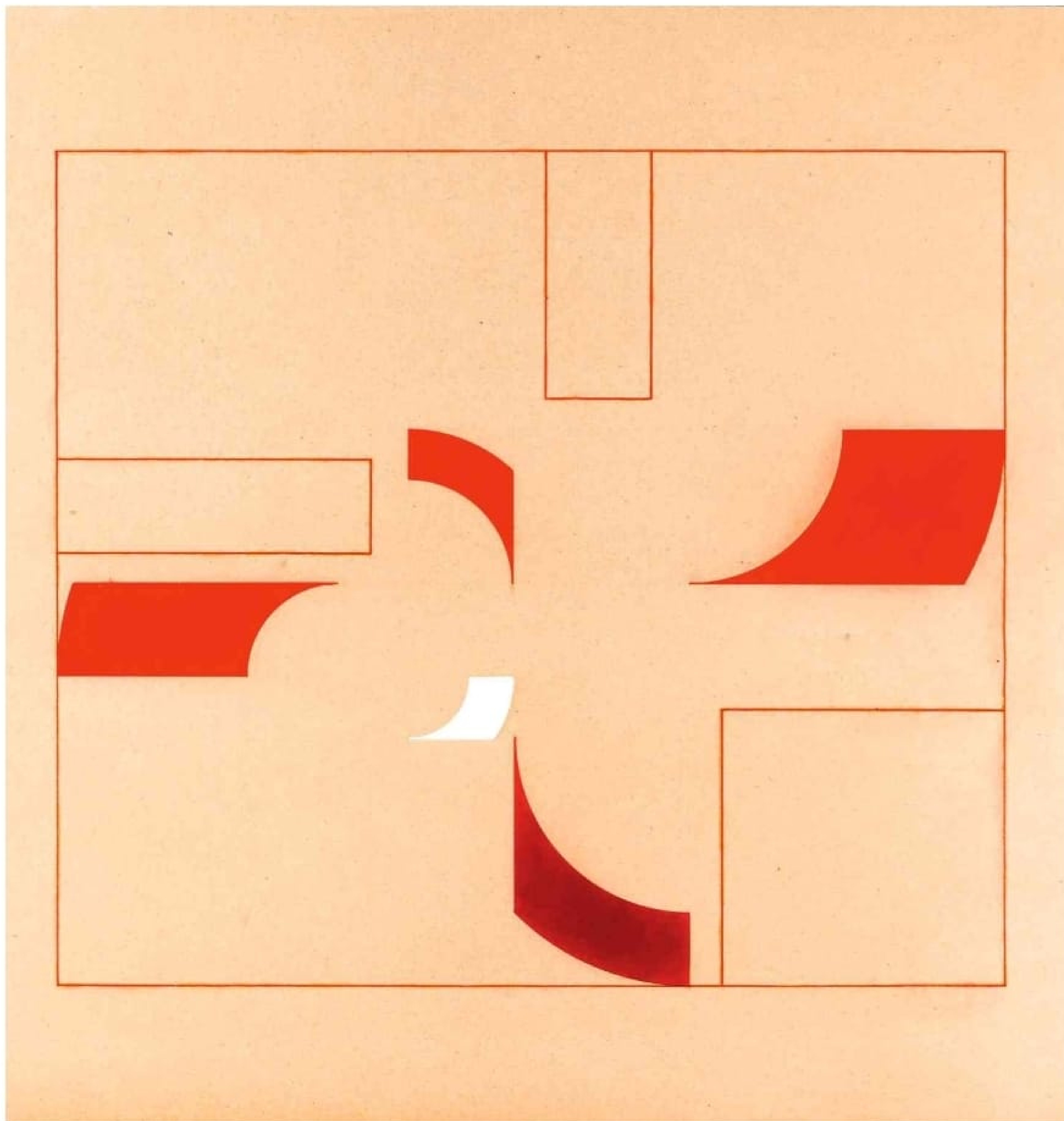
Idealizador do projeto, Max Perlingeiro afirma que a ideia surgiu há uma década, quando fez uma mostra sobre os 50 anos da mostra "Opinião 65". Essa exposição foi realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e marcou a primeira vez em que Oiticica expôs os seus célebres "Parangolés", conjunto de tecidos com diferentes cores que devem ser vestidos pelas pessoas.

Os projetos estéticos uniam os artistas, mas as vanguardas a que pertenciam os separavam. Hélio Oiticica representava os neoconcretistas, e Waldemar Cordeiro liderava a onda concretista

"No momento da pesquisa para esse trabalho, vi que os dois tinham muita coisa em comum. Ambos eram teóricos e ambos produziam obras de caráter contestatório", afirma Perlingeiro, que assina a curadoria da mostra ao lado dos críticos Paulo Venancio Filho e Luciano Figueiredo.

A natureza questionadora do trabalho de Oiticica está evidente na exposição por meio da bandeira-poema "Seja Marginal, Seja Herói". Além dessa frase, o tecido traz impressa uma imagem do cadáver de Manoel Moreira. Conhecido como Cara de Cavalo, o homem foi executado em 1964 pela polícia do Rio de Janeiro após ser acusado de matar um detetive.

Continua na pág. B7



Obra 'Metaesquema', de Hélio Oiticica

Continuação da pág. B6

O trabalho foi feito em 1968, período em que a repressão da ditadura militar se exacerbou em razão do AI-5. Dois anos antes, Waldemar Cordeiro também havia recorrido a uma bandeira para transmitir mensagens. Em um tecido, pintou a palavra "Canalha" em letras vermelhas e garrafais. "Essa obra foi exibida na Bienal da Bahia e causou um baita escândalo", diz Max Perlingeiro.

No entanto, os paralelos entre os trabalhos de Hélio Oiticica e Cordeiro acabaram ofuscados pela cisão entre concretistas e neoconcretistas. O neococretismo surgiu no final dos anos 1950 como uma resposta à rigidez concretista, movimento que valorizava a objetividade e o cientificismo em detrimento de aspectos mais simbólicos e subjetivos da arte.

Em 1959, o poeta Ferreira Gullar escreveu um manifesto no Jornal do Brasil afirmando que a arte concreta havia sido "levada a uma perigosa exacerbação racionalista". Para romper com esse racionalismo, os neoconcretistas defendiam uma abordagem menos fria e mais humanizada. Por isso, propuseram a volta da subjetividade e a valorização de obras com as quais o público pudesse interagir. "Essa foi uma briga que durou muitos anos", afirma Perlingeiro.

Oiticica e Cordeiro, no entanto, transcenderam esses embates e construíram linguagens muito particulares. "Chega um momento em que cada um deles continua os seus trabalhos dentro de novas perspectivas", afirma Paulo Venancio Filho, um dos curadores da exposição.

Cordeiro, por exemplo, promove uma fusão entre a pop art e o concretismo, resultando em obras como "Popconcreto", que mostra uma marreta posicionada em cima de uma placa vermelha. Nessa superfície, há 25 círculos, dentro dos quais é possível ver partes de um rosto.

De acordo com Venancio Filho, o artista se aproximou da linguagem pop para refletir sobre a sociedade de consumo. "O pop trabalha muito dentro desse espírito da apropriação. Waldemar Cordeiro percebia essa característica e tentava reproduzir isso dentro de uma lógica concreta."

A exemplo de Cordeiro, Oiticica também promovia apropriações, recorrendo a imagens publicadas em jornais para construir algumas de suas obras. Foi isso o que ele fez em 1965 ao criar "Homenagem a Cara de Cavalo", um dos destaques da mostra na Pinakotheke. Nesse trabalho, uma imagem mostra Cara de Cavalo estirado no chão após ser morto pela polícia. A fotografia está dentro de uma caixa coberta por um tecido de náilon.

Os paralelos entre os trabalhos de Hélio Oiticica e Waldemar Cordeiro foram ofuscados pela cisão entre concretistas e neoconcretistas. O neococretismo surgiu no final dos anos 1950 como uma resposta à rigidez concretista, movimento que valorizava a objetividade e o cientificismo em detrimento de aspectos mais simbólicos e subjetivos da arte

Para o especialista, tanto Cordeiro como Oiticica eram artistas com uma forte verve intelectual. "Eles se expuseram ao público por meio de textos publicados em jornais, não apenas em espaços restritos às artes plásticas", afirma o curador, acrescentando que essa prática se perdeu. "Hoje, não existe mais esse tipo de artista. Não tem mais a ver com questões intelectuais, mas sim com galeria e mercado."

Encontro/Confronto – Hélio Oiticica e Waldemar Cordeiro
ONDE Pinakotheke - r. Ministro Nelson Hungria, 200, São Paulo. **QUANDO** De seg. a sex., das 10h às 18h, e sáb., das 10h às 16h. Até 10 de maio. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** Livre. **PREÇO** Gratuito

Morre Mario Vargas Llosa, que venceu o Prêmio Nobel de Literatura, aos 89

Escritor construiu uma obra imensa, que conquistou leitores muito além da América Latina, e teve um forte engajamento político



Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Um dos últimos nomes representativos do chamado "boom latino-americano" da literatura, Mario Vargas Llosa morreu neste domingo, aos 89 anos, em Lima. A morte foi informada por seu filho, Álvaro Vargas Llosa, nas redes sociais, no fim da noite.

"Com profunda tristeza, tornamos público que nosso pai, Mario Vargas Llosa, morreu hoje em Lima, cercado por sua família e em paz. Sua partida entristecerá seus parentes, amigos e seus leitores ao redor do mundo, mas esperamos que você encontre conforto, como nós, no fato de que ele gozou de uma vida longa, múltipla e fecunda, e deixa um trabalho que sobreviverá", afirmou Álvaro, em nota assinada junto dos irmãos, Morgana e Gonzalo.

Ainda em nota, a família informou que não haverá velório ou sepultamento abertos ao público. "Nossa mãe, nossos filhos e nós mesmos confiamos que teremos o espaço e a privacidade que necessitamos para se despedir dele. Seus restos mortais, como era seu desejo, serão cremados."

Nascido em 1936, Vargas Llosa construiu uma obra imensa, que conquistou leitores pelo mundo todo. Em 2010, ele venceu o Prêmio Nobel de Literatura, não sem antes ter abocanhado o Princesa de Astúrias, o Cervantes e o PEN. Sua obra é marcada por uma combinação obstinada entre ficção e política, em contraposição à de Gabriel García Márquez, seu colega de geração, que abandonou o realismo para mergulhar no universo do maravilhoso.

Habilidoso com as palavras, Vargas Llosa cativa o leitor desde a primeira página de seus romances. Com uma enorme facilidade de mesclar ficção e elementos da realidade, ele pôde abordar questões políticas e sociais latentes e atuais de modo literário. Em suas páginas, estão as ditaduras, a corrupção política e os conflitos sociais de toda a América Latina.

Um de seus livros mais conhecidos é "A Festa do Bode", publicado em 2000, que retrata os anos de ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana. Nessa obra, Vargas Llosa habilmente entrelaça a história do ditador com a vida de personagens fictícios, inspirados nas histórias de suas vítimas que não sobreviveram para contar a história. Cria-se, no livro, um retrato vívido e perturbador da tirania e suas consequências.

Outro livro, que figurava entre seus preferidos particulares, é "A Guerra do Fim do Mundo", para onde o escritor voltou as atenções e criou uma obsessão pela revolta de Canudos, no Brasil.

Além de seu trabalho como romancista, Vargas Llosa foi um prolífico ensaísta e jornalista, usando sua voz para expressar opiniões sobre diversos assuntos. Ficou conhecido por sua defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos e se envolveu ativamente em campanhas políticas. Meteu-se, em vários países da região, em debates locais, ao defender a eleição de um ou de outro candidato a presidente no Brasil, na Argentina e no Chile.

Curiosamente, em contraposição a suas ideias políticas nos últimos anos, mais à direita, Vargas Llosa começou a atuar na literatura e na política ao lado da Revolução Cubana. Era um aliado do castrismo até o caso de Herberto Padilla, um poeta e escritor cubano que, em 1971, começou a fazer críticas à revolução. Preso, o autor ensejou que vários intelectuais e escritores se mobilizassem por ele, inclusive Jean-Paul Sartre e Simone de Beauviour.

Vargas Llosa também foi um deles. A partir da desilusão causada por esse episódio, o peruano começou a se afastar da esquerda. Nas décadas seguintes, o escritor se viu muito envolvido na política de seu instável país, o Peru, a partir de então sempre se posicionando contra soluções consideradas populistas. Foi candidato à presidência em 1990 contra quem viria a se tornar o ditador do país, Alberto Fujimori, mas acabou perdendo a eleição.

Em 2010, Vargas Llosa recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, em reconhecimento à sua contribuição excepcional para a literatura mundial. Esse prestigioso prêmio solidificou ainda mais sua posição como um dos grandes escritores contemporâneos e trouxe maior visibilidade para as suas obras. O estilo de escrita de Vargas Llosa é caracterizado por uma prosa elegante, rica em detalhes e profundamente reflexiva. Seus personagens são, em sua maioria, complexos e realistas.

Embora muitos de seus livros se passem no Peru, como "La Ciudad y Los Perros", "La Casa Verde" e "Conversación en La Catedral", a influência de Vargas Llosa transcende de forma ampla as fronteiras de seu país natal.

Continua na pág. B9

Continuação da pág. B8

O impacto literário de Mario Vargas Llosa alcança leitores em todo o mundo. Uma das disputas literárias mais conhecidas e significativas do século 20, aliás, foi a briga entre ele e Gabriel García Márquez. A amizade desses dois renomados escritores teve início na década de 1960, quando faziam parte do chamado "boom latino-americano". No entanto, a relação deu uma reviravolta dramática nos anos 1970, por causa de um conflito pessoal e político.

O imbróglio foi multifacetado, enraizado tanto em diferenças artísticas quanto em desacordos políticos. Seus estilos de escrita e abordagens narrativas contrastantes se tornaram fonte de contenda, com Vargas Llosa favorecendo uma abordagem mais analítica e estruturada, enquanto García Márquez abraçava o realismo mágico e um estilo que era mais lírico e expansivo

No entanto, a disputa entre os dois autores foi além das diferenças literárias. Suas posições políticas opostas também contribuíram para a tensão em seu relacionamento. Vargas Llosa inclinava-se para a ideologia liberal, defendendo a democracia e os mercados livres, enquanto García Márquez mantinha uma afinidade maior com a política de esquerda e os princípios socialistas.

O clímax da disputa ocorreu quando eles se envolveram em uma briga física num encontro público. A razão teria sido um desentendimento por conta da mulher do peruano, Patricia Llosa, que havia sido namorada de Gabo anteriormente. Terminou com Gabo levando uma bofetada de Vargas Llosa em um cinema, diante de todos. Esse evento marcou o fim definitivo da amizade e deixou um impacto duradouro no mundo literário.

Em uma entrevista à **Folha**, ao ser questionado sobre a relação entre ambos, Vargas Llosa disse que jamais voltaria a falar de Gabo no plano pessoal, mas que seguiria elogiando a magnitude de suas obras. Isso seguiu fazendo depois da morte do colombiano.

A vida amorosa de Vargas Llosa foi outro elemento tão vibrante e dinâmico quanto sua carreira literária. Ao longo da vida, ele se envolveu em diversos relacionamentos românticos, alguns dos quais receberam grande atenção pública, como o affair com Isabel Preysler. Notavelmente, na década de 1950, ele se casou com sua primeira mulher, Julia Urquidi, com quem teve dois filhos. No entanto, o casamento deles terminou em divórcio, e Vargas Llosa teve outros relacionamentos.

Um dos casos de amor mais notáveis foi com sua prima por casamento, Patricia Llosa, com quem ele posteriormente se casou. O relacionamento levantou sobrancelhas e atraiu escrutínio público devido à sua natureza não convencional. Apesar das controvérsias em torno da união, Mario Vargas Llosa e Patricia Llosa permaneceram juntos e compartilharam uma vida repleta de interesses intelectuais em comum e apoio mútuo. O escritor, no entanto, se separou de Patricia há uma década e morreu solteiro. Ele deixa os seus três filhos.



Mario Vargas Llosa em Washington, nos Estados Unidos, em 2016 Fotos Yuri Gripas/AFP

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



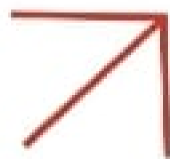
VERDE QUE TE QUERO VERDE
A atriz Grace Gianoukas caracterizada de Mãe Natureza para o especial 'Falas da Terra', que vai ao ar na Globo em homenagem ao Dia dos Povos Indígenas Beatriz Damy/Globo

Globo negocia parceria com igreja liderada por Valadão

De olho no avanço no número de evangélicos no Brasil, a Globo está negociando um acordo com a Igreja Lagoinha Global, liderada pelo pastor André Valadão, um dos mais populares do Brasil. Ao menos uma reunião ocorreu no Rio de Janeiro, no último dia 1º deste mês. As conversas estão sendo lideradas por Leo Neves, líder da congregação para eventos musicais. A ideia é exibir shows de música gospel no Multishow e no Globoplay. Procurada, a assessoria da igreja confirmou a reunião e as conversas.

ACERTO A Globo fechou com a atriz Erika Januza para fazer parte do elenco do programa Saia Justa, exibido pelo GNT, seu canal de variedades. Ela se junta a Eliana, Bela Gil e Tati Machado, que fica na atração até o início de sua licença-maternidade —ela está grávida de seu primeiro filho. A estreia da atriz acontece no próximo dia 30.

SERÁ QUE VAI? O Grupo Kalunga, dono de uma das redes de papelaria mais populares do Brasil, está tentando viabilizar o lançamento de um canal todo esportivo na TV aberta, o XSports. No entanto, há dificuldades. Nenhum direito de transmissão foi adquirido. Se for ao ar, o canal vai usar a frequência da antiga MTV Brasil —o canal 32 de São Paulo. Jornalistas e produtoras estão em conversas para a produção de conteúdo para a grade.



GAROTA DO MOMENTO
MARIANA SENA
Glorinha é destaque pouco falado da novela das seis; sua atuação é tocante

DERROTA Uma das maiores estrelas da dramaturgia da Record durante a década de 2000, Bianca Rinaldi perdeu, em segunda instância, uma ação que move contra a emissora. No processo, ela pede um "pagamento justo" pelas reprises da novela "A Escrava Isaura", que foi ao ar em 2004. A atriz já recorreu da decisão ao STJ, o Superior Tribunal de Justiça.

GANGORRA Os números de audiência do YouTube e da Netflix caíram em março, de acordo com dados divulgados pelo Kantar Ibope. Segundo o instituto, o site de vídeos do Google foi de 13,3% para 12,5% de participação. Já a plataforma de streaming passou de 4,9% para 4,2%. Por outro lado, a TV aberta, após meses de queda, voltou a crescer e foi de 68,2% para 70%.

GANGORRA 2 Ainda segundo o Kantar Ibope, o Globoplay se manteve estável, com 1,7% de participação. O mesmo ocorreu com o Prime Video, que ficou com 0,9%, mesmo percentual de fevereiro. A Max e o Disney+ subiram timidamente, de 0,3% para 0,4%.

VIVA O GORDO Marcos Mion vai homenagear Jô Soares no Caldeirão especial que vai comemorar os 60 anos da TV Globo. Derico, fiel membro da banda do humorista em seu talk show, participará da atração. "Vai ser um Caldeirão completamente diferente e não linear", afirma o apresentador à coluna.



O ator Pedro Pascal em cena da série 'The Last of Us', da HBO, que retorna para segunda temporada Divulgação

Série 'The Last of Us' retorna sombria, mas sem abrir mão de humor e existencialismo

Obra da HBO inspirada em game de sucesso tem a missão de superar primeira temporada excepcional e compensar fãs por episódio trágico

STREAMING
The Last of Us
★★★★☆
EUA, 2025. Criação: Craig Mazin e Neil Druckmann. Com: Pedro Pascal e Bella Rasey. 12 anos. Disponível na Max

Luciana Coelho

É difícil dissipar a sombra de melancolia da segunda temporada de "The Last of Us", que adapta a sequência do game de mesmo nome e traz uma das cenas mais dolorosas da dramaturgia moderna, sem comiseração com os fãs.

Ainda assim, o primeiro episódio, exibido neste domingo, faz o melhor para nos lembrar por que esta é uma das melhores séries atuais. (Este texto contém "spoilers" apenas do que já está no ar.)

Reencontramos a dupla Ellie (Bella Ramsay) e Joel (Pedro Pascal) cinco anos após a carnificina cometida por ele no fim da primeira temporada. A heroína e seu pai postiço agora vivem em um povoado isolado em Wyoming, no norte dos Estados Unidos, duas décadas após a maior parte da humanidade perecer em um apocalipse biológico (no caso, uma pandemia de fungos que transformam o hospedeiro em zumbi).

Na comunidade, vigora uma espécie de proto-Estado com regras estritas e ares coloniais. Foi o jeito de driblar a praga, e Joel e Ellie, dois tipos associais, parecem ajustados ao cotidiano local. Se a primeira temporada se orientava pela expectativa de redenção/salvação de ambos, porém, esta tem como norte a danação.

Mas "The Last of Us" nunca faz isso sem diálogos existencialistas, humor acérbico e atenção ímpar aos personagens. Ellie, a menina que sobreviveu a uma mordida de zumbi, agora tem 19 anos e, conforme Joel envelhece e se torna mais protetor, a relação dos dois sofre turbulências.

Já de cara os criadores da série, Craig Mazin e Neil Druckmann (este também roteirista do game), põem Joel em uma inusitada sessão de terapia. Sim, este é um herói de ação que faz terapia, à la Tony Soprano, mas tem dilemas bem mais comezinhos, como aponta Gail, sua terapeuta.

A personagem, entregue à ótima Catherine O'Hara ("Schitt's Creek" e "O Estúdio"), não existe no jogo e parece ter como função maior questionar a ambivalência de Joel e dos espectadores. Ele quer salvar a humanidade ou quer salvar Ellie? Ou quer se salvar, já que Ellie deixou para trás a devoção da temporada anterior?

Viúva de Eugene, mais um que foi morto por Joel, ela oferece um vislumbre de normalidade na história, como se fosse possível examinar sentimentos, relações e todos os demais dissabores do coprotagonista enquanto se pega em armas para sobreviver. Mais ou menos como coube a Bill e Frank (Nick Offerman e Murray Bartlett) na primeira temporada.

Ellie, por sua vez, está às voltas com o amor recém-descoberto por Dina (Isabela Merced) e todos os medos e alegrias que uma relação em ebulição guarda. A atuação de Ramsey, que continua com o mesmo ar juvenil de antes, consegue embutir esse amadurecimento na personagem, que passa da hesitação à autoconsciência em ser a messias dessa fração da humanidade que sobreviveu.

É como se os dois personagens, antes convergentes, agora tivessem pontos de fuga opostos, apesar da força do laço entre eles. Ellie parece achar seu lugar, e o amadurecimento da protegida deixa Joel sem função, obrigando-lhe a repensar sua posição.

Pascal embebe o personagem em uma melancolia ora silenciosa, ora explosiva, como quando defende a filha de um sujeito homofóbico, e em um carisma luminoso que permitiu nos apegarmos a ele. E, não menos importante, finalmente somos apresentados de forma oficial a Abby (Kaitlyn Dever), a nêmesis de Joel, que pretende vingar a morte do pai —um dos médicos mortos por ele no desfecho da primeira temporada para impedir que Ellie fosse sacrificada e virasse material para vacina. Em suas poucas cenas, Dever oferece uma antagonista antipática. A ver como se sai.

Após uma primeira temporada extremamente bem recebida, as expectativas são enormes. Mazin e Druckmann parecem saber o que fazem. Assim, os fãs sofrerão. E também serão compensados.

Eufrázio

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



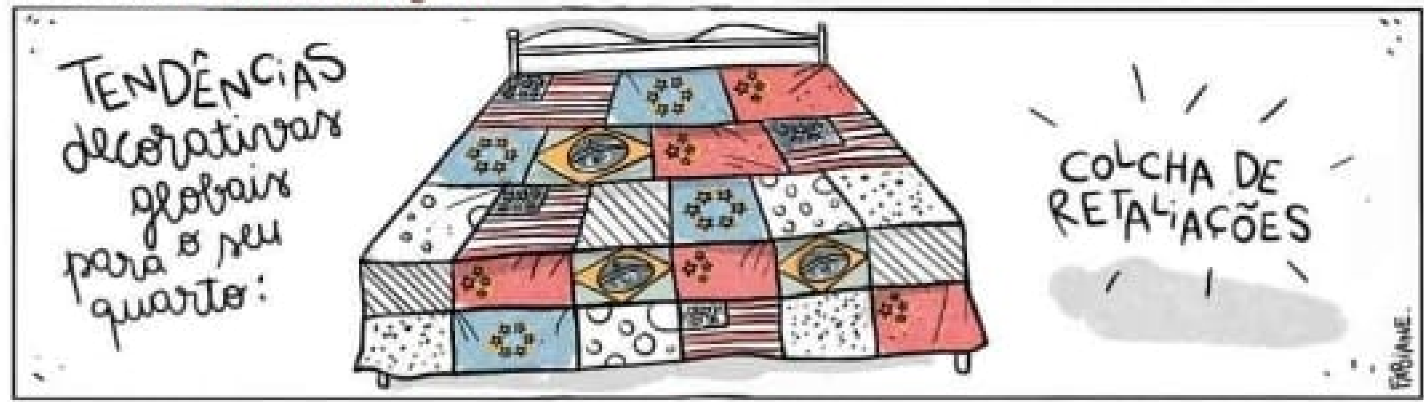
Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU texto.art.br/fsp

FÁCIL

		1		5		9		
8	4	2			9		5	
9				2	3			
	6		4	3	5	2		
	2		7			5	3	8
			9				4	6
3	9						6	
	8	7			1			
6		4				8	2	5

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

7	3	1	6	5	4	9	8	2
8	4	2	1	7	9	6	5	3
9	5	6	8	2	3	4	1	7
1	6	8	4	3	5	2	7	9
4	2	9	7	1	6	5	3	8
5	7	3	9	8	2	1	4	6
3	9	5	2	4	8	7	6	1
2	8	7	5	6	1	3	9	4
6	1	4	3	9	7	8	2	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Um material como o ferro / Pronto-Socorro Municipal **2.** Filhote de peixe **3.** Um dos principais clubes de futebol do Pará / (-final) Trabalho gráfico pronto para ser reproduzido **4.** A sigla da associação que reúne os tenistas profissionais / Aquele que supervisiona **5.** Acautelar **6.** Ato de copiar ou reproduzir sem autorização dos titulares **7.** Representação de um arquivo na tela do PC / (Ingl.) Fim **8.** Cento e um, em algarismos romanos / Tatuagem, em inglês **9.** Olhar com prazer **10.** O McCartney ex-integrante dos Beatles / Bairro do RJ, o berço da boemia **11.** Administração / Atuar numa disputa de boxe **12.** Travesso, traquinas **13.** (Patol.) Distúrbio cerebral, incapacidade de reconhecer os objetos comuns e familiares.

VERTICAIS

1. Roedor do sul da Argentina, semelhante a uma grande lebre / Ave aquática também chamada ipequi **2.** (Fís.) Forma de energia natural **3.** Condimentos / O cadáver embalsamado, como o de Tutancâmon **4.** Homem que tem netos / Frasco para transporte de líquidos em viagem / Nelson Gonçalves (1919-1998), cantor **5.** O que transforma soda em sólida / Apalpar com os dedos, para apreciar ou conhecer / (House) Loja que oferece conexão para a internet **6.** Navegante / Diz-se de indivíduo corpulento, grande **7.** Moldura com vidro para se colocar fotos, que se põe sobre um móvel **8.** O T de Fiat / Armadilha de varas, nos rios, para apanhar peixes **9.** Reduzir a pó ou a fragmentos pequenos e homogêneos / Açucarar.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1						■			
2								■	
3					■				
4				■					
5	■								■
6									
7						■			
8			■						
9								■	
10					■				
11				■					
12									■
13		■							

HORIZONTAIS: 1. Metal, PSM, **2.** Alevino, **3.** Remo, Arte, **4.** ATP, Tutor, **5.** Recatar, **6.** Pirataria, **7.** Ícone, End, **8.** CI, Tattoo, **9.** Admirar, **10.** Paul, Lapa, **11.** Adm, Lutar, **12.** Reinador, **13.** Agnosia. **VERTICAIS: 1.** Mara, Piçapara, **2.** Eletricidade, **3.** Tempero, Múmia, **4.** Avô, Cantil, NG, **5.** Li, Tatear, Lan, **6.** Nauta, Taludo, **7.** Porta-retratos, **8.** Torino, Pari, **9.** Moer, Adoçar.

Os legendários

Esse movimento é uma mistura de cristianismo com 'coaching' masculino

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela USP

Certa feita ouvi de um colega, um homem trans, que eu, como "homem natural", carregava sobre mim o peso da opressão que "nós" causamos ao longo da história, enquanto ele nunca havia exercido opressão alguma, como mulher que nascera. Por isso, não tinha culpa nenhuma, mas sofrera a opressão causada pelos "meus semelhantes". A ideia era de superioridade moral. Sorri diante do comentário e mudei de assunto, mas antes esclareci que nunca senti culpa nenhuma por opressão nenhuma a mim imputada e aos "meus semelhantes". A ideia de que os homens são uma raça nefasta tem estatuto de conceito nas ciências humanas.



Ricardo Cammarota

Imagino o que um comentário semelhante a esse pode causar num moleque adolescente numa sala de aula. Bem não vai fazer. Mas a maioria dos responsáveis pelos jovens perderam totalmente a noção do que andam fazendo. "Como educar meninos para deixarem de ser doentes? Por que eles são tão ruins? Agressivos? Por que tanto ódio?" Com a série "Adolescência", da Netflix, virou moda descer ainda mais o cacete nos meninos sob o disfarce de que querem "ajudar os meninos a evoluírem". A síndrome do "horror aos meninos" inundou o discurso dos inteligentinhos. Mas o "hype" dessa minissérie logo passa, tenho certeza.

A ordem do dia é, de todas as formas possíveis, transformar os meninos numa patologia a ser sanada. Sempre é chocante como ficamos incapazes de olhar o mundo sem os olhos míopes das ideologias. O que as missionárias

A ordem do dia é transformar os meninos numa patologia a ser sanada. Sempre é chocante como ficamos incapazes de olhar o mundo sem os olhos míopes das ideologias. O que as missionárias feministas esperam é que os meninos sejam 'educados' a ter vergonha da sua própria condição

feministas esperam é que as novas gerações de meninos sejam "educados" a ter vergonha de sua própria condição. A vergonha de si mesmo e de seus semelhantes é o primeiro passo para a redenção masculina. A histeria virou discurso político e psicológico.

Se Vladimir Lênin, em 1917, instaurou a luta de classes no seio do campesinato russo, alimentando o ódio da imensa maioria dos camponeses miseráveis contra os poucos bem-sucedidos, instaurando um massacre destes por aqueles, hoje a luta de classes está instalada entre meninos e meninas nas salas de aulas, nas escolas e nas famílias. E, como acontece em toda luta de classe, seu alimento é o ódio justificado.

Está em curso um processo em que os homens são forçados a pensar na sua masculinidade, seja lá o que isso for, e as missionárias feministas lideram essa "revolução". Se não existe nenhuma clareza sobre o que é "ser mulher", por que haveria, então, sobre a masculinidade?

Mas o rolo compressor do "horror aos meninos" não vai parar. Pais amedrontados, que temem ter filhos homens, professores, jornalistas, psicólogos, cientistas sociais, intelectuais, artistas, agentes culturais, todos se juntam na construção desse fenômeno cultural que é o "horror aos meninos", que só podem ser redimidos se aceitarem que são doentes, maus e, por isso mesmo, se submeterem à autoridade das missionárias.

A reação de muitos homens aos desdobramentos da transformação do papel social e sexual das mulheres está só começando. Se nesse momento as reações são basicamente infantis e ressentidas —lembremos que o ressentimento é a paixão política básica das reações sociais—, a tendência é que esse processo se torne mais complexo, associando elementos culturais, sociais, psicológicos e políticos mais densos e que nem por isso deixe de ser elementar como movimento vital.

O movimento "os legendários" é um fenômeno dessa ordem de maior densidade cultural. Operando no seio do evangelicalismo, nascido até onde sei na Guatemala, esse movimento mescla uma base forte de cristianismo vivencial com laivos importantes de "coaching" masculino. O legendário número um é Cristo, claro.

O mote é "devolver os heróis para as famílias", isto é, homens que "desfrutam" da subida à montanha —típica metáfora espiritual— com outros homens têm uma vivência um tanto mística, ouvem a voz de Deus, se ajoelham e choram diante dele. A partir daí, viram homens que caminham com Deus. E mais, e isso é essencial: descobrem que os homens devem andar juntos, um apoiando o outro, pois assim "o inimigo" —as diversas formas do Diabo— não os atingirá.

Trata-se de uma iniciativa ancorada na tradição de peregrinação comum a várias religiões, transformação espiritual e superação das fraquezas. Como toda peregrinação, experimenta-se o desafio de seus próprios limites e demônios —jornada do herói— e, assim, esse homem fica mais forte junto aos seus semelhantes. A ideia do monge guerreiro —não são monges, claro, são protestantes— é um clássico medieval das cruzadas. Nenhum traço de machismo ou misoginia evidentes. Mas, sim, de homens que cuidam das suas mulheres e filhos. A ver.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Cont

MULTITELA

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com

Animação premiada no Oscar e que conquistou fãs chega ao streaming

Flow

Filmelier+, livre

O longa-metragem da Letônia "Flow", que ganhou o Globo de Ouro e o Oscar de melhor filme de animação do ano passado, conta a história de um gato solitário e corajoso que tem seu lar destruído por uma grave enchente. O gato encontra refúgio num barco habitado por uma capivara, um lêmure, um pássaro e um cachorro. Enquanto buscam a terra firme, eles precisam confiar em sua inteligência para sobreviver aos perigos de um planeta que agora virou, em sua maior parte, água.

Ao Norte do Norte

Netflix, 14 anos

A despretensiosa série canadense se passa em um cenário incomum, uma cidade no polo norte, com personagens que não se veem regularmente, os inuítes —como são chamados os nativos da região do Ártico. Siaja tem 26 anos, termina seu casamento com Ting, descobre a identidade do pai sem querer e tenta recomeçar a vida.



Diddy: Como Nasce um Bad Boy

Globoplay e GNT, 23h49, 16 anos

O documentário dirigido por Al B. Sure! e Lisa Bloom examina a vida do rapper Diddy, desde a infância, como Sean Combs, sua carreira musical, a transformação em Puffy e em P. Diddy e as recentes denúncias contra ele de violência sexual

Traição e Redenção

Disney+, 18 anos

Uma cirurgiã, Seok, reencontra o professor que arruinou sua vida e resolve se vingar. Seok é genial e ambiciosa. Ela não está nem um pouco feliz de ter o mentor de volta em sua vida. O dorama sul-coreano é um suspense policial e tem seis episódios.

Meu Bolo Favorito

Reserva Imovision, 12 anos

Aos 70 anos, Mahin vive sozinha em Teerã desde a morte do marido e a ida da filha para a Europa. Um chá da tarde com amigas quebra a rotina solitária. À medida que Mahin se abre para um novo romance, ela encontra com o taxista Faramarz, com quem conversa sobre a vida.

Roda Viva

TV Cultura, 22h, livre

Drauzio Varella falará no programa de entrevistas sobre seu novo livro, "O Sentido das Águas", resultado de 30 anos de viagens pelo rio Negro, no Amazonas.

Operação de Espionagem

History, 22h50, 16 anos

O documentário conta a dramática história de uma operação de espionagem de um britânico contra um aliado durante a Segunda Guerra. Em 1939, o enigmático empresário e piloto de caça canadense William Stephenson se tornou confidente de Winston Churchill e abraçou seu plano de influenciar a opinião pública americana contra os nazistas.

CINEMA

Folha faz uma sessão de 'Sobreviventes' e promove debate com os atores da produção

SÃO PAULO Na próxima quarta-feira, às 19h, a **Folha** realiza uma sessão gratuita do filme "Sobreviventes", do cineasta português José Barahona. Depois da exibição, acontecerá um debate com os atores Roberto Bomtempo e Paulo Azevedo, a produtora Carol Dias e o colunista do jornal Thiago Amparo, com mediação feita por Gustavo Luiz, que é produtor na editoria de podcasts.

Os ingressos estarão disponíveis para retirada no Reag Belas Artes, na rua da Consolação, 2.423, em São Paulo, uma hora antes da exibição. A coprodução realizada entre Brasil e Portugal mistura realidade e ficção ao acompanhar a história de um grupo de náufragos do século 19.



Bruna Valério, 35, Mariana Abreu, 43, e Olavo Amaral, 45, no campus da UFRJ; eles participaram da Iniciativa Brasileira de Reprodutibilidade Eduardo Anizelli/Folhapress

Só 21% da pesquisa biomédica no Brasil é considerada reprodutível

Resultado não necessariamente indica erro ou má conduta, mas pode refletir limitações no desenho dos experimentos ou na documentação de métodos

Gabriel Alves

SÃO PAULO Um estudo inédito no país, resultado de um esforço colaborativo de 213 pesquisadores que conduziram 143 réplicas de experimentos descritos em artigos científicos já publicados, chegou a uma conclusão não totalmente inesperada, mas não por isso menos chocante: apenas 21% da pesquisa biomédica no Brasil foi considerada reprodutível.

Esse número corresponde a uma análise que combina diferentes critérios estatísticos e subjetivos de avaliação, considerando como replicado um experimento que atende ao menos metade deles. A depender de se adotar um critério mais estrito ou frouxo, pode-se dizer que a reprodutibilidade inferida ficou entre 15% e 45%.

O estudo, disponibilizado neste mês na forma de preprint (ainda não revisado por pares, porém com todos os dados, protocolos e análises disponíveis em repositórios abertos), nasce a partir de um esforço da Iniciativa Brasileira de Reprodutibilidade, que recebeu apoio de R$ 1 milhão do Instituto Serrapilheira, e é fruto da crescente preocupação global com a reprodutibilidade da pesquisa científica. Também houve recursos da Faperj e do CNPq.

No Brasil, apesar da expansão da pesquisa biomédica nas últimas décadas, não havia uma avaliação mais sistemática da replicabilidade de seus resultados.

Ao todo, foram realizadas 143 replicações de 56 experimentos, das quais 96 replicações de 47 experimentos acabaram sendo consideradas válidas. A seleção dos experimentos originais buscou representatividade na ciência biomédica brasileira publicada entre 1998 e 2017.

A dificuldade em reproduzir resultados não necessariamente indica erro ou má conduta, mas pode refletir limitações no desenho dos experimentos, na documentação de métodos ou na própria variabilidade entre laboratórios. Os autores destacam que o objetivo do trabalho não é desqualificar a ciência nacional, e sim jogar luz sobre uma realidade pouco discutida, com o intuito de aprimorar práticas e orientar políticas científicas.

"A partir dessa fotografia nacional, a gente tem material para conseguir mexer aqui dentro —seja em políticas públicas, seja dentro das universidades, com disciplinas que focam a qualidade metodológica da pesquisa. É um problema mundial, mas agora a gente tem um retrato do Brasil, pelo menos para a ciência biomédica básica", avalia Mariana Abreu, professora do Instituto de Biofísica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e uma das coordenadoras do estudo.

Cristina Caldas, diretora científica do Serrapilheira, diz que a motivação para o apoio ao projeto partiu da ideia de criar um índice nacional de reprodutibilidade aliada à mobilização de um grupo de pessoas que são estimuladas e valorizadas por aperfeiçoar a forma de se fazer ciência no país.

"Dentro do sistema de fomento existe muito pouco apoio a projetos que olhem para o quão reprodutível, quão rigorosa está sendo a ciência, e o que dá para fazer melhor, aprimorar", afirma. "Se você consegue descobrir os gargalos, como otimizar certos estudos, trabalhar mais em rede, de forma colaborativa e pensando em reprodutibilidade, você otimiza recursos públicos, que é o que todos queremos."

A expectativa é que agências como CNPq, Fapesp, Faperj e Capes possam, a partir desse retrato, repensar critérios de avaliação e apoio a projetos. A criação de linhas específicas para estudos de replicação, exigência de maior transparência metodológica e incentivos à colaboração entre laboratórios são caminhos possíveis. Garantir que os recursos públicos investidos produzam conhecimento confiável é, segundo os autores, uma questão de responsabilidade coletiva.

Olavo Amaral, neurocientista e professor da UFRJ, que coordenou a iniciativa, avalia que o meio acadêmico ainda privilegia a geração de resultados pretensamente inovadores em detrimento da confirmação rigorosa de achados anteriores, em parte pela escassez de incentivos e oportunidades de financiamento voltadas à replicação.



56 laboratórios participaram do projeto

A Iniciativa Brasileira de Reprodutibilidade envolveu a colaboração de 56 laboratórios no Brasil. O projeto teve início em 2019.

Foram replicados experimentos publicados utilizando três métodos comuns na pesquisa biomédica: o ensaio MTT (viabilidade celular), a reação em cadeia da polimerase com transcriptase reversa (RT-PCR, para expressão gênica) e o labirinto em cruz elevado (para ansiedade em roedores).

Além da taxa de replicação em si, os pesquisadores observaram dois padrões no mínimo curiosos nos estudos originais em comparação com suas réplicas. O primeiro foi que o tamanho do efeito era, em média, 60% maior nos artigos originais. O segundo foi que o coeficiente de variação, que mede a dispersão dos dados em relação à média, era 60% menor nos estudos originais.

Para ele, os dados obtidos não têm como objetivo julgar a validade de cada estudo individualmente, e sim estimar o grau de sucesso da ciência brasileira ao tentar reproduzir seus próprios resultados e provocar uma discussão mais ampla sobre a reprodutibilidade no país. Nesse sentido, considera que a principal meta do projeto —reunir um grande grupo de cientistas em torno dessa agenda— foi cumprida.

Amaral compara a elevação da qualidade da pesquisa biomédica ao esforço necessário para tornar a aviação uma atividade de alta confiabilidade. Seria importante investir em auditorias, apostar em estudos multicêntricos e talvez até aumentar o rigor na hora de oferecer fomento.

"A gente consegue fazer aviões decolarem, enfrentarem condições imprevisíveis e pousarem com sucesso 99,9999% das vezes. Isso só é possível porque existe um sistema altamente estruturado, com muitas camadas de controle, checklist, copilotos e protocolos", explica Amaral, ao comparar com o que ocorre na ciência. "Na pesquisa, muitas vezes o experimento está nas mãos de um bolsista de mestrado ou iniciação científica, sozinho, sem backup, sem checklist, sem copiloto."

Entre os desdobramentos da iniciativa está a criação da Rede Brasileira de Reprodutibilidade, que atua na promoção de práticas científicas mais confiáveis.

O grupo já oferece cursos, publica guias e colabora com periódicos e agências. Os coordenadores esperam que, a partir dos dados levantados, universidades, agências de fomento e revistas científicas passem a incorporar exigências mínimas de reprodutibilidade, como o registro público de protocolos, o compartilhamento de dados e a valorização de estudos de replicação nos currículos acadêmicos.

Eufrázio



A piranha-caju (Pygocentrus nattereri) é encontrada na Amazônia Central (região de Manaus) e no Pantanal Wikimedia Commons

Piranhas geralmente só querem defender sua prole e não são assassinas

Maioria dos acidentes no país cujos relatos foram publicados resultou em lesões leves, correspondendo a uma mordida

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Tudo indica que uma campanha de fake news e difamação que já dura um século manchou injustamente a reputação das piranhas. Segundo um novo levantamento, acidentes graves envolvendo esses peixes são raríssimos; não há uma só morte de seres humanos comprovadamente causada por eles até hoje; e a maioria dos acidentes acontece porque elas estão tentando defender sua prole.

As conclusões estão na dissertação de mestrado da médica-veterinária Patricia Tatiane Gomes, da Unesp de Botucatu, no interior de São Paulo. Ela mapeou centenas de relatos publicados no Brasil sobre acidentes com piranhas ao longo de dez anos (entre 2012 e 2022). Resultado: em 82,27% dos casos, as lesões em pessoas foram leves, correspondendo a uma única mordida, em geral tirando um pedaço da pele da vítima.

Apenas 0,7% das ocorrências estiveram ligadas a lesões mais graves. No restante dos casos, não foi possível determinar o tipo de machucado com base nos relatos divulgados na imprensa nacional ou local.

Gomes, cujo trabalho foi orientado por Vidal Haddad Junior (um dos principais especialistas do país em interações agressivas entre a fauna nativa e os seres humanos), destaca que o célebre fenômeno do "boi de piranha" nunca foi documentado cientificamente.

Ou seja, a ideia de que um bovino ou uma pessoa, ainda vivos, poderiam ser devorados rapidamente por um cardume desses peixes, ficando com os ossos "limpos" de carne em questão de minutos, é basicamente um mito.

"Hoje o que a gente encontra, e muito, são vídeos na internet de pessoas que jogam carcaças de animais no rio, ou então restos de peixes que capturaram. Aquilo acaba causando um 'fervo' de piranhas se alimentando daqueles restos", conta.

"Isso viraliza de uma forma muito rápida e negativa, causando medo nas pessoas. Mas a questão é que essas carcaças contêm sangue ou substâncias ligadas à decomposição, e isso atrai as piranhas. Uma pessoa nadando, sem grandes ferimentos, não teria esse efeito nelas."

As principais espécies do país envolvidas em acidentes com seres humanos são a pirambeba, ou *Serrasalmus maculatus*, comum no Sudeste, e a piranha-caju (*Pygocentrus nattereri*), encontrada na Amazônia Central (região de Manaus) e no Pantanal.

Gomes obteve dados sobre 711 acidentes em todo o território nacional no período estudado. Ela frisa que preferiu usar o termo "acidentes", e não "ataques", por analogia, por exemplo, com "acidentes ofídicos", ou picadas de cobra, normalmente provocados pela presença invasiva de pessoas nos locais em que há serpentes.

A maioria dos meses com grande número de acidentes batem com a época de reprodução das piranhas, que costuma ir de setembro a janeiro.

Acontece que, nesse período, é comum que as fêmeas liberem seus óvulos em vegetação aquática flutuante. Os óvulos, então, são fecundados pelos machos, que ficam guardando a ninhada da aproximação de intrusos, o que inclui humanos.

Áreas represadas de rios ou lagoas, as quais muitas vezes são usadas pela população como praias de água doce, tendem a concentrar aguapés e outros tipos de plantas, o que acaba juntando pessoas e piranhas no mesmo ambiente. Além disso, são áreas muito frequentadas nos períodos de férias —não por acaso, outro pico de acidentes é o mês de julho.

Na grande maioria dos casos, portanto, tudo indica que as mordidas são uma forma de afastar possíveis ameaças à prole, deixando ferimentos arredondados característicos, conhecidos como "saca-bocado". Via de regra, o dano é superficial. Gomes calcula que danos mais graves aconteçam em 1 a cada 147 acidentes, quando pode ocorrer remoção de tecido muscular ou de pedaços de falanges dos dedos.

De onde, então, teria vindo a lenda das "piranhas assassinas"? Segundo o trabalho, uma contribuição importante veio dos relatos de Theodore "Teddy" Roosevelt, que visitou a Amazônia nos anos 1910. Em seu livro sobre a jornada, ele descreveu cenas de piranhas "limpando ossos" de animais. Filmes de terror como "Piranha 2: Assassinas Voadoras", de 1981, deram mais peso ao mito.

Para a pesquisadora, reduzir o preconceito contra predadores como as piranhas pode ter um efeito positivo para a conservação das espécies nativas. "Hoje, o ser humano não faz parte da dieta de nenhum animal no Brasil. A gente defende que as pessoas tenham a responsabilidade ecológica de que, quando entram num espaço natural, elas também estão sujeitas ao acidente num ecossistema que pode gerar dano."

309 casos

foram registrados no Tocantins, o estado com o maior número de ocorrências, de acordo com o levantamento. Aparecem em seguida Roraima (140) e São Paulo (78)

82,27%

dos casos resultaram em lesões leves, correspondendo a uma única mordida, o que siginifica a perda de um pedaço da pele da vítima

0,7%

dos casos estiveram ligados a lesões mais graves, como remoção de tecido muscular ou de pedaços de falanges dos dedos. No restante das ocorrências, não foi possível determinar o tipo de ferimento

Brasil consegue repatriar 25 fósseis de insetos da Bacia do Araripe

Ana Bottallo

SÃO PAULO A PGR (Procuradoria-Geral da República) recebeu neste mês 25 fósseis de insetos da Bacia do Araripe que estavam sendo vendidos ilegalmente no exterior.

A recuperação do material fossilífero ocorreu após uma investigação aberta pelo procurador Rafael Ribeiro Rayol em fevereiro de 2023. Ele recebeu uma denúncia de uma pesquisadora que identificou os exemplares como sendo de origem do Brasil.

Consistindo em 25 placas isoladas de rocha calcária, da formação Crato, com idade estimada em 120 milhões de anos, os fósseis foram analisados e tiveram a sua origem comprovada. Eles eram comercializados em um site de venda de pedras e fósseis.

Um documento também comprovou que os materiais foram preparados antes de serem postos à venda, para aumentar o seu valor no anúncio.

Segundo o MPF (Ministério Público Federal), após a certificação da origem brasileira dos fósseis, a Secretaria de Cooperação Internacional solicitou às autoridades do Reino Unido que prestassem auxílio para localizar o responsável pela venda, bem como obter informações sobre a origem do material no exterior e providenciar o retorno ao Brasil.

O material repatriado está temporariamente na sede da PGR, em Brasília, e será encaminhado ao Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, em Santana do Cariri (CE), ligado à Urca (Universidade Regional do Cariri). Os fósseis serão estudados e, posteriormente, expostos à população no museu ou conservados no acervo científico.

A Bacia do Araripe, localizada entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, é a maior reserva fossilífera do país. Ali já foram encontrados, por exemplo, o dinossauro com penas *Ubirajara jubatus* e a serpente com patas *Tetrapodophis amplectus*, além de uma centena de diferentes formas de peixes, anfíbios, lagartos e invertebrados, alguns com preservação até de tecidos moles.

As rochas que contêm os fósseis da formação Crato, como os insetos repatriados, são caracterizadas por lâminas calcárias (lajes) e são, por isso, muito exploradas pela indústria de piso e móveis —é durante essa atividade de mineração que são encontrados os fósseis.

A comercialização de fósseis no Brasil é proibida. No entanto, as autoridades federais têm enfrentado dificuldades para coibir o tráfico de fósseis ao exterior, algo recorrente na região desde, pelo menos, meados dos anos 1960.

Cientistas analisam dentes para estimar quão peludas eram as preguiças-gigantes

Pesquisa oferece quadro mais preciso desses animais extintos que se espalharam pelas Américas e chegavam a ter o tamanho de elefantes

Jeanne Timmons

THE NEW YORK TIMES As preguiças-gigantes surgiram na América do Sul dezenas de milhões de anos atrás, mais tarde se espalhando até o norte do Canadá. Enquanto seus parentes modernos habitam árvores e têm o tamanho de um cachorro, as gigantes também ocupavam terras e litorais, mas chegavam a ter o tamanho de elefantes.

Sabemos, com base em peles preservadas, que algumas delas apresentavam muitos pelos. Mas será que outras preguiças evoluíram para serem quase sem pelos?

Uma pesquisa publicada no início deste ano no Journal of Mammalian Evolution oferece novas perspectivas sobre como essas preguiças extintas, e que também viveram no que hoje é o território brasileiro, poderiam ter parecido e quão peludas eram.

Desenvolver uma imagem mais precisa das preguiças-gigantes não é simples. Seus habitats variavam de climas tropicais a frios nas Américas. Eles tinham uma variedade de tamanhos. Os megatérios, conhecidos como *Eremotherium* e *Megatherium*, estavam entre os maiores mamíferos terrestres de sua época.

A equipe começou determinando a temperatura corporal das preguiças. Eles empregaram uma análise que dois autores envolvidos no estudo, Robert Eagle e Aradhna Tripati da UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles), utilizaram em trabalhos anteriores com amostras de dentes fossilizados.

Usando três dentes de megatérios e dois de preguiças menores, eles mediram a abundância de certos isótopos dentro dos minerais nos dentes dos animais, segundo Eagle. "Isótopos são transformadores para poder iluminar a temperatura corporal de espécies extintas", disse Tripati.

Eles descobriram que as preguiças-gigantes apresentavam uma temperatura corporal central de 29 a 32 graus Celsius, mais baixa do que a da maioria dos grandes mamíferos terrestres de hoje.

Randon Flores, outro coautor do estudo e estudante de doutorado na UCLA, afirmou que a baixa temperatura corporal "nos permite fazer inferências sobre coisas como taxa metabólica" e, a partir disso, "podemos fazer comparações" entre a fisiologia das preguiças menores de hoje e seus parentes extintos.

Modelos computadorizados foram usados para estimar a área de superfície e o volume corporal dos megaterídeos e das espécies um pouco menores, *Mylodon* e *Nothrotheriops*.





Acima, ilustração de um Megatherium enfrentando o frio na Argentina; abaixo, dentes de espécimes de Nothrotheriops Fotos Haider Jaffri; Michael Deak

Análises adicionais permitiram à equipe ajustar fatores como velocidade do vento, umidade e quantidade de luz solar em vários habitats. O objetivo, segundo Michael Deak, autor principal do artigo, era determinar "uma zona de conforto térmico" para cada espécie, na qual o animal não está nem muito quente nem muito frio.

O *Megatherium* produziu os resultados mais surpreendentes. Independentemente do ambiente, cada modelo indicou "um pelo bastante espesso, denso e peludo". Modelá-lo com pelos esparsos semelhantes aos de elefante, continuou ele, indicava que o animal "estaria constantemente estressado pelo frio".

O *Eremotherium*, que era ligeiramente maior que o *Megatherium*, foi a única preguiça cuja cobertura de pelos poderia ter mudado dependendo do seu habitat —sem pelo menos um centímetro de pelo denso, ele teria passado muito frio nas montanhas dos Andes e em alguns habitats do norte. Mas, em climas tropicais, pelos esparsos poderiam ter sido suficientes. A equipe sugere que o *Eremotherium* pode ter tido uma cobertura de pelos variada dependendo da região ou pode ter trocado de pelo durante as estações mais quentes.

Os menores *Mylodon* e *Nothrotheriops* precisariam de 1 a 5 centímetros de pelo denso o ano todo, uma quantidade que corresponde ao pelo mumificado desses animais. Mas mesmo com pelo grosso, os autores observam que essas espécies habitavam áreas na América do Sul onde não teria sido suficiente para combater o frio. Isso se alinha com evidências fósseis sugerindo que as espécies se abrigavam em cavernas, ou até hibernavam.

Guerra do petróleo usa palavras de munição

Plano de transição energética mesmo o governo Lula não tem

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Esqueça por ora a guerra de tarifas de Trump contra a China, ou mesmo a queda de braço entre mercado e Lula/Haddad e a batalha parlamentar entre partidários e adversários de anistia para golpistas. São conflitos decisivos para o futuro próximo do mundo e do Brasil, mas que empalidecem diante das consequências de longo prazo para a humanidade da guerra do petróleo, travada com palavras.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, e Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama, se encolhem na trincheira das "decisões técnicas" sobre a foz do Amazonas. Alexandre Silveira, da pasta de Minas e Energia, dispara petardos como "falta de coragem" e "crime de lesa-pátria" contra a agência por postergar o licenciamento.

Rótulos têm peso estratégico no debate público. Por que não "guerra do carvão mineral, petróleo e gás natural"? Porque "guerra do petróleo", além de mais curto e contundente, mira diretamente no elemento central da ambiguidade do governo Lula no que se refere às mudanças climáticas —ou será melhor falar em crise do clima, em emergência climática?

Lula deve achar que basta reduzir desmatamento na amazônia para desfilar em Belém como estadista verde. Silveira não enxerga que insistir na anuência do Ibama antes da COP30 arrisca empanar o brilhareco do chefe desenvolvimentista. Ao menos por conveniência, poderia aguardar sete meses por seu troféu —que virá, pode anotar, porque Lula já demonstrou, com pré-sal e Belo Monte, até onde vão suas convicções ambientais.

Silveira prefere atacar o Ibama com a patranha de que a renda das perfurações financiará a transição energética. Precisamos explorar mais petróleo para acabar com a exploração do petróleo, dá para entender?

A resistência ambientalista, parte mais fraca, fez manobra de guerrilha eficaz ao chamar de foz do Amazonas, anos atrás, a província petrolífera que almeja interditar. A ciência do clima não deixa margem para dúvida: sem zerar até 2050 emissões de carbono pela queima de combustíveis fósseis, a temperatura média da atmosfera ultrapassará 1,5°C de aquecimento, limiar de segurança estipulado no Acordo de Paris dez anos atrás.

O ministro de Minas e Energia tenta recuperar terreno insistindo em rebatizar a foz do Amazonas como "margem equatorial" ou "Amapá águas profundas". É fato que o bloco 59 no fulcro da disputa fica a 500 km da foz propriamente dita, mas, por outro lado, está a meros 160 km de Oiapoque (AP), no litoral sensível do estado, pontilhado de manguezais.

É distância ínfima para correntes marinhas, para nada dizer da que separa a área de exploração dos centros urbanos com infraestrutura imprescindível em caso de acidentes como explosões e derramamento de óleo. O Ibama se debruça sobre essas questões para dar seu parecer, mas o ministro prefere atacá-lo com a patranha de que a renda das perfurações financiará a transição energética.

Precisamos explorar mais petróleo para acabar com a exploração do petróleo, dá para entender?

Se o governo tivesse resposta convincente, não apelaria para jogos de palavras nem jogos de guerra. Apresentaria números, metas, cronogramas e propostas concretas sobre como fará sua parte para o mundo desembarcar dos combustíveis fósseis. Mas o Plano Nacional de Transição Energética (Plante, sigla engraçadinha) está parado no MME, ora veja.

Se for só para xingar, dá para chamar de crime de lesa-humanidade.

DOM. Reinaldo José Lopes SEG. Marcelo Leite, Mensageiro Sideral TER. Alvaro Machado Dias **QUA. Marcelo Viana** SEX. Suzana Herculano-Houzel SAB. Marcia Castro

MENSAGEIRO SIDERAL

Terra escapa de asteroide, mas Lua pode ser atingida

Dados refinam órbita do 2024 YR4, que ainda pode causar problemas

Salvador Nogueira
salvadornogueira@gmail.com

O asteroide 2024 YR4, que por alguns dias em fevereiro apresentou o maior risco já calculado pelos astrônomos de um objeto potencialmente devastador colidir com a Terra, deve passar ao largo do nosso planeta.

Contudo, ainda há um risco considerável de que ele bata com a nossa vizinha, a Lua —e isso também pode ser problema para nós.

O bólido tem sido observado consistentemente pelos astrônomos, com telescópios em solo e equipamentos espaciais.

O grande destaque vai para o Telescópio Espacial James Webb, que recebeu tempo discricionário da direção do projeto para monitorar o objeto —o menor astro celeste para o qual o equipamento já foi apontado.

O resultado, baseado em radiação infravermelha, traz as mais precisas estimativas do tamanho real dele. Originalmente, o tamanho era estimado entre 40 e 90 metros, baseado no brilho em luz visível. Agora sabemos que ele tem cerca de 60 metros, com variação de mais ou menos sete.

As observações feitas em 8 e 26 de março, embora sejam pouco mais que um ponto brilhante mesmo ao mais potente telescópio, também permitiram inferir sua forma básica, que é alongada, mais no estilo típico de asteroides mesmo.

O risco de um encontro entre ele e a Terra no dia 22 de dezembro de 2032 cair de 3% para menos de 0,001% (é o que a gente popularmente chama de zero)

Segue valendo a desconfiança de que é um asteroide do tipo S, predominante em silicatos, provavelmente originado no cinturão que reside entre Marte e Júpiter, mas novas observações são necessárias para confirmar sua composição. Seu período de rotação foi determinado em pouco menos de 20 minutos.

A órbita do asteroide foi igualmente refinada, o que fez o risco de um encontro entre ele e a Terra no dia 22 de dezembro de 2032 cair de 3% para menos de 0,001% (é o que a gente popularmente chama de zero).

Contudo, uma colisão com a Lua ainda é uma possibilidade. Segundo astrônomos da Universidade de Helsinki, que vêm monitorando o objeto com o NOT (sigla para Telescópio Óptico Nórdico), instalado em La Palma, Espanha, o atual risco de uma colisão com a Lua é de cerca de 4%, uma chance em 25.

Ainda é um valor relativamente baixo, e o telescópio James Webb deve voltar a observar o objeto em maio (quando o astro pode ser mais uma vez acessível a ele, sem o risco de precisar apontar o telescópio na direção do Sol), para refinar ainda mais a órbita e confirmar ou refutar um impacto com a Lua.

Contudo, caso essa pancada realmente aconteça, ela pode significar problemas para nós. Um impacto dessa magnitude na superfície lunar vai levantar uma grande quantidade de detritos na região do sistema Terra-Lua.

Além de incrementar a frequência de estrelas cadentes (o que pode até ser visto como boa e inofensiva notícia pelos amantes da observação do céu), nossos satélites em órbita podem ter de enfrentar microcolisões capazes de danificá-los (o que certamente é má notícia). Ainda assim, lembremos: a probabilidade de que nada aconteça ainda é bem maior que a de um impacto. Veremos em maio.

Os mais novos resultados obtidos pelo Telescópio Espacial James Webb, em trabalho liderado por Andy Rivkin, do APL (Laboratório de Física Aplicada) da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, foram publicados nos Research Notes da AAS (Sociedade Astronômica Americana).



Pesquisador segura amostra do solo lunar obtida na missão Chang'e 6, da China Jin Liwang - 10.out.2024/Xinhua

Lado afastado da Lua pode ser mais seco do que a parte do satélite visível da Terra

Amostras da Chang'e 6 podem dar detalhes da evolução do astro; diferença também pode ser relacionada à profundidade da coleta

Katrina Miller

THE NEW YORK TIMES O lado afastado da Lua, a parte do satélite que nunca vemos da Terra, difere do lado próximo. Ele está marcado por mais crateras e tem uma crosta mais espessa, além de menos planícies.

Agora, cientistas dizem que essa diferença pode ser mais do que superficial.

Usando uma amostra lunar obtida no ano passado, pesquisadores chineses dizem acreditar que o interior do lado afastado da Lua é potencialmente mais seco do que o lado próximo.

A conclusão, descrita na revista Nature na última quarta-feira (9), pode oferecer uma imagem mais clara de como o satélite se formou e evoluiu ao longo de bilhões de anos.

O satélite natural da Terra era considerado "completamente seco" até a década de 1990, quando cientistas começaram a descobrir indícios de água em sua superfície. Esses sinais foram confirmados quando a Nasa lançou uma missão em 2009.

Desde então, estudos indicaram que há gelo em grande parte da superfície lunar. Água também foi encontrada no manto, uma camada abaixo da crosta e acima do núcleo.

Em junho do ano passado, a China se tornou a primeira nação a trazer para a Terra uma amostra do lado afastado.

A Chang'e 6, a sexta de uma série de missões de exploração lunar chinesas, coletou e perfurou cerca de dois quilos de rególito da bacia do Polo Sul-Aitken, a cratera mais profunda da Lua.

Um dos objetivos da missão era estimar a quantidade de água no interior do satélite, o que ajudaria os cientistas a estudar o passado da Lua. O interior lunar é menos alterado por processos que podem desgastar a superfície.

Com as amostras do Chang'e 6 em mãos, os pesquisadores procuraram basaltos, grãos endurecidos de lava que irromperam do manto lunar. Alguns desses basaltos, com até 2,8 bilhões de anos de idade, continham olivina, que se formou como magma antigo dentro da Lua e esfriou, preservando informações sobre a composição do manto no início da história lunar.

A quantidade de hidrogênio aprisionada na olivina permitiu aos cientistas deduzir a quantidade de água presente no manto naquela época: entre 1 e 1,5 grama de água para cada milhão de gramas de rocha lunar.

Medições anteriores de amostras coletadas no lado próximo da Lua —pelos Estados Unidos, pela União Soviética e mais recentemente pela China— eram até 200 vezes mais úmidas.

A diferença marcante nas faixas de conteúdo de água derivadas de amostras do lado próximo e do afastado pode sugerir que a parte sempre invisível em relação à Terra é muito mais seca no geral, disse Sen Hu, pesquisador da Academia Chinesa de Ciências em Pequim e autor do novo estudo.

O geólogo planetário Shuai Li, da Universidade do Havaí em Manoa, também estuda água na superfície lunar. Ele descreveu os resultados como "muito interessantes", mas observou que informações extraídas de uma única amostra podem ser limitadas.

"É difícil dizer se o lado afastado é definitivamente mais seco do que o lado próximo", afirmou Li, que não participou do novo estudo.

Um cenário proposto pela equipe da missão Chang'e 6 para explicar as diferenças internas é que o impacto que criou a bacia do Polo Sul-Aitken foi poderoso o suficiente para lançar água e outros elementos para o lado próximo da Lua, esgotando a quantidade de água em seu lado afastado.

Outra ideia é que os basaltos da amostra da Chang'e 6 vêm de uma parte muito mais profunda e seca do manto lunar.

"Para mim, isso é um pouco mais realista", afirmou o cientista planetário Mahesh Anand, da Open University na Inglaterra. Ele não estava envolvido no estudo, mas ajudou a estimar o conteúdo de água do interior lunar a partir da amostra do lado próximo coletada pela missão Chang'e 5 em 2020.

Anand elogiou o cuidado dos pesquisadores, que selecionaram manualmente centenas de partículas da amostra da Chang'e 6 para estimar a abundância de água. "A capacidade de fazer isso é bastante trabalhosa e requer muito trabalho sofisticado e cuidadoso."

Mais amostras de diferentes locais, coletadas por futuras missões lunares, ajudarão os cientistas a determinar se o interior do lado afastado da Lua é uniformemente seco ou se varia ao longo do hemisfério.